



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O MOVIMENTO DIRETAS-JÁ NA PARAÍBA: LUTAS POLÍTICAS NO PROCESSO  
DE TRANSIÇÃO AUTOCRÁTICA (1983-1984)**

**JEAN LUCAS MARINHO CAVALCANTI**

**CAMPINA GRANDE – PARAÍBA**

**2021**

**JEAN LUCAS MARINHO CAVALCANTI**

**O MOVIMENTO DIRETAS JÁ NA PARAÍBA: LUTAS POLÍTICAS NO PROCESSO  
DE TRANSIÇÃO AUTOCRÁTICA (1983-1984)**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) como requisito  
parcial para obtenção do título de Mestre em História na linha de  
pesquisa I, Cultura e Cidade.

Orientador: Prof. Doutor Luciano Mendonça de Lima

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2021**

C376m Cavalcanti, Jean Lucas Marinho.  
O movimento diretas-já na Paraíba: lutas políticas no processo de transição autocrática (1983-1984) / Jean Lucas Marinho Cavalcanti. – Campina Grande, 2021.  
213 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2021.  
“Orientação: Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima”.  
Referências.

1. Diretas-Já. 2. Paraíba. 3. Ditadura Militar. 4. Transição.  
I. Lima, Luciano Mendonça de. II. Título.

CDU 94“1983-1984”(813.3)(043)

**JEAN LUCAS MARINHO CAVALCANTI**

**O MOVIMENTO DIRETAS JÁ NA PARAÍBA: LUTAS POLÍTICAS NO PROCESSO  
DE TRANSIÇÃO AUTOCRÁTICA (1983-1984)**

**BANCA EXAMINADORA**

*Luciano Mendonça de Lima,*

---

Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima (UFCG)

Orientador

*José Luciano de Queiroz Aires*

---

Prof. Dr. José Luciano de Queiroz Aires (UFCG)  
Examinador Interno

*David Maciel*

---

Prof. Dr. David Maciel (UFG)  
Examinador Externo



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Às 18:30h (dezoito e trinta) do dia 30 (trinta) de setembro de 2021 (dois mil e vinte e um), através de sala de videoconferência do Mestrado da Universidade Federal de Campina Grande, a Comissão Examinadora da Dissertação, para obtenção do grau de Mestre, apresentada pelo aluno Jean Lucas Marinho Cavalcanti, intitulada: **“O movimento das Diretas-Já na Paraíba: lutas políticas no processo de transição autocrática (1983-1984)”**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito **“APROVADO”**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores Doutores: Luciano Mendonça de Lima (Orientador); José Luciano de Queiroz Aires (Examinador Interno) e David Maciel (Examinador Externo). Assinam também a presente Ata o Coordenador do Programa, Prof. Dr. José Otávio Aguiar, e o Secretário do PPGH Yaggo Fernando Xavier de Aquino, para os devidos efeitos legais.

Parecer: Após a arguição a Banca considerou que o trabalho supera as exigências de uma dissertação de mestrado, destacando-se a qualidade da escrita e a extensão do corpus documental, o emprego coerente de um referencial teórico-metodológico bem estruturado e a contribuição original para a historiografia do tema. Por esses aspectos relevantes, a Banca recomenda a publicação do texto.

**Lista de Presença**

Orientador(a)	Luciano Mendonça de Lima	
Examinador (a) Interno(a)	José Luciano de Queiroz Aires	
Examinador(a) Externo (a)	David Maciel	
Coordenador	José Otávio Aguiar	
Secretário	Yaggo Fernando Xavier de Aquino	

*Para Lavínia Teresa,  
Minha filha,  
Minha pequena companheira.*

## AGRADECIMENTOS

A escrita final de uma dissertação é o resultado de um longo processo de leituras, pesquisas, reflexões e diálogos acadêmicos. Porém, além disso, esse processo é marcado também por experiências existenciais e encontros que vão nos transformando ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Muitas pessoas fizeram parte dessa trajetória, algumas de forma mais distante e em momentos específicos e outras na proximidade cotidiana. A estas pessoas sou eternamente grato.

Sou grato a Deus. Pude sentir em diversos momentos a sua força a me sustentar.

Sou grato a minha família. A base de todos os meus passos. Meus pais Janaína e José Roberto; meus irmãos Ana Clara e João Victor.

Sou grato à minha companheira de vida e pessoa que me acompanhou cotidianamente, me dando força e oferecendo compreensão e amor: Rianny Silveira.

Sou grato à minha filhinha Lavínia Teresa. Ela nasceu em meio a esse processo. Apenas uma recém nascida, depois bebê. Quando essa dissertação foi defendida, ela tinha apenas três meses. Mas o seu olhar, a sua presença, me deu uma enorme razão para buscar fazer o meu melhor sempre.

Sou grato aos camaradas que me acompanharam ao longo do curso de mestrado na UFCG. Foi uma honra ter dividido esses momentos com eles. Aos mais antigos, que vieram da graduação: Adriano, Lucas Tadeu (Zepa), Roberta e Viviane. Aos novos, companheiros nos debates dos textos, conversas, cafés e cervejas no mestrado: Jeferson Florêncio, Flávio Benites, Andresson Araújo, Ítalo Aquino, Pedro Dantas e Henrique Gadelha.

Sou grato a pessoas que me ajudaram imensamente na jornada da pesquisa e no acesso às fontes. Sobretudo, no contexto de pandemia, os arquivos públicos fechados. Emerson Tavares, que estudou o tema em sua dissertação de mestrado e repassou para mim um conjunto de fontes que estava em seu arquivo pessoal. O professor e presidente do IHCG (Instituto Histórico e Geográfico de Campina Grande), Vanderley de Brito, que se dispôs, gentilmente, a ir pessoalmente abrir as portas do arquivo da instituição para que eu tivesse acesso aos jornais ali guardados. Olímpio Rocha, filho do ex-vereador Márcio Rocha, importante personagem dessa história, que disponibilizou o acesso ao arquivo pessoal de seu pai.

Sou grato à banca de avaliação desse trabalho. Suas considerações, tanto na banca de qualificação, quanto na banca de defesa, foram fundamentais para o avanço desse trabalho. Ao meu amigo e professor Luciano Queiroz, grande companheiro de jornada. Ao professor David Maciel, uma referência para mim na historiografia e que aceitou ler e avaliar o meu trabalho. Sou grato ao meu orientador, o professor e camarada Luciano Mendonça de Lima. Agradecer a Mendonça por todo seu empenho e compromisso em nos oferecer uma excelente formação enquanto historiadores nunca seria suficiente. Mas deixo aqui o meu muito obrigado.

Por fim, quero expressar minha gratidão a todas as pessoas que participaram desse processo. À Universidade Federal de Campina Grande, instituição pública de ensino de qualidade, que me acolheu ao longo de cinco anos de graduação e dois anos de mestrado. Lutemos para que a UFCG não sucumba diante dos ataques e que possa seguir enquanto Universidade pública, de qualidade e socialmente referenciada. Agradeço à CAPES, órgão financiado pelo povo brasileiro, pelo apoio material e financeiro para a realização desta pesquisa, sem o qual ela seria inviável.

## RESUMO

Este trabalho de dissertação trata sobre o movimento pelas Diretas-Já na Paraíba, entre os anos de 1983 e 1984. O objetivo que norteia a pesquisa e a escrita final desse texto consiste em analisar o contexto, a formação e o desenrolar do movimento Diretas-Já no estado paraibano, dentro do processo de transição. Busca-se investigar como os diferentes sujeitos e grupos sociais paraibanos atuaram nesse processo, a partir dos seus respectivos interesses e ideologias. Nesse sentido, este trabalho baseia-se nos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico, tanto nos escritos dos seus fundadores, quanto nos de autores que levaram adiante essa visão da história calcada em conceitos fundamentais como totalidade, luta de classes e ideologia. A investigação se fundamenta na análise de um corpo documental composto essencialmente por periódicos da época, sobretudo exemplares pertencentes ao *Jornal da Paraíba*, *Diário da Borborema* e *Gazeta do Sertão*. Com esse estudo espera-se contribuir para o conhecimento de um tema até hoje pouco explorado pela historiografia paraibana, bem como contribuir para a historiografia crítica sobre o processo de transição para a chamada “Nova República”.

Palavras-Chave: Diretas-Já; Paraíba; Ditadura Militar; Transição

## **ABSTRACT**

This dissertation work deals with the movement for Diretas-Já in Paraíba, between the years 1983 and 1984. The objective that guides the research and the final writing of this text is to analyze the context, formation and development of the Diretas in the state of Paraíba, in the transition process. It seeks to investigate how different subjects and social groups in Paraíba acted in this process, based on their respective interests and ideologies. In this sense, this work is based on the theoretical-methodological assumptions of historical materialism, both in the writings of its founders and in those of authors who carried forward this vision of history based on fundamental concepts such as totality, class struggle and ideology. The investigation is based on the analysis of a documental corpus composed essentially of periodicals of the time, mainly copies belonging to *Jornal da Paraíba*, *Diário da Borborema* and *Gazeta do Sertão*. With this study, it is expected to contribute to the knowledge of a topic that has been little explored by the historiography of Paraíba until today, as well as to contribute to the critical historiography on the transition process to the so-called “New Republic”.

**Keywords:** Diretas-Já; Paraíba; Military Dictatorship; Transition

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 01.</b> Atividade do Comitê pró-Diretas “Teotônio Vilela”, em Campina Grande-PB.....	162
<b>Figura 02.</b> “Comício-relâmpago” realizado em Campina Grande, no dia 03/02/1984.....	169
<b>Figura 03.</b> Panfleto do Comitê pró-Diretas de Campina Grande.....	171
<b>Figura 04.</b> Capa do jornal <i>Gazeta do Sertão</i> destacando o comício do dia 29/02/1984.....	174
<b>Figura 05.</b> Fotografia do comício da campanha Diretas Já, realizado em Campina Grande – PB, no dia 25 de março de 1984.....	184
<b>Figura 06.</b> Fotografia do comício da campanha Diretas Já, realizado em Campina Grande – PB, no dia 25 de março de 1984.....	184
<b>Figura 07.</b> Painel da votação da emenda Dante de Oliveira na Vigília Cívica de Campina Grande, no dia 25 de abril de 1984.....	195
<b>Figura 08.</b> Panfleto de divulgação de ato político pelas Diretas-Já em João Pessoa-PB, no dia 25/05/1984.....	201

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI - Associação Brasileira de Imprensa  
ALPB – Assembleia Legislativa da Paraíba  
ARENA - Aliança Renovadora Nacional  
ADUFPB - Associação de Docentes da Universidade Federal da Paraíba  
API - Associação Paraibana de Imprensa  
CMCG - Câmara Municipal de Campina Grande  
CEBs – Comunidade Eclesiais de Base  
CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil  
CNI - Confederação Nacional da Indústria  
CGT - Comando Geral dos Trabalhadores  
CONSITRA - Comissão Intersindical  
CIUE - Comissão Intersindical Única Estadual  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
DCE – Diretório Central dos Estudantes  
DB – Diário da Borborema  
FASPEP - Federação das Associações de Servidores Públicos do Estado da Paraíba  
FETAGPB - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba  
FIEP – Federação das Indústrias da Paraíba  
FURNE – Fundação da Universidade Regional do Nordeste  
GS – Gazeta do Sertão  
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor  
JP – Jornal da Paraíba  
MDB - Movimento Democrático Brasileiro  
OAB - Organização dos Advogados do Brasil  
PUA - Pacto de Unidade e Ação  
PCB - Partido Comunista Brasileiro  
PT - Partido dos Trabalhadores  
PDS - Partido Democrático Social  
PDT -Partido Democrático Trabalhista  
PEC - Proposta de Emenda Constitucional  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PP – Partido Popular

SAB – Sociedade dos Amigos do Bairro

SEDUP - Serviço de Educação Popular de Guarabira

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UCES – União Campinense de Equipes Sociais

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UNE - União Nacional dos Estudantes

UVP - UNIÃO DOS VEREADORES DA PARAÍBA

URNE – Universidade Regional do Nordeste

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01.</b> Resultado da eleição de 1982 para a Câmara Municipal de Campina Grande.....	71
<b>Quadro 02.</b> Resultado da eleição de 1982 para a Câmara Municipal de João Pessoa.....	74
<b>Quadro 03.</b> Posicionamento dos deputados federais paraibanos quanto à emenda que restabelecia as eleições diretas para presidente da República.....	198
<b>Quadro 04.</b> Votos dos representantes da Paraíba no Colégio Eleitoral de 1985.....	202

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>CAPÍTULO 01 – O CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO MOVIMENTO PELAS DIRETAS-JÁ NA PARAÍBA</b> .....	48
1.1 – O Brasil em Transição.....	48
1.2 A Paraíba na Transição.....	56
1.2.1 A ditadura militar em terras paraibanas.....	56
1.2.2 A Paraíba no contexto do processo de “distensão” .....	59
1.2.3 A Paraíba no contexto do processo de “abertura” .....	64
1.2.4 As eleições de 1982 na Paraíba.....	69
1.2.5 O contexto do ano de 1983: recrudescimento da crise conjuntural e crise do cesarismo militar .....	75
1.3 – Reivindicações oposicionistas pela Assembleia Constituinte e prenúncios das eleições diretas como bandeira das oposições.....	76
1.4 Apontamentos sobre os jornais utilizados na pesquisa.....	87
<b>CAPÍTULO 02 - A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO PELAS DIRETAS-JÁ NA PARAÍBA</b> .....	95
2.1 Primeiros atos para a formação do movimento por eleições diretas para presidente da República.....	95
2.2 O delineamento das forças políticas em torno das eleições diretas na Paraíba.....	117
2.3 Disputas políticas e avanço do movimento Diretas-Já na Paraíba nos últimos meses de 1983.....	127
<b>CAPÍTULO 03 – O MOVIMENTO DIRETAS-JÁ NO ANO DE 1984: DO APOGEU À DERROTA</b> .....	146

3.1 Janeiro de 1984: atos públicos pró-Diretas na Paraíba.....	147
3.1.1 O “comício-gigante” de 26 de janeiro em João Pessoa.....	156
3.1.2 Os “Comícios-relâmpago” em Campina Grande .....	161
3.2 Fevereiro de 1984: Avanço da campanha Diretas-Já .....	163
3.2.1 O comício pró-Diretas no dia 29 de fevereiro em Campina Grande.....	170
3.3 Março de 1984: Tensões internas ao movimento e atos pró-Diretas-Já.....	176
3.3.1 O “comício-gigante” no dia 25 de março em Campina Grande.....	179
3.4 Abril de 1984: Reta final da campanha e a derrota das Diretas- Já.....	186
3.4.1 O “Show das Diretas” em João Pessoa, no dia 24 de abril.....	192
3.4.2 O dia 25 de abril: “Vigílias Cívicas” e derrota das Diretas.....	193
3.4.3 As participações dos deputados paraibanos na votação da emenda.....	197
3.4.4 Após a derrota.....	199
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>204</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>208</b>

## INTRODUÇÃO

No processo de ocaso da ditadura militar de 64, formou-se, em nível nacional, um movimento político de massas que ficou conhecido como “Diretas-Já”. O nome marcou a principal reivindicação dos diversos sujeitos, individuais e coletivos, que, de variadas formas e em diferentes graus, envolveram-se no movimento: o retorno das eleições presidenciais por meio do voto direto<sup>1</sup>. A partir daquele contexto, a história recente do Brasil, sobretudo em relação ao processo comumente chamado de “redemocratização”, ficaria marcado por imagens relacionadas ao movimento pelas diretas, mais fortemente aos atos realizados pela “campanha Diretas-Já”.

A campanha foi oficialmente lançada em 1983 pela bancada do PMDB na Câmara Federal. O propósito principal era pressionar os deputados a votarem a favor da Proposta de Emenda Constitucional nº5, de 1983, apresentada, no mês de março deste ano, pelo deputado peemedebista Dante de Oliveira. A emenda que ficou conhecida como Emenda Dante de Oliveira, ou Emenda das Diretas, previa eleições diretas para presidente e vice-presidente da República já no ano de 1984. Para a aprovação da emenda na Câmara Federal eram necessários 2/3 dos votos dos deputados; caso fosse atingido esse número de votos favoráveis, ela seguiria para apreciação no Senado Federal.

O movimento pelas eleições diretas-já, no entanto, foi se constituindo no decorrer de um processo muito mais complexo do que as imagens cristalizadas na memória coletiva fazem crer. Afinal, tornaram-se comum, em reportagens televisivas, matérias de jornais ou livros de história, fotografias e gravações audiovisuais de multidões empolgadas, vestidas de amarelo (cor oficial da campanha), cantando o Hino Nacional ou gritando “diretas-já”, ou políticos emocionados falando em “povo nas ruas”, “democracia”, “festa cívica” etc. Em outro sentido, como objeto das ciências

---

<sup>1</sup> A eleição direta para Presidente da República foi suprimida pela ditadura militar através do Ato Institucional nº2, em 27 de outubro de 1965. Este, dentre outras medidas discricionárias que serviriam para a manutenção do regime ditatorial, decretou em seu artigo nono: “A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal”. Desde então, todos os generais-ditadores foram “eleitos” por um Colégio Eleitoral, que era organizado sempre para garantir a maioria dos votos para o representante da ditadura militar. Ao longo do regime, o Colégio sofreu alterações, sendo composto basicamente pelos membros do Congresso Nacional e por outros representantes dos governos estaduais.

sociais e da História, o fenômeno da campanha Diretas-Já passou a ser estudado, analisado, para além dos “comícios-gigantes” e das “festas pela democracia”, ou seja, o movimento passa a ser visto a partir de sua complexa dinâmica social e das relações com o seu contexto histórico.

Compreendemos o movimento enquanto uma totalidade onde estão inseridos elementos, forças e tendências distintas. Nesse sentido, a midiática “campanha Diretas-Já”, dirigida pela oposição burguesa, que é quase sempre lida como o movimento como um todo, é uma parte dessa totalidade a qual referimos. A parte mais evidente, porque a que recebeu uma maior atenção da mídia dominante. A que recebeu essa maior atenção porque expressava de forma mais perfeita a ideologia e os interesses de boa parte da classe dominante, que é quem controla, além dos meios de produção, os maiores meios de comunicação em uma sociedade capitalista.

Uma considerável quantidade de estudos já foi realizada sobre o fenômeno do movimento pelas eleições diretas no Brasil. No entanto, quase todos esses estudos, ao buscar falar do movimento em um nível nacional, acabaram enfocando demais a análise para as regiões sul e sudeste do país, onde se concentraram a maior quantidade de atos referentes ao fenômeno.

Nesse sentido, este trabalho se propõe a analisar como foi construída e direcionada o movimento “Diretas-já” no estado da Paraíba, entre os anos de 1983 e 1984. Consideramos que a lógica e o desenrolar do movimento guarda muitas relações com as transformações socioeconômicas que o estado passava, levando em conta os seus nexos com o contexto nacional e internacional. Assim, são analisadas as ideologias e as ações políticas de diferentes indivíduos e grupos da sociedade paraibana no contexto do movimento pelas diretas. Ao mesmo tempo, temos a intenção de problematizar os diferentes projetos políticos em disputa no contexto de transição da ditadura militar para um regime civil e que se expressavam no seio do movimento.

Mais de três décadas após o movimento pelas diretas-já, pode-se observar que existe uma considerável literatura analítica a respeito do tema. Nesse sentido, há uma variedade de leituras e interpretações sociológicas e históricas sobre o significado e os sentidos presentes nesse evento histórico. O movimento “Diretas-Já” se insere, aliás, em um período histórico que vem sendo constantemente discutido e rediscutido dentro da

historiografia brasileira, bem como nos vários canais de discussão e mídia do país: o período da ditadura militar (1964-1985).

Esse período, que denominamos de ditadura militar, tornou-se centro de acirrados debates historiográficos com fortes traços políticos e ideológicos<sup>2</sup>. Isto ocorre, sobretudo, em razão de um movimento de “revisão” realizado por alguns historiadores e cientistas sociais a respeito de assuntos que envolvem o significado, o caráter, e o sentido do golpe militar de 1964 e do regime a partir de então instalado. Tal movimento vem sendo confrontado por outro grupo de historiadores, mais alinhados aos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico, que apontam para fragilidades teóricas e metodológicas e para a insustentabilidade das teses defendidas por aqueles, além das implicações político-ideológicas presentes nessa vertente.

Um extenso debate em torno das questões que envolvem o golpe de 1964 e a ditadura militar, com efeito, vem se materializando a partir de uma extensa bibliografia. Não é objetivo dessa introdução recuperar detalhadamente os percursos desse debate. A intenção é realizarmos alguns apontamentos iniciais sobre como o tema do movimento pelas diretas-já se insere nesse debate e como ele tem sido abordado pelas diferentes linhas interpretativas. No entanto, é fundamental apontar para o fato de que existe, hoje, uma disputa historiográfica em torno desse período de nossa história, e esta disputa historiográfica é também disputa ideológica, por uma memória que está intrinsicamente ligada ao nosso presente e aos projetos sociais possíveis de futuro. Como defende Josep Fontana, toda concepção da história remete a uma visão do passado, a uma explicação do presente e a um projeto para o futuro: “toda visão global da história constitui uma genealogia do presente. Selecciona e ordena os fatos do passado de forma que conduzam em sua sequência até dar conta da configuração do presente, quase sempre com o fim, consciente ou não, de justificá-la”.<sup>3</sup>

Cabe aqui um breve retrospecto sobre o percurso da produção historiográfica acerca do golpe e da ditadura militar. Podemos observar que houve uma tendência crítica à ditadura militar no campo das ciências humanas e sociais, que foi se consolidando poucos anos após o golpe de 1964 até o início da década de 1980. Essa

---

<sup>2</sup> Evidentemente que todo tema histórico é também político e ideológico. No entanto, quando se fala no tema da ditadura militar brasileira, a disputa político-ideológica em torno da memória desse evento fica muito clara e intensa, pois problemas candentes da nossa história recente guardam relações diretas com esse período.

<sup>3</sup> FONTANA, 1998, p. 10.

tendência foi marcada por uma forte influência dos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico. Assim, uma característica central dessa produção crítica foi ter buscado analisar o golpe e a ditadura inseridos na estrutura e na dinâmica das lutas de classes no Brasil e no mundo<sup>4</sup>. Essa tendência, portanto, enxergava o golpe militar e a formação da ditadura como uma ação política das classes dominantes brasileiras, associadas com as classes dominantes estrangeiras, com o objetivo de barrar o avanço das lutas sociais das classes subalternas e ao mesmo tempo implantar uma ditadura capaz de realizar, na base da força, o seu projeto de modernização-conservadora.

A partir da década de 1990, no entanto, uma tendência revisionista vai se consolidando no campo de estudos sobre o golpe e a ditadura militar. O termo “revisionismo” possui uma longa história. Como escreveu o historiador italiano Enzo Traverso: “Revisionismo é uma palavra camaleão que assumiu ao longo do século XX significados diferentes e contraditórios, prestando-se a usos múltiplos e suscitando muitas vezes mal-entendidos”<sup>5</sup>. No que diz respeito ao golpe e à ditadura militar, “revisionismo histórico” é um termo utilizado por autores críticos à essa nova tendência para qualificar autores que vêm buscando levantar “novas” teses sobre o tema.

Algumas características são comuns dentro do campo da historiografia revisionista sobre o golpe e a ditadura. Uma característica fundamental é que estas interpretações surgiram com o objetivo de se contrapor à historiografia crítica marxista, que foi bastante forte até os primeiros anos da década de 1980. Nesse sentido, o caráter classista da ação política que levou ao golpe e à implantação da ditadura militar perde importância na explicação. Com isso, a tendência passa a ser de explicar o golpe e a ditadura a partir de teses como um suposto “desapreço pela democracia tanto pela

---

<sup>4</sup> Representam essa tendência, por exemplo, *A revolução brasileira*, Caio Prado Júnior, 1966; *O governo João Goulart e as lutas de classes no Brasil 1961-1964*, Luiz Alberto Moniz Bandeira, 1977; *A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica*, Florestan Fernandes, 1974; *1964, a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*, René Armand Dreifuss, 1981; *O combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, Jacob Gorender, 1987. Para uma análise sintética de algumas dessas obras e de outras que seguem essa mesma tendência veja MELO (2014).

<sup>5</sup> Sobre a temática que envolve o “revisionismo histórico” é de fundamental importância a leitura de dois livros recentes, compostos por textos de autores críticos ao revisionismo: MELO, Demian (org.), *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*, Consequência, 2014; SENA JÚNIOR, C. Z.; MELO, D. B.; CALIL, G.G. *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*, Consequência, 2017. O texto de Enzo Traverso, intitulado *Revisão e Revisionismo*, encontra-se reproduzido no segundo livro, a partir da página 27.

direita quanto pela esquerda”. Ou a partir de conceitos generalizantes como “cultura política”<sup>6</sup>.

Desta forma, a historiografia revisionista tende a responsabilizar pelo golpe também os setores políticos que foram golpeados: as esquerdas, que teriam se radicalizado demais e, em algumas versões, o próprio presidente deposto João Goulart, que teria pretensões de aplicar um golpe e continuar no poder. O grande problema de tais teses revisionistas é que elas são marcadas por graves problemas metodológicos no trato com as fontes, além de carecerem de base empírica que pudesse comprová-las. Na verdade, como apontam os críticos do revisionismo, esta vertente, a despeito de sua pretensa “neutralidade científica”, se insere em um contexto ideológico caracterizado pela consolidação da hegemonia do neoliberalismo, paralelamente ao desmoronamento das experiências do socialismo real, ao longo dos anos 1980 e 1990. Essa explicação foi desenvolvida por Eurelino Coelho, conforme se vê no trecho que segue.

O enorme poder simbólico exibido pela historiografia alinhada com a perspectiva chamada “revisionista” não pode ser explicado pela qualidade intrínseca das pesquisas e dos argumentos que elas sustentam, que nem mesmo são recentes, nem deriva apenas dos recursos que os historiadores tenham à sua disposição. Minha hipótese é que aquela potência decorre de a obra de alguns historiadores haver se tornado valiosa para sedimentar e justificar valores e pressupostos políticos que se tornaram relevantes para os detentores do poder social real. A reorganização progressiva da hegemonia burguesa a partir dos anos 90 envolveu a sedimentação de certos modos de ver e dar sentido a dilemas do presente para os quais a história do passado recente, desde que contada do modo adequado, passava a fornecer uma contribuição inestimável.<sup>7</sup>

Uma das operações que se tornou mais marcante da literatura revisionista é a insistente defesa da utilização da terminologia “golpe civil-militar” e “ditadura civil-militar”. Segundo os autores dessa vertente historiográfica, os termos golpe e ditadura militar, que se tornaram mais tradicionais, fizeram parte de uma operação que visava encobrir o fato de que não foram apenas os militares que fizeram a ditadura e que a “sociedade” brasileira deu sua parcela de apoio ao regime. Todavia, é necessário ressaltar que o termo “civil-militar” para designar o golpe e o regime que o seguiu foi proposto até mesmo pelo cientista político marxista Renè Armand Dreifuss, em seu livro de 1981. Porém, Dreifuss, baseado em ampla pesquisa documental, demonstrou que os civis que apoiaram organicamente a ditadura eram pertencentes às classes

---

<sup>6</sup> Para uma análise do conceito e de sua instrumentalização pelo revisionismo veja o artigo de Mattos, M. B. (2014).

<sup>7</sup> COELHO, 2017, p. 115.

empresariais brasileiras e estrangeiras, deixando claro, portanto, a posição social desses elementos. Segue-se daí, que o mesmo autor sugeriu, no mesmo livro, a utilização do termo, bem mais concreto, “ditadura empresarial-militar”. Por outro lado, a vertente revisionista passou a utilizar o termo “civil” de uma maneira generalista, mistificando o conceito de “sociedade civil” para defender a tese de que a “sociedade brasileira”, tomada de forma abstrata, apoiou o regime. Desta forma, acreditamos que, recentemente, a terminologia “civil-militar” vem sendo quase que monopolizada pela vertente revisionista, ainda que alguns autores marxistas, inclusive alguns que citamos como referência teórica nesse trabalho, ainda persistam em aplica-la no sentido proposto inicialmente por Dreifuss. No entanto, considerando essa degradação do termo “civil-militar”, pensamos que seja um erro a insistência na sua utilização, mesmo pelos marxistas, que buscam enfatizar o sentido de classe da ditadura. Em face dessa transfiguração no sentido da terminologia, preferimos não a utilizar, acreditando que os termos “golpe e ditadura militar” – considerando que os militares sempre estão inseridos na dinâmica concreta das relações de classe - ou “empresarial-militar” são os que melhor dão conta do objeto em questão.

Quando tratamos do fenômeno do movimento pelas eleições diretas, estas disputas teóricas, historiográficas e político-ideológicas estão presentes. No entanto, esse tema tem um percurso distinto na historiografia. Como o acontecimento é datado entre 1983 e 1984, com resquícios até 1985, ele foi estudado e explicado, primeiramente, com predomínio de trabalhos que guardam muito mais aproximações com as características da tendência revisionista. Isto porque, como vimos, o contexto político e ideológico da época mudara muito em relação ao contexto vivido nos anos 1960 e 70. Além disso, essas mudanças refletiam na História enquanto disciplina, que passava a ser hegemonizada por vertentes como a “História Cultural”, a “Nova História Política” e perspectivas “ditas pós-modernas”.

Por outro lado, observa-se que nos últimos anos têm surgido novos trabalhos que procuraram analisar o fenômeno do movimento Diretas-Já a partir do referencial teórico do materialismo histórico, inserindo o movimento, em toda a sua complexidade e dinâmica, na estrutura e no processo de luta de classes do Brasil.

O movimento pelo retorno das eleições diretas no Brasil para ser compreendido precisa ser inserido no contexto de *transição*, isto é, a fase final da ditadura militar e a sua passagem para outro regime, que começava a se constituir. A maioria dos autores

entende por *período de transição* os anos que compreendem os governos dos generais-ditadores Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo. Isto é, do ano de 1974, quando Geisel inicia a política de “distensão lenta, gradual e segura”, passando pela chamada política de “abertura” do governo Figueiredo até a eleição, por via indireta, do primeiro presidente civil pós-golpe, Tancredo Neves, em 1985.

Podemos dizer que essa é a periodização que se tornou mais utilizada. No entanto, outras duas possibilidades de periodização surgiram. Uma dessas possibilidades tornou-se uma bandeira do “revisão histórico”, tratando de “encurtar” a ditadura, até 1979, ano no qual, em tese, o Brasil teria retornado ao “Estado democrático de direito”. O principal nome dessa operação de revisão da duração da ditadura é o historiador Daniel Aarão Reis Filho, que também se notabilizou por textos em que critica, de forma muitas vezes infundada e estereotipada, as esquerdas armadas que lutaram contra a ditadura<sup>8</sup>. Vejamos o argumento de Daniel Aarão.

O AI-5, por decisão da própria ditadura, expirou no último dia de 1978. Assim, com o ano novo, em 1979 o país reingressou no Estado de direito – ainda precário porque apoiado em uma Constituição imposta, a de 1967, em uma emenda constitucional espúria, arrancada sob ameaça, em 1969, e em toda uma constelação de leis e decretos que formavam, como se chamou desde então, um verdadeiro entulho autoritário. Mas a ditadura aberta já não existia<sup>9</sup>.

Como se vê, o historiador defende a ideia de que a ditadura terminara em 1979. Para ele, a revogação do AI-5 teria significado o fim da ditadura e o “reingresso no Estado de direito”. Outro ponto que é preciso problematizar na interpretação de Reis Filho é a ideia de “entulho autoritário”, que sugere uma concepção de que toda a legislação e as práticas de repressão e perseguição levadas a cabo pela ditadura tivessem virado uma espécie de anomalia fora de contexto após 1979, ou seja, um “entulho” que havia restado daquele processo. Na verdade, as evidências históricas mostram que a

---

<sup>8</sup> Sobre a visão de Reis Filho sobre as esquerdas armadas veja o seu livro *A Revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil* (REIS FILHO, 1989). Nele, o autor busca desqualificar as organizações de esquerda próximas da teoria revolucionária do “marxismo-leninismo”, que é retratada por ele como uma teoria baseada em um “determinismo histórico”, ou seja no mito da inevitabilidade da revolução. Trata-se de uma visão estereotipada do marxismo, teoria que o autor busca em todo tempo transformar quase que em uma paranoia baseada em mitos. Ao mesmo tempo em que transforma os militantes dessas organizações de resistência armada à ditadura em ingênuas vítimas do partido, que seria o grande vilão da história. Além disso, nesse livro também está presente elementos da tese revisionista de que as esquerdas, em si, não possuem nenhum apreço pela “democracia”, tese que é mais um ataque do que uma verdade histórica passível de prova, além da falta de discussão em torno dos variados sentidos e formas concretas que o conceito de “democracia” pode assumir.

<sup>9</sup> REIS FILHO, 2000, p. 9

ditadura utilizou desses métodos extremamente autoritários pelo menos até o final do mandato do último general-ditador. O que o autor chama de “entulho autoritário”, na verdade, fez parte da lógica do regime do seu início até o fim, não sendo, portanto, em nenhum momento, algo fora de contexto. Vendo com mais profundidade histórica, podemos observar que, na verdade, o caráter terrorista do Estado sob a ditadura faz parte, de maneira intensificada, da lógica encontrada na longa história do Estado autocrático-burguês formado no Brasil.

Ainda sobre a operação de “encurtamento” da ditadura, utilizando semelhante argumento, o historiador Marco Antonio Villa também defendeu o seu término em 1979.<sup>10</sup> Parece-nos correta a crítica realizada por Demian Melo à essa periodização, pois de fato esse suposto “Estado de direito” é muito difícil de ser visualizado na realidade, visto que a legislação discricionária e os vários momentos de arbitrariedade do regime iam muito além dos Atos Institucionais<sup>11</sup>. A visão de Ruy Mauro Marini a respeito do significado que o fim do AI-5 teve, por exemplo, torna muito mais nuançada essa atitude do regime, que certamente não implicava o final da ditadura ou do Estado de exceção.

A partir daí, sem abandonar as medidas repressivas – cassações de mandatos parlamentares, restrições à propaganda eleitoral, distorções dos mecanismos de representação eleitoral, entre outras – o governo avança paulatinamente na direção que se havia traçado, até chegar, em 1978, à revogação do Ato Institucional número 5 – que, em 1968, reforçava o caráter ditatorial do regime e que é substituído por um conjunto de salvaguardas (estado de sítio, estado de emergência e medidas de emergência) – e a designar e eleger, no ano seguinte, como seu sucessor o chefe do serviço de inteligência, general João Batista Figueiredo.<sup>12</sup>

Importante notar que a ditadura continuou a utilizar os mecanismos de arbítrio durante todos os anos pós-1979, inclusive no dia da votação da emenda das diretas, quando o general-ditador Figueiredo declarou, sem a necessidade de aval do Congresso, as medidas de emergência, cercando a Capital federal e impedindo que se realizasse a marcha sobre Brasília, que faria parte da campanha pelas diretas-já. Isso mostra o quanto a ditadura militar estava em pleno vigor, não obstante as medidas de descompressão, que faziam parte dos limites da *distensão lenta, gradual e segura*.

---

<sup>10</sup> VILLA, Marco, 2014.

<sup>11</sup> MELO, Demian, 2014, P. 179.

<sup>12</sup> MARINI, Ruy Mauro, 1991, p.2.

A outra possibilidade de periodização sugere, ao contrário, um alargamento do processo de transição, que passa a ser entendido como em andamento pelo menos até 1990, após a promulgação da nova Constituição (1988) e a posse do primeiro presidente eleito pela via direta pós-golpe militar (1990). Essa periodização foi defendida, por exemplo, no texto de Anderson Deo, *Uma transição à long terme: a institucionalização da autocracia burguesa no Brasil*. A partir de um referencial teórico marxista, esse historiador utiliza o conceito de “transição à *long terme* pactuada” para qualificar a transição brasileira. Na sua concepção, esse processo se inicia com o governo Geisel (1974-1979) e segue até a posse de Fernando Collor de Mello (1990). Nesse tipo de análise, o processo que muitas vezes é qualificado como “redemocratização”, tanto na historiografia como na memória histórica comum, é visto com maior criticidade. Pois, na realidade, esse processo não significa concretamente uma democratização da sociedade brasileira, mas sim “o resgate da ortodoxia liberal como elemento dinamizador das relações sociais, econômicas e políticas”<sup>13</sup>. O autor enfatiza a reorganização no interior do bloco burguês durante esse período, que terá como resultado, ao longo dos próximos governos, a consolidação do modelo neoliberal.

Ao findar o período de *transição*, uma nova composição no interior do bloco burguês havia sido configurada, de modo que a hegemonia da fração financeira se explicita a partir da consolidação do modelo societal de corte *neoliberal*, implantado efetivamente no país por Fernando Henrique Cardoso e aprofundado e aperfeiçoado por Luiz Inácio Lula da Silva.<sup>14</sup>

Na verdade, para Anderson Deo, numa leitura inspirada na interpretação de Florestan Fernandes sobre a *autocracia burguesa* no Brasil, o significado histórico da dita “redemocratização” é a transição de uma forma para outra forma do padrão autocrático de dominação burguesa.

No entanto, cabe destacar um aspecto fundamental à compreensão do que caracteriza a democracia e sua objetivação na realidade brasileira: o caráter marcadamente *autocrático* da burguesia que aqui historicamente se constituiu. Tal característica se reproduz ao longo de nossa processualidade histórica, e aquilo que procuraremos debater diz respeito ao período em que a autocracia burguesa transita de sua forma explicitamente *clássica*, através da ditadura civil-militar, à forma *legal-institucionalizada*, cujo mote político-ideológico se identifica com a “redemocratização”.<sup>15</sup>

<sup>13</sup> DEO, Anderson, 2014, p. 304.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 305.

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 306. Ressaltamos que Anderson Deo utiliza o termo “ditadura civil-militar” com o sentido proposto por Dreifuss, ou seja, “civil” com um recorte de classe. No entanto, como discutimos anteriormente, o termo foi ressignificado pela vertente revisionista, passando a tomar “civil” de forma

Essa tendência crítica da “redemocratização”, portanto, vê esse termo muito mais como uma expressão ideológica da visão de mundo burguesa sobre a “democracia”, que busca passar a imagem de um processo virtuoso de um certo retorno à democracia, após os anos de “autoritarismo” militar. Quando nos deparamos com a concretude desse processo histórico, segundo essa abordagem, na verdade temos, na *transição à long terme*, o “momento de pacto entre as várias frações burguesas internamente instaladas, que buscam o retorno à “legalidade democrática”, porém, sem abrir mão de seu poder autocrático”.<sup>16</sup>

Ao nosso ver, a teoria da Revolução Burguesa no Brasil<sup>17</sup>, desenvolvida por Florestan Fernandes oferece uma excelente reflexão sobre o longo processo de constituição e reprodução da autocracia burguesa em nosso país, o que nos permite interpretar a *transição* como mais um episódio dessa longa duração. Florestan realiza uma análise tanto estrutural quanto dinâmica do desencadeamento e do processo de consolidação da revolução burguesa, articulando dialeticamente fatores estruturais e conjunturais, bem como considera tanto os determinantes internos aos dinamismos históricos do Brasil quanto os fatores exógenos, provenientes da inserção do país no quadro internacional. O nosso objeto se situa historicamente na fase de irrupção do capitalismo monopolista, ou seja, no período da ditadura aberta de classe que impulsionou a entrada do Brasil nesse modelo de desenvolvimento capitalista. Nesse modelo, de acordo com Florestan, a incorporação da periferia ocorreu em direção ao império econômico das grandes corporações envolvidas. Além disso, essa incorporação teve um caráter devastador, marcada por formas de superexploração do trabalho e das matérias-primas da periferia.

Para Florestan Fernandes, o Brasil, junto com outras nações latino-americanas, se insere nesse quadro geral de incorporação dos países periféricos ao padrão de desenvolvimento capitalista monopolista. Ele argumenta que esse processo se tornou estrutural a partir da “revolução de 64”, que, através de uma ditadura de classe burguesa rígida, “acelerou a história”, viabilizando a entrada do país nesse modelo de

---

abstrata e mistificada. Assim, defendemos o uso da terminologia “ditadura militar” ou “empresarial-militar”.

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> Ver a obra clássica de Fernandes: A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica, 2006.

desenvolvimento capitalista. Do ponto de vista político-social, é fundamental notar, de acordo com Florestan, que essa irrupção do capitalismo monopolista na periferia, através da modernização “visada sob o lema de ‘desenvolvimento com segurança’”, desenrolou-se de uma maneira específica, distanciando-se da maneira como as nações hegemônicas haviam feito sua transição para esse padrão. A passagem brasileira para o capitalismo monopolista, portanto, segue a mesma tendência das outras fases de evolução do capitalismo em nosso país, isto é, dissociando desenvolvimento econômico e desenvolvimento político e social. Diferentemente do que ocorrera nas nações capitalistas hegemônicas, no Brasil, a elite das classes burguesas deixa de lado quaisquer aspirações igualitárias ou democráticas (mesmo num sentido burguês) e passa a seguir um padrão autoritário e autocrático, ou seja com a exclusão ou marginalização dos grupos e classes subalternos, com a finalidade de preservação e de ampliação dos seus privilégios.

Um elemento importante para o que Florestan Fernandes chama de ação *autodefensiva e autoprivilegiamento* das classes burguesas brasileira na passagem para o capitalismo monopolista é a função do Estado Nacional. Este serviu como instrumento controlado pela elite das classes burguesas nacionais para as suas ações de classe. Nesse sentido, Fernandes insere a discussão no quadro teórico clássico do marxismo, que considera que o Estado não pode ser dissociado dos interesses e orientações das classes que o controlam e o utilizam como instrumento de dominação.

No processo da *transição* do fim da ditadura militar, as frações das classes dominantes brasileiras, na verdade, atuaram com o objetivo de manter o padrão autocrático de domínio político sobre os grupos e classes subalternos mudando apenas a forma e o regime político dessa dominação.

Nesse sentido, ao invés de uma efetiva “democratização”, tivemos uma *transição autocrática pactuada* que possibilitou a passagem do domínio autocrático-burguês de sua forma abertamente ditatorial (cesarismo militar<sup>18</sup>) para sua versão

---

<sup>18</sup> O conceito de *Cesarismo Militar* foi operacionalizado por David Maciel (1999) para se referir ao período da ditadura militar no Brasil. *Cesarismo* é um conceito trabalhado pelo marxista italiano Antonio Gramsci. Para ele, o *cesarismo* “expressa uma situação na qual as forças em luta se equilibram de modo catastrófico, isto é, equilibram-se de tal forma que a continuação da luta só pode terminar com a destruição recíproca”. Dessa forma, o *cesarismo* expressa sempre uma solução “arbitral”, em uma determinada situação onde as lutas entre as classes tendem a fugir do controle das classes dominantes, como aconteceu no contexto pré-golpe de 1964. Assim, o golpe e a constituição da ditadura militar, com forte concentração de poder no Executivo federal, foi a “solução arbitral” para “salvar” o domínio do

jurídico-institucional. Já no início desse processo, Florestan Fernandes chamava atenção para o problema da dita “redemocratização”.

Não se trata de um “retorno à democracia”, que nunca existiu, nem de uma tentativa de abrir o caminho para uma “experiência democrática” autêntica. O que as classes burguesas procuram é algo muito diverso. Elas pretendem criar condições normais para o funcionamento e o crescimento pacíficos da ordem social competitiva, que se achava estabelecida antes de 1964 e foi convulsionada em seus fundamentos ideais, e revitalizada, em seus fundamentos econômicos, sociais e políticos, pelo desenvolvimento econômico acelerado e pela contra-revolução preventiva<sup>19</sup>.

Essa compreensão a respeito do movimento de reformas graduais no sentido de descompressão da arena política iniciadas pelo governo, entendidas por alguns como “abertura” ou “redemocratização”, nos possibilita evitar enxergar esse processo de uma maneira mistificada, pois, como Florestan argumenta, não era do interesse dos principais agentes burgueses realizar uma transição para uma ordem democrática, mesmo que para uma “democracia burguesa”.

Essa discussão, evidentemente, diz muito respeito à discussão em torno do conteúdo implícito no conceito de “democracia”. Para alguns autores, o processo de “redemocratização” significa uma conquista da “sociedade civil” brasileira, que, a partir das chamadas “lutas democráticas” dos anos 80, teria contribuído para a saída de cena da ditadura e para a entrada da “democracia”. Sobre essa visão, é exemplar o texto da cientista política Maria Paula Nascimento Araújo.

Tomo por base, para a abordagem desse momento, como sendo de “resistência e luta democrática”, a definição, por parte da própria esquerda brasileira (ou, pelo menos, por amplos setores dessa esquerda) de uma *conjuntura de resistência*, que incluía uma plataforma de lutas pelas liberdades democráticas e uma política de alianças que ia na direção de setores mais moderados da oposição, tendo como objetivo ampliar o movimento da sociedade civil contra a ditadura militar<sup>20</sup>.

---

capital no país, constituindo-se num *cesarismo regressivo*. Para Gramsci, que analisa outras situações históricas, como as de César em Roma, Napoleão I, Napoleão III e Bismarck, a solução “arbitral” que caracteriza o *cesarismo* tende a confiar esta solução, num contexto de equilíbrio de forças de perspectiva catastrófica, a uma grande personalidade. Todavia, o sardo comunista ressalta que “pode ocorrer uma solução cesarista mesmo sem um César, sem uma grande personalidade ‘heróica’ e representativa”. Nesse sentido, a solução “arbitral” utilizada por nossas classes dominantes foi encontrada na constituição de uma ditadura militarizada (cesarismo militar) que, aparentemente, possuía autonomia em relação às classes em luta, mas que concretamente serviu para restaurar o domínio político das classes dominantes, mesmo que para isso fosse preciso realizar algumas transformações. Ver. GRAMSCI, Antonio, 2007. Págs. 76 – 79.

<sup>19</sup> FERNANDES, Florestan. 2006, p. 421

<sup>20</sup> ARAÚJO, Maria, 2007, p. 323

Com essa abordagem sobre o processo de “redemocratização”, característica da ciência política que trabalha com a dupla antagônica “autoritarismo x democracia”<sup>21</sup>, perde-se de vista as tensões de classe que envolvem o alcance e o conteúdo dos diferentes modelos de “democratização” que as distintas forças atuantes reivindicavam naquele momento. A utilização reificada do conceito de “sociedade civil” como se esta fosse um bloco homogêneo, destituída do seu sentido baseado nas lutas de classes, aliás, é uma característica do revisionismo. Assim, perde-se de vista os profundos nexos que existem entre o regime ditatorial e o projeto de “democracia” que saiu vencedor da transição. Nesse sentido, o conceito de *institucionalização da autocracia burguesa* consegue dar conta da continuidade implícita nesse processo de *transição pactuada e autocrática*, do qual a grande massa pertencente às classes subalternas foi excluída para que a transição se encaminhasse “pelo alto”.

O movimento pelas Diretas-já expressou e amplificou muitas das tensões que envolviam o processo de transição. Nesse sentido, ele precisa ser entendido dentro desse contexto. Podemos observar que o fenômeno da campanha Diretas-Já foi interpretado a partir de diferentes pontos de vista teórico e político.

As primeiras narrativas que buscaram expressar o movimento vieram da crônica jornalística. A campanha “Diretas-Já”, aliás, foi intensamente documentada nas páginas de jornais, sobretudo daqueles que aderiram à campanha. Nesse sentido, é exemplar o conjunto de textos do então repórter da *Folha de São Paulo*, Ricardo Kotscho. Esses textos, originalmente publicados na imprensa, foram reunidos no livro lançado ainda em 1984, *Explode um novo Brasil: diário da campanha das diretas*. No livro, Kotscho constrói a imagem de uma campanha heroica, que ele denominava de a “travessia da esperança”. Para ele, a “campanha levantou o Brasil para dizer não ao regime que aí está, para dizer sim ao futuro, inundando as praças e as ruas de festas e de esperanças, apesar de tudo”<sup>22</sup>. Percebe-se que os textos de Kotscho enfatizam a campanha como uma “travessia rumo aos anseios nacionais”, algo que sacudiu “o gigante adormecido”, neste caso o “povo brasileiro”. O autor exalta o “povo nas ruas”. Diz que “esta

---

<sup>21</sup> Florestan Fernandes, no seu livro *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”* realiza uma profunda crítica à ciência política burguesa. Para ele, o analista percebe apenas uma parte da realidade. “A ‘reificação’, a ‘mistificação’ e ‘fetichismo’ limitam ou eliminam o ponto de vista científico na análise política. De um lado, porque o analista não expurga a carga ideológica de sua perspectiva de interpretação. De outro, porque mesmo que ele quisesse fazê-lo, ao se identificar com a ‘democracia liberal’ ele fica prisioneiro das limitações insanáveis da *consciência burguesa*”. (FERNANDES, 2019, p. 46).

<sup>22</sup> KOTSCHO, Ricardo, 1984, p. 12

campanha não tem donos, nem astros – e, se algum herói há na história da travessia, este herói é o povo brasileiro”<sup>23</sup>.

Os textos de Kotscho buscam heroicizar a campanha e o “povo brasileiro”, que aqui aparece homogeneizado, reificado. Essa mesma tendência aparece no discurso do governador de São Paulo, Franco Montoro, citado no livro pelo repórter: “Não foi a vitória de um partido, mas de todo o povo, demonstrando o caráter unitário da campanha”<sup>24</sup>. É importante lembrar que esses discursos são da fase áurea da campanha, isto é, nos primeiros meses de 1984, quando os “comícios-monstro” são realizados. Nessa fase do movimento, o processo de predomínio da oposição burguesa, que tinha Montoro como um dos principais representantes, assim como o órgão de imprensa *Folha de São Paulo*, estava bem consolidado. Nesse sentido, a reificação da imagem do “povo brasileiro” aparece como um mote ideológico para esconder as tensões e conflitos de classe que na realidade fraturavam o interior mesmo do bloco social que reivindicava o retorno das eleições diretas.

Outra tendência é de comparar as ações em torno da campanha pelas diretas-já com festas e até mesmo carnaval e copa do mundo. “O povo fez a festa, que não iria acabar tão cedo. Em Minas, o carnaval começou ontem, em clima de vitória da Seleção Brasileira numa Copa do Mundo”<sup>25</sup>. A construção dessas imagens serve para apagar qualquer perspectiva de radicalização do protesto popular, enfatiza-se sempre os temas da “comunhão”, da “festa”, do “civismo”. Além disso, o autor enfatiza a imagem de uma campanha que congrega “todo mundo” em torno de um ideal, igualmente, sem distinções de raça, credo ou de classe.

Pela primeira vez na História do Brasil, reunia-se no palanque e lá embaixo, nas ruas, gente de todas as tendências políticas, de rendas familiares as mais díspares, de todas as classes sociais, de todos os credos religiosos – o povo, enfim, em torno de um ideal.<sup>26</sup>

Fica evidente o argumento ideológico da “nação”, do “povo” e da exaltação da “democracia” com o mascaramento do conteúdo *autocrático-burguês* que constituía o projeto político da oposição burguesa que passou a direcionar a campanha, sobretudo após a adesão dos governadores do PMDB, que detinham o poder material e político

---

<sup>23</sup> Ibid., p. 15-16.

<sup>24</sup> Ibid., p. 45.

<sup>25</sup> Ibid., p. 86.

<sup>26</sup> KOTSCHO, Ricardo, op. cit., p. 108

para viabilizar os “comícios-gigantes”. A autocracia burguesa buscava se legitimar e se perpetuar na transição para a sua forma jurídica-institucional, negando o *cesarismo militar*, que fora fundamental para a manutenção do seu domínio em uma época de crise e para a implantação do seu projeto de modernização-conservadora.

Nos anos em que ocorreu o movimento pelas diretas-já, há, por outro lado, uma visão crítica do fenômeno. A partir de uma interpretação sociológica e histórica, Florestan Fernandes, utilizando-se do referencial teórico marxista, buscou analisar a realidade do movimento Diretas-Já, mesmo no calor em que a história se desenrolava. Em entrevista à Folha de Londrina, concedida em abril de 1984, o sociólogo chamava atenção para a problemática do uso do conceito de “sociedade civil”.

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que há muitos que fazem o uso do conceito de sociedade civil quando se referem a estas amplas camadas que hoje estão mobilizadas pelas diretas. Mas precisamos ter claro que sociedade civil é apenas parte da sociedade que tem direitos civis, que tem peso e voz na organização do poder. E o que caracteriza o Brasil é que a sociedade civil, aqui, mesmo quando absorve as classes trabalhadoras, subalterniza essas classes. Portanto, temos que falar em classes que lutam entre si, das quais a sociedade civil é um produto<sup>27</sup>.

Interessante notar que o uso reificado do conceito de “sociedade civil” se tornou uma característica fundamental do revisionismo histórico. A partir desse uso, Daniel Aarão Reis, por exemplo, defende a tese de que “a sociedade brasileira apoiou o golpe e a ditadura”, sem deixar claro, como fizeram autores como Dreifuss e Moniz Bandeira, por exemplo, quais grupos e classes compuseram esse bloco golpista e de apoio à ditadura.

No texto *As premissas sociais da democracia*, de 1985, Florestan Fernandes busca desmistificar a autoimagem que a oposição burguesa buscava construir sobre si mesma, calcando-se nos ideais de “democracia”, “união”, “pacificação”, etc.

A instauração da democracia tem sido vista segundo um viés deformado (poder-se-ia dizer deliberadamente deformado). Os que usaram e abusaram da ditadura hoje se deliciam com os equívocos que difundem, por todos os modos possíveis. O medo pânico de uma “desforra” dos que sofreram mais sob a opressão, a massa de explorados e oprimidos, alimenta um mecanismo circular de autodefesa burguesa, que lança para o futuro “democrático” a solução de todos os problemas e descarrega sobre o aqui e o agora a “necessidade” do convívio pacífico, da união de todas as classes e do

---

<sup>27</sup> FERNANDES, Florestan, 2007, p. 232

pacto social (ou entendimento entre patrões e empregados, entre o capital e o trabalho, entre o explorador e o explorado)<sup>28</sup>.

E sobre o significado político do movimento pelas diretas-já, Florestan Fernandes enfatiza a distinção de interesses materiais dentro do bloco social favorável ao sufrágio direto, desmistificando também a ideia de que todo o “povo brasileiro” tinha um mesmo objetivo. Além disso, associa os interesses das classes subalternas à superação do regime autocrático-burguês.

Em uma sociedade dividida em classes, fundada nos princípios da competição e do conflito, nenhum processo de importância coletiva possui um significado unívoco. Isso acontece naturalmente com o clamor pelas *eleições diretas-já*. As várias classes e estratos de classes possuem interesses materiais e políticos variáveis diante do sufrágio. Acresce que o golpe que conduziu à ditadura aboliu garantias legais e políticas das classes subalternas, especialmente dos operários e dos trabalhadores agrícolas. O que a massa popular exige não é “retorno ao passado”, mas a supressão imediata do monopólio do poder pelas classes dominantes (ou por seus grupos estratégicos civis e militares que se apossaram do aparelho do Estado e o converteram em um regime político de forma autocrática)<sup>29</sup>.

A visão de Florestan Fernandes sobre o fenômeno Diretas-Já insere o movimento na estrutura e na dinâmica da luta de classes no Brasil e busca romper com as mistificações construídas pelos setores políticos da burguesia e por seus intelectuais, que ajudam a organizar e a difundir essa visão de mundo. Nos anos seguintes, no entanto, podemos observar que a leitura predominante em relação à campanha das diretas reforçou outra tendência de interpretação desse movimento, que se aproxima em muitos aspectos da literatura revisionista sobre o golpe e o regime militar.

A esse respeito, vejamos a concepção do movimento presente no livro *diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura*, escrito por dois atores políticos que participaram entre os protagonistas do evento, Dante de Oliveira, o então deputado peemedebista que propôs a “emenda das diretas”, e Domingos Leonelli.

Entre os dois fatos ocorreu a maior mobilização popular do século XX no Brasil. E também a mais sentida frustração política da sociedade brasileira. O Brasil viveria, em dois anos, o desfecho de uma luta pela democracia que durou quase vinte anos e terminou de fato nas ruas, com Ulysses Guimarães à frente e de direito em uma sofisticada operação de transição democrática sob o comando de Tancredo Neves.<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> Ibid., p. 79

<sup>29</sup> Ibid., p. 246.

<sup>30</sup> LEONELLI e OLIVEIRA, 2004, p. 31

Para os autores, a campanha Diretas-Já se notabiliza por ter sido a maior mobilização popular do século XX no Brasil. No trecho aparece também a mistificação da “sociedade brasileira”, como se a derrota da emenda das diretas não tivesse significado uma vitória para amplos setores da mesma sociedade. A “luta pela democracia” aparece também num sentido generalizante, como se todos os sujeitos políticos estivessem lutando por um mesmo objetivo, a “democracia”, como valor absoluto e sem distinções de conteúdo. Além disso, há uma visão extremamente positiva da transição “democrática”, que os autores qualificam como uma “sofisticada operação sob o comando de Tancredo Neves”. A transição pactuada e pelo alto é tida como uma transição democrática e virtuosa, comandada pelo moderado Tancredo Neves, um dos maiores representantes da oposição burguesa, eleito via Colégio Eleitoral.

No livro *Diretas Já: o grito preso na garganta*, o cientista político Alberto Tosi Rodrigues (2003) constrói uma imagem da campanha Diretas-Já enfatizando também as ideias de “festa cívica”<sup>31</sup> e de “lutas democráticas”.

Foram momentos de “loucura”, dias de vertigem durante o qual os quais era muito difícil raciocinar com base nos padrões usuais da política brasileira. Naquele ano de 1984, a contagiante festa cívica fez com que acreditássemos todos que o golpe de misericórdia na ditadura militar estava ao alcance de nossas mãos.<sup>32</sup>

Pode-se observar, na concepção que Tosi constrói, a tendência de mistificação do movimento pelas Diretas. A partir da imagem da “vertigem”, o autor defende que “todos”, como que num momento inexplicável, passaram a acreditar que podiam derrubar a ditadura militar. Nesse livro, Tosi utiliza a metáfora do jogo político, no qual os atores mobilizam recursos políticos para alcançar seus objetivos dentro do processo de transição. Para ele, portanto, as Diretas foram uma bandeira “ eminentemente política”. Nesse sentido, na sua leitura, perde-se de vista as profundas tensões de classe

---

<sup>31</sup> No texto de Lucília Almeida Neves Delgado, cientista política, também se encontra esta ideia de “festa cívica”: “Festa democrática, que corroeu os últimos alicerces do regime autoritário. Festa que traduzia uma rara comunhão nacional entre instituições e movimentos populares. Festa da diversidade na unidade de propósitos. Festa republicana em um país de tradição patrimonialista. Festa da cidadania em uma nação na qual usualmente se desrespeitam os direitos básico de seus cidadãos. Festa de projeção do futuro em um tempo ainda encoberto por névoas” (DELGADO, 2007, p. 419)

<sup>32</sup> RODRIGUES, Alberto, 2003, p. 11.

que davam sentido ao processo. Como defendeu Florestan Fernandes, nessa mesma “bandeira política” engajaram-se grupos com interesses materiais antagônicos.

Quando falamos em “lutas políticas”, na verdade, entendemos que este conceito, pelo menos quando se trata de sociedades divididas em classes, é inseparável das lutas sociais. Como afirmou Karl Marx: “Não se diga que o movimento social exclui o movimento político. Não há, jamais, movimento político que não seja, ao mesmo tempo, social. Somente numa ordem de coisas em que não existam mais classes e antagonismo entre as classes as *evoluções sociais* deixarão de ser *revoluções políticas*”.<sup>33</sup> Para Marx, aliás, a própria luta entre as classes é uma luta política.<sup>34</sup>

Os conflitos de classes também são apagados na interpretação realizada pela cientista política Lucília Neves Delgado (2007). Apesar de reconhecer que havia diferentes projetos políticos no seio do movimento pelas Diretas, na sua narrativa tudo se resolve de maneira “pacífica”, na base da “negociação” e do “diálogo”, pois todos queriam a mesma coisa: a restauração da democracia e das liberdades no Brasil. Apagasse o fato de que um modelo “liberal-institucional” muito restrito, a ponto de preservar o padrão de dominação autocrático-burguês, foi imposto durante a transição pactuada.

Já na interpretação construída pelo também cientista político Edison Bertoncelo (2007), pode-se observar uma maior complexificação na análise. O autor compreende a campanha Diretas-já como parte de um ciclo de protestos sociais, que, para ele, materializou a insatisfação de diversos grupos sociais em relação à situação econômica, social e política<sup>35</sup>. Defende também que a campanha das Diretas não pode ser reduzida somente a uma mobilização pela aprovação da emenda proposta por Dante de Oliveira. Além disso, o autor sustenta que uma definição mais ou menos comum da luta por eleições diretas foi construída no contexto das mobilizações coletivas. Nesse sentido, Bertoncelo, em sua análise do movimento, busca observar a diferenciação interna a ele, observando a composição social das mobilizações. Ao mesmo tempo, esse autor, ao descrever ações da campanha reproduz certas imagens construídas pela imprensa burguesa sobre as Diretas-Já. Ao descrever o comício de Minas Gerais, o autor reproduz a imagem das manifestações como “grande festa pela democracia” e destaca o clima “alegre e festivo”.

---

<sup>33</sup> MARX, Karl, 2009, p. 192.

<sup>34</sup> Ver MARX, 2009, op. Cit.

<sup>35</sup> BERTONCELO, Edison, 2007, p. 75.

Por outro lado, no campo de discussão sobre o tema do movimento pelas Diretas-já, observa-se que tem surgido novos trabalhos que buscam seguir uma linha de interpretação mais próxima daquele sentido proposto nas análises calcadas no materialismo histórico, cujos textos de Florestan Fernandes foram pioneiros.

A esse respeito, destacaríamos três trabalhos acadêmicos que buscaram analisar o fenômeno do movimento pelas eleições diretas a partir do referencial teórico do materialismo histórico, isto é, fundamentando a análise no terreno concreto e histórico da luta de classes no qual o movimento se constituiu e se processou.

O primeiro trata-se de uma dissertação defendida no curso de mestrado da Universidade Federal de Goiás, em 1999, pelo historiador David Maciel. A dissertação intitula-se *Democratização e manutenção da ordem na transição da ditadura militar à nova República (1974-1985)*. Ao analisar a campanha das Diretas, o autor defende que ela era composta por duas dimensões.

Assim, a campanha das Diretas Já carregava uma dupla dimensão, derivada de seu caráter policlassista. Para os setores políticos e sociais vinculados à oposição *antiautocrática*, a realização das eleições diretas para presidente carregava a perspectiva de viabilização de um governo democraticamente eleito, porém comprometido com a reversão do modelo econômico e com a eliminação da institucionalidade autoritária reformada, em todos os seus aspectos, articulando organicamente as dimensões política e econômica da luta antiautocrática. Já os setores vinculados à oposição burguesa limitavam a questão da eleição direta a uma dimensão meramente política, vinculada ao caráter do processo da escolha do futuro presidente e à possibilidade de ascensão ao executivo federal. A eliminação da institucionalidade autoritária não era claramente colocada, quando não era francamente escamoteada, e o tratamento da questão econômica limitava-se à retórica.<sup>36</sup>

Utilizando o conceito, desenvolvido por Florestan Fernandes, de *autocracia burguesa*, David Maciel analisou o movimento pelas Diretas a partir desses dois campos fundamentais em luta. O primeiro composto pelos setores sociais e populares que buscavam, na luta pelas eleições diretas, superar elementos autocráticos da realidade brasileira. E o segundo, composto pelos setores vinculados à oposição burguesa, que objetivavam as eleições diretas como forma de ascender ao executivo federal, sem colocar em questão o padrão de dominação autocrático-burguês e a estrutura econômica do país.

---

<sup>36</sup> MACIEL, David, 1999, p. 362

A partir de um referencial semelhante, a tese de doutorado em ciências sociais de Vanderlei Elias Nery, defendida em 2012, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, também enfatizou as tensões de classe presentes no movimento pelas Diretas. A tese é intitulada *A campanha Diretas Já e a transição brasileira da ditadura militar para a democracia burguesa*. Nesse trabalho, Nery critica análises de perspectiva institucionalista sobre a campanha Diretas-Já, num sentido semelhante ao que defendemos nesta dissertação.

As obras que têm como tema a campanha Diretas Já não respondem à nossa pergunta, pois analisam a campanha como um renascer da sociedade civil e um resgate da cidadania. Adotando uma perspectiva institucionalista, essas obras deixam de captar o papel das classes sociais e do Estado na condução da campanha, o que, ao nosso ver, induz à avaliação da campanha Diretas Já como mais um passo vitorioso na trajetória linear da “sociedade civil” rumo à democracia.<sup>37</sup>

Observa-se, portanto, que Nery enxergou também, em sua análise dos trabalhos que partem dessa perspectiva institucionalista, muito próxima das teses revisionistas, as tendências de escamotear as tensões de classe, de mistificar o “Estado”, como se este fosse um ente totalmente autônomo em relação à estrutura das relações sociais de produção, como também, a reificação da “sociedade civil” e a mistificação da “democracia”, conforme discutimos anteriormente. Ao contrário da tese do “resgate da sociedade civil e da cidadania”, Nery busca demonstrar que a forma de organização da campanha e a não aprovação da emenda das Diretas no Congresso Nacional “impuseram uma dura derrota ao movimento operário e popular no que concerne à ampliação da cidadania política e social”<sup>38</sup>. O autor também procura defender a tese de que a oposição burguesa dirigiu a campanha Diretas-Já para a luta parlamentar, pois, o seu objetivo era, apenas, mudar o regime político da ditadura para a “democracia”, sem correr riscos de alterar as estruturas do Estado<sup>39</sup>.

Essa interpretação de Nery consegue esclarecer o sentido de *passivização*, termo utilizado por David Maciel<sup>40</sup>, que a campanha Diretas-Já operou junto ao protesto popular, direcionando a luta para o terreno parlamentar. O trabalho também tem o mérito de romper com uma leitura linear de um suposto “renascer da sociedade civil” e “resgate da cidadania”. No entanto, em nossa visão, a concepção proposta por Nery de

---

<sup>37</sup> NERY, Vanderley, 2012, p. 13

<sup>38</sup> Ibid., p. 14

<sup>39</sup> Ibid., p. 19

<sup>40</sup> Op. Cit., p. 361.

que a transição desembocou na construção de uma “democracia burguesa” não se adequa muito bem à realidade brasileira, pois, como propôs Florestan Fernandes, a nossa história de capitalismo subdesenvolvido e dependente fez com que tivéssemos não uma democracia burguesa clássica, mas sim uma *autocracia burguesa*.

O terceiro trabalho que gostaríamos de destacar trata-se da dissertação de Samuel Fernando da Silva Júnior, defendida em 2018, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Ela se intitula *Diretas Já e autocracia burguesa no Brasil: Luta política na Transição Conservadora*. De imediato, no título, o autor traz a principal fundamentação teórica do trabalho, a teoria da revolução burguesa no Brasil, desenvolvida por Florestan Fernandes. Silva Júnior operacionaliza, na análise, alguns conceitos do marxista italiano Antonio Gramsci, tais como *revolução passiva*, *transformismo*, *cesarismo*. Conceitos, aliás, que também aparecem no trabalho de David Maciel, discutido anteriormente. Operacionalizando estes conceitos, o autor realiza uma análise fundamentada no materialismo histórico. Enfatiza, na linha do David Maciel, a luta entre uma oposição burguesa - anticesarista e autocrática - e uma oposição antiautocrática. O objetivo principal do trabalho é “entender como a autocracia se configura e se institucionaliza frente aos movimentos de luta política no Brasil”. Para ele,

O movimento pelas Diretas Já, mesmo vindo da sociedade política, se configurava dentro dos limites de determinadas frações burguesas da sociedade civil e, conseqüentemente, não foi, em sua essência, um movimento de contestação radical, de alguma mudança estrutural, mas um que teve como corolário a popularização do PMDB e para a oposição burguesa em geral.<sup>41</sup>

Essa é a concepção da campanha Diretas-Já defendida por Silva Júnior, um movimento que surge no seio da sociedade política e depois vai se espalhando na sociedade civil. Todavia, o autor deixa claro que isso ocorre dentro dos limites de determinadas frações burguesas da sociedade civil. Além disso, a campanha não resultou num “resgate da cidadania”, mas contribuiu paradoxalmente para criar legitimidade para o Colégio Eleitoral no contexto da campanha pró-Tancredo, o que viabilizou a transição pactuada e “pelo alto”.

Evidentemente, podemos observar que essas linhas de força analíticas e interpretativas sobre o significado histórico do movimento atravessam também a

---

<sup>41</sup> SILVA JÚNIOR, 2018, p. 89

historiografia paraibana. A grande maioria dos trabalhos acadêmicos que encontramos sobre a temática se propõem a analisar a “transição” ou “redemocratização” e a campanha Diretas-Já em nível nacional. Reconhecemos a importância desses estudos que contribuem na formação de um conhecimento de conjunto sobre esse processo histórico, no entanto, entendemos que é importante analisar também os processos ocorridos em espaços locais, na medida em que estes guardam especificidades em relação a outros espaços do país. Esse trabalho busca prestar uma contribuição no preenchimento desta lacuna existente na historiografia paraibana, ao analisar a campanha Diretas-Já na Paraíba, situando-a no contexto da transição. Apesar de termos ainda poucos trabalhos de pesquisa que trataram do período da “transição” em perspectiva local, podemos contar hoje com um conjunto de textos acadêmicos que resultaram de pesquisas sobre o período da ditadura militar na Paraíba.

Em 2014, por exemplo, foi lançado um livro que traz a contribuição de vários autores que pesquisaram a ditadura na Paraíba. Trata-se da coletânea *Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania*. O próprio título já expressa que os autores dos estudos publicados no livro se alinham mais às proposições defendidas por autores considerados revisionistas, visto que é utilizado o conceito de golpe e ditadura civil-militar, não no sentido de um golpe e um regime ditatorial de classe, mas no sentido de uma diluição das forças golpistas no uso generalista do conceito de “sociedade civil”. Encontramos também no livro artigos que defendem a tese do golpe explicado pela “grande radicalização tanto no campo da esquerda como no da direita política”, como fez o historiador paraibano Paulo Giovani Nunes<sup>42</sup>. Além disso, observa-se a operacionalização do conceito também generalista de “cultura política brasileira”. Em síntese, a busca pela explicação histórica dos fenômenos que envolvem a ditadura militar passa ao largo daquilo que consideramos, junto com autores fundamentados no materialismo histórico, que citamos anteriormente, essencial à lógica do processo: que o golpe e a ditadura militar são episódios pertencentes a uma determinada estrutura social fundamentada no antagonismo de classes em um país como o Brasil.

Paulo Giovani Antonino Nunes se destaca na produção de textos historiográficos sobre o período da ditadura militar na Paraíba, especificamente sobre o período da transição. No artigo *Estado versus Sociedade Civil: o processo de transição para a*

---

<sup>42</sup> NUNES, Paulo. **Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação**, 2014, p. 78.

*democracia na Paraíba* (1975-1979), publicado em 2009, Nunes buscou “analisar a atuação política, social e cultural da sociedade civil paraibana na época da transição para a democracia no Brasil”<sup>43</sup>. Esse trabalho contribui ao esboçar um panorama geral da Paraíba no processo de transição, enfocando a dinâmica de atuação de vários órgãos e grupos da sociedade paraibana na luta contra a ditadura. No entanto, nosso trabalho pretende levantar algumas problematizações a respeito de algumas teses presentes no trabalho de Nunes; essas mesmas concepções revisionistas sobre a ditadura, a transição e o movimento diretas-já na Paraíba foram veiculadas por Nunes em outros trabalhos, publicados em conjunto com seus orientandos no curso de História da Universidade Federal da Paraíba<sup>44</sup>.

Um problema que podemos levantar no texto de Paulo Giovanni Nunes é a tão característica mistificação da “sociedade civil”, que o autor incorpora da tendência revisionista da historiografia brasileira sobre a ditadura. Já no título, observamos a concepção errônea de que “Estado” e “sociedade civil” são entidades não só absolutamente separadas, mas antagônicas (“Estado versus Sociedade Civil”). A “sociedade civil” aparece no texto como um ente homogêneo e virtuoso, que se coloca em oposição ao Estado ditatorial. Sob o signo das “lutas democráticas”, apaga-se as distinções ideológicas que atravessavam os grupos sociais que de diferentes formas se opunham à ditadura, bem como os seus interesses materiais divergentes.

Outra questão problemática do texto de Nunes, que também se relaciona com o conceito de “sociedade civil”, é a sua defesa da tese de que na Paraíba “a sociedade civil era frágil”. Após apresentar parte das ações políticas de diversos grupos oposicionistas da sociedade paraibana, tais como movimento estudantil, movimento feminista, Ordem dos Advogados do Brasil, seção da Paraíba (OAB-PB), Associação Paraibana de Imprensa, Igreja, movimento sindical etc., Nunes chega ao final do texto afirmando: “estes ‘arroubos’ da sociedade civil não invalidam a tese de que no estado da Paraíba, ela seja frágil, principalmente, diante de um estado controlado por uma elite tradicional, que hegemoniza a política a partir do uso dos recursos públicos, com práticas

---

<sup>43</sup> NUNES, Paulo, 2009.

<sup>44</sup> Tais como os trabalhos “Os anos de chumbo da ditadura militar na Paraíba (1969-1974)”, que Paulo Giovanni publicou junto com Janaína Gomes da Silva; e “Estado e sociedade civil na Paraíba na época da transição para a democracia (1974-1985), publicado em conjunto com Talita Hanna Cabral Nascimento e Suelly Costa dos Santos.

clientelísticas e autoritárias”<sup>45</sup>. Ora, na visão de Paulo Giovani Nunes, “sociedade civil” se resumiria aos grupos de oposição à ditadura; esta seria, então, “frágil” porque acima dela reinava um “Estado” controlado pelo que o autor denomina de “elite tradicional”. Mais uma vez o conceito de “sociedade civil” é mistificado, pois, ao contrário do que o autor expõe, os antagonismos entre as classes que atuam dentro dela, inclusive as conservadoras e dominantes, é o que dá sentido ao que podemos entender como uma “sociedade civil”. A “sociedade civil”, por outro lado, não pode ser entendida como algo separada e antagônica ao “Estado”, pois ambos se encontram interligados e em interrelação na realidade concreta. Além disso, o uso do conceito de “elite tradicional” contribui para essa mistificação, pois esconde-se o caráter de classe do Estado em uma sociedade capitalista.

Ademais, é um dos objetivos principais do nosso trabalho questionar como a “transição” brasileira foi construída nesse processo e qual modelo saiu vencedor, estudando a Paraíba nesse contexto. Portanto, consideramos insuficiente a tese da “redemocratização”, presente na análise de Nunes, na qual há a concepção de que o retorno do Estado de direito após o fim do regime militar teria significado o “retorno da democracia”.

A tese da “redemocratização” está presente também no texto da orientanda de Paulo Giovani Nunes. Maria Tereza Dantas Bezerra Soares publicou um artigo no Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, em 2016, intitulado *Lutas democráticas contra a ditadura: a campanha das “Diretas-Já” no estado da Paraíba*. O texto tem como objetivo estudar a campanha Diretas-Já na Paraíba, observando a atuação do Estado e da sociedade civil paraibana na “transição para a democracia”. Esse trabalho, que se insere no campo da chamada “Nova História Política”, apesar das dimensões pequenas que é característica de um artigo, traz uma importante contribuição, já que, até onde alcançou esta pesquisa, o fenômeno Diretas-Já na Paraíba não foi muito estudado. No entanto, consideramos que a análise realizada por Soares contém uma concepção homogeneizante da campanha, no sentido de defender que houvera uma união de todos os opositores da “ditadura civil-militar” em nome da “democracia” na Paraíba; não custa repetir que na presente análise pretendemos problematizar as concepções diferentes de “democracia” e do processo de transição em disputa no seio da campanha

---

<sup>45</sup> Ibid., p. 82. Esse mesmo trecho se encontra, escrito da mesma forma, no livro *A Política Paraibana e a construção do PT no estado*, que resultou da tese de doutorado de Paulo Giovani, defendida em 2003.

Diretas-Já na Paraíba. Vejamos uma parte do texto de Maria Soares que exemplifica muito bem esta visão homogeneizante do movimento:

“Diretas Já”, se tornou uma palavra de ordem nas ruas, praças, salas de aula, locais de trabalho, campos de futebol e comunidades de todo o Brasil. Políticos que lutavam pelo fim do regime e os que reconheciam que o mesmo havia chegado ao seu suspiro final, artistas, jornalistas, trabalhadores, advogados e juristas, acadêmicos, estudantes, médicos, enfim, todas as categorias, classes, cores e gêneros, uniram-se em torno de um desejo de mudança e de conquista republicana e democrática. Infelizmente, a História frustrou a todos estes.<sup>46</sup>

Nesse trecho a visão mistificadora do movimento Diretas-Já fica evidente. Todas as categorias sociais, nas palavras da autora, teriam se unido em torno de um mesmo objetivo, como se isso fosse possível, concretamente, em uma sociedade composta por classes e grupos com ideologia e interesses materiais divergentes. A autora confunde o caráter pluriclassista do movimento Diretas-Já, que de fato existiu, com uma pretensa univocidade e homogeneidade. Ao contrário, sabemos que o movimento, apesar do engajamento de setores subalternos da sociedade, foi controlado pelos setores da oposição burguesa, cujos interesses e concepções não eram os mesmos e nem podem se resumir na abstrata fórmula de “lutas democráticas contra a ditadura”.

No texto de Maria Soares encontra-se claramente ecos da tendência revisionista da historiografia sobre a ditadura, que evidentemente foram resultado da orientação de Paulo Giovani Nunes. A autora utiliza os termos revisionistas como “ditadura civil-militar” e “cultura política”, que é incorporado da concepção defendida por Rodrigo Patto Sá Motta. Escamoteando as distinções advindas das lutas de classes, Soares operacionaliza conceitos como “oposições de elite” e “setores progressistas”. O movimento se resume, para ela, ao encontro dos “anseios democráticos de mudança da sociedade brasileira”, abstraindo mais uma vez os diferentes projetos de transição que existiam.

A tendência homogeneizadora do movimento Diretas-Já é tão forte que a autora coloca o então governador Wilson Braga, do PDS, como um autêntico defensor do retorno das eleições diretas para presidente da República. Nessa visão, Braga seria tão defensor da “democracia” quanto os trabalhadores reunidos nos sindicatos, estudantes ou militantes de esquerda que se inseriram no movimento. Quando, na verdade, como

---

<sup>46</sup> SOARES, 2016, p. 1.

veremos neste trabalho, o “apoio” demonstrado, em algumas ocasiões, por Wilson Braga era muito mais retórico do que efetivo; da mesma forma como ocorreu com outros políticos pedessistas no contexto em que houve uma intensa popularização da reivindicação por eleições diretas.

A autora incorre em uma visão generalizadora também quando afirma que a derrota da emenda das eleições diretas teria frustrado a todos os setores oposicionistas, utilizando, inclusive, a imagem da “História” como uma entidade providencial. Como se a oposição burguesa não tivesse conseguido emplacar o seu projeto de transição pactuada e autocrática, concretizada na eleição indireta de Tancredo. Como se tivessem sido derrotados, em mesmo nível, tanto os setores burgueses oposicionistas quanto os trabalhadores rurais e urbanos empobrecidos.

Outro trabalho que se debruçou sobre o movimento Diretas-Já na Paraíba foi o artigo de MACÊDO e SOUZA (2009). O texto tem como objetivo analisar as representações do movimento através das charges, a partir de um referencial teórico presente no campo da *História Cultural do Político*, ou o que os autores chamam de *História Política renovada*. José Emerson Tavares de Macedo, aliás, é autor de dissertação, defendida em 2012, no PPGH-UFCG, na qual ele analisa um conjunto de charges publicadas no Jornal da Paraíba e no Diário da Borborema sobre o contexto e a campanha Diretas-Já. O objetivo de Macedo, portanto, se circunscreve a analisar as charges enquanto representações humorísticas sobre o movimento, realizando algumas contextualizações mais pontuais<sup>47</sup>.

Podemos observar que há na dissertação de José Emerson Tavares Macedo a predominância de uma concepção homogeneizadora do movimento por Diretas-Já. Ele define as “Diretas-Já” como um “movimento político democrático” que aglutinou todos os setores oposicionistas<sup>48</sup>. Nesse sentido, a visão do autor se insere na lógica abstrata das “lutas democráticas contra a ditadura”. Há também uma visão mistificadora do conceito de “democracia”, pois o autor defende a tese de que, caso a emenda das Diretas fosse aprovada, o país retornaria, mecanicamente, à “democracia”. Ao nosso ver, o conceito de democracia não pode ser visto como algo sem conteúdo específico, que é determinado justamente pela correlação de forças das classes sociais que lutam para definir este conteúdo. O autor cai em abstrações como a de que “o povo brasileiro

---

<sup>47</sup> Ver MACÊDO, 2012.

<sup>48</sup> Ibidem, p. 73.

demonstrou a sua vontade de implantar o retorno à democracia”<sup>49</sup>. Poderíamos perguntar: quais setores do “povo brasileiro”? que espécie de “retorno” à “democracia”? Além disso, Macêdo, em alguns momentos, toma as oposições à ditadura de uma forma generalizadora, quando sabemos que o bloco oposicionista era extremamente diversificado. Não podemos dizer, por exemplo, que a oposição burguesa saiu derrotada com a rejeição da emenda das Diretas, pois o projeto da transição pactuada foi vencedor com a eleição indireta de Tancredo Neves.

A dissertação de Jonathan Leite (2017) traz uma contribuição ao analisar os limites da “redemocratização” sob o governo Figueiredo em Campina Grande, enfatizando o que ele chama de “sofisticação da violência e da repressão”, as opressões econômicas e sociais impostas pelo governo militar e as lutas de grupos da sociedade campinense contra a ditadura. Leite chega a mencionar, de maneira incipiente, a campanha Diretas-Já em Campina Grande, que não foi, evidentemente, o objeto de sua pesquisa. Além disso, o autor enfatiza mais os aspectos repressivos e violentos da ditadura na fase da transição, sem operar uma investigação aprofundada acerca das concepções de “democracia” e interesses de classes e grupos sociais divergentes no processo, objetivo que pretendemos seguir com este trabalho.

Como fundamentação teórica e metodológica, nossa pesquisa se ancora nos pressupostos do materialismo histórico, passando pela utilização de noções, categorias e conceitos construídos pelos fundadores dessa visão da história, Karl Marx e Friedrich Engels, e também pelo diálogo com autores que construíram análises seguindo tal método de pesquisa. Como visão da história, o materialismo histórico é apresentado por seus fundadores enquanto método de apreensão intelectual do movimento real da história concreta, que é produto da constante interação entre os indivíduos reais e suas condições materiais de vida.

Os pressupostos de que partimos não são arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica<sup>50</sup>.

---

<sup>49</sup> Ibidem, p. 105.

<sup>50</sup> MARX e ENGELS, 2007, p. 86-87

Nesse sentido, a partir desta teoria materialista da história, buscamos analisar as ações e as representações construídas pelos indivíduos e grupos sobre os quais pesquisamos, entendendo-as no seu contexto material.

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, ainda aparecem, aqui, como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real.<sup>51</sup>

Ao nos orientarmos teoricamente pelo materialismo histórico, conseqüentemente, trabalhamos com categorias fundamentais tais como classes sociais, luta de classes, totalidade, ideologia etc. Procuramos, nesse sentido, ler as fontes da pesquisa em diálogo com estes conceitos, com o objetivo de compreender da melhor forma possível as múltiplas determinações que envolvem o objeto do estudo.

Assim, possui lugar importante no estudo que realizamos a análise da estrutura econômico-social e de suas transformações, considerando o recorte temporal (1983-1985) e espacial da pesquisa, mas com a necessidade de recuar para transformações ocorridas na longa duração.

Por outro lado, é dado importância, no mesmo nível, às lutas e transformações ocorridas nas superestruturas político-ideológicas, pois nos baseamos na concepção de que estrutura econômica e superestruturas político-ideológicas devem ser compreendidas em inter-relação dialética, evitando-se, portanto, cair tanto em uma análise “economicista” ou “estruturalista” (política como mero reflexo da estrutura econômica) quanto em uma perspectiva meramente “politicista” que desconsidere os aspectos condicionantes presentes na estrutura econômico-social. Ademais, dar-se-á ênfase à ação política dos sujeitos que aparecem na pesquisa, reconhecendo as limitações e condicionamentos impostos pelas estruturas.

---

<sup>51</sup> Ibid., p. 93-94

A perspectiva dialética da história enfatiza a dimensão dos conflitos e da luta de classes, nesse sentido, o nosso olhar historiográfico busca investigar, através da análise das fontes da pesquisa, o que há de contradições, divergências e embates no processo social que estudamos. A produção acadêmica brasileira sobre a “transição” tem recebido contribuições valiosas de trabalhos que questionam um pretenso caráter homogêneo e pacificador desse processo alimentado por narrativas que enfatizam teses como a “redemocratização”, “ressurgimento da sociedade civil”, “resgate da cidadania”, “autoritarismo x democracia”, “festa cívica” etc.

Esse trabalho, ao pretender construir uma análise crítica da campanha Diretas-Já no contexto da transição, busca se fundamentar na historiografia que vem tecendo críticas às perspectivas institucionalistas, que acaba focalizando excessivamente as ações dos agentes e instituições situados dentro da institucionalidade do regime, construindo a imagem de que a Diretas-Já caminhou tranquilamente e unitariamente em defesa da “democracia” e que os personagens principais teriam sido os políticos da oposição “moderada”. Caminhando por outras trilhas historiográficas, enfatizamos a luta entre diferentes projetos políticos e os conflitos no seio da Diretas-Já, pois compreendemos que havia concepções divergentes sobre o processo de transição e sobre o tipo de “democracia” que deveria ser construído naquele processo social.

Utilizamos como fontes de pesquisa os jornais do *Diário da Borborema*, *Gazeta do Sertão*, *Correio da Paraíba* e *Jornal da Paraíba*. Devido à pandemia do novo Coronavírus e o conseqüente fechamentos dos arquivos públicos nos quais se encontram os exemplares desses periódicos e outros, como o jornal *A União* e *O Norte*, que pretendíamos utilizar também, tivemos dificuldades de acesso às fontes. Por esta razão, a pesquisa se baseou mais amplamente nos jornais *Gazeta do Sertão* (GS) e no *Diário da Borborema* (DB), pois foram estes aos quais pudemos ter acesso ao maior número de exemplares; sobretudo, o GS, pois conseguimos todas as edições entre dos anos 1983 e 1984, através do arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Campina Grande (IHCG). É necessário ressaltar também que, justamente pela impossibilidade de acesso aos arquivos físicos dos jornais paraibanos, jornais estes que, infelizmente, em sua maior parte não se encontram digitalizados, esta pesquisa obteve uma maior quantidade de informações referentes à campanha Diretas-Já na cidade de Campina Grande, a segunda maior cidade do estado, depois da capital João Pessoa. Isto se deu em função dos dois órgãos a que tivemos maior acesso serem jornais campinenses; todavia,

conseguimos alcançar uma boa quantidade de informações a respeito do movimento em outras cidades paraibanas, principalmente João Pessoa, mesmo que ficando aquém daquilo que esperávamos.

Os jornais utilizados como fonte de pesquisa são compreendidos enquanto pertencentes ao modelo de imprensa empresarial ou imprensa burguesa, já que se organizam e atuam como uma empresa privada. Operacionalizamos, para analisar as direções da atuação política desses órgãos ao repercutirem uma concepção da Diretas-Já e uma concepção de “democracia” coerente com a do grupo social que eles representavam ideologicamente, as propostas metodológicas desenvolvidas por Antonio Gramsci.

Desde os seus escritos *pré-carcerários*, o marxista italiano construiu reflexões teóricas a respeito da atividade publicística, em especial o jornalismo. A imprensa burguesa, em seu tempo, já desempenhava um importante papel social e político, atuando, nas sociedades modernas capitalistas, como verdadeiras empresas que funcionavam como aparelhos ideológicos das classes dominantes. Na leitura de Gramsci sobre o jornalismo, portanto, vemos que a luta de classes se expressa através da atividade publicístico-editorial. Para ele, o jornal burguês, antes de tudo, é um instrumento de luta movido por ideias e interesses ligados às classes burguesas. Apesar da necessidade de se apresentar às classes subalternas como um órgão independente de informação, os jornais burgueses “apresentam os fatos, mesmo os mais simples, de modo a favorecer a classe burguesa e a política burguesa com prejuízo da política e da classe operária”<sup>52</sup>.

Gramsci vê os jornais burgueses enquanto jornais-mercadoria. Isto é, uma mercadoria ligada à necessidade do grupo de administradores e diretores do órgão de imprensa de torna-la atrativa à grande massa de consumidores, ou seja, as classes trabalhadoras. Ao mesmo tempo, ele defende que a função essencial do jornal tem a ver com a função intelectual, cultural, ideológica e política exercida nas sociedades capitalistas modernas.

Considerando o conceito gramsciano de jornal burguês, ou o jornal-mercadoria, vemos que é preciso tomar uma série de cuidados metodológicos ao analisar as fontes de nossa pesquisa, que se enquadram justamente nesse tipo de material. Nos seus

---

<sup>52</sup> GRAMSCI, 1976, 96.

*Cadernos do Cárcere*, sobretudo no caderno dedicado ao Jornalismo, o filósofo marxista oferece um conjunto de apontamentos a esse respeito. Estes apontamentos podem ser sintetizados na sua proposta de estudar os jornais como capazes de desempenhar a função de partido político. Com isso, temos que cada órgão de imprensa burguesa está, necessariamente, ligado a uma determinada fração ou grupo que compõe essa classe mais geral, assim como acontece claramente com os partidos políticos. Além disso, ele considera então que cada jornal apresenta as notícias, reportagens, artigos e todos os elementos que o compõe, de maneira a difundir o modo de ver dessa determinada fração de classe<sup>53</sup>.

Nesse sentido, o autor dos *Cadernos do Cárcere* propõe que o pesquisador que analisa os jornais precisa levar em conta fatores como: os aspectos ideológicos, isto é, qual concepção do mundo o jornal busca difundir e à qual fração de classe ele está ligado; questões técnicas, que dizem respeito à qualidade do impresso e suas características materiais e estéticas; qual a tiragem do jornal, o que possibilita ter uma ideia do alcance da publicação, se é direcionado a um público mais seletivo ou se configura-se num órgão de comunicação de massa; e também para a questão de para quem o jornal é dirigido, sobre quais grupos e frações de classe o jornal busca influir e direcionar o seu modo de ver o mundo.

Os jornais, numa leitura gramsciana, portanto, devem ser analisados do ponto de vista do materialismo, isto é, uma visão histórica e que o insira na totalidade social. O pesquisador, portanto, deverá estudar os elementos estéticos, técnicos, ideológicos ou intelectuais, de forma e de conteúdo, econômicos, mercadológicos que envolvem um determinado jornal, além de investigar a relação deste jornal com o seu público, de que maneira procura influir no pensamento deste.

O tema do movimento Diretas-Já nos acompanha desde a graduação em História na Universidade Federal de Campina Grande, no qual foi defendida a monografia de conclusão de curso sobre o movimento na cidade de Campina Grande. A escolha pelo tema foi realizada nos idos do ano de 2015. Teve muito impacto na escolha o contexto político que vivíamos naquele período, no qual os debates em torno da nossa problemática “democracia” se acendiam cada vez mais. De lá para cá, os problemas que

---

<sup>53</sup> Discutimos estas proposições teórico-metodológicas de Gramsci a respeito do jornalismo no seguinte texto, publicado como capítulo de livro: CAVALCANTI, Jean L. M. **Os jornais e a luta de classes:** pesquisa histórica em uma perspectiva gramsciana. In: Antonio Gramsci e os desafios do marxismo no mundo contemporâneo. João Pessoa; Editora do CCTA, 2020.

envolvem nossa formação histórica e política só recrudesceram. Nesse ínterim, passou-se a olhar com mais interesse ainda para os nexos entre os problemas do nosso país e a forma como foi feita a transição do fim da ditadura militar. Estudar o movimento pela Diretas-Já é uma forma de contribuir para o debate de questões que envolvem essa problemática e, assim, ajudar a construir conhecimentos sobre os processos que nos trouxeram até aqui para melhor atuarmos no sentido da superação de obstáculos históricos à construção de uma sociedade realmente democrática.

Considerando estes pontos, encaminhamos a pesquisa que resulta nesta dissertação. Ela está dividida em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, intitulado *O contexto histórico da formação do movimento pelas diretas-já na Paraíba*, procuramos traçar um breve panorama histórico dos processos que formaram a *transição* brasileira, buscando discutir sobre o significado desse período de nossa história. Em seguida, reduzimos a escala de observação para focalizar a Paraíba nesse contexto, nos indagando sobre como o estado vivenciou o processo da *transição*, em seus aspectos econômicos, sociais e políticos. Neste capítulo, discutiremos também como a reivindicação pelo restabelecimento do voto direto para presidente da República vai ganhando força no início de 1983 e se tornando uma bandeira oposicionista.

Feito isso, entramos no processo de formação do movimento Diretas-Já na Paraíba, situando o mesmo no contexto do movimento nacional. Desta forma, procuramos investigar como os diferentes setores da sociedade paraibana começaram a atuar no sentido da formação da campanha pelas diretas. Esta discussão é realizada no capítulo dois, intitulado *A formação do movimento pelas diretas-já na Paraíba*.

No terceiro e último capítulo, *O movimento Diretas-já no ano de 1984: do apogeu à derrota*, realizamos uma incursão no movimento Diretas-Já ao longo dos meses do ano 1984, no estado da Paraíba. Veremos como foram organizados e realizados os maiores atos públicos e manifestações pró-Diretas no contexto em que a campanha se intensificou em todo o país. Em seguida, analisamos como ocorreu a derrota da emenda das Diretas-Já e a participação dos deputados federais paraibanos na sessão do Congresso Nacional que rejeitou a proposta defendida por amplos setores da população brasileira. Enfim, veremos alguns indícios das repercussões do movimento após a derrota da emenda, quando o processo de *transição pactuada e pelo alto se*

consolidou com a eleição indireta do primeiro presidente civil depois do golpe militar de 1964.

## CAPÍTULO I – A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO PELAS DIRETAS-JÁ NA PARAÍBA E O SEU CONTEXTO HISTÓRICO

### 1.1 O Brasil em Transição

A ditadura empresarial-militar instalada a partir de primeiro de abril de 1964 se constituiu num regime político que viabilizou a modernização-conservadora<sup>54</sup> do capitalismo brasileiro, intensificando a inserção do país, de forma subalternizada, na fase monopolista do capitalismo internacional. Com o colapso do pacto populista, ao longo dos primeiros anos da década de 1960, a grande burguesia nacional, associada à burguesia internacional, agenciou o movimento político-militar que desembocaria no golpe de 1964 e na tomada do Estado brasileiro para a implantação do seu projeto econômico-social.

Desde então, a ditadura passaria por vários momentos e fases distintas, mas mantendo o seu essencial: um regime de força, extremamente militarizado, e que servia para implantar o programa político, econômico e social das classes dominantes, sobretudo da burguesia monopolista, combinado com a intensa exclusão e repressão dos opositores ao regime e das camadas subalternas da sociedade brasileira. A ditadura desde o seu início declarou abertamente para que viera; as intervenções nos sindicatos<sup>55</sup> e órgãos trabalhistas, proibição de manifestações dos trabalhadores e medidas que intensificavam o arrocho salarial escancarava a lógica do regime. Como sintetizou Octavio Ianni, o caráter militar da ditadura aparece mais abertamente, mas o que determina a natureza e o sentido do Estado ditatorial é a sua economia política, que se fundamenta na ideologia e nos interesses da grande burguesia imperialista e nacional.<sup>56</sup>

O Estado ditatorial formula e põe em prática uma política econômica visando dinamizar a produção de mais-valia absoluta e relativa (ou lucro,

---

<sup>54</sup> O conceito de modernização-conservadora é bastante utilizado, e de variadas formas, pelos analistas da ditadura militar no Brasil. Vale destacar que na vertente marxista não há uma visão “paradoxal” entre esses termos, como sugeriu Carlos Fico na sua crítica ao conceito, mas sim uma dialética que expressa o movimento de um tipo de Estado que empreende uma modernização do próprio aparelho estatal e das relações capitalistas de produção e ao mesmo tempo opera no sentido da conservação de estruturas sociais e políticas arcaicas. Ver FICO, 2017.

<sup>55</sup> De acordo com Edmilson Costa, “entre 1964 e 1979 ocorreram 1.202 intervenções nos sindicatos, das quais 810 só nos anos 1964-1965. Foram realizadas ainda 78 destituições de membros de diretorias sindicais; realizou-se interferência direta em 31 eleições de sindicatos, com anulação do pleito ou proibições de candidaturas; 3 354 dissoluções de entidades sindicais”. (COSTA, 1997, p.24)

<sup>56</sup> IANNI, Octavio, 2018, p. 57.

renda e juro, segundo o ‘economista profissional’), em favor da grande empresa privada nacional e estrangeira – principalmente esta”.

Este modelo de desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro alcançou seu auge no período do chamado “milagre econômico”, no governo do general-ditador Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Aproveitando-se de uma conjuntura internacional favorável, além do ambiente interno controlado pela força do regime, o que possibilitava a enorme extração de mais-valia por meio do arrocho salarial e superexploração da mão-de-obra<sup>57</sup>, o governo alcançou nessa época altos índices de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). José Paulo Netto assim se referiu ao chamado “milagre econômico”, termo inventado pela ditadura para se autolegitimar.

Aquele processo, que concretizou o “modelo econômico” próprio do ciclo ditatorial, teve objetivos e causas bastante definidos, sujeitos e beneficiários nitidamente identificados e também um enorme contingente de prejudicados suficientemente conhecidos – precisamente o grosso da população brasileira. Nesse “milagre”, nada existiu de misterioso ou enigmático.<sup>58</sup>

Foi justamente nesse período que a face mais violenta da ditadura ficou mais evidente, com episódios de prisões e torturas. Se a ditadura, desde os seus primeiros dias, imprimiu a violência como seu principal recurso político, com o decreto do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, a repressão mais brutal se generalizou mais fortemente, intensificando a faceta terrorista do Estado brasileiro.

No entanto, o regime ditatorial e as classes que controlavam o poder estatal não podiam eliminar completamente as contradições e os conflitos sociais gerados por este “modelo econômico”. Por esta razão, desde que a ditadura se instalou, diversos sujeitos atuaram se contrapondo aos ditames do governo. O padrão de *acumulação predatória*<sup>59</sup>, que resultou numa das maiores concentrações de renda do mundo industrializado, gerou ao mesmo tempo a insatisfação de amplos setores das classes trabalhadoras. Estes, mesmo diante de um regime político extremamente fechado e terrorista, não assistiram

---

<sup>57</sup> Segundo José Paulo Netto, “a superexploração da massa trabalhadora se manteve e se acentuou após 1968 – no período do ‘milagre’, agravou-se ainda mais a exploração predatória da força de trabalho: para comprar a ração alimentar mínima, o trabalhador que recebia salário mínimo deveria laborar, em 1967, 105 horas e 16 minutos; em 1968, 101 horas e 35 minutos; em 1969, 110 horas e 23 minutos; em 1970, 105 horas e 13 minutos; em 1971, 111 horas e 47 minutos; em 1972, 119 horas e 8 minutos; em 1973, 147 horas e 4 minutos; em 1974, 163 horas e 32 minutos”. (NETTO, 2014, p. 155)

<sup>58</sup> NETTO, José Paulo. Op. Cit., p. 147.

<sup>59</sup> Termo utilizado por Costa (op. Cit).

passivamente à desvalorização crescente do trabalho e a consequente piora das condições de vida<sup>60</sup>.

A partir do governo Geisel, que se iniciou em 15 de março de 1974, a ditadura passa a uma outra etapa. Marcada pelo fim do dito “milagre” e os primeiros sinais de um esgotamento do modelo econômico, a ditadura perdia força, além disso, as lutas sociais foram muito mais intensificadas. O novo governo propôs, então, um projeto de autorreforma do regime, que ficou conhecido como “distensão”, uma espécie de abertura “lenta, gradual e segura”. Mas, ao mesmo tempo, o país continuava sendo palco de vários atos de brutalidade partidos de dentro da institucionalidade autoritária do Estado contra os opositores do regime e membros das classes subalternas.

Com o governo Geisel, portanto, podemos dizer que se inicia uma espécie de processo de *transição*, que inicialmente parte do próprio governo, mas que enfrentaria idas e vindas com a entrada em cena de diversos sujeitos. Na verdade, as classes dominantes, que controlavam o poder estatal sob a ditadura, percebiam que não poderiam sustentar por muito mais tempo esta forma política de dominação e, por isso, passaram a propor uma autorreforma, com um certo grau de “abertura”, muito limitado. Além da pressão vinda dos de baixo, o fato é que a conjuntura internacional mudara drasticamente, sobretudo em função do primeiro choque do petróleo em 1973. Dentro do Brasil, ocorria, a partir de então, a retomada do processo inflacionário, a queda do ritmo do crescimento econômico e o aumento da dívida externa<sup>61</sup>.

Além disso, conforme demonstra Renato Lemos, houve, nos primeiros momentos do governo Geisel, o “agravamento da pressão internacional contra a ditadura no Brasil”. “Quinze dias depois da posse, o Tribunal Bertrand Russel reuniu-se em Roma para examinar denúncias de violação de direitos humanos na Bolívia, Brasil, Chile e Uruguai”<sup>62</sup>. Soma-se a essa tendência, a posse de James Carter Jr. na presidência dos Estados Unidos, em 1977, que se notabilizaria por sua “política de direitos humanos”<sup>63</sup>. Não obstante, conforme o autor, a estratégia de distensão da ditadura

---

<sup>60</sup> Edmilson Costa, citando dados encontrado em Kowal, Boris. História do Proletariado brasileiro – 1857 a 1977, afirma que somente nos oito meses após o primeiro de abril de 1964 ocorreram cerca de 20/30 greves no Brasil, com um total de 40/50 mil participantes. Já em 1965, o total de grevistas no país ultrapassara 100 mil pessoas. 1966/67, ultrapassara 300 mil. (Ibid., p. 183-185)

<sup>61</sup> Ibid., p. 202.

<sup>62</sup> LEMOS, Renato, 2018, p. 163.

<sup>63</sup> Ibid., p. 208.

convivia ao mesmo tempo com a utilização constante de recursos violentos contra as oposições.

A estratégia distensionista do regime ditatorial estava sendo exigida ao máximo em seu aspecto de equilíbrio. Para tornar segura a distensão lenta e gradual, o governo, ao mesmo tempo em que enfraquecia a oposição militar, recorria ao arsenal de instrumentos ditatoriais de segurança, em especial aos atos institucionais, contra setores da oposição resistentes ao seu projeto. Com base no AI-5, reprimiu oposições sindicais, cassou mandatos e suspendeu direitos políticos em grande quantidade, reavivando velhas acusações de 1964 – ligações com os comunistas e corrupção-, às quais agregou as de ofensa à “Revolução de 1964” e ao regime, críticas aos órgãos de segurança, etc.<sup>64</sup>

Este cenário nos mostra o quanto a ditadura empresarial-militar continuava vigorando, mesmo com o projeto governista de distensão. E continuaria assim até, pelo menos, o final do mandato do último general-ditador, João Batista Figueiredo, apesar de toda retórica de “abertura” e até mesmo alguns acenos posteriores, na prática, bastante problemáticos, como a limitada Lei de Anistia, e a revogação do Ato Institucional nº 5, que acabou sendo substituído pela possibilidade de utilização pelo presidente da República de mecanismos autoritários (estado de sítio, medidas de emergência e estado de emergência), sem a necessidade de aval do Congresso<sup>65</sup>.

Temos, então, nesse período, um *projeto de transição autocrática*, isto é, um projeto de “*institucionalização da autocracia burguesa*”. O modelo autocrático-burguês brasileiro não conseguia mais se manter com tranquilidade sob a forma do *cesarismo militar* e, por essa razão, precisava alterar a forma política de dominação sem, no entanto, tocar na forma autocrática de transformação capitalista. Para David Maciel, esse movimento proposto pelo projeto *distensionista* limitava-se à “simples dinamização da representação política”, que se restringia às frações das classes dominantes, insatisfeitas com o regime e sua política econômica.

A limitação da transição à simples dinamização da representação política, chamada pelo governo de **distensão**, é determinada pelo caráter da crise que se instala no bloco no poder. Esta crise se expressa pela ocorrência de fissuras entre as classes e as frações componentes do bloco no poder, a começar pelas frações vinculadas ao capital monopolista, e destas com o governo, definidas pelo acirramento das contradições do padrão de acumulação de capital. A partir do fim do chamado Milagre Brasileiro, este padrão começa a entrar em crise, aguçando a disputa pelo excedente

---

<sup>64</sup> Ibid., p. 207.

<sup>65</sup> Ainda no governo Geisel, tivemos medidas discricionárias e casuísticas como a “Lei Falcão”, de julho de 1976, utilizada para impedir que os candidatos da oposição apresentassem suas ideias na campanha gratuita pelo rádio e televisão.

econômico entre as diversas frações do capital, e estabelecendo sérios limites à intervenção do Estado na economia à política econômica do governo <sup>66</sup>

Todavia, não há processo histórico linear, por mais que os agentes ligados ao projeto distensionista assim o desejassem<sup>67</sup>. Entre 1974 até o término formal da ditadura militar, outras tantas forças históricas se enredaram no processo, se expressando e atuando conforme seus respectivos interesses e ideologias<sup>68</sup>. Neste processo histórico a que nos referimos, a *transição* do fim da ditadura militar, cabe reafirmar uma das mais importantes lições trazidas pela concepção de História fundada por Marx e Engels, conforme sintetizou Carlos Rojas:

Ou seja, além de estudar os indivíduos, os grandes personagens de todo tipo e as elites e classes dominantes, a história deve investigar também os grandes grupos sociais, as camadas populares, as classes sociais majoritárias e o conjunto dos protagonistas até então muito recentemente “anônimos”; protagonistas, classes e grupos que, no entanto, são as verdadeiras forças sociais, os verdadeiros atores coletivos que tecem grande parte da trama da história<sup>69</sup>.

Apesar de todas as pressões, vindas dos setores sociais subalternos ou de grupos políticos de oposição, o governo Geisel, de certa forma, conseguiu encaminhar o projeto distensionista sob seu forte controle, utilizando-se da violência – os casos de tortura, assassinatos, prisões políticas e censura continuaram a fazer parte da lógica do regime - e medidas discricionárias. Por exemplo, neste período, tivemos o Pacote de Abril, decretado pelo presidente em 1977. O Pacote constituiu-se de oito decretos-leis e da Emenda Constitucional nº 8. Entre as medidas que serviriam, ao fim e ao cabo, para a manutenção do regime ditatorial por pelo menos mais um mandato, podemos destacar: a manutenção das eleições indiretas para governadores de estado e para um terço dos senadores. Os vinte e dois chamados “senadores biônicos” seriam eleitos por colégios eleitorais estaduais, quase sempre controlados (devido as regras cuidadosamente

<sup>66</sup> MACIEL, David., 1999, p. 96.

<sup>67</sup> A esse respeito as palavras de Carlos Rojas são lapidares: “(...) a perspectiva dialética afirma, ao contrário, que todos os fatos históricos são realidades vivas e em curso, processos dinâmicos e dialéticos nos quais o resultado está sempre em aberto e em redefinição constante, a partir das contradições inerentes e essenciais a esses mesmos processos e ao conjunto dos fatos antes mencionados”. Ver: ROJAS, Carlos A. A., 2007, p. 90.

<sup>68</sup> É importante citar também o fortalecimento do movimento estudantil, que a partir de 1977, protagonizou o processo de recriação de suas entidades estaduais, o que foi construindo a possibilidade do resgate, ocorrido em maio de 1979, da UNE (União Nacional dos Estudantes), importante entidade de oposição ao regime ditatorial e que fora tornada ilegal desde novembro de 1964. Ver: Site do Memorial da Democracia. <http://memorialdademocracia.com.br/card/estudantes-recriam-entidades-estaduais#card-179>. Acesso em 02/02/2021.

<sup>69</sup> Ibid., p. 82.

articuladas pelo governo) pelo partido do regime, a ARENA. A eleição indireta para presidente foi antecipada de 15 de janeiro de 1979 para 15 de outubro de 1978, para que os congressistas eleitos em 1974, a maioria da ARENA, pudessem eleger o próximo mandatário. As regras para composição do colégio eleitoral foram alteradas com a finalidade de garantir a maioria arenista. O tempo do mandato presidencial foi alargado para seis anos. O quórum para aprovação de emenda constitucional passou a ser de maioria simples, o que anulou o poder de veto do MDB.<sup>70</sup>

Na passagem dos anos 1970 para os anos 1980, a cena política brasileira viu também a intensificação dos movimentos sociais e de trabalhadores, que atuaram como uma força social importante para os rumos do processo. Com destaque para o operariado do eixo industrial de São Paulo, o chamado ABC paulista. Segundo José Paulo Netto, “batendo-se contra a política salarial da ditadura e contra o patronato, esses operários, na transição dos anos 1970 aos 1980, constituíram a vanguarda dos trabalhadores brasileiros, tornando-se o eixo do ‘mundo do trabalho’ no Brasil”<sup>71</sup>. Este autor chama atenção também para “um molecular processo de organização popular”, que avançava a partir de 1975-1976, citando o papel das *associações de moradores* ou *associações de amigos de bairro*. Destaca também importantes entidades que cumpriam o papel de organizar grupos populares, como o *Movimento contra o custo de vida*, a *Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro*, as *Comunidades eclesiais de base* (CEBs, ligadas à Igreja Católica) etc.

Foi nesse turbilhão social que se iniciou o governo do general-ditador João Batista Figueiredo, em março de 1979; prometendo prosseguir com a *transição*, chegou a trocar a terminologia de Geisel, “distensão lenta, gradual e segura”, por “abertura democrática”. Seria, de acordo com Maria Helena M. Alves, a terceira etapa de institucionalização do “Estado de Segurança Nacional”, iniciada em 1974 com o projeto distensionista de Geisel<sup>72</sup>. Todavia, sob o novo governo, as tensões e contradições do período anterior foram aguçados, fazendo com que, em vários momentos, parecesse que as rédeas do processo estivessem prestes a escapar das mãos dos agentes da ditadura.

---

<sup>70</sup> Conferir: MACIEL, David., op. Cit. p. 175-176. Em maio de 1982, o governo Figueiredo enviou ao Congresso Nacional a Emenda Constitucional n. 22 que, dentre outros casuísmos para manter o domínio político da ditadura, faria retornar o quórum de 2/3 para aprovação de Emendas Constitucionais. O governo temia perder a maioria simples no Congresso pós-eleições de 82 pois, com isso, a oposição passaria a poder aprovar emendas. Essa retomada do quórum qualificado possibilitou a derrota da emenda Dante de Oliveira, em abril de 1984.

<sup>71</sup> NETTO, José P. op. Cit., p. 201.

<sup>72</sup> ALVES, Maria H. M., 1984, p. 225.

O governo de Figueiredo, ao longo dos seus seis anos de duração, fez com que a crise econômica fosse se transformando num verdadeiro desastre, ao passo que setores da burguesia nacional, progressivamente, passavam a fazer críticas ao governo, que não conseguia mais viabilizar uma acumulação de capital satisfatória para as frações dominantes. Além disso, houve um gradual crescimento da margem de manobra para os grupos de oposição. Segundo Alves, “a revogação do Ato Institucional Nº 5 abriu novas possibilidades legais para a organização de bases, e o movimento popular viria a desempenhar papel decisivo no processo político”.<sup>73</sup>

Por outro lado, cada vez mais se escancarava os limites da “abertura”. Como definiu a autora citada anteriormente, o governo ditatorial não aceitava a livre manifestação das classes trabalhadoras:

A greve dos metalúrgicos de 1980 deixou claro os limites da “abertura política”. A pressão popular organizada pela participação nas decisões governamentais não seria tolerada a partir do momento em que constituísse ameaça ao modelo de desenvolvimento econômico. Uma sociedade definida estritamente pelos parâmetros da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento é aquela em que qualquer manifestação enérgica de insatisfação econômica e social constitui “pressão” inaceitável, quando parte de setores não pertencentes à elite. Quanto mais organizada a iniciativa, e tanto maior o apoio que recebe da população, tanto mais será tratada como uma ameaça a ser eliminada<sup>74</sup>.

O início dos anos 1980 foram marcados, portanto, pelas atrapalhadas tentativas do governo Figueiredo de retomar o crescimento econômico brasileiro. Para David Maciel, nesta etapa da transição, o que ele chama de *crise conjuntural* volta a recrudescer, colocando o governo numa situação de isolamento político e acelerando a crise da ditadura militar.<sup>75</sup> Este processo é marcado pelo afastamento de setores burgueses em relação ao governo, em razão do fracasso deste na condução da economia. Em especial, a fração da burguesia monopolista, ligada ao capital industrial, passa a se dissociar, progressivamente, do governo, sobretudo após o fechamento do acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional), no final de 1982, visto que o governo passou cada vez mais a realizar ajustes econômicos ortodoxos e a se distanciar do modelo

---

<sup>73</sup> Ibid., p. 226.

<sup>74</sup> Ibid., p. 261.

<sup>75</sup> MACIEL, David. Op. Cit., p. 338.

desenvolvimentista.<sup>76</sup> A fração capitalista que saiu beneficiada desse ciclo econômico foi aquela ligada ao capital financeiro, conforme sintetizou Maciel.

Na verdade, a inflação e a ciranda financeira preservaram a remuneração do capital monopolista o máximo possível, diante de uma tendência de queda progressiva da taxa de lucros, devido à queda do ritmo produtivo. A estratégia de acomodação, vigente desde o colapso do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), estatizou as dívidas externa e interna geradas por toda a economia, não só pelo Estado, e indexou privilegiadamente os ativos financeiros controlados pelo capital, protegendo-os da inflação e da progressiva ineficiência da correção monetária em remunerá-lo.<sup>77</sup>

Todavia, como se tratava de um Estado dominado pela lógica burguesa, ainda mais no contexto de uma ditadura escancarada do grande capital, o grande prejuízo da crise foi mesmo jogado nas costas das classes trabalhadoras. Neste período, a política de arrocho salarial, que deu o tom da ditadura de 1964, se intensificou. Associada às altíssimas taxas de inflação e à recessão econômica vivenciada, esse contexto ocasionou num quadro de extrema deterioração das condições de vida para as camadas laborais.

Buscamos traçar um quadro sintético do que foi uma parte desse longo processo de transição do final da ditadura militar no Brasil. Na verdade, concordamos com autores como Anderson Deo, quando afirmam que esse processo de transição não se conclui com a eleição indireta de Tancredo Neves e a posse de Sarney, como primeiro presidente civil pós-1964. Trata-se, na verdade, de um processo mais longo e truncado, que segue até a promulgação da nova Constituição de 1988 e a posse do primeiro presidente eleito por eleições diretas, em 1990. O termo de *transição à long terme pactuada*, defendido por Anderson Deo, busca capturar a lógica desse processo, como ele resume:

Vencidos os inimigos de classe, sobretudo o inimigo comunista do pré-1964, a burguesia internamente instalada passa por um processo de recomposição *intraclasse*, com vistas ao retorno da ordem burguesa legalizada – “período de redemocratização” –, numa nova fase de internacionalização do capital (que se abre a partir de finais dos anos 1970) cujo núcleo orientador será o resgate da ortodoxia liberal como elemento dinamizador das relações sociais, econômicas e políticas.<sup>78</sup>

A imagem da “redemocratização”, nesse sentido, ao visualizarmos o processo histórico em tela, é muito mais um mote político-ideológico, como afirma Deo, que

<sup>76</sup> Ver NERY, Vanderlei Elias., 2012, p. 50.

<sup>77</sup> MACIEL, D. Op. Cit., p. 341.

<sup>78</sup> DEO, Anderson., 2014, p. 304.

busca mistificar o que realmente acontecia: “a autocracia burguesa transita de sua forma explicitamente *clássica*, através da ditadura civil-militar, à forma *legal-institucionalizada*”.<sup>79</sup>

## 1.2 - A Paraíba na Transição

### 1.2.1 – A ditadura militar em terras paraibanas

Após procurarmos traçar um panorama sintético do processo de *transição* pelo qual o Brasil passava no contexto final da ditadura militar, cabe agora investigarmos alguns aspectos que nos indiquem como o estado da Paraíba se inseriu nesse quadro mais geral. Para isso, lançaremos mão do diálogo com alguns autores que realizaram pesquisas sobre a ditadura militar na Paraíba, além da leitura de algumas fontes históricas.

Como se sabe, o Brasil, no início da década de 1960, passava por um processo de recrudescimento dos conflitos sociais, tanto no campo quanto nas cidades. Isto muito em função do crescimento da mobilização e organização política de setores sociais historicamente subalternizados. Este processo, que Jacob Gorender interpretou como uma situação potencialmente *pré-revolucionária*, no sentido de viabilizar o caminho para a transformação da sociedade brasileira em uma democracia avançada, foi barrado pelo golpe organizado pelas classes dominantes<sup>80</sup>.

Os setores da sociedade paraibana, com suas particularidades, vivenciaram essas tendências ocorridas em nível nacional. Assim, tivemos localmente, no contexto pré-golpe, uma intensa movimentação social e tivemos também, a partir do 1<sup>a</sup> de abril de 64, o início de um forte processo de repressão e desmobilização dos grupos ligados às classes subalternas paraibanas.

No cenário sócio-político paraibano pré-golpe, tivemos, por exemplo, a criação de entidades ligadas aos interesses dos trabalhadores, como a Comissão Intersindical (COSINTRA), que serviria de base para a formação do núcleo local do Comando Geral dos Trabalhadores. Tivemos também a criação do Pacto de Unidade e Ação, que representava os sindicatos dos portuários e ferroviários de Cabedelo. Além do

---

<sup>79</sup> Ibid., p. 306.

<sup>80</sup> Ver GORENDER, Jacob, 2014 e 2006.

movimento trabalhista, o movimento estudantil secundarista e universitário paraibano teve uma atuação de destaque na luta por suas reivindicações. Por outro lado, a Associação Paraibana de Imprensa passava a ter uma postura mais combativa e progressista.<sup>81</sup>

Vale destacar a atuação, além das entidades de organização trabalhista e popular, citadas anteriormente, das Ligas Camponesas, que se espalharam pelo estado, imprimindo fortemente a marca dos trabalhadores e sua luta pelo acesso à terra naquele processo.

Com relação a atuação do governo estadual, a Paraíba era marcada pela particularidade de, no pré-64, ter um governador, Pedro Gondim, que se aproximava, devido ao seu perfil populista, das manifestações das camadas populares. No entanto, com o recrudescimento dos conflitos sociais e a crise do pacto populista, o governador paraibano acabou por se alinhar definitivamente às classes dominantes e a reprimir os grupos subalternos, contribuindo para consolidação do regime ditatorial localmente.

De 1966 a março de 1971, a Paraíba foi governada por João Agripino, que assumiu a governança devido à sua proximidade com o então ditador Castelo Branco, no contexto da formação dos novos partidos políticos que viriam substituir as agremiações partidárias extinguidas pelo Ato Institucional nº 2, de 21 de outubro de 1965.<sup>82</sup> Nesse período, tivemos o processo de formação dos novos partidos na Paraíba, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido de sustentação do regime militar e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que se tornou o partido de oposição consentida ao regime.

Vale ressaltar que o caráter moderado da oposição exercida pelo MDB foi ainda mais intensificado na Paraíba, um estado politicamente dominado pela força dos grupos oligárquicos locais. O principal líder político do MDB paraibano, quando da sua formação, acabou sendo Ruy Carneiro, que havia sido líder do PSD e que perdera a

---

<sup>81</sup> NUNES, Paulo, 2014, p. 78. O capítulo de Nunes oferece um importante balanço das lutas sociais na Paraíba pré-golpe, do processo de repressão sofrida pelos setores subalternos e das tentativas das elites locais de legitimar o golpe. Por outro lado, não poderíamos deixar de destacar que tanto o texto deste autor, como outros textos da coletânea da qual faz parte, acabam se inspirando, e até mesmo reproduzindo, alguns dos principais lugares comuns da historiografia revisionista sobre o golpe e a ditadura militar. O ano de 2014, aliás, quando este livro foi lançado, que marca os 50 anos do golpe de 64, representa o momento em que essa historiografia esteve mais forte.

<sup>82</sup> Conforme verbete consultado no Dicionário histórico-biográfico brasileiro, CPDOC - FGV. Disponível em < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/agripino-joao>> Acesso em 09/02/2021.

eleição para o governo do estado realizada em 1965. Do ponto de vista ideológico, não havia muitas diferenças entre Ruy Carneiro e o vencedor da eleição, João Agripino, ambos representantes de grupos oligárquicos. Na verdade, Ruy Carneiro acabou seguindo para atuação no MDB para se contrapor ao seu principal adversário político, Agripino, que conseguiu se legitimar como principal liderança política representante da ditadura militar na Paraíba<sup>83</sup>.

Foi nesse período também que a ditadura alcançou seu auge de autoritarismo, com o decreto do Ato Institucional nº 5. Nos chamados “anos de chumbo” da ditadura militar, os grupos sociais subalternos, agrupamentos políticos de esquerda e opositores do governo militar também foram duramente reprimidos na Paraíba. Em 1969, com a promulgação do AI-5, as perseguições se intensificaram. Vários políticos paraibanos foram cassados e tiveram seus direitos políticos extinguidos pela ditadura; até mesmo opositores moderados e membros de oligarquias locais como o então prefeito de Campina Grande, Ronaldo Cunha Lima e o deputado federal Vital do Rego, o que indica o quanto o regime estava fechado a qualquer forma de oposição. Terminou também sendo cassado, em fevereiro de 1969, com base no AI-5, o ex-governador Pedro Gondim, que havia apoiado o golpe em 1964. Nesse mesmo sentido, “dezenas de professores universitários e do ensino médio, sindicalistas e funcionários públicos viram-se alcançados com perda de empregos”<sup>84</sup>. Em Campina Grande, houve centros institucionais de tortura, como as chamadas “granjas do terror”, sendo a mais conhecida localizada em uma propriedade rural cedida pelo comerciante Manoel Ferreira Filho. Este é mais um indício de como sujeitos pertencentes as classes dominantes locais contribuíram e se beneficiaram em relação às violências, torturas e perseguições realizadas pela ditadura militar. Conforme Luciano Mendonça de Lima, houve uma considerável repressão em Campina Grande e ela variou de forma e grau, muito em função a que classes e segmentos sociais os sujeitos que sofriam a repressão faziam parte.

(...) em Campina Grande a repressão, ao longo dos 21 anos de ditadura militar, foi bastante considerável, atingindo diferentes indivíduos, grupos e segmentos sociais. Assim, tempos desde os trabalhadores e suas organizações, setores da pequena burguesia radicalizada, passando por dissidentes da classe dominante. As ações da ditadura para conter estes diferentes grupos de oposição ou óbices ao seu projeto autocrático variou: cassação de direitos políticos, demissões arbitrárias, prisões ilegais que

---

<sup>83</sup> Ver CITADINO, Monique, 1999.

<sup>84</sup> MELLO, José Octávio, 2010, p. 103.

estavam mais para ações de sequestros, perseguições, torturas e assassinatos. Obviamente que a repressão não atingiu equitativamente os diferentes grupos, sendo mais pontuais para alguns e mais sistemáticos para outros, dependendo das circunstâncias em que se dava e a rede maior ou menor de articulação que cada grupo ou indivíduo poderia reunir em torno de si.<sup>85</sup>

Em nível local, a ARENA conseguiu grandes vitórias eleitorais nos pleitos de 1970, para o Senado, Câmara Federal e Assembleia Legislativa; e 1972, quando foram eleitos prefeitos e vereadores dos municípios. A Paraíba, na verdade, acompanhava o cenário nacional, no qual vigorava o chamado “milagre brasileiro” de um lado e o quadro de terrorismo estatal institucionalizado a partir do AI-5. Como sintetizou Melo, nesse sistema político, “não havia lugar para o MDB”.<sup>86</sup> Nesse sentido, assim como a ARENA exercia domínio no país, dominava também na Paraíba, de forma incontestada até pelo menos 1973.

Todavia, é preciso problematizar tal domínio, pois ele está muito mais ligado à existência generalizada da violência ditatorial, seja real ou potencial, contra qualquer forma de oposição ou mesmo discussões políticas do que a uma suposta adesão ou apoio popular ao regime. É preciso levar em conta que não havia um contexto onde pudesse haver uma mínima discussão política, nem expressão de descontentamentos e críticas ao governo militar. Assim, não se sustentam afirmações como a do artigo de Silva e Nunes de que “a maioria do povo paraibano apoiava o regime militar, ou acomodaram-se a esse sistema de governo”<sup>87</sup>, pois, a nosso ver, no contexto da ditadura, houve uma imposição violenta do regime, associada com uma intensa propaganda ideológica (ainda que sem projeto de conquista de consenso popular, seja ativo ou passivo). O apoio orgânico à ditadura não veio da “maioria do povo”, mas sim das classes dominantes locais, que se locupletaram das riquezas geradas por esta.

### **1.2.2 – A Paraíba no contexto do processo de “distensão”**

De 1971 a março de 1975, a Paraíba viveu sob o governo de Ernani Sátiro<sup>88</sup>. “Eleito” indiretamente e resolutamente apoiador da ditadura até os seus últimos momentos,

---

<sup>85</sup> LIMA, Luciano., 2016, p. 111.

<sup>86</sup> *Ibid.*, p. 88.

<sup>87</sup> SILVA, Janaina e NUNES, Paulo Giovanni, 2017.

<sup>88</sup> Ernâni Aires Sátiro e Sousa nasceu em Patos (PB) no dia 11 de setembro de 1911, descendente tanto pelo lado paterno como pelo lado materno de criadores de gado e plantadores de algodão. Em 1945, foi eleito deputado pela Paraíba à Assembleia Nacional Constituinte, na legenda da UDN. A partir da ditadura militar de março de 1964, que depôs Goulart, iniciou-se a escalada política de Sátiro, através de suas articulações com os governos que então se sucederam. Foi presidente da UDN entre 1965-67. Em

Sátyro era membro das oligarquias rurais do estado. Já a partir de 1974, com a apresentação do projeto de *distensão* pelo governo Geisel e o início do processo de *transição*, a dinâmica política paraibana começa a se alterar, acompanhando, com certas particularidades, tendências ocorridas em nível nacional e, em alguns aspectos, internacional. Como apresentamos no tópico anterior, nesse momento, temos o esgotamento do ciclo econômico que possibilitou o chamado “milagre brasileiro” e os prenúncios de uma crise econômica começavam a se desenhar impulsionada pelo Primeiro Choque do Petróleo (1973). As eleições de 1974 para o Senado, Câmara Federal e Assembleias Legislativas vieram representar a insatisfação de grande parte da população com o governo. Constituindo uma grande vitória do MDB e derrota para a ARENA, em nível nacional, essas eleições foram vistas como um grande plebiscito que demonstrou o enfraquecimento do regime.

Na Paraíba, o pleito eleitoral de 1974 possibilitou a ascensão de políticos ligados à oposição burguesa ao regime, tais como Humberto Lucena, eleito deputado federal pelo MDB, além de Marcondes Gadelha, Petrônio Figueiredo e Janduhy Carneiro, do mesmo partido. Apesar de representarem as elites e/ou oligarquias dominantes locais, a eleição de nomes como estes indicam uma maior organização da oposição política local, mesmo que moderada. O historiador José Octávio Mello, ao analisar esse cenário, concluiu que o crescimento do MDB paraibano se deu muito mais pela força do peso da máquina estatal, personalismo político e clientelismo eleitoral nas nossas estruturas de poder do que por motivos mais ideológicos.

Em nosso modo de ver, o populismo vale também como substitutivo para formas mais consequentes de articulação política, ou o que se convencionou chamar política ideológica. Ora, em face da repressão e desmobilização ensejadas pela tecnocracia dos militares, a via ideológica da política partidária encontrava-se dificultada, ou mesmo inviabilizada. No vácuo (re)emergiu o populismo, expurgado da feição radicalizante do princípio dos anos sessenta. Eis porque, o MDB, sem embargo da feição programática e (inicialmente) de classe média, ajustou-se a ele. Na Paraíba, sua principal figura – o senador Ruy Carneiro – era um populista de quatro

---

1966, pela ARENA, foi eleito para o seu sexto mandato consecutivo na Câmara Federal. Em 1969, foi nomeado por Costa e Silva ministro togado do Superior Tribunal Militar (STM). Em 1971, foi indicado pelo general-ditador Médici e pelo então governador João Agripino para assumir o governo da Paraíba. (Dados biográficos acessados no site do CPDOC-FGV. < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ernani-satiro>> Acesso em 24/08/2021). Sobre a trajetória de Ernani Sátyro, ver a dissertação de Valber Nunes Mendes, 2019.

costados. Objetivamente, era esse o caminho que também restava à oposição.<sup>89</sup>

Quanto ao significado da oposição do MDB paraibano, Mello afirma que, até 1975, assim como ocorreu com o partido em nível nacional, a seção paraibana exerceu uma oposição ao regime que “não se fazia de alcance social, mas quase exclusivamente político-jurídica”<sup>90</sup>. De fato, as principais figuras da oposição consentida na Paraíba atuaram a partir dos seus condicionamentos de classe, muitos destes se tratavam de representantes de velhas oligarquias locais e outros representantes de setores burgueses ou pequeno-burgueses do estado.

Na verdade, podemos observar que até mesmo no auge do movimento de oposição à ditadura, nos anos 1980, passando pela campanha das diretas-já e por uma certa aproximação do (P)MDB com setores da sociedade civil e organizações populares, a linha diretiva deste partido foi a de uma oposição burguesa moderada, ainda que se deva considerar que, por muito tempo, o partido funcionou como um “guarda-chuva” para as oposições, no qual se inseriram desde políticos representantes de um radicalismo pequeno-burguês, ligado aos setores de classe média, até agrupamentos da esquerda revolucionária que se encontravam na ilegalidade.

O fato é que a nova conjuntura formada na passagem dos anos 1970 aos 80, era marcada também pelo fortalecimento das organizações e entidades ligadas aos setores populares e de trabalhadores, que se inseriam com força no processo de *transição*. Na Paraíba, há principalmente a eclosão de conflitos ligados à questão da terra. Entre os principais, estão os das fazendas de Alagamar, Retirada, Mucatú, Coqueirinho, Cachorrinho, Mubamba e Camucim.

A intensificação dos conflitos sociais na Paraíba ocorreu com evidente predominância das áreas rurais. Isto ocorreu, principalmente, em razão da configuração da estrutura econômica e social paraibana que era predominantemente agrária. As frações de classe dominantes no estado, conseqüentemente, eram aquelas ligadas à propriedade latifundiária e os grupos sociais subalternos rurais foram um dos mais reprimidos, historicamente, no estado. O que aconteceu nesse período foi que estes

---

<sup>89</sup> MELLO, José Octávio, op. Cit., p. 119-120. Evidentemente que se constitui em um erro falarmos em “populismo”, enquanto conceito, após o golpe de 1964, que desmantelou justamente esse sistema de dominação política burguesa.

<sup>90</sup> Ibid., p. 97.

grupos de camponeses e trabalhadores rurais, empobrecidos devido à política econômica da ditadura, passaram a receber apoio e a se aproximar de setores sociais urbanos subalternizados, como operários, membros da Igreja Católica, estudantes, intelectuais etc. e a articular um processo de resistência à essa política econômica.

Como sabemos, a ditadura do grande capital realizou a expansão do capitalismo monopolista também no campo, fazendo com que as relações sociais de produção capitalistas se generalizassem na atividade agrária. Este processo intensificou os históricos problemas sociais relacionados à terra no Brasil, pois a ditadura fez a opção por privilegiar os latifúndios agroexportadores. Assim, os pequenos proprietários e trabalhadores rurais sofreram um forte processo de empobrecimento e, em muitos casos, de perda do pedaço de terra que garantia um sustento básico para a família. Como apontou Monique Citadino, com o Estado dominado pelos interesses dos grupos oligárquicos rurais, impõe-se uma nova ordem no campo, “marcada pelo avanço da penetração das relações capitalistas de produção, o que vai tornar-se responsável pela acentuação do processo de expropriação camponesa”<sup>91</sup>. Os conflitos no campo se expressaram de diferentes maneiras, seja através de movimentos mais organizados ou até mesmo por meio de saques aos mercados, feiras e fazendas, como discutiremos posteriormente.

Esta situação foi agravada com o advento da crise do petróleo a partir de 1973. Diante desta crise, o governo militar criou, a partir da segunda metade da década de 70, o PROALCOOL, programa de incentivo à produção canavieira visando à instalação de destilarias e o aumento da produção de álcool. Com este programa estatal, que beneficiou os grupos privados ligados aos latifúndios, os camponeses sofreram um acentuado processo de expulsão das terras cultiváveis, conforme apontou Citadino.

Para o aumento da atividade canavieira, fazia-se necessária a expansão da área cultivada, viabilizada com a incorporação de novas terras, provocando uma nova acentuada onda de expulsões de camponeses. Conseqüentemente, os conflitos pela posse de terra tornam a emergir, marcando profundamente o relacionamento Estado x Sociedade ao longo do período. O grupo de pesquisadores do NDIHR que estuda os conflitos de terra na Paraíba, nas últimas décadas, mapeou a existência de 200 conflitos, distribuídos em 55 municípios, cobrindo a superfície de 100 mil hectares e envolvendo cerca de 8.000 famílias e, aproximadamente, 40 mil pessoas no período entre 1975 e 1990.<sup>92</sup>

---

<sup>91</sup> CITADINO, Monique, op. Cit., p. 123.

<sup>92</sup> Ibid., p. 133-134.

Segundo a autora citada, o Estado diante desses conflitos, de maneira geral, não encaminhou soluções favoráveis aos camponeses, mas procurou desmobilizar o movimento dos trabalhadores rurais, por meio da repressão ou cooptação de lideranças. É necessário ressaltar que essa situação nas áreas rurais gerava também graves consequências sociais nas cidades paraibanas, pois a expulsão dos camponeses das terras cultiváveis intensificou o êxodo rural e a migração. Nas cidades do estado, começaram a se desenvolver, rapidamente, aglomerados de casebres nas periferias e as chamadas favelas. Além disso, como o mercado de trabalho nas cidades não absorvia os trabalhadores vindos do campo, o exército industrial de reserva era incrementado, o que contribuía para o rebaixamento progressivo dos salários e a ampliação dos níveis de desemprego.<sup>93</sup>

No campo do sindicalismo urbano, no final da década de 1970, começaram a surgir as primeiras oposições sindicais em João Pessoa. Destaca-se nesse momento a ADUF/JP (Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba), fundada em 1978, já dentro do campo do “sindicalismo combativo”. Segundo Nunes,

Na conjuntura de 1979, começam a surgir de forma mais concreta as oposições sindicais, que irão combater aquele sindicalismo. O trabalho de base iniciou-se desde 1975, por iniciativa de militantes da Igreja Católica, e intensificou-se com a criação da Pastoral Operária, no ano seguinte. As primeiras entidades nas quais as oposições ligadas ao “novo sindicalismo” ganharam as direções, foram a AMPEP e o Sindicatos dos Têxteis. Na Paraíba, apenas estas duas organizações sindicais urbanas participaram do processo de criação do PT no estado, no ano de 1980, e, posteriormente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em julho de 1984, além de alguns sindicatos de trabalhadores rurais e membros de oposições sindicais.<sup>94</sup>

Enquanto isso, o governador Ivan Bichara<sup>95</sup>, que governou de 1974 a 1979 escolhido indiretamente pelo presidente Geisel, passava o poder para Tarcísio Burity<sup>96</sup>,

---

<sup>93</sup> Ibid., p. 123.

<sup>94</sup> NUNES, 1999, p. 96.

<sup>95</sup> Ivan Bichara Sobreira nasceu em Cajazeiras (PB) no dia 24 de maio de 1918. Com a instalação da ditadura militar, foi nomeado presidente do conselho consultivo das caixas econômicas federais pelo general-ditador Castelo Branco. Em 1974, era consultor jurídico da Associação Comercial do Rio de Janeiro, sendo indicado por Geisel candidato ao governo da Paraíba, nas eleições indiretas que se realizariam em setembro desse ano. (Dados biográficos acessados no site do CPDOC-FGV < <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ivan-bichara-sobreira>. Acesso em 24/06/2021).

<sup>96</sup> Tarcísio de Miranda Burity nasceu em novembro de 1938, na capital paraibana João Pessoa. Era advogado e professor universitário. Com a ascensão de Ivan Bichara ao governo da Paraíba em março de 1975, Tarcísio Burity foi nomeado secretário estadual de Educação. Em 1978, foi escolhido pela ARENA para suceder Bichara no governo estadual. (Dados biográficos acessados no site do CPDOC-FGV < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/buriti-tarcisio> > Acesso em 28/06/2021).

“eleito” via Colégio Eleitoral Estadual em setembro de 1978<sup>97</sup>. Esta eleição marcou o crescimento da dissidência dentro da ARENA paraibana, com a não aceitação por parte de Antonio Mariz em relação à indicação de Burity como candidato arenista. Com a derrota de Mariz na convenção da ARENA, ele e outros dissidentes acabaram apoiando Humberto Lucena, do MDB, para a eleição direta para o Senado<sup>98</sup>. Este grupo, aliás, seria responsável pela criação do PP (Partido Popular) no estado da Paraíba, agremiação esta que, pouco tempo depois, se incorporaria ao PMDB. Nesse sentido, os meandros da política paraibana, com suas disputas intra-oligárquicas, acabaram contribuindo para a vitória emedebista na corrida para o Senado, apesar de na Câmara Federal e Assembleia Legislativa o MDB ter continuado na mesma posição.<sup>99</sup>

### 1.2.3 – A Paraíba no contexto do processo de “abertura”

O recrudescimento da *crise conjuntural* em nível nacional era sentido também na Paraíba, na passagem para os anos 1980<sup>100</sup>. A esse respeito é sintomático a leitura sobre a economia brasileira ao longo do ano de 1979 feita por Duarte Ivo Cruz em artigo publicado no *Jornal da Paraíba*, em janeiro de 1980. No artigo intitulado “A economia brasileira em 79”, o autor começa afirmando que o ano de 79 não deixará saudades. Continua argumentando que as medidas tomadas por Delfim Netto, que retornava ao governo como principal responsável pela economia não surtiram efeitos. E aponta o que para ele seriam os dois principais problemas para a economia brasileira. Primeiro, a inflação, que subia vertiginosamente, sem nenhuma perspectiva de controle

---

<sup>97</sup> Esta eleição na Paraíba se iniciou com o chamado “Acordo de Brasília”, que buscava a reaproximação das alas agripinista (João Agripino) e a ernanista (Ernani Sátiro), com a divisão dos cargos em disputa. Todavia, o acordo não foi aceito por todas as lideranças políticas arenistas, o que acentuou a cisão no interior da agremiação. Antonio Mariz, apoiado pela ala agripinista, manteve sua candidatura ao governo do estado, mesmo não sendo apontado oficialmente pelo partido. E o então governador Ivan Bichara apoiou Tarcísio Burity para a sua sucessão. De acordo com Monique Citadino, “uma ampla massa popular acompanhou Antonio Mariz e se prostou diante do prédio da Assembleia Legislativa onde seria realizada a Convenção do partido”. Com uma diferença de 28 votos, a convenção decidiu apontar Tarcísio Burity para o governo. Segundo a autora citada, esta eleição na Paraíba indicou para o “esgotamento do regime político militar instituído com o golpe de 1964”. Todavia, acreditamos que a autora exagera ao afirmar que essa eleição teve “ares de uma disputa democrática pelo voto do povo”. Ver CITADINO, op. Cit., p. 125-131.

<sup>98</sup> No pleito eleitoral de 1978, Humberto Lucena foi o único Senador do MDB eleito em todo o Nordeste.

<sup>99</sup> MELLO, José Octávio., 2010, p. 140-144.

<sup>100</sup> “(...) o governo Figueiredo seria marcado pelo agravamento da crise econômica internacional e nacional, em razão das altas taxas de juros internacionais e do segundo choque do petróleo em 1979. Além da crise internacional, o cenário interno restritivo e o descontrole inflacionário, agravados pela crise do balanço de pagamentos, acenaram com a impossibilidade de se prosseguir com a estratégia do governo anterior, baseada em um novo ciclo longo de crescimento e proteção das políticas de ajustamento macroeconômico de caráter recessivo, monetário, fiscal e cambial”. TAVARES, Maria da Conceição et. All. **Memórias do Desenvolvimento**. Ano 4, nº 4. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2010, p. 180.

dos preços. E, em segundo lugar, o problema energético, visto que seria impossível substituir o petróleo por fontes energéticas alternativas a médio prazo<sup>101</sup>. Na verdade, as críticas à condução do governo Figueiredo no âmbito econômico começariam a virar coisa comum nas páginas dos jornais paraibanos.

A percepção sobre a economia brasileira ficaria cada vez pior, pois a crise se aprofundava. A situação piorou de vez quando o governo de Figueiredo resolveu assinar o compromisso com o Fundo Monetário Internacional, no final de 1982, e implantar a cartilha de medidas econômicas recessivas e ortodoxas, o que seria ótimo para o capital financeiro, que teria sua remuneração garantida e multiplicada, mas péssimo para setores burgueses dependentes da política desenvolvimentista do governo. Mas seria pior ainda para as classes médias e os segmentos mais pobres da população, que seriam os mais afetados pela intensificação do arrocho salarial e pela explosão inflacionária.

Na Paraíba, encontramos, no início dos anos 1980, ações de grupos de pessoas pobres que são indícios da tragédia que a política econômica do governo militar representava para estes segmentos. Além dos efeitos devastadores desta política econômica, os paraibanos mais pobres das zonas rurais do estado tinham que buscar sobreviver também ao longo período de seca que assolou a região no início da década. O *Jornal da Paraíba*, por exemplo trouxe essa matéria de capa, na qual relata o desespero dos “flagelados” da seca e a iminência da realização de “saques”.

#### Flagelados ameaçam de invasão a cidade de Princesa Isabel

A qualquer momento a cidade de Princesa Isabel, no alto sertão da Paraíba, poderá ser invadida por milhares de flagelados vítimas da impiedosa seca que assola várias regiões do estado. A informação foi prestada pelo fazendeiro Paulo Alexandre que viajou a capital a fim de levar ao conhecimento das autoridades a grave situação em que se encontra o seu município. Itaporanga, Taperoá, Santana dos Garrotes, Conceição e Boqueirão do Cochos veem-se ameaçados de saques a qualquer momento. Os prefeitos já pediram socorros ao Governo Burity, pois a situação é de calamidade pública.<sup>102</sup>

Evidentemente que a seca não é um problema somente natural, mas também é um fenômeno social, pois as suas consequências são produtos de escolhas e projetos dos agentes políticos, sobretudo daqueles ligados ao Estado. É interessante notar também como o *Jornal da Paraíba* tratou essa e outras situações semelhantes, colocando a ação

---

<sup>101</sup> *Jornal da Paraíba*, janeiro de 1980.

<sup>102</sup> *Jornal da Paraíba*, 6 de maio de 1980, p. 1.

dos “flagelados” e “vítimas da seca” sempre como “invasão”. Essa forma de expor o problema acaba justamente mascarando a questão social que determina situações como estas. Dois dias depois, o mesmo jornal noticiou a seguinte manchete: “Cajazeiras invadida por flagelados”.

Cerca de 150 agricultores residentes nos Sítios Catolé e Almas, no município de Cajazeiras, invadiram ontem o centro da cidade e se dirigiram até à Prefeitura à procura de alimentos. De imediato o Chefe do Gabinete do Prefeito, sr. Hildemar Pires e o Secretário de Serviços Públicos, sr. Valtimar Rolim tomaram as providências visando contornar a situação aflitiva, a começar por serenar os ânimos dos mais exaltados, através de um diálogo franco e aberto. Após as primeiras providências ficou acertado que os atingidos seriam alistados para trabalharem na limpeza pública da cidade e beneficiados com uma certa quantia de dinheiro e alimentos<sup>103</sup>.

Esse caso demonstra como as autoridades públicas dos municípios paraibanos não possuíam nenhum plano ou medida para resolver a grave situação atravessada pela população pobre, a não ser o pedido de socorro ao Governo Estadual, que por sua vez apelava pelas verbas do Governo Federal, ou medidas extremamente paliativas, como pôr os “flagelados” para trabalhar na limpeza da cidade em troca de algum dinheiro<sup>104</sup>. Este quadro, agravado pela seca, na verdade faz parte de todo um contexto resultado do projeto socioeconômico implantado pela ditadura do grande capital, que, durante toda sua vigência, fez a opção pelo crescimento econômico via superexploração do trabalho e concentração de renda, agravando as desigualdades sociais e regionais no país.

A respeito da situação econômica da Paraíba na passagem para os anos 1980, Mello traz alguns dados importantes, revelando que o estado perdia cada vez mais importância econômica no contexto da região Nordeste, devido a um processo de desindustrialização.

As estatísticas comprovam essa involução da economia paraibana. Na primeira metade dos anos setenta, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* cresceu 3,8%, mantendo-se em 1975 como o quinto da região. Na segunda metade da década de setenta apresentava o pior resultado de sorte que, em 1980, superava apenas os Estados do Maranhão e Piauí. Em 1965 a indústria paraibana ocupava a sexta posição do montante dos projetos de investimentos industriais aprovados para os estados nordestinos com 5,9% desse total e abaixo da Bahia com 37,5 %, Pernambuco com 20,1%, Ceará com 9,6%, Maranhão com 7,2% e Rio Grande do Norte com 6,1%. Essa posição

<sup>103</sup> *Jornal da Paraíba*, 8 de maio de 1980, p. 1.

<sup>104</sup> Em outro caso parecido, de acordo com matéria do JP, no dia 12 de maio, “600 flagelados entre homens e mulheres invadiram a cidade de Catolé do Rocha, procurando alimentação para matar a fome de seus familiares”. Segundo a matéria, a cidade só não foi saqueada porque o prefeito Manuel Abrantes ordenou que fosse distribuído alimentos e determinou a abertura de frentes de trabalho. Na mesma edição, foi noticiado também saques na cidade de Serra Branca. (*Jornal da Paraíba*, 13 de maio de 1980, p. 1)

declinou até 1980, pois da quarta colocação no período 1960/70, participando com 6% do valor dos produtos industriais da região, a Paraíba caiu para a quinta posição no período 1970/5, com 4,8% daquela participação e...para a oitava no período 1975/80, com 3,1% do valor dos projetos aprovados! Nessa altura, do Maranhão à Bahia, a colocação da Paraíba só ultrapassava o Piauí.

<sup>105</sup>

Faz-se necessário lembrar que esse processo de desindustrialização, vivido pela Paraíba mais fortemente no final da década de 70 e início da de 80, está ligado à estratégia de industrializar o estado adotada pelos governos estaduais ao longo da ditadura. Essa política de industrialização foi buscada, desde o governo de Pedro Gondim, e foi mantida posteriormente por Agripino, Sátyro, Bichara e Burity, através de uma política “desenvolvimentista” que procurava atrair grandes empresas, sobretudo do sudeste brasileiro, através da isenção de impostos (sobretudo o imposto de renda das empresas). Essa política de fomento à industrialização via atração de grandes empresas do sudeste se deu sobretudo através dos incentivos da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). Monique Citadino apontou para as consequências danosas desta política de industrialização artificial.

Por meio deste projeto, os governos dos estados, procuravam, através da adoção de isenção fiscal como o chamado “34/18”, atrair empresas industriais do eixo centro-sul, levando-as a instalar-se em território nordestino. A concretização desse projeto levou a duas graves consequências sobre a economia nordestina: a decadência de indústrias locais que não puderam competir com as mais modernas, vindas do Sul e o não funcionamento efetivo e permanente das indústrias do sudeste que, ao final do período de isenção fiscal, optavam por transferir-se novamente para as suas regiões de origem. Com isso, configurou-se progressivamente uma grave crise do setor industrial da economia local, que registrou altos índices de retração e involução.<sup>106</sup>

Os operários paraibanos sentiam na pele a crise dos anos 80. Um dos grupos de trabalhadores mais prejudicados foram os da empresa Wallig Nordeste S. A. Indústria e Comércio, empresa de capital gaúcho que fabricava fogão doméstico, localizada no Distrito Industrial de Campina Grande, desde 1967<sup>107</sup>. A empresa acabou encerrando a sua produção em 17 de setembro de 1979, gerando cerca de 1500 novos

<sup>105</sup> MELLO, José. 1997, p. 252.

<sup>106</sup> CITADINO, op. Cit., p. 123-124.

<sup>107</sup> Segundo Luciano Lima, as primeiras tentativas de atrair uma filial da Wallig para Campina Grande foram realizadas ainda na gestão do prefeito banqueiro Newton Rique e seguiram nas gestões pós-golpe de 64. Diz ele: “Além de incentivos fiscais, a referida empresa ainda se beneficiou de infraestrutura completa (terreno próprio, estradas para escoamento da produção, água, luz e telefone) e, principalmente, mão de obra barata e em abundância”. LIMA, op. Cit., p. 105-106.

desempregados<sup>108</sup>. Em maio de 1980, a Wallig encontrava-se fechada e os funcionários da empresa lutavam, há meses, pela sobrevivência em meio ao não recebimento dos salários e indenizações, conforme matéria do JP.

#### Comitê da Wallig intensifica luta

Na última 3ª feira realizou-se no plenário da Câmara Municipal, a 12ª reunião do Comitê, que contou com a participação de dezenas de funcionários da Wallig, de representantes do sindicato dos Metalúrgicos, Comissão de Justiça e Paz, Comissão Municipal do PMDB, Núcleo do PT, Pastoral da Juventude, Diretório Central dos Estudantes da UFPB, Setor Jovem do PMDB, SAB do Catolé, Juventude Franciscana, estudantes da FURNE e dos vereadores Lindaci Medeiros e Mário Araújo (PMDB).

Problemas continuam – A cada dia que se passa aumentam os problemas que os trabalhadores da Wallig enfrentam: fome, doenças, desespero, exploração, humilhações. Vários trabalhadores falaram sobre esta situação de miséria em que se encontram. Outro problema levantado por vários oradores é que o Governador não está cumprindo as promessas que fez de auxiliar os trabalhadores que estão em situação desesperadora. Inclusive foi divulgado que o Escritório de Representação do Governo do Estado ainda não mandou buscar em João Pessoa o dinheiro que o governador prometeu para atender aos trabalhadores mais necessitados.<sup>109</sup>

Ao mesmo tempo em que essa matéria dá indícios da situação dos operários paraibanos na década de 1980, neste caso, ex-funcionários da Wallig e que naquele momento encontravam-se desempregados, ela também nos mostra como naquele momento formou-se uma aliança política entre segmentos sociais subalternos e grupos políticos de oposição em torno desse problema. Na referida reunião, encontraram-se representantes do poder Legislativo campinense, membros de partidos políticos de oposição à ditadura – PMDB e PT -, da esquerda católica, que foi muito atuante na Paraíba dos anos 80, assim como os estudantes, sindicatos e movimentos de bairro – SAB do Catolé. Isso nos indica que, quando estes e outros segmentos sociais e suas entidades organizativas, se mobilizaram, em 1983-1984, no movimento pelas diretas-já, na Paraíba, tratava-se de prática política já experimentada por eles em momentos anteriores, como este da luta dos ex-trabalhadores da Wallig<sup>110</sup>.

De acordo com o então prefeito de Campina Grande, Ronaldo Cunha Lima, em discurso na Câmara Municipal desta cidade, no qual apresentou dados da crise

<sup>108</sup> Ver Blog Retalhos Históricos de Campina Grande. “RELEMBRANDO: WALLIG NORDESTE S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO”. Disponível em < <http://cgretalhos.blogspot.com/2010/05/relembrando-wallig-nordeste-sa.html#.YCPk3WhKjIU> > Acesso em 10/02/2021.

<sup>109</sup> *Jornal da Paraíba*, 8 de maio de 1980, p. 4.

<sup>110</sup> Apesar de muitas promessas de reabertura da empresa em Campina Grande, vindas até mesmo do presidente Figueiredo, que visitou a cidade em 1980, ela nunca mais seria reativada.

econômica daquele contexto, somente no período entre 1979 e 1982 o número de empresas industriais em Campina decresceu de 444 estabelecimentos para 329, representando a perda de cerca de 3 mil empregos diretos nos últimos anos. Não foi apenas em Campina Grande que houve uma onda de fechamento de empresas e enormes quantidades de trabalhadores jogados no *exército industrial de reserva*<sup>111</sup>. De acordo com Mello, em março de 1983, 50% das empresas localizadas no Distrito Industrial de João Pessoa paralisaram as atividades. “As demissões do setor industrial do estado então elevaram-se a cinquenta mil. Na construção civil, das 360 empresas existentes no setor apenas 50 encontravam-se operando em outubro de 1982”<sup>112</sup>.

Diante disso, podemos observar tanto o recrudescimento da crise econômica no estado da Paraíba, que na verdade recaía fortemente nas costas das classes trabalhadoras, urbanas e rurais, devido à política econômica da ditadura do capital, quanto o progressivo crescimento das oposições ao regime. O início da década de 1980 foi marcada por esse duplo movimento, e o movimento pelas eleições diretas-já seria produto desse contexto.

#### 1.2.4 – As eleições de 1982 na Paraíba

As eleições de 1982 expressaram os processos discutidos no tópico anterior de maneira muito clara. Na verdade, as eleições gerais desse ano (no dia 15 de novembro, os brasileiros votaram para governador, deputado federal e estadual, senador, prefeito e vereador) representaram o forte avanço das oposições políticas ao regime, sobretudo o campo da oposição burguesa. Este pleito foi marcado pelo retorno das eleições diretas para governadores<sup>113</sup>, e o campo da oposição burguesa emplacou uma grande vitória ao eleger seus candidatos para controlarem o Executivo de grandes estados do país<sup>114</sup>. No

---

<sup>111</sup> Segundo Karl Marx “[...] população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional”. **O Capital**. 18. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001, p.735. (Livro I, v. I.).

<sup>112</sup> MELLO, José., 1977, p. 252.

<sup>113</sup> Desde 1965, as eleições para governadores eram indiretas.

<sup>114</sup> O PMDB venceu nos seguintes estados: Acre, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná e São Paulo. O PDT venceu no Rio de Janeiro. Totalizando dez estados governados pela oposição burguesa.

entanto, o projeto oficial de “abertura” admitia o crescimento desta oposição, conforme sintetizou David Maciel em relação ao significado dos resultados da eleição de 1982.

As eleições de 1982 consolidam toda a perspectiva autoritária, imaginada pela estratégia de acomodação da crise conjuntural adotada pelo governo, desde as reformas institucionais de 1982. A esfera de representação política consegue canalizar para o seu interior as contradições sociais e os conflitos políticos emanados do processo de luta de classes, amplificando os canais de interlocução das diversas frações do bloco no poder com o Estado e passivizando particularmente as demandas antiautocráticas defendidas pelos movimentos sociais das classes subalternas. Este processo se realiza efetivamente no fortalecimento dos partidos vinculados às diversas frações do bloco no poder, principalmente o PDS e o PMDB, na ampliação da inserção institucional dos setores da oposição vinculados ao campo de interlocução liberal, tanto na esfera da representação política quanto na esfera da representação burocrática com conquista de executivos estaduais, e na sub-representação da oposição antiautocrática no processo eleitoral<sup>115</sup>.

Na Paraíba, podemos observar que, apesar de o PDS ter vencido a corrida para o governo estadual, assim como ocorreu em todos os estados da região nordestina, e ter conseguido constituir ampla maioria nos assentos da Assembleia Legislativa, os ganhos políticos da oposição, sobretudo no âmbito de alguns importantes municípios paraibanos, foram muito consideráveis. Para o governo do estado, o candidato do PDS, Wilson Braga, recebeu 509.855 votos contra 358.146 do candidato do PMDB, Antonio Mariz, e apenas 3.913 do sindicalista Francisco Derly Pereira, do Partido dos Trabalhadores. Para o Senado, foi eleito o pedessista Marcondes Gadelha. Para a Câmara Federal, o PDS elegeu sete representantes e o PMDB, cinco. Nas 36 cadeiras da Assembleia Legislativa da Paraíba, o PDS ficou com 22 deputados e o PMDB 14. Nos poderes municipais, o PDS somou 136 prefeitos e o PMDB 134<sup>116</sup>.

Esta eleição na Paraíba demonstrou como o partido governista mantinha sua força, principalmente em velhos redutos eleitorais dominados por oligarquias coronelísticas. Por outro lado, o recém formado PMDB paraibano construía seu eleitorado principalmente em meio à população urbana, sobretudo nas áreas mais industrializadas do estado. Citemos o exemplo de Campina Grande, segundo colégio eleitoral do estado, onde o candidato Ronaldo Cunha Lima (PMDB) retomou a prefeitura com 40.679 votos contra 28.625 de Vital do Rêgo (PDS)<sup>117</sup>, sendo que este último era apoiado pelo então prefeito Enivaldo Ribeiro. Em Campina Grande, Antonio

---

<sup>115</sup> MACIEL, David. Op. Cit., p. 329.

<sup>116</sup> Ver MELLO, José. Op. Cit. 2010, p. 166-177.

<sup>117</sup> O candidato petista Edgar Afonso Malagodi recebeu apenas 571 votos.

Mariz, candidato ao Governo do estado, alcançou maioria de 8.250 votos<sup>118</sup>. Essa tendência se mostrou presente também no eleitorado da capital João Pessoa e nas cidades de Patos e Santa Rita.

Ao mesmo tempo, percebe-se que o Partido dos Trabalhadores, recém formado na Paraíba, se apresentava inexpressivo eleitoralmente<sup>119</sup>. Na verdade, a oposição burguesa do PMDB é quem possuía uma estrutura para crescer naquele momento, além de possuir o espaço necessário para pôr sua política eleitoral em prática, visto que, como dito anteriormente, a “abertura” autocrática, projetada e permitida pelo regime, admitia a expansão deste campo de interlocução liberal<sup>120</sup>, pois, este contribuía para o processo de *passivização* dos conflitos sociais gerados pela política econômica da ditadura do capital<sup>121</sup>, além de expressar o projeto de *transição* enquanto a *institucionalização da autocracia burguesa* no Brasil.

Em Campina Grande, a vitória do PMDB foi bastante considerável, pois, além da eleição de Ronaldo Cunha Lima, que venceu o candidato apoiado pelo então prefeito Enivaldo Ribeiro, o partido conseguiu eleger 11 vereadores contra os 08 do PDS<sup>122</sup>. No total de votos para vereador, o PMDB campinense obteve 38.705 votos, contra 30.752 do PDS. Vejamos a composição da Câmara Municipal de Campina Grande após a eleição de 1982<sup>123</sup>.

PMDB (11)	Nº de votos	PDS (08)	Nº de votos
-----------	-------------	----------	-------------

<sup>118</sup>Ibid., p. 167.

<sup>119</sup> Não só na Paraíba, pois, como afirma Maciel, “o desempenho eleitoral do PT, em 1982, ficou muito aquém de sua organização e enraizamento nacional”. Na Paraíba, além de Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco e Rio Grande do Norte, o número de votos recebido pelo partido foi menor do que o número de filiados. Ver MACIEL, David. Op.cit., p. 311.

<sup>120</sup> Segundo MACIEL, com a crise do *cesarismo militar*, houve a ascensão do *campo de interlocução liberal* à condição de dirigente do processo político. Para ele, “esse campo carrega uma perspectiva autocrática, mas ele se distingue do governo militar por localizar-se em outras esferas da sociedade política, não só no executivo federal, e por representar uma alternativa civil e liberal-democrática para o Estado autocrático-burguês brasileiro.” Ver MACIEL, op. Cit., p. 349. Evidentemente que este conceito de “liberal-democrático” deve ser visto com cautela, pois, ele se restringiu à uma perspectiva institucionalista e não a uma efetiva democratização social e econômica, apesar dos inegáveis avanços pontuais em relação ao regime ditatorial.

<sup>121</sup> Ver MACIEL, David. Op. Cit.

<sup>122</sup> O candidato a vereador pelo PT mais votado, Rafael Romualdo do Nascimento, obteve apenas 110 votos.

<sup>123</sup> Fonte: *Anuário de Campina Grande – 1982* (1983, p. 52)

Mário de Souza Arruda	2.355	Antonio Alves Pimentel	1.299
Félix de Souza Araújo	2.378	Juzenio Palhano	1.970
José Peba dos Santos	1.713	Alvaro Gaudêncio Neto	1.873
Orlandino Farias	1.337	Rildo Fernandes	1.243
Luciano Figueiredo	1.561	Fernando Ribeiro Cabral	1.372
João Dantas	1.240	José Barbosa Neto	1.125
Maciel Vitorino	1.269	Robson Dutra	1.362
Márcio Rocha	1.576	Erinaldo Guedes	1.382
Maria Lopes Barbosa	2.097		
Lindacy Medeiros	1.802		
José Alves de Souza	1.282		

**Quadro 01.** Resultado da eleição de 1982 para a Câmara Municipal de Campina Grande.

**Fonte:** *Anuário de Campina Grande* – 1982 (1983, p. 52)

A vitória do PMDB em Campina Grande chamou atenção do presidente nacional do partido, Ulysses Guimarães. Ao encontrar com o senador Humberto Lucena no Congresso Nacional, perguntou-lhe: “como vai o nosso colégio eleitoral do Nordeste?”, referindo-se à cidade. Ao que Lucena respondera: “vai muito bem! O seu prefeito (Ronaldo Cunha Lima) está vindo aí pra gente conversar melhor”<sup>124</sup>.

Evidentemente que este quadro apresentado representa o crescimento de uma oposição moderada, dentro do PMDB. Todavia, não deixa de representar também o crescimento de representantes mais combativos e à esquerda, como os comunistas Márcio Rocha<sup>125</sup> e José Peba dos Santos, históricos atores das lutas sociais na Paraíba.

<sup>124</sup> “Paralelas”, *Gazeta do Sertão*, 03/03/1983.

<sup>125</sup> Em documento policial há a seguinte descrição sobre o perfil ideológico de Márcio Rocha: “tem artigos publicados na imprensa local, sempre criticando a política do governo e defendendo programas esquerdistas; consta ser militante do PCdoB em Campina Grande”. Encontramos este documento dentro de um dossiê, no site “Memórias Reveladas”, do Arquivo Nacional. Existe uma referência escrita no documento, que é a seguinte: HC.0.0.4, p.78/190.

Seria no interior desta Câmara de Vereadores, e com a participação ativa de alguns destes, que o movimento pelas diretas-já ganharia força na cidade de Campina Grande.

Com relação à capital do estado, João Pessoa, não havia eleição direta para prefeito, visto que os prefeitos das capitais, no âmbito da legislação eleitoral da ditadura, eram nomeados pelos governadores. O prefeito, Damásio Barbosa da França, havia sido nomeado para o cargo em março de 1979 e pediu exoneração em março de 1983, sendo substituído por outro nomeado, Oswaldo Trigueiro do Vale. A nomeação de Trigueiro foi anunciada pelo governador eleito, Wilson Braga, no final de fevereiro deste ano, junto com a divulgação do secretariado estadual. Natural da cidade paraibana de Cruz do Espírito Santo, Trigueiro, professor concursado da Universidade Federal da Paraíba, bacharel em Direito e mestre em Administração, exercia o cargo de Secretário da Administração do Estado, para o qual foi indicado pelo ex-governador Tarcísio Burity e mantido por seu breve sucessor, Clóvis Bezerra<sup>126</sup>.

Na mesma reunião, realizada na Associação Paraibana de Imprensa, em que anunciou Oswaldo Trigueiro como prefeito da capital, Braga divulgou os 41 nomes que comporiam seu secretariado, diretores-gerais de Secretarias e alguns dirigentes de órgãos vinculados ao primeiro escalão. A sessão foi aberta pelo presidente da API, jornalista Severino Ramos e o governador estava acompanhado da esposa, Lúcia Braga, e do presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Soares Madruga (PDS). Wilson Braga realizou um discurso, o qual iniciou mencionando o vice-governador, o empresário e proprietário do *Jornal da Paraíba* José Carlos da Silva Júnior, que, segundo o governador, iria com ele administrar e cumprir os projetos e mensagens anunciadas no curso da campanha<sup>127</sup>. No breve discurso, reproduzido nas páginas do *Gazeta do Sertão*, Wilson Braga apresentou os nomes dos seus auxiliares diretos no governo e também delineou algumas expectativas, enfatizando a crise econômica que o estado passava e buscando invocar a legitimidade trazida pela eleição via voto popular.

Uma coisa nós iremos fazer: zela pela Paraíba, e procurar desenvolvê-la, e tentar gerir as crises e as dificuldades que ela vive com recursos poucos e despesas imensas para que possamos assim ajustando tudo isso à boa vontade da equipe, ao interesse da equipe chegar a uma conclusão de que o povo, na

---

<sup>126</sup> Oswaldo Trigueiro do Valle herdou o nome do seu tio Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello (Alagoa Grande – PB, 1905-1989), que foi governador da Paraíba entre 1947 e 1950 e Ministro do Superior Tribunal Federal, nomeado pelo general-ditador Castelo Branco, posto que ocupou até janeiro de 1975.

<sup>127</sup> *Gazeta do Sertão*, “O Secretariado de Wilson Braga”, 27/02/1983

verdade, aquele grande povo que confiou em todos nós, eleitos, não seja decepção<sup>128</sup> (sic).

Quanto aos 19 vereadores eleitos para a Câmara de João Pessoa, 10 foram do PMDB, 8 do PDS e 1 do PT, configurando uma maioria oposicionista também na capital<sup>129</sup>. O PMDB obteve, no total, 54.367 votos para seus candidatos a vereador, contra 45.903 para o PDS e apenas 2.835 votos para o PT. No quadro abaixo, podemos observar os nomes dos vereadores eleitos em João Pessoa no pleito eleitoral de 1982. Chama atenção que os cinco candidatos que receberam mais votos pertenciam ao PMDB.

PMDB (10)	Nº de votos	PDS (08)	Nº de votos	PT (01)	Nº de votos
Antonio Augusto Arroxelas de Macedo	4.832	Carlos Mangueira	2.332	Manoel Gonçalves de Oliveira 1.776	
Derivaldo Domingos de Mendonça	3.327	Gerson Gomes de Lima	2.301		
Inácio José Ribeiro Montenegro	2.636	João Cabral Batista	2.211		
Lourenço Di Lourenço Marsicano	2.445	Pedro Alberto Coutinho	2.100		
Antonio Batista Ramos	2.374	Heraldo Gonçalves do Egito	1.594		
Manoel Virginio	2.282	Roderico Toscano de Brito Borges	1.544		

<sup>128</sup> Idem.

<sup>129</sup> Dados do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. Disponível em < <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>> Acesso em 15/02/2021.



ditadura militar, sobretudo da oposição burguesa e do *campo de interlocução liberal*, mas também, no seio da sociedade civil, a formação e crescimento de movimentos sociais e políticos de perspectiva *antiautocrática*.

Do ponto de vista econômico, o período de seca continuava sendo um dos fatores que mais contribuíam para a tragédia vivida pelas populações mais pobres, principalmente das áreas rurais da Paraíba. Como vimos, a política econômica da ditadura militar significou anos de crescimento da pobreza para estes segmentos sociais, ao fazer a escolha pelo crescimento econômico via capitalismo monopolista também no campo, com programas de mecanização rural, incentivos ao agronegócio e privilegiamento do latifúndio monocultor. Não à toa, na Paraíba, as Ligas Camponesas foram um dos alvos preferenciais da ditadura assim que ela foi instalada em abril de 1964 e uma reforma agrária democratizante sempre foi barrada pelos agentes da ditadura do capital.

Buscamos apresentar no capítulo anterior um breve panorama da situação histórica do estado da Paraíba no contexto da *transição* brasileira, chegando até os anos em que se formou o movimento pelas diretas-já nacional e localmente. Evidentemente que este período na Paraíba mereceria uma grande pesquisa à parte, mas nosso objetivo aqui trata-se de contextualizar minimamente o surgimento e a construção do movimento. Assim, pudemos observar alguns elementos que nos indicaram que a Paraíba acompanhava, à sua maneira, as tendências históricas existentes em nível nacional, como o recrudescimento da *crise conjuntural*, a *crise do cesarismo militar*, o crescimento das oposições ao regime, capitaneada pela oposição burguesa, a intensificação das lutas sociais e da organização dos segmentos das classes subalternas, que possibilitou a emergência de uma perspectiva *antiautocrática* no processo de transição. Foi nesse chão histórico que o movimento pelas diretas-já começou a se formar, disputado por forças sociais diferentes.

### **1.3 – Reivindicações oposicionistas pela Assembleia Constituinte e prenúncios das eleições diretas como bandeira das oposições**

As reivindicações pelo retorno das eleições diretas para presidente da República surgiram antes do movimento que, entre 1983 e 1984, se notabilizaria justamente por esta palavra de ordem. A diferença é que com a “Campanha Diretas-Já” esta reivindicação se tornou central e acabou funcionando como um elo de ligação para

várias e distintas forças políticas de oposição. Antes disso, as eleições diretas apareciam como mais uma reivindicação dentre outras nas palavras de oposicionistas, como aparece, por exemplo, no Programa Básico produzido na reunião do Diretório Regional do PMDB paraibano em 20 de agosto de 1981, com a intenção de estabelecer princípios para a formação de uma possível Frente Democrática com outros partidos.

Compromete todos os partidos signatários porque coligação não é apenas compromisso entre partidos, mas pacto solene entre os partidos coligados. Estes se dispõem perante o povo paraibano a assumir a luta das oposições brasileiras pela democratização política, social e econômica da vida do país e especialmente quanto a eleições livres e diretas, fortalecimento da Federação, democratização do ensino, garantia dos direitos humanos, anistia ampla, geral e irrestrita, liberdade de informação, restauração dos poderes do congresso e convocação de Assembleia Nacional e Constituinte<sup>131</sup>.

Em 1981, os setores oposicionistas viviam a expectativa do retorno das eleições diretas para governador no ano de 1982. Estas, após muitas idas e vindas do governo militar, vieram. Mas, a eleição direta para presidente da República não tinha nenhuma perspectiva de retorno, nem apontava nas reformas institucionais que marcavam o projeto de autorreforma do regime. O PMDB, aliás, após as eleições de 1982, tinha como principal bandeira a Assembleia Nacional Constituinte.

A respeito da centralidade, ainda no início de 1983, no seio das oposições, da reivindicação de uma nova Constituição, a coluna política de Nonato Guedes, no jornal *Gazeta do Sertão*, apresenta um discurso que exemplifica essa percepção geral. Em sua coluna “Política e Políticos”, o autor costumava apresentar e analisar os movimentos da política nacional e, no seu texto de 09 de fevereiro de 1983, ele descreveu o que seria, na sua concepção, os temas centrais da discussão no parlamento nacional no início da nova legislatura, que seria aberta em primeiro de março, após a posse dos novos congressistas eleitos em 15 de novembro de 1982.

Além do voto distrital, temas mais importantes ocuparão as atenções do parlamento na reabertura dos trabalhos em março. Entre eles, dois tem prioridade garantida: a reforma tributária, pleito unânime de governadores e lideranças políticas governistas e oposicionistas, e uma reforma constitucional, matéria mais controversa em face da insistência do PMDB de viabilizar a saída para a Assembleia Nacional Constituinte, enquanto o Planalto só concede mexer superficialmente no texto legal<sup>132</sup>.

<sup>131</sup> Citado em MELO, José., 2010, p. 163-164. Grifos nossos.

<sup>132</sup> GUEDES, Nonato. “Política e Políticos: O Novo Congresso”, *Gazeta do Sertão*, 09/02/1983.

Evidentemente, a essa altura, ninguém esperava que a palavra de ordem “Diretas-já” surgisse como uma nova e muito mais eficaz forma de aglutinação das oposições e, principalmente, de motivo mobilizador das massas. A aposta da maior parte das oposições à ditadura era mesmo, naquele momento, a reivindicação por uma Assembleia Nacional que elaborasse uma nova Constituição para o país. Todavia, existia vozes divergentes, como a do líder comunista Luiz Carlos Prestes, que em 1982 defendia que a convocação de uma Assembleia Constituinte só implicaria numa nova Constituição democrática se houvesse a prévia substituição do regime ditatorial em voga por um governo democrático, que, segundo ele, só seria alcançado por meio de um “poderoso movimento de massas”<sup>133</sup>. Ou seja, para Prestes e seus seguidores não seria o momento apropriado para um Constituinte, mas sim para a organização da “luta das massas populares pela democracia”.

Dentro do PMDB paraibano, nos primeiros meses do ano de 1983, a luta pela Assembleia Constituinte parecia dar mesmo o tom do discurso de oposição. Por exemplo, o peemedebista paraibano Aluísio Campos<sup>134</sup>, eleito deputado federal nas eleições de 82, anunciou, no início de janeiro daquele ano, as suas propostas para a ação oposicionista naquele contexto. Campos propôs um programa comum para as oposições com seis pontos que, na sua concepção, seriam básicos.

1º - Restabelecimento das prerrogativas dos Poderes Legislativo e Judiciário, a começar pela eliminação do decreto-lei do decurso de prazo; 2º - Eleição direta para prefeito das capitais; 3º - Extinção das sublegendas, injustificáveis ao pluripartidarismo; 4º - Política econômica descentralizadora das atividades produtivas, com o objetivo de fortalecer as economias regionais, inclusive através de justo tratamento dos Estados e Municípios; 5º - Desenvolvimento efetivo voltado para o bem-estar geral; 6º - Intervenção do Estado no domínio econômico sob controles que impossibilitem o funcionamento dos órgãos da administração direta e indireta com matérias destruidoras do próprio órgão estadual<sup>135</sup>.

Ao apresentar estes seis pontos, Aluísio Campos, aproveitou para invocar a legitimidade da expressiva votação que a oposição recebeu nas eleições de 1982,

---

<sup>133</sup> PRESTES, Anita, 2014, p.126.

<sup>134</sup> Aluísio Afonso Campos nasceu em Campina Grande (PB) no dia 8 de dezembro de 1914. Era administrador de empresas, advogado e pecuarista. Foi filiado à ARENA de 1965 até 1980, quando se filiou ao PP (Partido Popular), partido liderado por Tancredo Neves. Com a fusão do PP ao PMDB, em fevereiro de 1982, Campos ingressou neste partido. (Dados biográficos acessados no site do CPDOC-FGV < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aluisio-afonso-campos-1> > Acesso em 15/07/2021).

<sup>135</sup> “Aluísio Campos: o compromisso da oposição no Congresso é com o povo”. *Gazeta do Sertão*, 08/01/1983.

discurso que se transformou em um lugar-comum para os políticos oposicionistas eleitos pós-82. “Os representantes eleitos nas legendas das oposições estão comprometidos com a maioria do eleitorado brasileiro que votou contra o Governo”, pontuou. Em seguida, defendeu a união das oposições, que, segundo ele, seriam mais fortes unidas em um só bloco e em uma base de programa comum. Na sua visão, os seis pontos citados viriam a ser conquistados através da promoção, por meio da ação oposicionista conjunta, de uma nova elaboração constitucional. Chama atenção também que, naquele momento, o deputado paraibano apontou como importante reivindicação apenas a eleição direta para prefeito das capitais, sem lembrar da eleição direta para presidente da República. Isto seria impensável alguns meses depois, quando a palavra “diretas-já” se tornaria extremamente difundida.

As propostas de Aluísio Campos para a oposição, na verdade, demonstram um viés extremamente moderado e que, na prática, se compatibilizava facilmente com o projeto de institucionalização da *autocracia burguesa*, ou seja, com o projeto oficial de “abertura”, pois caminham no sentido apenas de uma mudança no sistema político, sobretudo com a descentralização do poder, que se encontrava fortemente concentrado no Executivo militarizado, e o fortalecimento do Legislativo, que voltaria a funcionar como principal canal de expressão política dos interesses das frações burguesas representadas no Parlamento. Outro ponto está ligado à descentralização econômica e à questão tributária, ligada aos interesses econômicos das grupos dominantes regionais, neste caso, as elites nordestinas, grupo a que pertencia o deputado. Campos, aliás, que era um pecuarista, administrador de empresas e advogado, durante a maior parte da ditadura militar, permanecera na ARENA, sendo derrotado por duas vezes em candidaturas ao Senado<sup>136</sup>. Em 1980, filiou-se ao PP, partido liderado por Tancredo Neves e que, logo em seguida, se incorporou ao PMDB. E, assim Aluísio Campos chegou a esse partido, em fevereiro de 1982 e se elegeu deputado federal neste mesmo ano<sup>137</sup>.

Outro importante político peemedebista paraibano nesse contexto trata-se do então senador Humberto Coutinho de Lucena (1928-1988). Natural de João Pessoa, advogado, Humberto Lucena possuía longa história no campo da oposição ao regime

---

<sup>136</sup> Nas eleições de 1966 e 1974, ambas para o emedebista Rui Carneiro.

<sup>137</sup> Conferir verbete biográfico sobre Aluísio Campos, CPDOC. <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aluisio-afonso-campos-1>> Acesso em 01/07/2021

ditatorial, tendo sido eleito deputado federal já em 1966, pelo MDB. Em novembro de 1978, foi eleito senador por este partido. Em 1980, já no PMDB, Lucena atuou como presidente da comissão mista que apreciou a emenda constitucional de Figueiredo que restabelecia as eleições diretas para governadores e extinguiu a figura dos senadores eleitos indiretamente. Em 1983 e 1984, exercia o seu mandato de senador da República, que iria até 1986 (seria reeleito até 1998, ano de seu falecimento) e figurava como uma das principais lideranças políticas no estado, sendo presidente do Diretório Regional do PMDB na Paraíba, e em nível nacional, atuando como líder da bancada peemedebista no Senado<sup>138</sup>.

Em 08 de fevereiro de 1983, a *Gazeta do Sertão*, veiculou o discurso do senador Humberto Lucena sobre a sua proposta para a atuação oposicionista naquele contexto. No centro da visão de Lucena, estava também a luta por uma Assembleia Nacional Constituinte, palavra de ordem do seu partido naquele momento. A sua ideia era de que “a votação de uma nova carta constitucional representa para os oposicionistas o caminho mais fácil e também mais seguro para completar a normalidade democrática”. No entanto, o líder peemedebista preconizava o caminho da negociação e colocava como possibilidade a aceitação do partido de oposição em acatar o projeto defendido por setores do PDS e talvez do próprio governo, de se realizar não uma nova Constituição, mas sim uma reforma da então atual Carta. Ao mesmo tempo, o político paraibano defendia que a bandeira da Constituinte deveria prosseguir, pelo menos para funcionar como “força de barganha”. Esta poderia ser utilizada para, em um eventual momento de negociações quanto às reformas constitucionais a serem aplicadas, a oposição pudesse arrancar reformas mais amplas. Para ele, para aceitar a proposta da reforma constitucional, as oposições deveriam impor suas condições: “que a reforma seja ampla e, entre outros pontos, restabeleça o equilíbrio entre os poderes da República, ao lado de substanciais alterações nos dispositivos referentes à ordem econômica e a volta das eleições diretas para Presidente da República”<sup>139</sup>.

Na fala de Humberto Lucena, podemos encontrar uma referência ao retorno das eleições diretas para presidente, antes do período em que esta reivindicação vai se tornando central na discussão pública, o que só começa a acontecer quando o PMDB

---

<sup>138</sup> Em março de 1982, Humberto Lucena foi escolhido, por unanimidade, para liderar a bancada do PMDB no Senado Federal.

<sup>139</sup> “Humberto Lucena defende reforma na Constituição”, *Gazeta do Sertão*, 08/02/1983,

nacional decide construir uma campanha em torno da PEC (proposta de emenda constitucional) proposta por Dante de Oliveira em 02 de março de 83. De todo modo, pode-se observar que, no contexto em que ocorre a fala de Lucena, a volta das eleições diretas, quando aparece, está subordinada à reivindicação da Constituinte ou, em sua versão mais moderada, a dita reforma constitucional ampla.

Está muito presente também, no discurso de Lucena, a ideia de negociação, ou seja, a concepção de que a “normalidade democrática” virá apenas com a moderação das forças envolvidas, o que significaria, na prática, a aceitação dos limites impostos pela “abertura” oficial, com negociações por parte dos políticos institucionais e sem movimentos de massa. Ao ponto em que o senador sugere que a bandeira da Constituinte possa funcionar como “força de barganha” para negociar reformas. A “normalidade democrática”, na concepção apresentada na fala do senador paraibano, se restringe ao reequilíbrio entre os poderes da República, mudanças pontuais na ordem econômica, e as eleições diretas para presidente.

Encontramos indícios da leitura feita por Lucena daquele contexto e suas propostas para a ação das oposições em outro documento que traz seu discurso, direcionado ao plenário do Senado Federal. O discurso foi realizado no final de 1982, no qual o senador paraibano buscou fazer uma análise do ano que estava terminando, tecendo algumas críticas ao regime militar, sobretudo na área econômica, e expondo algumas reivindicações que deveriam direcionar a luta oposicionista. Sobre a situação econômica e a ida ao FMI, pontuou:

Além dos problemas crônicos e estruturais que a incompetência dos gerentes da política econômica do Governo não consegue controlar – a inflação, o desemprego, a perda do poder aquisitivo das classes médias e de baixa renda, a desenfreada elevação do custo de vida, as dificuldades de crédito, os juros altos, a insolvência das pequenas e médias empresas, etc, etc – o Governo esperou apenas que passasse o 15 de novembro para, descaradamente, à inteira revelia a Nação, sem sequer ouvir o Congresso Nacional, se atirar nas malhas do Fundo Monetário Nacional, permitindo uma ingerência em nossa vida econômica cujas dimensões e consequências ainda não se pode precisar, e demonstrando até onde chegou a monstruosidade de nossa dívida externa<sup>140</sup>.

Na fala acima, Humberto Lucena menciona alguns fatores centrais que compunham a realidade da crise econômica, que ele analisa como crônicos e estruturais. Em seguida, o senador critica uma medida do governo que foi determinante para os

---

<sup>140</sup> LUCENA, Humberto, 1983, p. 415.

rumos da crise, a ida ao FMI, que obrigou o governo a assumir uma série de medidas ortodoxas e de austeridade econômica para conseguir os empréstimos necessários para pagar os juros da dívida externa, que explodiu após os dois “choques do petróleo”.

Seguindo com seu discurso, Humberto Lucena fez uma crítica à chamada “abertura”, apontando que, naquele final de 1982, ainda estavam em vigor: “a Carta outorgada pelos Ministros militares em 1969, que é uma camisa de força vestida no povo brasileiro” – a mesma que o senador, cerca de um mês depois, defendia que o PMDB poderia aceitar uma reforma ampla, desde que cumpridas algumas condições, conforme referimos anteriormente; continua ele: “a Lei de Segurança Nacional; a Lei Falcão; a Lei de Greve; a Lei de Imprensa; todas elas leis de exceção, remanescentes incômodas do autoritarismo”<sup>141</sup>. E, quase terminando o discurso, apontou a sua visão sobre as eleições diretas em todos os níveis:

Não pode haver alternância real de poder sem eleições diretas, mas eleições diretas para todos os cargos, inclusive, e principalmente, para o cargo de Presidente da República. Se há uma lição clara e cristalina da festa cívica que se viu neste país em 15 de novembro último, é a vontade do povo de participar das decisões que lhe diz respeito. O povo quer participar, quer votar. Não podemos ignorar esse dado incontestável.

Somente a realização de eleições diretas para a Presidência da República vai permitir que os diferentes partidos políticos lancem candidatos que discutam em praça pública plataformas de Governo baseadas nos diferentes programas partidários e que o Brasil encontre o leito da democracia plena e autêntica que é a grande aspiração do nosso povo.

Somente eleições diretas para a Presidência da República vão permitir a alternância do poder, pois sem que se substitua o Presidente e, em consequência, os diversos escalões do Poder Executivo a nível federal, não se poderá efetivamente mudar a estrutura vigente de poder no país. Esta é a verdade incontestável.<sup>142</sup>

Alguns pontos merecem ser destacados na manifestação do senador paraibano. Observa-se que, no geral, há uma ênfase positiva na forma direta de eleição e ele utiliza o exemplo das eleições de 15 de novembro de 82 fazendo a analogia da “festa cívica” e colocando esta eleição como uma representação da vontade do “povo de participar das decisões”. Ele arremata com uma frase de efeito: “o povo quer participar, o povo quer votar”. Aquele momento, pós-pleito eleitoral, no qual a oposição burguesa saiu muito fortalecida com resultados positivos por todo o país, era extremamente propício para a ideia veiculada por Lucena. Utilizando o termo abstrato “povo”, ele busca construir a imagem de que votar nos seus “representantes”, por si só, implica na participação

---

<sup>141</sup> Ibidem, p. 418.

<sup>142</sup> Ibidem, p. 419.

popular nas decisões políticas. Esta visão se coaduna com a ideologia liberal da política, na qual a “democracia plena e autêntica”, nas palavras de Lucena, se resume ao funcionamento dos elementos formais do sistema da “democracia liberal-representativa”, e um dos principais elementos representativos desse funcionamento é justamente a eleição, a “alternância de poder”.

Dois dias após essa matéria que veiculou as propostas de Humberto Lucena, o jornal *Gazeta do Sertão* publicizou um editorial intitulado “Eleições Presidenciais”, no qual chamou atenção para a reentrada em cena da ideia de eleição direta para presidente da República.

Era de se esperar: o desafio da eleição direta do presidente da República renasce das próprias cinzas. A medida em que se consolidam os caminhos da abertura e o projeto da redemocratização se revela viável, navegando entre escolhos perigosos e vagalhões amedrontadores, os políticos se voltam para ele num irresistível tropismo de salvação.

Nesse texto, do dia 10 de fevereiro de 1983, o grupo editorial demonstra a percepção de que a reivindicação por eleições diretas para o sucessor de Figueiredo parecia querer se inserir na discussão política. Na verdade, provavelmente, essa leitura da conjuntura foi baseada na fala do presidente nacional do PMDB e um dos principais líderes oposicionistas, o deputado federal Ulysses Guimarães. Alguns dias antes, este havia afirmado que tinha convicção de que o “presidente Figueiredo acabará se convencendo de que o único caminho para solucionar a crise econômico-financeira e os problemas institucionais que estão surgindo é o das eleições diretas para presidente da República”. Além de colocar, a eleição presidencial direta como “único caminho” para solucionar as crises econômica e política, Ulysses alegou também que “o povo manifestou verdadeiramente seu desejo de votar”<sup>143</sup>, fazendo referência ao último pleito de 15 de novembro do ano anterior como prova do sucesso da “participação popular”. Esse discurso se tornaria cada vez mais constante, nas vozes dos políticos da oposição burguesa, ou seja, que a eleição direta seria uma condição para a solução da crise econômica e política e que o “povo” desejava “participar”, igualado, nesta visão, a “votar”. Por essa razão, o editorial se referiu a essa tendência como um ato de se voltar para o desafio da eleição direta “num irresistível tropismo de salvação” e apontou a fala

---

<sup>143</sup> “Ulysses quer eleição direta para presidente”, *Gazeta do Sertão*, 04/02/1983.

do presidente do PMDB como uma “astúcia” que busca “mostrar a eleição direta como uma resposta a problemas que afligem o próprio sistema em crise”.

A leitura realizada pelo editorial do *Gazeta do Sertão* parecia perceber, claro que em um grau muito inicial, naquela conjuntura, o que realmente aconteceria meses depois: a transformação da eleição direta para presidente no caminho para a salvação da crise brasileira. No entanto, o que observamos é que a ideia do retorno da eleição direta para o sucessor de Figueiredo aparece restrita a discursos mais isolados de opositoristas, como no caso do senador Humberto Lucena e do presidente peemedebista Ulysses Guimarães. Podemos encontrar uma prova disto ao analisarmos o Encontro Estadual do PMDB paraibano, realizado em 25 de fevereiro em Campina Grande.

O Encontro foi realizado sob a liderança do senador e presidente regional do partido, Humberto Lucena, e a ideia era contar com a participação dos peemedebistas paraibanos e convidados de outros estados, como os deputados Miguel Arraes e Jarbas Vasconcelos. Os principais objetivos seriam: fazer uma avaliação da campanha peemedebista no último pleito eleitoral, no ano de 82, discutir sobre a conjuntura estadual e nacional, encaminhar estratégias de atuação política e começar a viabilizar a criação de diretórios do partido nos municípios onde ainda não havia representação oposicionista<sup>144</sup>. Segundo a matéria jornalística, o PMDB paraibano esperava a presença de cerca de 200 filiados, no auditório do Convento São Francisco, bairro da Conceição em Campina Grande. A programação do Encontro foi organizada pelo Diretório Municipal do partido em Campina, presidido pelo vereador Mário de Sousa Araújo. Esta contaria com palestra de Humberto Lucena, intitulada “PMDB e as eleições de 1982”, e outra exposição do prefeito campinense Ronaldo Cunha Lima, intitulada “o Governo Municipal na Atual Conjuntura Brasileira”. Ao final do evento, seria divulgado o documento síntese das discussões: a carta denominada “Documento de Campina Grande”<sup>145</sup>.

No documento, que buscava delinear a atuação do PMDB paraibano para aquele ano, não houve nenhuma menção à questão da eleição direta. Dentre os dez pontos elencados no manifesto partidário, destacou-se a luta pela convocação de uma Assembleia Constituinte.

---

<sup>144</sup> “ PMDB reúne hoje em Campina as suas lideranças partidárias”, *Gazeta do Sertão*, 25/02/1983.

<sup>145</sup> “Encontro do PMDB em Campina já tem programação definida”, *Gazeta do Sertão*, 23/02/1983.

2º) A convocação de uma Assembleia Constituinte deve permanecer como meta fundamental da mobilização política com vistas à redemocratização do país e à legitimação de um novo Estatuto Básico que, acolhendo os anseios da população, estabeleça as normas estruturais de uma nova sociedade regida por um Estado fiel aos anseios nacionais<sup>146</sup>.

A reivindicação pela Constituinte encontrava-se, portanto, na base da estratégia de mobilização política dos peemedebistas paraibanos. Esta palavra de ordem deveria cumprir, naquele momento, a função de unir os diversos setores oposicionista; seria a pauta mais geral da luta contra a ditadura, que nortearia a dita “frente ampla” na luta pela “democracia”. No entanto, não havia nenhum indício de que se pretendesse construir uma mobilização social mais ampla em torno desta reivindicação. Além da mobilização política pela Constituinte, o documento defendeu pontos como: o PMDB deveria “perseguir sua identidade definitiva como partido de massas” e deveria se integrar às lutas populares e às grandes causas nacionais em debate. Em seguida, o documento traz o repúdio ao modelo econômico do regime:

3º) O repúdio ao modelo econômico e a todo um elenco de consequências inerentes à sua adoção deve unir as forças do Partido e de seus representantes a todos os segmentos da sociedade. Os efeitos cruéis do modelo sobre os salários dos trabalhadores, os resultados da pequena empresa, o trabalho dos pequenos produtores e proprietários rurais e urbanos, os níveis dos serviços previdenciários, a marginalidade rural e urbana devem ser combatidas pelos representantes do Partido e denunciados permanentemente à população<sup>147</sup>.

Podemos observar, nesse trecho, que o partido possuía em seu discurso a tendência de buscar abarcar os interesses de diferentes setores da sociedade, desde trabalhadores rurais e urbanos até empresários e proprietários de pequeno e médio porte. O contexto econômico vivenciado pelo país naquele momento favoreceu essa estratégia, pois, de fato, a política econômica do regime, com o agravante da crise econômica internacional e seus reflexos locais, acabava gerando prejuízos aos setores empresariais médios, que dependiam mais do acesso ao crédito - cada vez mais inviável, diante do cenário de juros altíssimos - e do dinamismo do mercado interno - que se encontrava enfraquecido, devido ao cenário recessivo da economia. Desta forma, o discurso peemedebista buscava difundir a ideia de que esses setores e os trabalhadores teriam interesses em comum ao lutarem contra o modelo econômico vigente, que, como

---

<sup>146</sup> “Documento do PMDB define a atuação do Partido em 83”. *Gazeta do Sertão*, 01/03/1983.

<sup>147</sup> *Idem*.

sabemos, privilegiava as frações ligadas ao capital financeiro e ao grande capital monopolista.

Os outros pontos do documento trouxeram conclusões acerca de temas sobre o Nordeste e o combate à regionalização da pobreza, a atuação do governo do estado, dos governos municipais, dos parlamentares, a nível federal e estadual, e sobre a estrutura burocrática do partido. A única menção ao problema das eleições diretas, mas para prefeitos das capitais estaduais, veio por parte do deputado estadual paraibano Marcos Odilon Ribeiro Coutinho. Este, na reunião de organização do Encontro, teria manifestado a pretensão de apresentar a sua proposta no evento. O deputado sugeria que os governadores oposicionistas, em vez de nomearem os prefeitos das capitais dos seus estados, promovessem eleições diretas, por conta própria, com a participação de todos os partidos. A proposta era um tanto quanto curiosa, pois a legislação eleitoral do país não previa eleição direta para prefeito de capital; porém, Marcos Odilon alegou que “ninguém pode proibir um governador de realizar eleições no estado que ele dirige”. Não encontramos indícios de que essa proposta tenha chegado a ser executada em algum estado governado pela oposição.

Diante do que foi discutido nesse tópico, observamos que a reivindicação por eleição direta para a escolha do sucessor de Figueiredo, no início de 1983, não era uma pauta central no seio da oposição burguesa. Todavia, ela aparece pontualmente em alguns momentos. A reivindicação mais forte era mesmo a da luta por uma Assembleia Constituinte, que seria uma luta mais restrita à esfera política, sem indícios de haver uma pretensão de se gerar mobilização social em torno dessa questão.

Quanto aos setores ligados diretamente à luta dos trabalhadores na Paraíba, o interesse se voltava muito mais para as questões ligadas ao combate à política salarial do regime e à intensa crise econômica, que, como falamos, gerava grandes prejuízos às camadas de trabalhadores pobres, sobretudo através do desemprego e da inflação galopante. A esse respeito, por exemplo, no dia primeiro de março de 83, os trabalhadores paraibanos, por meio da Comissão Intersindical Única Estadual (CIUE), divulgavam que seria realizado o Dia Nacional de Luta contra a Nova Política Salarial do Governo, no dia 22 daquele mês. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba (FETAG-PB) distribuiu nota, “convidando a todos a comparecerem a estas manifestações, tida como grande importância para a união dos trabalhadores

paraibanos”.<sup>148</sup> A intenção seria realizar várias manifestações nas portas das fábricas, nos centros das cidades e nas sedes das entidades sindicais.

Outro exemplo dessa tendência, trata-se da fala do líder do Partido dos Trabalhadores em Campina Grande, Edgar Afonso Malagodi. O sociólogo havia sido candidato pelo PT à Prefeitura da cidade, na eleição de 1982, recebendo, no entanto, pouquíssimos votos. Questionado sobre os objetivos do partido após retumbante fracasso eleitoral, o ex-candidato respondeu que “existe uma grande preocupação em organizar o povo para rebater a nova política salarial que o governo quer impor, bem como denunciar a corrupção e a má administração pública e todos os escândalos que estão aparecendo”<sup>149</sup>. Observamos, na atuação desses sujeitos coletivos ligados aos interesses imediatos dos trabalhadores, uma tendência de se contrapor concretamente à política econômica da ditadura, sobretudo na questão da política salarial. Estes sujeitos buscavam agenciar a luta coletiva e a organização dos trabalhadores como estratégia para se contrapor às medidas econômicas do governo militar. Neste caso, buscava-se resistir à mudança na política salarial imposta pelo decreto-lei 2.012, acionado por Figueiredo em janeiro de 83, cuja principal medida seria reduzir a correção salarial dos trabalhadores que recebiam até três salários mínimos. Até então, esta faixa de trabalhadores tinha seus salários reajustados em 110% do INPC, após o decreto-lei seria reduzido para 100% do INPC.

Diante do exposto, podemos observar que havia um processo de aglutinação de forças oposicionistas se desenrolando ao longo dos últimos anos, associado ao processo de crise da ditadura militar em um contexto de crise econômica. Em 1983, o país vivia o recrudescimento desses processos. Foi no início deste ano que o movimento pelas diretas-já começou a ser gestado.

#### 1.4 Apontamentos sobre os jornais utilizados na pesquisa

Para analisar o movimento Diretas-Já na Paraíba neste trabalho, fizemos uso principalmente de três jornais como fontes históricas: *Jornal da Paraíba*, *Diário da Borborema* e *Gazeta do Sertão*. Mas, além de fonte histórica, o jornal deve ser entendido também como objeto de análise, pois podemos observar o órgão de imprensa

---

<sup>148</sup> “CIUE vai realizar o Dia Nacional de Luta”, *Gazeta do Sertão*, 01/03/83.

<sup>149</sup> “Malagodi diz que PT vive”, *Gazeta do Sertão*, 04/03/1983.

moderno atuando, ao mesmo tempo, enquanto empresa e enquanto partido político, como apontou Antonio Gramsci.

Nesse sentido, faremos nesse tópico alguns breves apontamentos sobre os órgãos jornalísticos que utilizamos como fonte, buscando sobretudo elementos que possam indicar qual o posicionamento ideológico dos órgãos e quais setores sociais eles representavam.

O *Jornal da Paraíba* foi fundado em setembro de 1971 e nasceu ideologicamente sintonizado com o projeto da ditadura empresarial-militar. Sua fundação se deu em um período em que o processo de modernização da imprensa já se consolidara e a fase quase artesanal da imprensa campinense dava lugar a um jornalismo empresarial, capitalista e moderno, representado por órgãos detentores de grande capacidade de investimento em tecnologia para a realização de um jornalismo com boa qualidade de diagramação e fotografia<sup>150</sup>.

Após passar por algumas mudanças em sua composição, o *Jornal da Paraíba* (JP), a partir de 1982, passa a funcionar com o seguinte expediente: José Carlos da Silva Júnior e Otto Muniz, como presidente e vice-presidente; Raimundo Gurgel Júnior, superintendente; Hugo Ramos de Azevedo, editor; Armando Lira, sub-editor; Evaldo Pontes, diretor comercial e depois diretor administrativo para dar lugar a Josinaldo Apolinário naquele cargo<sup>151</sup>.

Para compreendermos a concepção ideológica que orienta a atuação do JP no período da abertura e da campanha pelas eleições diretas, é necessário observar um sujeito determinante nesse caso, o presidente e proprietário do periódico, José Carlos da Silva Júnior. Ao mesmo tempo, José Carlos era vice-governador da Paraíba, desde 1982, quando foi eleito ao lado de Wilson Braga, ambos do PDS, e também proprietário e presidente de uma das maiores empresas produtoras de café e de produtos derivados do milho, a São Braz. Paralelamente, o presidente do JP sempre militou ativamente em entidades das classes patronais campinenses, como a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), da qual foi vice-presidente, e a Associação Comercial de Campina Grande (ACCG).

---

<sup>150</sup> Ver: LIMA, 2011, p.1; ARAÚJO, 1986, p. 306.

<sup>151</sup> ARAÚJO, 1986, p. 308

O JP representa as concepções ideológicas do grupo comandado por José Carlos da Silva Júnior, as suas páginas estão carregadas de elementos da ideologia compartilhada pelos grupos que compunham as classes empresariais da Paraíba. Isto fica evidenciado marcadamente nos editoriais trazidos em cada uma das edições do jornal. As constatações, reivindicações e propostas para aquela conjuntura e para um projeto de sociedade para a Paraíba e para o país estão afinadas com a lógica do mercado e difundem uma noção de democracia que se substancializa a partir dos conceitos de conciliação, ordem e estabilidade, pautadas num ideal de administração que contemple “tanto a angústia crescente dos setores populares quanto as reclamações de amplos segmentos empresariais”<sup>152</sup>.

É claro que o JP buscava interferir nas questões que estavam sendo discutidas naquele contexto, disputando com outras leituras de conjuntura e interesses de outros grupos e classes sociais. Quanto à questão da abertura política, o jornal reconhecia que se tratava de um processo conflituoso, carregado de tendências e ideias contrastantes, como de fato era, e se ajustava a uma posição moderada, por vezes ambígua, pois ao mesmo tempo em que considerava a abertura “um processo de institucionalização do movimento revolucionário de 1964”<sup>153</sup> e propugnava o respeito à autoridade do general-presidente Figueiredo, colocando o controle da abertura sob o seu domínio, tecia críticas diretas ao modelo econômico “concentracionista” e “marginalizador” do governo.<sup>154</sup>

É importante lembrar que essa conjuntura é de intensa crise econômica e política. O jornal não pode abstrair-se do contexto em que atua, e precisa, dentro de determinados limites, expressar interesses e insatisfações reais das classes subalternas e não dirigentes, faz isso, no entanto, de maneira enviesada, dando contornos ideológicos próprios às demandas das classes trabalhadoras. Por exemplo, o tema da inflação aparece constantemente nas páginas do JP, o jornal divulga e condena reiteradamente a alta dos preços de gêneros de primeira necessidade. No entanto, reforça a concepção de que a inflação deve ser combatida através das medidas de ajustamento interno que o governo implantava, o que significava cortes de gastos nos serviços públicos e achatamento salarial.

---

<sup>152</sup> Editorial “Administração de crises”. Jornal da Paraíba, 24 mar. 1984. P.2.

<sup>153</sup> Editorial “A voz da Hierarquia”. Jornal da Paraíba, 01 mar. 1984. P.2.

<sup>154</sup> Editorial “As lições da democracia”, Jornal da Paraíba, 26 mar. 1984, p.2.

A campanha das Diretas não é muito enfatizada no JP, na verdade o jornal defendia que as eleições diretas não eram importantes, pois seria preciso resolver de imediato os problemas da economia em crise. Porém, quando falava da campanha das Diretas, o jornal adotava uma concepção negativa, enfatizando o clima de instabilidade que as oposições estariam incitando com a campanha e a necessidade de mantê-la sob os níveis da moderação:

Como tem alertado o Governador Tancredo Neves, ou as eleições diretas são bem conduzidas, ou se transmudam num grave risco, posto representarem um caldo de cultura bastante favorável à radicalização. Ademais, poucos dos que ela propugna demonstram perceber o sentido da campanha que vêm fazendo junto ao povo.<sup>155</sup>

Não à toa é evocado o nome de Tancredo Neves, o representante da oposição burguesa. Mais à frente, no mesmo editorial, chama-se atenção aos perigos do que o jornal entendia como resultado da pressão da campanha das Diretas, ao gerar dissensos internos nas forças governamentais.

Como se vê, a forte cisão entre as instituições políticas e a mentalidade política dirigente, bem como entre estas e a realidade nacional, continua óbvia a cada passo. E não será assim que venceremos objetivos fundamentais, inalienáveis e inadiáveis à paz interna do Brasil.<sup>156</sup>

A tese defendida pelo editorial do JP é que a campanha pró-diretas estava a envolver o governo num nevoeiro de intranquilidade, as oposições estariam, nesse sentido, atrapalhando o processo de institucionalização segura do regime e servindo de obstáculo a chamada “paz interna” brasileira para que as medidas econômicas devidas pudessem ser implantadas com a finalidade de retomar o desenvolvimento do país.

O tom negativo do JP em relação à campanha das Diretas Já fica patente na matéria do dia 26 de março daquele ano de 1984, que noticiava o maior comício pelas diretas realizado em Campina Grande no dia anterior. Na manhã desse dia, via-se com grande destaque, na capa do JP, a manchete: “Povão começou retirada antes da fala de Montoro”, e abaixo do título: “Número de pessoas abaixo do esperado, apesar de dezenas de caravanas vindas do interior”. Ainda na capa, lia-se que o governador de São Paulo foi “a maior estrela política do comício” e que, apesar da grande divulgação, o

---

<sup>155</sup> Editorial “Cisões Institucionais”, Jornal da Paraíba, 09 mar. 1984, p.2.

<sup>156</sup> Idem.

público presente não convenceu e ainda saiu mais cedo, antes mesmo da fala de Montoro.

O jornal *Diário da Borborema* (DB) foi fundado em outubro de 1957. Pertencente à cadeia dos Diários Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand, aponta como aquele, dentre os que analisamos nesse artigo, que organizou e difundiu uma concepção positiva da campanha Diretas-Já em Campina Grande e a nível nacional. Apenas no mês de março de 1984, o DB publicou 23 matérias enfatizando, diretamente, opiniões favoráveis ao restabelecimento das eleições diretas para presidente da República. Por outro lado, no mesmo período, os leitores do DB leriam apenas 8 matérias que davam voz direta à políticos indiretistas.

A posição político-ideológica do órgão em relação ao processo de abertura democrática e à campanha Diretas-Já pode ser compreendida como afinada a uma noção relativamente mais progressista e combativa. Essa concepção está de acordo com o que escreveu Fátima Araújo (1986, p.304). Para ela, o *Diário da Borborema* apresenta-se como um jornal:

Relativamente combativo, apesar dos condicionamentos políticos, econômicos e ideológicos de que sempre dependeu o DB, decorrentes de sua própria posição, não ficava sem cobertura um episódio político-social que viesse a ocorrer.

No ano de 1984, era superintendente do *Diário da Borborema* o jornalista Luiz Barbosa Aguiar. Encontramos uma entrevista cedida, no ano de 2006, pelo ex-superintendente do DB; no ano dessa entrevista era professor da Faculdade de Comunicação Social da Universidade Estadual da Paraíba. Nessa entrevista, assinada por Lenido Ferreira, publicada no blog Jornalismo Paraibano, há um discurso por parte de Luiz Barbosa Aguiar que também se inclui dentro do campo de um jornalismo relativamente combativo, oposicionista e progressista.

Quando me deparei com o fato de estar dentro do Diário, comprei um livro de Natalício Norberto, chamado Jornalismo sem mestre, e fui estudar o que era o jornalismo. Descobri-me dentro daquilo que eu gostaria de fazer da vida. Daí para a frente as coisas aconteceram gradativamente. Após três ou quatro meses como foca, passei a repórter, depois chefe de reportagem, o que já foi uma grande conquista, em seguida secretário de redação, editor, diretor comercial e, finalmente superintendente do Diário. Foi nesse tempo que ingressei na luta de classe, fui titular da delegacia do Sindicato dos Jornalistas da Paraíba em Campina Grande, participei de congressos no Brasil inteiro, e até cheguei a ser preso em Alagoas, durante um desses congressos.

O perfil do próprio superintendente do jornal, um sujeito militante, partidário da liberdade de imprensa e contrário às práticas de censura da ditadura militar, indica um importante elemento para a constituição de contornos ideológicos para o DB que puderam permitir a veiculação de discursos duramente críticos ao regime vigente e de falas reivindicatórias do restabelecimento imediato das eleições diretas. No entanto, há condicionamentos políticos e ideológicos no DB, considerando que se trata de um órgão de imprensa empresarial.

Um desses condicionamentos fica evidente no fato de que o DB enfatizava, intensamente, a participação, na campanha Diretas-Já, das personalidades da política, especificamente do campo de oposição burguesa, sobretudo do PMDB. Em todas as matérias que divulgam opiniões políticas pessoais favoráveis à aprovação da emenda das Diretas-Já, é enfatizado o nome de um vereador da cidade, um deputado estadual ou federal, senador ou governador. Podemos visualizar essa tendência nos seguintes títulos de matérias publicadas nos dias do mês de março do ano de 1984. Sabemos que a campanha Diretas-Já na Paraíba envolveu sujeitos e organizações diversos, mas nas páginas do jornal não aparece com tanto destaque as vozes de sujeitos como líderes sindicais, estudantes, líderes de movimentos de bairro, que tiveram atuação importante na construção da campanha pelas eleições diretas.

A concepção da Campanha Diretas-Já que é organizada e difundida pelo *Diário da Borborema* é a de uma campanha que ganha voz por meio das personalidades políticas locais e nacionais. Essa concepção fica clara quando o jornal passa a publicar matérias divulgando o comício do dia 25 de março de 1984, realizado na cidade.

Essa prática adotada pelo DB indica que o jornal permaneceu dentro dos limites ideológicos de uma concepção político-institucional da Diretas-Já e do processo de transição, dando pouca visibilidade e importância às questões econômicas e sociais que eram reivindicadas também no contexto da abertura, bem como ao engajamento e participação de sujeitos e organizações populares e classistas. O DB se posicionou ao lado das oposições ao enfatizar uma noção positiva da luta pelo retorno das eleições diretas, uma tática política compartilhada, naquele momento, pelas oposições mais moderadas ou mais radicais, mas, como buscamos demonstrar, havia condicionamentos e limites ideológicos que orientaram a concepção elaborada e difundida pelo periódico.

O jornal *Gazeta do Sertão* (GS) teve seu número inaugural lançado no dia 25 de maio de 1981. Tratava-se da terceira fase do órgão, que havia passado por duas fases antigas, com fundações em 1888 e 1923. Nesta fase dos anos 1980, o jornal teve como proprietário o economista, empresário e político Edvaldo do Ó.

A partir de 1982, o expediente do *Gazeta do Sertão* se organizou desta maneira: diretor: José Alberto Macedo da Silva; editor: Geovaldo Vieira de Carvalho. Sobre o corpo redacional do órgão nos anos 1980, Fátima Araújo destacou os seguintes nomes: Marines Rufino, Helder Moura, Wilson Barbosa, Gesimiel Ferreira, Narriman Rosendo, Apolinário José, Ubiratan Cirne e Severino Maciel Gonzaga.

Ainda segundo Fátima Araújo, a “ideologia pela qual se rege a GAZETA é também a dominante. Muitas vezes, em meio ao conservadorismo, o jornal apresenta alguns salpiques de combativismo”<sup>157</sup>. De fato, podemos observar que o GS é um órgão que, no geral, representa a ideologia e os interesses dos grupos dominantes paraibanos, especificamente da região de Campina Grande. O “combativismo” apresentado pelo *Gazeta* no contexto da transição se explica muito em função da ligação do proprietário do órgão, Edvaldo do Ó, com o PMDB local, especificamente com o grupo em torno do prefeito Ronaldo Cunha Lima. Edvaldo do Ó chegou a ser secretário do planejamento da prefeitura na gestão de Cunha Lima.

Todavia, em linha semelhante ao *Diário da Borborema*, o GS é um órgão de imprensa burguesa, sendo que com uma certa abertura para temas e falas de sujeitos do campo da oposição ligada aos grupos sociais subalternos e trabalhadores. Mesmo assim, o essencial do conteúdo difundido pelo órgão dizia respeito à reprodução do sistema político-econômico dominante. O apoio do GS ao retorno das eleições diretas para presidente era um posicionamento “moderado”, buscando sempre não demonstrar um rompimento “radical” em relação ao governo militar. O jornal veiculou um grande número de reportagens e artigos favoráveis ao movimento Diretas-Já, mas também abriu espaços para a fala dos defensores das eleições indiretas, buscando passar a imagem de um jornalismo “imparcial”.

No essencial, o GS buscava difundir a visão das frações de classe dominante que representava sobre o processo de transição e sobre os caminhos apontados para superar a crise vivida naquele contexto. Ideologicamente, o jornal se alinhava mais com a

---

<sup>157</sup> ARAÚJO, op. Cit., p. 338.

oposição burguesa moderada. Por vezes, criticava os mecanismos autoritários do governo militar, mas ao mesmo tempo elogiava a condução do processo de “redemocratização” pelo general-ditador Figueiredo, como no editorial do dia 04 de janeiro de 1983, no qual se afirmou: “entretanto mesmo, com todos os descontos e restrições, estamos diante de um magnífico passo no sentido de uma definição do Estado de Direito e dele tem o presidente João Figueiredo todos os motivos de se orgulhar, pela colaboração que deu”<sup>158</sup>.

---

<sup>158</sup> Editorial: *O caminhante e a estrada*, *Gazeta do Sertão*, 04/01/1983.

## **CAPÍTULO 02 – A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO PELAS DIRETAS-JÁ NA PARAÍBA**

### **2.1 Primeiros atos para a formação do movimento por eleições diretas para presidente da República**

O movimento que se tornaria conhecido como “Diretas-Já” começou a tomar forma com a Proposta de Emenda Constitucional Nº 5, de 1983, proposta pelo então jovem deputado federal pelo PMDB do Mato Grosso, Dante de Oliveira, em 2 de março de 1983. Na verdade, o deputado, ao tomar posse em 1983, percebeu a atmosfera política que estava se formando com a sucessão presidencial se aproximando, como ele mesmo declarou.

Durante a campanha me chamava a atenção que, nos debates nas universidades, bairros e mesmo em comícios e grandes eventos, a resposta da população era muito forte quando se falava em elegermos o presidente da República. Aquilo me marcava, era algo que tocava as pessoas.

Eu tinha clareza de que o projeto seria muito discutido, por conta da sucessão presidencial. Por isso eu queria ser o primeiro a apresenta-lo.<sup>159</sup>

A PEC (Proposta de Emenda Constitucional) apresentada por Dante de Oliveira não era a primeira a propor a eleição direta para Presidente, já existiam outras emendas na Câmara dos Deputados, dentre elas a do deputado Theodoro Mendes, que seria retomada após a derrota da Diretas-Já em 25 de abril de 1984. No entanto, nenhuma destas emendas foi reapresentada no início de 1983, antes da entrada em tramitação da proposta de Dante de Oliveira<sup>160</sup>. De forma clara e direta, esta buscava alterar os artigos 74 e 148 da Constituição Federal, que passariam a vigor com a seguinte redação:

Art. 74. O Presidente e Vice-Presidente da República serão eleitos, simultaneamente, entre os brasileiros maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos, por sufrágio universal e voto direto e secreto, por um período de cinco anos.

Parágrafo Único. A eleição do Presidente e Vice-Presidente da República realizar-se-á no dia 15 de novembro do ano que antecede ao do término do mandato presidencial.

Art. 148. O sufrágio é universal e o voto é direto e secreto; os partidos políticos terão representação proporcional, total ou parcial, na forma que a lei estabelecer.

---

<sup>159</sup> LEONELLI, Domingos, OLIVEIRA, Dante. 2004, p. 78-79.

<sup>160</sup> Ibid., p. 36.

A PEC foi assinada por Dante de Oliveira e mais 176 deputados e 23 senadores. Dentre os nomes na lista de assinaturas de apoio à proposta, figuraram os nomes de quatro representantes da Paraíba: assinaram os deputados federais peemedebistas Raymundo Asfora, Aloísio Campos e José Maranhão e o senador Humberto Lucena, do mesmo partido<sup>161</sup>.

Humberto Lucena, aliás, foi um resoluto apoiador do retorno das eleições diretas. No dia 02 de março, ele discursou na tribuna do Senado Federal, defendendo uma ampla reforma constitucional que deveria incidir em pontos importantes como o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República<sup>162</sup>. Já no dia 06 de março de 1983, foi à imprensa declarar os três pontos que para ele eram inegociáveis:

(...) afastou a hipótese de ser firmado um acordo entre o governo e a oposição, para superação da crise econômica institucional do país, se for imposta como condição de entendimento a exclusão, da pauta de negociações, dos três pontos apontados por Átila. A Constituinte, as eleições diretas para presidente da República e modificações na Lei de Segurança Nacional são reivindicações básicas do nosso programa, afirmou Lucena<sup>163</sup>.

Podemos observar que, a partir do mês de março de 1983, as referências à reivindicação por eleição direta para presidente da República ficaram mais frequentes nas falas dos políticos peemedebistas. Ainda que não houvesse ainda uma campanha estruturada em torno desta palavra de ordem, é inegável que ela passou a ser invocada com muito mais frequência. Provavelmente, isto se deu em razão das primeiras discussões em torno dos possíveis candidatos à sucessão de Figueiredo terem se acentuado também nesse período, o que fazia com que as oposições precisassem se posicionar também quanto ao processo sucessório. Como, naquele momento, não havia nenhuma viabilidade de uma vitória oposicionista dentro do Colégio Eleitoral que elegeria o próximo presidente, cuja ampla maioria era do PDS, não faria sentido para os partidos de oposição lançar um possível candidato a presidente. O tema da eleição direta, portanto, passaria a ser a forma como os partidos oposicionistas se posicionariam no jogo sucessório.

Outro líder político paraibano que logo se posicionou pelo retorno da eleição direta foi o deputado federal Raymundo Asfora. O peemedebista fez seu primeiro

---

<sup>161</sup> Ver lista completa de assinaturas em LEONELLI e OLIVEIRA, Op. Cit., p. 81 e 82.

<sup>162</sup> “Chaves, Lucena e Saturnino debatem a crise brasileira”, *Gazeta do Sertão*, 03/03/1983.

<sup>163</sup> *Jornal do Brasil*. “Lucena analisa trégua”, 6 de março de 1983, p. 3. Citado em LEONELLI e OLIVEIRA, op. Cit., p. 91.

discurso na Câmara Federal no dia 04 de março de 1983. O paraibano fora convidado para discursar em nome da bancada pelo líder do PMDB entre os deputados federais, Freitas Nobre, que enalteceu as qualidades de orador do parlamentar. Com um tempo reservado de 30 minutos para o discurso, Asfora abordaria temas como a ida do Brasil ao FMI, a maxidesvalorização do cruzeiro, a mudança da lei salarial, o envolvimento de órgãos do governo federal em escândalos como o caso Baumgarten, Capemi e financeira “Delfin”. Em seguida, abordaria como o PMDB apontava como solução para a crise econômica e administrativa a eleição de uma nova Constituição e, finalmente, faria a defesa das “eleições livres e diretas para presidente da República”.<sup>164</sup>

Chama atenção que a bandeira da Constituinte aparece em destaque na fala de Raymundo Asfora, que, lembremos, falava em nome da bancada do PMDB naquele momento. Todavia, a defesa da eleição direta também aparece com considerável destaque. Nesse sentido, podemos observar que as duas bandeiras oposicionistas passavam, naquele período, a aparecer lado a lado; havia, na verdade, um processo no qual a palavra de ordem pela eleição direta para presidente parecia começar a ser percebida pelos políticos oposicionistas como tendencialmente mais eficaz do que a Assembleia Constituinte.

Outro indício que nos mostra que a bandeira da eleição direta para presidente da República ganhava força naquele momento e aparecia ao lado da reivindicação pela Constituinte é que o governo militar logo procurou rebater a ambos os temas conjuntamente. No dia 04 de março de 1983, o jornal *Gazeta do Sertão* noticiava que “o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República e a convocação de uma Assembleia Constituinte são temas que o governo não aceita discutir em nenhuma hipótese, pois são considerados dogmas intocáveis pelos governos revolucionários”. Em seguida, a matéria apontou que, se os partidos oposicionistas insistissem nessas duas premissas, seria ultrapassado o limite para a “trégua proposta pelo presidente Figueiredo em sua mensagem ao Congresso”<sup>165</sup>. O porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila, chegou a confirmar que a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e a eleição direta para presidente da República, somados a reformulação da Lei de Segurança Nacional, eram “itens que o governo não aceita negociar com os partidos da oposição” e também confirmou que estas reivindicações teriam o poder de romper com

---

<sup>164</sup> “Asfora fala em nome da bancada do PMDB”, *Gazeta do Sertão*, 04/03/1983

<sup>165</sup> “Planalto não irá discutir as eleições para a Presidência”, *Gazeta do Sertão*, 04/03/1983.

a “trégua” política sugerida por Figueiredo<sup>166</sup>. Essa reação do governo diante das duas bandeiras oposicionistas demonstra que, desde o mês de março de 1983, não havia nenhuma abertura do poder militar em aceitar o diálogo em torno delas. Sem a pressão vinda de um movimento de massa nas ruas, ambas estavam fadadas ao fracasso, funcionando apenas como temas de discurso dos políticos que compunham o campo da oposição burguesa.

Imediatamente após a apresentação da PEC na Câmara dos Deputados, não houve muita repercussão pública. O movimento caminhava dentro da Câmara Federal. Em 9 de março de 1983, foi criada uma primeira comissão com o objetivo de elaborar um plano de mobilização em torno da emenda. Esse acontecimento foi considerado, por Dante de Oliveira e Domingos Leonelli, como o “nascimento da campanha das Diretas-Já”<sup>167</sup>. A comissão foi formada dentro da bancada do PMDB na Câmara, sem ter tido muita repercussão pública e sem a participação de nenhum dos nomes mais conhecidos do partido. Todos os componentes eram pertencentes ao grupo considerado da “esquerda do PMDB”<sup>168</sup>. Faziam parte dessa comissão inicial os deputados: Roberto Freire (PE), Domingos Leonelli (BA), Dante de Oliveira (MT), Carlos Mosconi (MG), Ibsen Pinheiro (RS) e Flavio Bierrenbach (SP).

Alguns dias depois da formação da comissão, foi produzido o plano de mobilização construído por este grupo de deputados peemedebistas. Nele, apareceu pela primeira vez a ideia de uma campanha massiva, com mobilização popular, em todo o país, reivindicado as eleições diretas. Este foi, portanto, o primeiro documento político que fez referência à organização de uma campanha pelo retorno da eleição presidencial direta. A ideia era substituir a estratégia da luta oposicionista, que até então vinha sendo a Constituinte, pela palavra de ordem eleições diretas para presidente, que possuía maior poder de mobilização. Chama atenção também que desde esse plano, se idealizou a campanha pelas diretas como perfeitamente adaptável à tese do “consenso democrático” de Tancredo Neves<sup>169</sup>, ou seja, à *transição* pactuada e pelo alto. Já se colocava também

---

<sup>166</sup> “Átila confirma: Governo tem restrições na trégua”, *Gazeta do Sertão*, 05/03/1983.

<sup>167</sup> LEONELLI e OLIVEIRA, Op. Cit., p. 84.

<sup>168</sup> O autor da emenda, Dante de Oliveira, aliás, havia sido militante do MR-8. Muito embora, a “esquerda” do PMDB era mais uma forma de distinguir os políticos um pouco mais combativos do que os moderados e ultra-moderados do partido.

<sup>169</sup> O então governador mineiro, ultra-moderado na sua oposição ao governo militar, por vezes até ambíguo, defendia a tese de que era possível a vitória oposicionista sem um embate frontal contra a ditadura militar. Sua estratégia era, por meio de negociações política e a apresentação de um projeto democrático moderado e consensual, rachar a base de apoio do regime e vencer as eleições mesmo que

a estratégia da criação de comitês suprapartidários em todo o país para implementação da campanha<sup>170</sup>.

Essa movimentação que ocorreu dentro de um setor da bancada do PMDB na Câmara Federal foi logo publicizado pelo jornal *Gazeta do Sertão*, na edição do dia 13 de março. Em um pequeno espaço, na página política, o jornal publicou a matéria “Eleição direta para a Presidência é a Nova Bandeira do PMDB”. Sob a rubrica “Brasília”, a matéria repercutiu a base da proposta apresentada pela comissão no documento a que referimos. Apesar do título do texto do jornal, a bandeira das diretas ainda não era do PMDB, mas sim da “comissão especial da bancada do PMDB”, como é deixado claro no conteúdo da matéria. Portanto, era uma nova bandeira *dentro* do PMDB. A comissão ainda iria apresentar essa proposta à Direção Nacional do partido. O texto se refere à reivindicação por diretas como a “bandeira branca e ampla da eleição direta para presidente da República”, trazendo, portanto, um significado que se tornou bastante comum para o movimento: a ideia de que este deveria ser moderado e pacífico (a imagem da bandeira branca) e que pudesse abarcar os mais diferentes grupos e classes sociais do país (ampla).

Outra tendência que também se destaca na matéria é a nova concepção de que a “abertura democrática” deveria se consolidar por meio de um novo governo eleito pelo voto direto. A Assembleia Nacional Constituinte aparece agora subordinada à eleição direta, pois, esta deveria ser convocada por este novo governo “de confiança nacional, nascido das urnas”. O processo da conquista da ‘democracia’, segundo essa visão, seguiria a seguinte ordem: eleições diretas, governo legitimado pelas urnas, Assembleia Nacional Constituinte. Nesta última etapa é que se completaria o processo de “inflexão mais profunda do autoritarismo e a celebração de um novo pacto social e político”.

A matéria traz mais dois pontos que merecem ser destacados. O primeiro é que aponta para a realização de um dia especial para o lançamento da campanha, “com a presença de todos os dirigentes do PMDB, dos governadores opositores, parlamentares, representações sindicais, estudantis e comunitárias”. Chama atenção aqui que a proposta seria de uma campanha que envolvesse a participação dos grupos da

---

pela via indireta do Colégio Eleitoral. Por esta razão, a estratégia de Tancredo Neves e seus seguidores era evitar a todo momento qualquer tipo de ação mais combativa, que entendiam como “radicalização”, e sempre enfatizavam as noções de “união”, “pacificação”, “civismo”, “não-revanchismo”, etc.

<sup>170</sup> A ata da reunião da comissão encontra-se reproduzida em LEONELLI e OLIVEIRA, op. Cit., p. 86-89.

sociedade em geral associados com os políticos institucionais do PMDB. Não há a menção direta à participação dos outros partidos da oposição, a não ser quando se fala dos “governadores oposicionistas”, que em tese incluiria o governador do PDT, Leonel Brizola. Todavia, no documento da comissão, fala-se na participação do lançamento da campanha, que seria em “grande ato público no Congresso Nacional”, também de líderes de bancadas estaduais e presidentes de todos os partidos de oposição. Falava-se, também no documento, da criação de “comitês suprapartidários em todo o país”. Por outro lado, não se pode negar que havia uma tendência, naquela proposta, de que a campanha continuasse sendo hegemônica pelo PMDB.

O segundo ponto é que já se visualizava a campanha pelas diretas como uma tática que deveria concentrar todos os esforços em torno dela. Nesse momento, a matéria, citando o documento da comissão, lembra da campanha pela anistia, como um exemplo de movimento a ser seguido, no qual a “sociedade” esteve presente e que funcionou como uma “bandeira tática”. Nesse ponto, o documento teve o poder de antecipar o que de fato seria o movimento pelas diretas: uma “bandeira tática”, utilizada, ao mesmo tempo, por diferentes projetos.

Enquanto a campanha pelas diretas dava seus primeiros passos, os setores ligados à luta pelos interesses imediatos das camadas trabalhadoras prosseguiram em ações contra o decreto-lei 2.012, que alterava a política salarial nacional. No dia 14 de março, a Câmara Municipal de Campina Grande recebeu dois representantes da Comissão Intersindical Única da Paraíba, a convite do vereador peemedebista Márcio Rocha, vice-presidente da Casa. Os representantes sindicais Ivan Freire da Silva e Simão Almeida Neto falaram ao plenário sobre as mudanças na lei salarial que se encontravam em tramitação no Congresso. Esta Comissão Intersindical local estava ligada a Comissão Nacional Pró-Central Única dos Trabalhadores em nível nacional. Naquele momento, as lideranças trabalhistas organizavam um abaixo-assinado nacional, aplicado pelas Intersindicais locais. Este documento seria entregue, no dia 22 daquele mês, aos parlamentares do Congresso Nacional e ao presidente da República, solicitando a rejeição total do decreto<sup>171</sup>.

Além de ações como essa, a Intersindical paraibana também procurava atuar na defesa de grupos de trabalhadores rurais que sofriam atentados em conflitos por terras,

---

<sup>171</sup> “Sindicalistas falam aos vereadores”, *Gazeta do Sertão*, 15/03/83.

como no caso dos agricultores do sítio “Cosme Velho”, município de Alagoa Nova, no qual a residência do agricultor Antonio Cassiano Silva foi alvo de brutais violências, segundo a nota de apoio divulgada pelo órgão. Na nota, a Intersindical se posicionava pelo respeito ao direito do trabalhador “à posse da terra e a vida digna”, ao mesmo tempo em que exigia que as violências fossem apuradas<sup>172</sup>.

A Câmara Municipal de Campina Grande também se posicionou neste caso, apoiando os agricultores ameaçados de expulsão pelo proprietário Inácio de Freitas. Foi aprovado um requerimento de autoria do vereador do PMDB, Félix Filho, solicitando do Secretário de Segurança do Estado providências para coibir as violências que vinham sendo praticadas contra os agricultores e suas famílias<sup>173</sup>.

Nesse período, atuavam politicamente organizadas também o setor feminino paraibano. No dia 13 de março, realizou-se em Campina Grande o I Encontro Estadual das Mulheres do PMDB, no qual participaram cerca de 100 mulheres de diversos municípios do estado. A finalidade do Encontro foi discutir a organização dos Departamentos Femininos do PMDB e a participação das mulheres peemedebistas no Congresso de Fundação da Federação das Mulheres Paraibanas. O encontro foi convocado por uma comissão de mulheres do PMDB composta por: Mabel Mariz, Sônia Germano (vereadora em João Pessoa), Maria Barbosa (vereadora campinense), Martha Ramalho, Socorro Silva (presidente do Departamento Feminino do PMDB), Maria das Neves (vereadora e presidente da Câmara Municipal de Mari), Albanise Casimiro (vereadora de Bananeiras)<sup>174</sup>. No dia 27 de março, cerca de mil e quinhentas mulheres de todo o estado participaram do Congresso de Fundação da Federação das Mulheres Paraibanas, que foi realizado em Campina Grande. Os trabalhos foram dirigidos pela vereadora pessoense Sônia Germano, eleita presidente da Federação, e pela presidente da Coordenação dos Clubes de Mães desta cidade, Luisa Moura, eleita vice-presidente. Uma das propostas aprovadas pelo congresso foi o apoio aos ocupantes

---

<sup>172</sup> “Intersindical apoia os agricultores do sítio ‘Cosme Rocha’, *Gazeta do Sertão*, 15/03/83.

<sup>173</sup> “Posseiros também receberam apoio da Câmara Municipal”, *Gazeta do Sertão*, 15/03/83. Os conflitos em torno do sítio “Cosme Velho”, em Alagoa Nova, levaram ao trágico assassinato do agricultor de 21 anos, Rafael Coubé. Ele foi morto a coronhadas e tiro de fuzil pelo destacamento policial daquele local, tendo a frente o delegado José Cavalcanti, auxiliado por dois soldados. O então prefeito do município, Otávio Leite, alegou ter se tratado de crime político, pois o delegado, que era do PDS, havia sido derrotado na eleição municipal para prefeito e teria exercido vingança contra os agricultores e contra a derrota do seu partido. Já os agricultores do distrito de “Matinhas” (município de Alagoa Nova-PB) afirmaram que o crime ocorreu em razão da solidariedade que a família Coubé emprestou ao posseiro Antonio Cassiano da Silva.

<sup>174</sup> “Mulheres do PMDB reuniram-se domingo para traçar metas”, *Gazeta do Sertão*, 15/03/83.

das casas do conjunto “Álvaro Gaudêncio” em Campina Grande, exigindo a imediata regularização da situação e a suspensão das ameaças policiais aos populares que lutavam pelo acesso à habitação<sup>175</sup>.

Estes movimentos e ações políticas nos mostram que os setores sociais na Paraíba se encontravam em um processo de intensa organização e busca por participação, de diferentes formas. Podemos observar que as visões mais críticas aos interesses dos grupos e classes dominantes encontravam canais de atuação nos sindicatos, nas associações de trabalhadores e até mesmo em espaços institucionais como as Câmaras Municipais, a partir das ações de vereadores e vereadoras que buscavam veicular as visões e interesses dos grupos sociais subalternos, sobretudo diante dos temas econômicos.

Um exemplo desse tipo de atuação diz respeito ao vereador campinense José Peba, do PMDB. Peba, histórico militante comunista, que possuía já uma longa trajetória de participação em sindicatos de trabalhadores, sempre buscava levar para a Câmara Municipal a voz dos movimentos da classe trabalhadora local. No contexto da luta contra o decreto-lei 2.012, Peba discursou convidando os trabalhadores campinenses para participarem do Dia Nacional de Protesto contra o Achatamento Salarial, que seria realizado no dia 22 de março. No dia anterior a este, Peba sugeriu que a Câmara realizasse uma sessão especial para debater o “achamento salarial” e a participação sindical na discussão dos problemas brasileiros. E quanto a participação da Câmara nesse tipo de ação, apontou que sendo esta o “poder político do povo, por relacionamento direto com os seus interesses coletivos e por dever histórico, jamais poderia ficar ausente do mencionado protesto dos trabalhadores brasileiros”<sup>176</sup>.

Na sessão especial realizada na Câmara Municipal de Campina Grande para discutir o “achamento salarial”, Peba fez duras críticas à política econômica da ditadura: “em outros países, inclusive a União Soviética, existe cadeira elétrica, fuzilamento e pena de morte. Aqui no Brasil existe o salário mínimo como pena de morte para o trabalhador”, disse, defendendo posteriormente a unidade sindical como um “dever de honra dos trabalhadores brasileiros”. Estiveram presentes à solenidade: representantes do Sindicato da Construção Civil, Sindicato dos Trabalhadores de Curtume e Peles, Sindicato dos Metalúrgicos, Sindicato dos Comerciantes e Clube de

---

<sup>175</sup> “Mulheres reúnem-se e criam federação”, *Gazeta do Sertão*, 29/03/83.

<sup>176</sup> “Peba convida trabalhadores para Dia Nacional de Protesto”, *Gazeta do Sertão*, 18/03/83.

Mães. Participaram também o secretário de Administração da Prefeitura, representando o prefeito Ronaldo Cunha Lima, o secretário de Saúde, médico Newton Figueiredo e trabalhadores em geral. Enquanto aconteceu esse debate na Câmara, a Intersindical programava uma concentração pública na praça Nossa Senhora da Conceição. Os sindicatos pretendiam protestar nesse dia tanto contra o “arrocho salarial” quanto contra o desemprego na cidade de Campina Grande<sup>177</sup>. Segundo consta na nossa pesquisa, não houve nenhuma menção ao tema da eleição presidencial direta, o que pode nos indicar que, naquele momento, final de março de 1983, a reivindicação ainda não havia sido abraçada pelas lideranças representativas das camadas subalternas e de trabalhadores.

A próxima menção às eleições diretas que encontramos veio no editorial do jornal *Gazeta do Sertão*, na sua edição do dia 24 de março. Intitulado “Sucessão Presidencial”, o texto publicizava a opinião do órgão naquele contexto. Inicialmente, o editorial apontou para a lista dos possíveis presidenciáveis por parte do PDS, três civis (senador Marcos Maciel, vice-presidente Aureliano Chaves e o ex-governador baiano Antonio Carlos Magalhães) e dois militares (ministro Mário Andreazza e o ex-ministro Costa Cavalcanti), defendendo que não importava, essencialmente, o “fato de o futuro presidente da República vir a ser civil ou militar”. Para o autor do texto, todos esses nomes seriam “indicações indubitavelmente merecedoras de respeito e considerações, todas elas assinaladas por serviços prestados ao povo brasileiro que não podem em nenhuma hipótese ser olvidados”. O texto segue falando sobre como a eleição ocorrerá, ou seja, por meio do Colégio Eleitoral, constituído por parlamentares em escalas federal e estadual e afirma que “através dessa eleição o país vai concluir mais uma etapa do processo de abertura política do governo do presidente Figueiredo”. No fim, o editorial afirma o desejo pelas eleições diretas, porém, como algo longínquo.

Deixemos, no entanto, que prossiga o barco. Apenas a certeza de que vamos com bons ventos, isso nos há de confortar, muito embora melhor viria a se sentir o país se ao contrário de eleições indiretas, voltássemos aos estilos mais recomendáveis da escolha direta, que esta sempre foi da tradição democrática do Brasil<sup>178</sup>.

Podemos observar que, naquele momento, o órgão de imprensa apontava para as eleições diretas como algo positivo, mas que não se encontrava num campo concreto de possibilidade. Por outro lado, difunde-se uma visão sobre o Colégio Eleitoral como uma

---

<sup>177</sup> “Câmara debate o achatamento salarial e desemprego no país”, *Gazeta do Sertão*, 23/03/83.

<sup>178</sup> Editorial “Sucessão Presidencial”, *Gazeta do Sertão*, 24/03/83.

instituição legítima e que a eleição por esse meio também significaria a consumação da “abertura” do governo Figueiredo.

Nesse mesmo período, o grupo de deputados federais do PMDB continuava buscando emplacar uma nova bandeira política dentro do partido, a “bandeira branca da eleição de presidente da República pelo voto direto”, como foi mencionado no documento escrito pela comissão das diretas e entregue à direção do partido. Em sua coluna política, Carlos Chagas publicou, no dia 24 de março de 1983, que finalmente o diretório nacional do PMDB sairia da inércia e se reuniria com o objetivo de “ratificar a posição partidária, a favor das eleições diretas para presidente da República”. O dia da reunião do diretório estava sendo marcado para o dia 14 de abril, quando seria decidido se o partido abraçaria a ideia de uma campanha pelas diretas nos termos em que a comissão sugeriu no documento que discutimos anteriormente. O jornalista Carlos Chagas apontou que existia duas linhas de pensamento dentro PMDB. A primeira defendia que o partido deveria indicar já um possível nome para disputar as eleições presidenciais, mesmo que indiretas, pois, considerava-se que os candidatos do PDS estavam saindo na frente, “ganhando terreno, diante da omissão do PMDB”. A segunda linha defendia apenas a reiteração oficial do partido pelas eleições diretas, sem lançamento de nome de candidato. Por exemplo, o líder da bancada do PMDB na Câmara Federal, Freitas Nobre, defendia que “o importante é o PMDB sair às ruas na defesa das eleições diretas”. Para Chagas, a maior probabilidade era de que a direção nacional devesse aceitar a sugestão, ratificando a posição oficial pelas eleições diretas.

Nesse contexto, o senador paraibano Humberto Lucena voltou a se pronunciar sobre a discussão da nova bandeira dentro do PMDB. Ao ser indagado sobre o pronunciamento que Figueiredo havia realizado, no qual desaconselhou a antecipação do debate sucessório, Lucena declarou: “apesar na norma constitucional estabelecer a eleição indireta de presidente da República, não estamos impedidos de tentar mudar as regras do jogo”. Por outro lado, o senador não descartava totalmente a ida do PMDB ao Colégio Eleitoral e disputar a Presidência por meio do voto indireto. Defendia a ideia de que o partido deveria lutar pelo restabelecimento do voto direto e, ao mesmo tempo, se preparar para a realidade do voto indireto, na hipótese de não ter êxito a campanha pela sucessão direta em 1985. Nesse sentido, a visão de Lucena entrava em acordo com a chamada “tese do consenso”, cujo principal representante era o governador mineiro Tancredo Neves. Este defendia que o PMDB deveria buscar construir uma candidatura à

Presidência da República que pudesse atrair apoio de pedessistas dentro do Colégio Eleitoral e, assim, conseguir a maioria de votos indiretos para a oposição. A campanha pelas eleições diretas, desde que fosse extremamente moderada e não assustasse nem o regime nem os possíveis dissidentes do PDS, não entraria em choque com a “tese do consenso”; pelo contrário, poderia fortalecer o candidato que representasse esta tese, pois, as manifestações públicas pelas diretas, “moderadas e pacíficas”, poderiam ajudar a criar um clima favorável à conquista dos votos pedessistas necessários para vencer no Colégio<sup>179</sup>.

Nesse sentido, Humberto Lucena informou que na reunião do dia 05 de abril a Comissão Executiva Nacional do PMDB deveria aprovar a proposta da realização de uma campanha nacional pelo restabelecimento do voto direto para presidente. Posteriormente, no dia 14 de abril, nas suas palavras, a proposta deveria ser homologada pelo Diretório Nacional do partido. Por último, defendeu também que o partido não deveria examinar, naquele momento, nenhum nome para candidatura à Presidência, até que houvesse a definição de qual seria a regra do jogo, eleição direta ou indireta.

Naquele contexto, alguns parlamentares do PDT (Partido Democrático Trabalhista) se inseriram no debate em torno da tese das eleições diretas para a sucessão de Figueiredo. O secretário-geral do partido, o deputado Mateus Schimdt (RS) confirmou, em Brasília, a reunião também da Comissão Executiva Nacional com a bancada federal – 23 deputados e o senador Roberto Saturnino (RJ). O parlamentar assegurou que o PDT formalizaria sua posição favorável às eleições diretas para presidente. Quanto ao PMDB, já se assegurava que, caso a proposta da campanha nacional fosse aprovada pela Comissão Executiva, na reunião do dia 05 de abril, e depois pelo Diretório Nacional, no dia 14 de abril, seriam realizados convites a entidades representativas da sociedade, como ABI (Associação Brasileira de Imprensa, OAB (Organização dos Advogados do Brasil), CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), sindicatos patronais e de trabalhadores, o que indica que a proposta inicial já se constituía na ideia de um movimento pluriclassista e que se difundisse pela sociedade<sup>180</sup>.

Todavia, nesse ínterim, surgiram ainda outras propostas de medidas à Executiva Nacional do PMDB. Uma destas veio do deputado federal paraibano Aloísio Campos. O

---

<sup>179</sup> “Humberto quer eleição para a Presidência”, *Gazeta do Sertão*, 29/03/83.

<sup>180</sup> “Partidos de Oposição discutem eleição direta para presidente”, *Gazeta do Sertão*, 01/04/1983.

parlamentar peemedebista dizia pretender levar a matéria de sua proposta política ao Diretório Nacional do partido em meados de abril de 83. Esta consistia na ideia de que o Congresso deveria assumir, na prática, a iniciativa da reforma ampla da Constituição, sem que necessário fosse a formação de uma Assembleia Constituinte ou mesmo a conversão do Congresso nesta, como defendia Afonso Arinos. Segundo Campos, “para fazer a reforma, bastará o Congresso usar de seus próprios poderes constituintes, legitimados nas eleições de novembro pela maioria dada às oposições”. Em seguida, defendeu: “O eleitorado evidenciou a predominante vontade de democratizar o regime. E só o conseguiremos, mudando a atual estrutura constitucional. O mais será consequência”<sup>181</sup>. Podemos observar, a partir da proposta de Aloísio Campos que, naquele contexto, havia divergências entre os peemedebistas quanto a estratégia oposicionista, no caso da sugestão do deputado paraibano a prioridade deveria ser a atuação dos parlamentares da oposição no Congresso na realização de reformas que alterassem a realidade institucional do país. Tudo “o mais”, podendo-se aí incluir as eleições diretas para presidente, seria consequência.

O deputado federal paraibano João Agripino (PMDB) também enviou uma proposta de pacote de medidas à Executiva do PMDB nacional. Com o apoio da bancada paraibana, o ex-governador enviou um documento no qual defendeu um “governo de confiança nacional nascido de eleições livres e diretas para presidente da República”. João Agripino fora governador da Paraíba entre 1966 e 1971, tendo liderado a formação da ARENA no estado, com o apoio do então general-ditador Castelo Branco. Em 1971, passou o governo para Ernani Sátyro e passou a atuar na iniciativa privada, como diretor do Banco Industrial de Campina Grande, do empresário Newton Rique, ex-prefeito da cidade. Em 1972, no governo Médici, foi nomeado ministro do Tribunal de Contas da União. Em 1981, Agripino voltou suas atenções novamente para a atuação político-partidária, filiando-se ao PP (Partido Popular). Participou ativamente da formação do PP paraibano e, posteriormente, ingressou no PMDB<sup>182</sup>, sendo eleito deputado federal no pleito de 82.

João Agripino, que possuía grande influência dentro do PMDB paraibano e na bancada na Câmara Federal, elencou sete pontos no seu pacote de medidas:

---

<sup>181</sup> “Aloísio Campos propõe reforma na Constituição pelo Congresso”, *Gazeta do Sertão*, 10/04/83.

<sup>182</sup> Dados biográficos encontrados no site do CPDOC/FGV. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/agripino-joao> Acesso em 15/07/2021.

1) Eleições diretas para presidente da República e prefeitos das capitais; 2) Devolução ao Congresso Nacional de suas prerrogativas usurpadas; 3) Revisão da Lei de Segurança Nacional de forma a adequá-la ao regime democrático, escoimando-a dos dispositivos resultantes do Estado Autoritário; 4) Reforma tributária; 5) Legislação que restitua ao Nordeste e Norte os incentivos fiscais que lhes foram usurpados e devolva À Sudene e Sudam atribuições de planejamento regional devidamente coordenado com o nacional; 6) Legislação que assegure a redistribuição de renda com o objetivo de eliminar a grande pobreza, a miséria que cresce ano a ano reduzindo-se, pelo menos, a gritante desigualdade social; 7) Eliminação indireta da censura à imprensa falada e escrita, através de ameaças com a aplicação da Lei de Segurança Nacional ou concessão de canais de comunicação de imprensa falada a adeptos do governo ou que se submetam à sua vontade.<sup>183</sup>

A ideia que dá sentido ao conjunto de medidas proposto por Agripino, tendo as eleições diretas como prioridade, é o da superação moderada do que ele chama de “Estado Autoritário” e o de alterações, também moderadas, no modelo econômico até então praticado. Trata-se de medidas perfeitamente ajustáveis à lógica da *institucionalização da autocracia burguesa* no país. A própria Lei de Segurança Nacional seria apenas “revisada” e não extinguida, como defendiam os grupos e entidades mais combativos.

No mesmo período, o PMDB Jovem de Campina Grande se reuniu para eleger a sua nova diretoria. Cerca de 140 filiados participaram da reunião que elegeu a chapa “Mobilização Juvenil”, liderada pelo estudante José Valtécio Brandão da Silva, que era ligado ao PCdoB. O novo presidente passou a substituir o vereador Márcio Rocha, que encerrara o seu mandato. Nesta convenção foram aprovadas as seguintes monções:

apoio a luta do povo de El Salvador pela sua libertação; pela Paz Mundial; apoio à greve dos estudantes de Fisioterapia da URNe e pela democratização e federalização daquela universidade; apoio à luta dos posseiros de Alagoa Nova; apoio aos ocupantes do Conjunto Álvaro Gaudêncio.<sup>184</sup>

Podemos observar que havia um setor dentro do PMDB campinense com preocupações e atuação no sentido da articulação com as necessidades e lutas dos grupos subalternos locais: trabalhadores rurais e urbanos empobrecidos, desempregados, famílias em busca de habitação, etc. O setor jovem do partido era o que mais se destacava nesse tipo de atuação, junto com alguns vereadores mais combativos, entre os quais se destacava justamente Márcio Rocha, que havia sido presidente do setor.

<sup>183</sup> “João Agripino propõe pacote de medidas à Executiva do PMDB”, *Gazeta do Sertão*, 12/04/83.

<sup>184</sup> “PMDB Jovem elege sua nova diretoria”, *Gazeta do Sertão*, 12/04/83.

É preciso destacar que este setor jovem do PMDB paraibano era hegemonizado por grupos de militantes ligados à esquerda considerada ilegal na época: PCB, PCdoB e MR-8. Considerando a “moderação” que dava o tom da oposição peemedebista, esse setor se destacava por sua combatividade. Por outro lado, é preciso dizer que esses mesmos grupos de esquerda passavam por um processo de acomodação ao projeto de transição pactuada, liderado pela oposição burguesa. Por esta razão, estes agrupamentos, após a derrota das Diretas-Já, participaram ativamente das mobilizações em torno da campanha de Tancredo Neves à presidência via Colégio Eleitoral.

Nesse mesmo contexto, a tese de uma campanha pelas eleições diretas avançava dentro do PMDB nacional. Os primeiros idealizadores da campanha já tocavam num ponto essencial que viabilizaria e daria o tom ao enorme crescimento desta, o chamado *marketing* político. No documento “Por um governo de confiança nacional nascido de eleições livres e diretas para presidente da República”, nascido da reunião da Executiva Nacional do PMDB de 5 abril, produzida pela citada comissão de deputados federais, se sugeria:

Tratamento moderno à comunicação social do PMDB nesta campanha, aproveitando, inclusive, a grande experiência publicitária que acumulamos nas últimas eleições. Convocando, também, os excelentes quadros opositores no mundo da propaganda e do marketing.<sup>185</sup>

Mas a entrada em cena do marketing político de fato, que viabilizaria o agigantamento da campanha, viria meses depois. Por enquanto, nos primeiros meses após os primeiros passos da campanha, alguns políticos da oposição foram aderindo à reivindicação e foi se estabelecendo alguns primeiros contatos com segmentos da sociedade para aglutinar forças em torno da tese das diretas. Em 5 de abril de 1983, por exemplo, as adesões de dom Paulo Evaristo Arns e de dom Ivo Lorscheider, presidente da CNBB, foram publicadas na imprensa, representando o apoio de parte importante da Igreja Católica<sup>186</sup>.

Todavia, a tese da luta pelas eleições diretas ainda não era consensual nem mesmo dentro do próprio PMDB. Nomes como Miguel Arraes e Fernando Henrique Cardoso fizeram afirmações em que defendiam que a luta pelas eleições diretas era menos importante do que a luta contra a política econômica do governo. Este último

---

<sup>185</sup> Para o documento na íntegra, ver LEONELLI e OLIVEIRA, op. Cit., p. 110-114.

<sup>186</sup> Idem., p. 117.

rememorou, em entrevista posterior: “a gente dava mais importância às estruturas, às mudanças de fundamentação da base, enquanto que a eleição parecia uma coisa menos significativa, eleger um presidente”<sup>187</sup>.

De todo modo, após muita negociação entre membros da bancada dos partidos de oposição na Câmara Federal, o PMDB fechou questão em torno da emenda das Diretas. Na Resolução nº 1 do Diretório Nacional, de 14 de abril de 1983, o maior partido da oposição decidiu:

Eleição do presidente da República, em 15 de janeiro de 1985, pelo voto direto, devendo a Direção Nacional do PMDB constituir uma comissão de senadores e deputados, coordenada com os diretórios regionais, municipais, demais partidos de oposição e setores representativos da sociedade, para empreender ampla e contínua campanha em todo o país<sup>188</sup>.

Foi criada então a chamada “Comissão das Diretas”, sob a coordenação do senador Pedro Simon e composta pelos senadores Itamar Franco, Álvaro Dias, Gastão Muller e Henrique Santillo, mais os deputados Dante de Oliveira, Domingos Leonelli, Flávio Bierrenbach, Márcio Braga, Oswaldo Lima Filho e Aldo Arantes, este último era o líder informal do PCdoB (Partido Comunista do Brasil), que era ilegal e atuava, assim como o PCB, dentro do PMDB.

Ainda em abril, no dia 18, foi constituída a Comissão Mista (Câmara e Senado) que ficaria incumbida de dar parecer sobre a Emenda das Diretas (PEC nº 5). O ex-governador paraibano, Ernani Sátiro, do PDS, foi designado para ser o relator. A partir de então, até a derrota da emenda em abril de 1984, Sátiro, que exercera mandato de governador da Paraíba sem voto direto, seria um atuante defensor das eleições indiretas.

No mês de maio de 1983, encontramos alguns indícios da atuação de uma oposição tendencialmente *antiautocrática* na Paraíba. Os grupos que compunham este campo naquele momento ainda não haviam abraçado a luta pelas eleições diretas como bandeira central, assim como fizera o diretório nacional do PMDB. Por exemplo, vejamos a atuação do vereador campinense peemedebista Márcio Rocha. Este realizou discursos extremamente críticos ao regime ditatorial e à sua política econômica, como aparece em suas palavras em ocasião de sessão na Câmara Municipal em homenagem

---

<sup>187</sup> Idem., p. 122.

<sup>188</sup> Ata da reunião do Diretório Nacional do PMDB em 14 de abril de 1983. Citado em LEONELLI e OLIVEIRA, op. Cit., p. 130.

ao “Dia do Trabalhador”. Sobre a situação das classes trabalhadoras no campo e na cidade, declarou:

Agravada em decorrência de uma política econômica que não leva em conta as necessidades dos trabalhadores, mas do grande capital. Política econômica direcionada para o lucro de uma minoria, para o lucro dos monopólios e do sistema financeiro internacional.<sup>189</sup>

Nesta mesma sessão o líder sindical e vereador José Peba chegou a defender um “Brasil socialista, do povo para o povo”. Nesse dia, Peba falou por mais de uma hora para registrar a passagem do “Dia do Trabalho”. Fez um retrospecto da luta dos trabalhadores em países europeus e nos Estados Unidos em defesa de seus interesses. Realizou severas críticas ao capitalismo e afirmou que “o Brasil nunca teve democracia, sempre foi subjugado às ditaduras, uma após outra”. Afirmou também que “só o povo no poder é que pode gerir bem os seus destinos”. Disse ainda que o trabalhador brasileiro precisava “se unir e se conscientizar para derrotar a política econômica e o modelo econômico que só fome e miséria tem trazido para os brasileiros”.<sup>190</sup> Algumas semanas depois, José Peba voltou a fazer, em discurso na tribuna da Câmara Municipal, duras críticas à política econômica do governo Figueiredo, qualificando-a como “antinacional e antipopular”. Na ocasião, apresentou uma série de propostas que deveriam, na sua concepção, direcionar a organização e a luta do “povo brasileiro”.

a) Congelamento da dívida externa; b) Nacionalização dos bancos estrangeiros; c) Estatização do comércio exterior; d) Realização de uma reforma agrária de forma e conteúdo revolucionária; e) Aumento geral dos salários e vencimentos, objetivando a sua real restauração; f) Adoção de uma política exterior independente e voltada para uma maior e mais profunda ligação com os interesses do Terceiro-Mundo; g) Revogação da Lei de Segurança Nacional e de todos os instrumentos opressivos usados contra os filhos do povo; h) Implantação do ensino gratuito em todos os níveis e socializar todos os serviços de saúde destinados ao povo; i) Acabar com todos os tipos de discriminação, sejam político-ideológico, religiosos, raciais, etc.; j) Estabelecer uma política exterior de princípios de defesa da paz, da soberania nacional, relacionamento com todos os países do mundo, quaisquer que sejam seus regimes.<sup>191</sup>

Ao analisar a pauta de reivindicação proposta pelo vereador José Peba, podemos observar que se trata de um projeto que contestava diretamente elementos constituintes da estrutura autocrático-burguesa e monopolista do regime capitalista brasileiro. Nesse sentido, tanto para os donos do poder e agentes do regime ditatorial e seus apoiadores,

---

<sup>189</sup> “Peba enaltece Dia do Trabalho e critica o governo de Getúlio”, *Gazeta do Sertão*, 30/04/83.

<sup>190</sup> *Idem*.

<sup>191</sup> “Peba critica o Pacote e aponta saída para a crise”, *Gazeta do Sertão*, 08/06/1983.

quanto para a oposição burguesa, o projeto defendido por Peba se configurava como “radical”. Por esta razão, Peba se tornou uma voz isolada dentro do próprio PMDB, pois mesmo os setores mais combativos do partido não endossavam a maioria das medidas defendidas pelo vereador comunista.

Retornando ao dia 1 de maio, a realização do “Dia do Trabalhador” na Paraíba nos oferece indícios de que havia uma tendência de união entre os setores de trabalhadores paraibanos no sentido da defesa de suas pautas específicas, mas também no sentido de uma pauta mais geral, que expressava um projeto de país visto pelas classes trabalhadoras organizadas. Os sindicatos e associações rurais e urbanas da Paraíba, em comum acordo com a Intersindical paraibana, decidiram por um 1º de Maio unificado. Pronunciamentos, apresentações de peças teatrais e de músicos regionais marcaram a realização do dia no local escolhido, a cidade de Sapé-PB, cenário de históricos conflitos de classe no estado. As bandeiras de lutas a serem manifestadas no ato foram as seguintes: “Contra o arrocho salarial e o desemprego; Reforma agrária; Fim da política econômica do governo (fora FMI); Pelo fim da Lei de Segurança Nacional; Pela organização da greve geral e pela continuação da CUT (Central Única dos Trabalhadores)<sup>192</sup>.

O PT paraibano buscava também, naquele contexto, atuar nesse sentido da articulação com os grupos sociais subalternos. No encontro estadual do partido em abril de 1983, foram criadas comissões para tratar especificamente dos movimentos sindicais e dos movimentos populares. Foi criado também, na cidade de João Pessoa, um instituto, dirigido pelo professor Elânio Ribeiro, que, dentre uma série de propostas, promoveria a formação de grupos de estudos regulares e o fornecimento de cursos abertos à comunidade, tais como “Sindicalismo rural e urbano”, “Legislação Trabalhista” e “A Paraíba e o Nordeste e a Questão Regional”.<sup>193</sup>

A partir de maio de 1983, a campanha pelas eleições diretas começou a ganhar corpo pelo país, ainda timidamente, mas aglutinando forças e instituições políticas em torno da reivindicação central. Partidos como o PT (Partido dos Trabalhadores), que se enraizava pelos municípios Brasil afora e o PDT (Partido Democrático Trabalhista), além do PMDB e da esquerda em geral começavam a realizar atos em que a palavra de ordem das Diretas começava a aparecer.

---

<sup>192</sup> “Programação do Dia do Trabalhador”, *Gazeta do Sertão*, 30/04/83.

<sup>193</sup> “Edgar Malagodi fala sobre planos do PT”, *Gazeta do Sertão*, 15/04/83.

Neste mês, a Câmara Municipal de Campina Grande aprovou um requerimento do vereador Márcio Rocha (PMDB), defendendo a convocação de uma “Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana e a realização de eleições livres e diretas para presidente da República”. O requerimento foi aprovado inclusive com o voto de representantes do PDS presentes à sessão. Após a aprovação, o presidente da Casa, Mário Araújo (PMDB), comemorou afirmando que “esta Casa dá uma demonstração de soberania na luta pela volta deste país à democracia”. O conteúdo do requerimento aprovado era este:

Considerando que o processo de democratização efetiva da sociedade brasileira passa por eleições diretas em todos os níveis; Considerando que esta democratização está em plena evolução nos últimos anos pela pressão exercida pelo movimento democrático e popular de nosso país; Considerando que é necessário uma ampla reforma na atual legislação que regula a vida nacional, com a finalidade de amoldá-la às alterações que ocorreram nos últimos anos na sociedade brasileira, em seus vários setores econômicos, sociais e políticos. Requeiro, na forma regimental, que esta Casa delibere como princípio que lutará pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana, bem como, pela realização de eleições livres e diretas para Presidente da República. Que esta deliberação seja encaminhada às lideranças partidárias com assento no Congresso Nacional, à Mesa Diretora do Senado e da Câmara dos deputados, ao Sr. Presidente da República e a bancada paraibana de ambos os partidos no Congresso Nacional.<sup>194</sup>

Com a aprovação desse texto, a Câmara Municipal de Campina Grande, cuja maioria fora conquistada pelo PMDB, passou a se posicionar oficialmente pelo retorno das eleições diretas para presidente. Chama atenção também que o texto coloca o “processo de democratização” como o resultado da pressão do “movimento democrático e popular” no país, e não como a efetivação do plano de “abertura” vindo do governo Figueiredo, como em geral era exposto pelos sujeitos alinhados ao regime ou por membros da oposição burguesa moderada. Destaca-se também, no requerimento, a ideia de que a “efetiva democratização” passa pela realização das eleições diretas em todos os níveis, entendimento que implicaria, em teoria, a não aceitação da “tese do consenso”, defendida por alguns setores peemedebistas. O conteúdo político-ideológico do documento apresenta, portanto, um posicionamento combativo e firme pelo caminho da luta pelas eleições diretas.

Por outro lado, alguns setores peemedebistas, tendo o governador mineiro Tancredo Neves à frente, buscavam tornar a tese das eleições diretas mais palatável ao

---

<sup>194</sup> “Vereadores querem eleições diretas para a presidência”, *Gazeta do Sertão*, 14/05/1983.

governo militar. Em 11 de maio de 1983, o senador paraibano Humberto Lucena, após reunião com Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e o senador Afonso Camargo, declarou que o PMDB aceitaria até mesmo a possibilidade de reeleição de Figueiredo, mas desde que fosse pelo voto direto. Naquela época, a reeleição presidencial não era permitida pela constituição, mas havia uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), de autoria do deputado José Camargo, que propunha a alteração do texto constitucional para permitir a disputa de Figueiredo à recondução ao Planalto. Ao mesmo tempo, Tancredo Neves continuava a insistir na defesa de que, caso a posição das eleições diretas se tornasse inviável, poder-se-ia discutir a “hipótese de um candidato de conciliação nacional”<sup>195</sup>.

Já no dia 15 desse mesmo mês, a vereadora campinense Maria Lopes Barbosa (PDMB) adotou um discurso de extrema oposição à essa tendência de aceitação da reeleição de Figueiredo, afirmando que os que manifestavam simpatia por essa ideia não estavam falando pelo partido e que “ao que assim agem, dizendo-se oposicionistas, no fundo estão sedentos para aderir ao sistema e a tudo o que aí está desde 1964”. Além dessa crítica, a vereadora foi uma das primeiras, dentro do PMDB paraibano, a defender diretamente uma campanha de mobilização social e popular pelo retorno do pleito direto para a sucessão de Figueiredo. Na tribuna da Câmara Municipal, declarou: “devemos todos, legislativo e povo, todos os segmentos democráticos desta nação, unirmo-nos em um só ideal, engrossando as fileiras do PMDB, pela luta firme e ativa pela realização de eleições diretas para presidente da República”. De acordo com a matéria jornalística, a vereadora realizou apelo a todo o “povo brasileiro, estudantes, operários, donas de casa e políticos, para uma unida e poderosa cruzada de mobilização e conscientização social, em prol da realização das eleições diretas para a Presidência da República”. A defesa da bandeira das diretas feita por Maria Lopes Barbosa veio acompanhada de duras críticas ao modelo econômico do regime que, segundo ela, obrigava a 80% dos brasileiros “a viverem submersos em situações sub-humanas de vida, em detrimento das exacerbadas mordomias de uma minoria que ainda detém o poder”.<sup>196</sup>

No final de maio de 1983, o tema das Diretas voltou a ser veiculado por meio da fala de parlamentares paraibanos. O senador Humberto Lucena declarou que “o governo só vai conseguir solução a médio prazo, para as atuais dificuldades econômico-

---

<sup>195</sup> “PMDB aceita reeleição de Figueiredo desde que o pleito seja direto”, *Gazeta do Sertão*, 11/05/1983.

<sup>196</sup> “Maria quer o povo nas ruas pedindo eleições diretas para a Presidência”, *Gazeta do Sertão*, 15/05/1983.

financeiras, se passar antes pelo campo institucional, com o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República”. Lucena afirmou ainda que “não há democracia pela metade, como pretende alguns defensores da atual modalidade de escolha dos governantes”, afirmando ainda que o país teria apenas dois caminhos: ou os trilhos de uma democracia genuína ou ser conduzido para um regime mais forte<sup>197</sup>. Lucena definiu ainda o que seria, em sua concepção, necessário para a “reconquista do Estado de direito”: “que se revoguem ou se alterem profundamente a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa, a Lei de Inelegibilidade, a Lei Falcão, a Lei de Greve e a Lei dos Estrangeiros.”<sup>198</sup>

Já o deputado federal Aloísio Campos voltou a se manifestar sobre o tema, desta vez aderindo mais explicitamente à tese das eleições diretas, dizendo:

as eleições diretas é o grande anseio da população brasileira. Pesquisas recentes feitas pelo Ibope e pelo jurista Afonso Arinos demonstram que o povo brasileiro quer eleições livres e democráticas para presidente da República. E isso faz parte da carta-compromisso do PMDB. Vamos continuar a defende-las<sup>199</sup>. (sic)

Na fala do então deputado paraibano, podemos observar o argumento de apresentar as eleições diretas como um “anseio do povo brasileiro”. A bandeira das diretas, nesse recurso retórico, passava a ser apresentada não mais como uma bandeira de um partido ou, mais amplamente, da oposição à ditadura, mas sim do “povo”, abstraindo a população brasileira de todas as suas clivagens de classe social e ideológicas.

No dia 04 de junho daquele ano, o senador Humberto Lucena, que se mostrava um dos parlamentares que com mais frequência buscava reafirmar a bandeiras das diretas, declarou, em Brasília, que estas viriam mais cedo do que “muitos pedessistas” estavam pensando. O senador falou sobre a decisão acertada, na sua visão, do PMDB em ter endossado uma campanha nacional pelas diretas, com apoio do PDT e do PT. Na concepção do paraibano, aparece como certa e lógica a liderança da campanha pelo PMDB, por este ser o maior partido da oposição. Além disso, admitiu a possibilidade de uma coligação com o PDT, numa possível disputa eleitoral por meio do voto direto,

---

<sup>197</sup> “Humberto: Democracia pela metade”, *Gazeta do Sertão*, 29/05/1983.

<sup>198</sup> “Lucena prega saída para a crise do país”, *Gazeta do Sertão*, 01/06/1983.

<sup>199</sup> “Aluísio Campos: Governo exorciza a candidatura de Paulo Maluf à Presidência”, *Gazeta do Sertão*, 31/05/1983.

sendo que este partido indicaria o candidato a vice-Presidência, enquanto que o PMDB, mais uma vez qualificado como o maior partido oposicionista, indicaria o candidato a presidente.<sup>200</sup> A fala de Lucena nos indica a existência da tendência dentro do PMDB em construir e manter uma liderança dentro do movimento pelas diretas. Somente com esta liderança consolidada, o partido poderia ditar o sentido e as características do movimento, impondo limites, e, sobretudo, podendo colher posteriormente os frutos políticos de uma campanha de ampla mobilização como era pretendida. A participação dos demais partidos de oposição e setores da sociedade deveria se limitar, nessa concepção, ao apoio à campanha, seguindo, o máximo quanto fosse possível, os caminhos delimitados pelo PMDB.

O líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena, também confirmou o início das “concentrações populares do partido, na campanha pelo voto direto na eleição presidencial”.<sup>201</sup> Naquele momento, a direção nacional da agremiação, liderada por Ulysses Guimarães, havia definido o lançamento público da campanha para o dia 15 de junho, em Goiânia-GO. Destaca-se que a “concentração popular” é apresentada como pertencente ao PMDB. Foi confirmado, na mesma fala, a realização do seminário em São Paulo, no dia 17, do seminário “salário, desemprego e voto direto”, com a presença dos governadores Tancredo Neves (MG), Wilson Martins (MS), José Richa (PR) e Gerson Camata (ES) e Franco Montoro (SP). Ainda naquele mês, segundo Lucena, o partido realizaria mais três concentrações: em Cuiabá (MT), São Luiz (MA) e Teresina (PI). Com isso, estaria lançada na prática a campanha de mobilização pelas diretas, dirigida claramente pelo PMDB e já com a presença dos governadores do partido.

O primeiro comício das Diretas, no qual a campanha foi oficialmente lançada pelo PMDB, ocorreu em 15 de junho de 1983, em Goiânia. O ato foi marcado por muitas tensões entre os sujeitos e grupos envolvidos, a começar pela escolha do local, que fez parte da estratégia de Ulysses Guimarães, presidente do PMDB nacional, de optar por um ato mais “moderado”. Nesse momento, a campanha estava restrita ao PMDB, sem haver uma articulação mais intensa com outros partidos e organizações da sociedade civil, o que marcaria o movimento posteriormente. Assim se referiram a este comício Leonelli e Dante de Oliveira: “pequeno, controvertido, representatividade

---

<sup>200</sup> “Lucena quer eleições diretas a curto prazo”, *Gazeta do Sertão*, 05/06/1983.

<sup>201</sup> “Campanha pelo voto direto à Presidência começa dia 15”, *Gazeta do Sertão*, 05/06/1983.

menor do que a necessária, cercado de dúvidas e conflitos. Apesar de tudo isso, era o primeiro comício das Diretas!”<sup>202</sup>

Na Paraíba, no dia 19 desse mês, o deputado federal e ex-governador Ernani Sátyro foi eleito pelo Diretório Regional do PDS paraibano para comandar o partido. O parlamentar que seria o relator da emenda das Diretas na Câmara Federal era considerado “malufista”, ou seja, apoiador do ex-governador paulista Paulo Maluf, que já se lançava como presidenciável e fazia campanha para vencer dentro da convenção do PDS e ser o candidato pelo partido no Colégio Eleitoral. Indicado pelo governador Wilson Braga, Ernani Sátyro, que era um chefe político ligado à oligarquia rural da cidade de Patos, no Sertão paraibano, foi eleito como “candidato de consenso” para dirigir o PDS da Paraíba.

Voltando ao nível nacional, encontramos ainda no mês de junho de 1983, indícios de que havia a movimentação de uma fração oposicionista que caminhava para uma proposta de luta por eleições diretas fora do espectro da *transição negociada*, defendida pelos setores da oposição burguesa peemedebista. Tratava-se da defesa de uma proposta de movimento que possuísse uma lógica condizente com um projeto de *transição de ruptura*. Esta ação veio de dentro do PT. Dirigentes desse partido mais dirigentes do PDT, tendo à frente Luís Inácio Lula da Silva e o governador Leonel Brizola, se reuniram no Rio de Janeiro, em 28 de junho, para examinar a possibilidade de uma campanha unida pelas eleições diretas de presidente da República. Essa reunião ocorreu sem a participação do PMDB. Indagado sobre a razão da não-participação de dirigentes do PMDB na reunião do Rio, o ex-deputado e líder petista Freitas Diniz foi taxativo: “O PMDB está com muitos problemas internos”, provavelmente fazendo referência à inexistência dentro do PMDB de um consenso quanto à posição do partido dentro do processo sucessório e com relação ao sentido que a campanha por Diretas deveria seguir. Segundo Freitas Diniz, o PT defendia uma ação conjunta das oposições com a sociedade, com “pregações nas ruas”, na busca de saídas à crise econômica, mas sem qualquer “conciliação com o Planalto”<sup>203</sup>. Com este discurso, o PT passaria a defender a luta pelas eleições diretas como algo de fato inegociável e não como uma possibilidade que, caso não se concretizasse, serviria para fortalecer a tese de um candidato oposicionista que pudesse rachar o PDS e ser eleito por um consenso entre

---

<sup>202</sup> Op. Cit. p. 165.

<sup>203</sup> “PT e PDT juntos vão fazer campanha por eleições diretas”, *Gazeta do Sertão*, 28/06/1983.

oposição e governistas. Àquela altura, o governador mineiro Tancredo Neves era o principal representante desta tese, chegando mesmo a afirmar naquele mês que a campanha pelas Diretas era “necessária, mas lírica”.

Em 29 de junho de 1983, foi divulgada a vinda do presidente nacional do PMDB, o deputado Ulysses Guimarães à Paraíba. A ideia era que, em meados de julho, Ulysses viesse ao estado para lançar a campanha por eleições diretas para a Presidência da República, visitando as cidades de João Pessoa, Guarabira e Campina Grande. O senador Humberto Lucena, segundo a matéria jornalística, era o responsável pela viabilização da visita do presidente do PMDB, pretendendo preparar uma “grande recepção” para receber Ulysses em solo paraibano.<sup>204</sup> Posteriormente, o PMDB paraibano definiu que seria realizado, na segunda quinzena de julho, o encontro estadual do partido, na cidade de Guarabira, com todos os deputados estaduais e federais, vereadores, prefeitos e líderes da agremiação. Neste evento, a ideia era que o deputado Ulysses Guimarães viesse lançar a campanha em favor das eleições diretas no estado<sup>205</sup>.

## **2.2 O delineamento das forças políticas em torno das eleições diretas na Paraíba**

Segundo os autores do livro *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura* e participantes do processo de formação da campanha, o mês de julho marcou os rumos do movimento pelas Diretas em determinado sentido: “a direção nacional do PMDB assumiu plenamente a direção da campanha, os partidos legais de oposição (PT e PDT) e os partidos ainda na ilegalidade (PCB e PCdoB) intensificaram suas participações e a sociedade civil começou a se integrar à iniciativa histórica do PMDB”.<sup>206</sup>

No dia 04 de julho, uma reunião entre os presidentes do PMDB, em exercício naquele momento, o senador alagoano Teotônio Vilela, e do PT, Luís Inácio Lula da Silva, em Brasília, marcou uma nova etapa do movimento. Foi decidido que naquele mês a campanha pelas eleições diretas estaria estruturada e, em agosto, segundo Lula, “o bloco estará nas ruas”, com a participação do PDT (Partido Democrático Trabalhista), da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), da Pró-CUT (Central Única dos Trabalhadores) e também da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil). Assim, se afirmava a decisão conjunta pela formação de uma frente comum das oposições, composta pelos partidos da oposição – PT, PDT e PMDB – e entidades da

---

<sup>204</sup> “Ulysses Guimarães visitará Campina”, *Gazeta do Sertão*, 29/06/1983.

<sup>205</sup> “Encontro do PMDB será em Guarabira”, *Gazeta do Sertão*, 30/06/1983.

<sup>206</sup> Op. Cit., p. 175.

sociedade – OAB, ABI, Pró-CUT, UNE (União Nacional dos Estudantes), CBB. Diferentemente do que acontecera até meados do mês de junho, começava-se a delinear um movimento com uma certa unidade formal em torno da reivindicação.

Nesse período, a tendência de se associar as eleições diretas para o sucessor de Figueiredo à solução da crise econômica e política que o país passava começou a se tornar mais forte e difundida também. Essa tendência pode ser visualizada, claramente, por exemplo, no artigo publicado por Ivaldo Lucena nas páginas do jornal *Gazeta do Sertão*, em 01 de julho de 1983. O autor, advogado e presidente do Diretório Municipal do PMDB da cidade de Bananeiras-PB, realizou duras críticas ao regime militar e ao seu modelo econômico, afirmando: “sabia-se perfeitamente que a política concentradora de rendas, a maneira estúpida como permitiram o crescimento do capital multinacional levariam a nação ao que hoje assistimos”. Ivaldo Lucena demonstra possuir uma concepção condizente com um processo de *transição de ruptura*, afirmando: “não pode existir uma solução para o problema brasileiro enquanto ainda se busque a solução através dos autores do problema”. Declarou ainda: “ora, se a Revolução/64, como foi rotulada, existe para satisfazer a política que interessa aos Estados Unidos e para uma minoria nacional associada, como eles irão modificar essa situação que somente é ruim para o povo?”. Com este discurso, no texto de Ivaldo Lucena pode ser observado uma concepção que questionava o projeto de *transição autocrática, pactuada e pelo alto*, defendendo a ideia de que somente se conseguiria resolver a solução no instante “em que o povo participar dela”. Para ele, isto se daria através da eleição direta para o sucessor de Figueiredo. Afirmou ainda:

Quando defendemos a eleição direta é porque além de um direito nosso de escolher governantes é também a solução para a crise. Fatalmente numa eleição direta o PDS estaria derrotado com ou sem casuísmos. Essa situação nova levaria ao poder um presidente sem compromissos com a estrutura de governo da Revolução e logicamente teria poderes para contrariar interesses pois estava respaldado pela força popular. Além do mais, teríamos um estado psicológico favorável, no povo, que sentindo-se parte ativa para solução dos problemas, por algum tempo, seria um aliado, justamente o que não acontece hoje e que está certo o povo em não colaborar com o governo.<sup>207</sup>

Quando Ivaldo Lucena fala dos “interesses” que poderiam ser confrontados apenas por um presidente respaldado pela força popular, fica claro que ele se refere aos interesses das frações de classe dominante que se apoderaram do Estado brasileiro sob a

<sup>207</sup> Ivaldo Lucena, “Eleições Diretas”, *Gazeta do Sertão*, 01/07/1983.

ditadura militar. E, assim, a ruptura com o regime baseado nessa dominação do Estado por parte das frações monopolistas, multinacionais e associadas do capital, só poderia vir, nesse entendimento, a partir da atuação de um presidente revestido dessa “força popular”, ou seja, do que entendemos como uma força histórica tendencialmente *anti-autocrática*.

Nesse período, o Setor Jovem do PMDB campinense também passou a colocar a luta pelas diretas como ponto central da ação do partido. Como mencionamos, esse grupo era considerado como sendo o mais combativo dentro do PMDB. Assim, em manifesto intitulado “Por um PMDB Combativo, Forte e Unido”, no qual indicou o vereador Mário Araújo para a reeleição à presidência do Diretório Municipal, o grupo pautou uma série de concepções sobre como deveria o partido atuar naquele momento em que crescia o “sentimento oposicionista”.

Não são poucas as batalhas que se avizinham. Levar às amplas camadas populares e democráticas as campanhas pelas eleições diretas para presidente da República, pela revogação da Lei da Segurança Nacional, e demais leis de exceção, está ao lado do povo na luta por moradia, emprego, melhores salários, etc., é sem dúvida uma grande responsabilidade, assim nós, do Setor Jovem do PMDB conclamamos<sup>208</sup>.

É possível observar como o grupo de peemedebistas jovens de Campina Grande buscaram articular a luta pelas eleições diretas, que deveria ser levada às “camadas populares”, com uma pauta mais ampla no sentido de uma ruptura com o regime ditatorial e de propostas mais concretas de luta por uma relativa “democratização” no país, dentro dos limites de uma “democracia burguesa”, mas que superasse em alguns aspectos a *autocracia burguesa*. O grupo defendia, no documento, um Diretório partidário que se aproximasse das ações políticas e dos interesses dos grupos e classes subalternas locais.

O nosso diretório deve acompanhar essa realidade política atual, fazendo com que o PMDB fique permanentemente ao lado do povo brasileiro. Um diretório atuante, com uma executiva dinâmica e com a totalidade de seus membros ativos e unificados, a partir de reuniões periódicas e sistematicamente preparadas, numa ação comum de luta do povo campinense. Um diretório organizado, com uma sede bem estruturada, aberto diariamente aos filiados e que seja ponto cotidiano para a ação política. Um diretório presente no dia a dia do povo campinense, com planejamento de ida aos bairros, com assessoramento de todos os setores do partido<sup>209</sup>.

---

<sup>208</sup> “PMDB Jovem indica o nome de Mário Araújo para o Diretório”, *Gazeta do Sertão*, 01/07/1983.

<sup>209</sup> Idem.

A “Lei de Segurança Nacional”, que é citada no documento, naquele contexto, era um dos mecanismos da ditadura mais atacados pelos setores de oposição e entidades das classes trabalhadoras, como aconteceu na Nota de Solidariedade distribuída pela Associação de Docentes da UFPB, Campus Campina Grande, através de seu diretor-executivo Wagner Braga Batista, no dia 03 de julho de 1983. A nota se solidarizava com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e membro da Comissão Nacional pró-CUT, Jair Meneguelli, preso acusado de ofender o presidente da República. A nota terminava criticando o regime: “diariamente, os trabalhadores e o povo brasileiro são ofendidos e humilhados, com a adoção de medidas econômicas que submetem o nosso país e negam os mais elementares direitos do homem a uma vida condigna”.<sup>210</sup>

Outro ponto bastante combatido pelos setores oposicionistas mais à esquerda, como vimos, se tratava da política econômica do governo de Figueiredo, sobretudo a partir da linha de extrema austeridade financeira adotada após o acordo com o FMI, no final de 1982. O discurso do vereador peemedebista Márcio Rocha na Convenção Municipal do PMDB campinense, em 03 de julho de 1983, exemplifica bem essa linha de discurso.

Ressalta ainda que a condução anti-popular, anti-nacional e anti-democrática da economia brasileira – consubstanciada neste primeiro semestre do ano pelo aumento da recessão, o atrelamento ao Fundo Monetário Internacional e nos Pacotes Econômicos que estão sendo lançados – tem levado a crescente concentração de renda, no arrocho salarial, as maiores taxas de desemprego da nossa história, ao esmagamento da pequena e média empresa, ao favorecimento das atividades especulativas, ao aumento insuportável das taxas de juros, à ociosidade do nosso parque industrial e à diminuição da produtividade agrícola; enfim, vem empurrando a Nação brasileira ao rumo da desesperança e do caos social.<sup>211</sup>

Podemos observar, na fala do vereador representante do Setor Jovem do PMDB campinense, menções a temas centrais na discussão econômica naquele contexto. A crise econômica que grande parte do país atravessava, decorrente das mudanças no cenário da economia internacional a que já aludimos, e das medidas adotadas pelo governo que agravavam a recessão, gerava muito descontentamento em diversos setores, desde desempregados, trabalhadores urbanos e rurais e também pequenos e médios empresários e frações do capital, principalmente industrial não monopolista e

<sup>210</sup> “Docentes apoiam os sindicalistas”, *Gazeta do Sertão*, 03/07/1983.

<sup>211</sup> “Convenção Municipal do PMDB em clima de festa”, *Gazeta do Sertão*, 05/07/1983.

não associado ao capital multinacional. Um partido como o PMDB, que possuía como estratégia central a formação de uma ampla frente nacional pela “democracia”, deveria sempre buscar realizar a articulação desses descontentamentos. A campanha nacional pelas eleições diretas se tornaria um importante movimento capaz de canalizá-los para um objetivo em comum. Diferentes setores participariam do movimento, portanto. E naquele momento havia uma abertura de possibilidades que ele poderia seguir, com maior ou menor grau de combatividade ou de tendência a negociar com os setores governistas, por exemplo. O que podemos observar é que a tendência que o movimento pelas Diretas seguiria seria determinado pelas diferentes situações de relações de forças existentes entre os grupos e as classes sociais com suas ideologias e interesses materiais determinados envolvidos.

Também no mês de julho, o governador mineiro Tancredo Neves, o maior representante da ala mais “moderada” dentro dos setores que se diziam favoráveis ao retorno das eleições presidenciais diretas, passou a ter seu nome cada vez mais posto como candidato da oposição para a disputa por meio do voto indireto. Desenvolviam-se, portanto, as ações de uma oposição burguesa mais “moderada” que buscava participar de uma *transição negociada e pelo alto*. A candidatura de Tancredo foi lançada, no dia 06 de julho, pelo deputado Fernando Lyra, do PMDB de Pernambuco. O parlamentar acentuou que não dava mais para esperar e o seu partido, mesmo sustentando a campanha da volta das eleições diretas, deveria se preparar para o pleito indireto. Lyra, na linha do que dizia Tancredo, defendeu um “entendimento amplo entre as forças políticas”, que se poderia fazer em torno do nome do governador mineiro. O projeto defendido seria baseado na eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, que comandaria um governo responsável por elaborar um “programa mínimo de salvação nacional no plano econômico”. Nesse governo, seria convocada uma Assembleia Constituinte e teríamos eleições diretas em 1988, no caso, para o sucessor de Tancredo<sup>212</sup>.

O governador do Espírito Santo, Gerson Camata (PMDB) era outro governador que defendia a mesma linha política. Ele pontuou que deveria ser “feito um esforço comum na busca de saídas à crise econômico-social e o primeiro passo é o apontado pelo ‘guru’ – Tancredo Neves – a negociação”<sup>213</sup>. Afirmou ainda que “eleições diretas

---

<sup>212</sup> “Lançada a candidatura Tancredo para presidente”, *Gazeta do Sertão*, 07/07/1983.

<sup>213</sup> “Camata prega negociação para superar a crise”, *Gazeta do Sertão*, 07/07/1983.

não é tema prioritário e nem resolverá a crise que hoje vive o país, que é de inflação, falta de recursos privados e públicos”.

Por outro lado, o vice-governador de São Paulo, Orestes Quércia se declarava contrário a esta proposição de Fernando Lyra, Camata e o grupo ligado a Tancredo Neves. Pontuou ele: “conciliação para a discussão da crise se encontra apoio. Porém, não aceitamos conciliação em torno de candidatos à sucessão presidencial, porque isso viria jogar por terra os esforços para a realização de eleições diretas”. Para ele, o PMDB e os partidos de oposição deveriam continuar a luta pelo restabelecimento do pleito direto de forma imediata, já no ano de 1984<sup>214</sup>. Nessa linha política, seguia também o senador e presidente do PMDB goiano Mauro Borges, que afirmou que “a conciliação com o governo federal, pregada pelos setores moderados do partido, como forma de viabilizar uma solução para a grave crise que passa o país é uma tese absurda”. Além disso, Borges defendeu que o entendimento entre governo e oposição só poderia ocorrer em torno de uma nova política econômica que revogasse os “favores existentes às empresas multinacionais” e superasse o modelo em que se privilegia de forma mais acentuada os lucros do capital e menos os do trabalho<sup>215</sup>.

Podemos visualizar, portanto, já naquele contexto, a distinção mais clara de dois grandes blocos no seio pró-Diretas. O primeiro girava em torno da figura do governador Tancredo Neves e enfatizava a estratégia da “negociação”, “moderação”, “consenso”; este bloco enxergava na luta pelas Diretas apenas um meio de fortalecer a possibilidade de uma vitória peemedebista dentro do Colégio Eleitoral. Não acreditavam que a PEC de Dante de Oliveira pudesse vir a ser a aprovada, mas a campanha nacional em torno da reivindicação, desde que fosse controlada e *passivizada* pela oposição burguesa, contribuiria para a intensificação de um clima favorável ao candidato do PMDB no Colégio, ou seja, poderia funcionar pelo menos como “força de barganha”, da mesma forma como o senador paraibano Humberto Lucena havia se referido à bandeira da Constituinte. Nesse sentido, para esta linha de pensamento, era necessário que o PMDB começasse já a preparar o seu candidato para as eleições indiretas, visto que os possíveis presidenciais pedessistas já se encontravam em franca campanha, sobretudo o ministro do Interior Mario Andreazza e o ex-governador Paulo Maluf. Aliás, o avanço desses dois controvertidos personagens políticos alimentava a esperança dos que

---

<sup>214</sup> “Orestes Quércia defende a união para saída da crise”, *Gazeta do Sertão*, 07/07/1983.

<sup>215</sup> “Senador do PMDB é contra qualquer acordo com o governo”, *Gazeta do Sertão*, 08/07/1983.

apostavam numa vitória de Tancredo no Colégio Eleitoral, pois ambos, principalmente Maluf, desagradavam a amplos setores do PDS, que tendencialmente poderiam decidir pelo voto no candidato opositorista.

O segundo bloco no seio pró-Diretas era composto por aqueles sujeitos e grupos que viam no movimento a possibilidade real de encaminhamento de um processo de *transição de ruptura* que desembocasse na construção efetiva de um regime mais “democrático” no país. Dentro desse bloco, se expressavam correntes que buscavam um avanço mais concreto da realização de uma “democracia burguesa” no Brasil, conjugando a luta por Diretas com reivindicações progressistas e liberalizantes como o fim da Lei de Segurança Nacional e da Lei de Greve, por exemplo, a liberdade sindical, o fim do arrocho salarial, etc.

Ao mesmo tempo, os políticos paraibanos ligados ao regime ditatorial militar também buscavam se posicionar dentro do jogo sucessório. O vice-governador paraibano e empresário José Carlos Júnior (PDS) afirmou, em João Pessoa, no dia 07 de julho, sua total aceitação da liderança do general-ditador João Batista Figueiredo na condução do processo e evitou revelar preferências por nomes de “presidenciáveis”<sup>216</sup>. O vice-governador procurava com isso reafirmar seu alinhamento com o governo militar. Porém, outros políticos paraibanos já começavam a demonstrar certas preferências por um dos dois candidatos que despontavam naquele momento, o ministro do Interior Mario Andreazza, que baseava a sua campanha na enorme quantidade de recursos que controlava na pasta utilizados como barganha principalmente com relação aos governos da região Nordeste; e Paulo Maluf, que avançava por meio de conchavos e negociações políticas de bastidores, muitas vezes denunciadas por seus adversários como práticas de “aliciamento”. Maluf encontrava apoio em parte da bancada de deputados e senadores paraibanos pedessistas.

Já o governador paraibano Wilson Braga (PDS) não se furtava de oferecer indícios do seu apoio ao ministro Mario Andreazza. Em entrevista, no dia 18 de julho, após chegar à Paraíba, voltando de Brasília, afirmou que Andreazza deveria ser o candidato preferencial do presidente Figueiredo para sucedê-lo no Palácio do Planalto<sup>217</sup>. O ex-prefeito de Campina Grande, Enivaldo Ribeiro, que exercia o cargo de

---

<sup>216</sup> “José Carlos critica a chapa dissidente do PDS”, *Gazeta do Sertão*, 08/07/1983.

<sup>217</sup> “Wilson Braga chega exaltando Andreazza”, *Gazeta do Sertão*, 19/07/1983.

secretário de Saneamento e Habitação no governo do estado também declarava irrestrito apoio a Andreazza.

No mês de julho, na Paraíba, o PMDB estadual criou o primeiro Comitê Estadual pró-eleição direta para presidente da República no estado. A comissão foi formada no dia 13 de julho daquele ano, durante uma reunião do Diretório Regional do partido, na capital João Pessoa, convocada com esse objetivo. O comitê foi formado por sete membros, vereadores e deputados estaduais do partido, tendo como presidente do órgão o médico Mazureik Moraes. Fizeram parte o então presidente do Diretório Municipal do PMDB de João Pessoa e ex-governador Pedro Gondim, os então deputados estaduais Waldir Bezerra, João Fernandes e Marcus Odilon, e os vereadores pessoenses Antonio Augusto e Sônia Germano. O comitê comunicou a pretensão de iniciar suas atividades com uma concentração pública no Ponto de Cem Réis, na capital paraibana, com a participação de Tancredo Neves. Na verdade, o comitê estadual seguia instruções do PMDB nacional, que indicava que a campanha deveria começar em todo o país no início de agosto. Os peemedebistas paraibanos aguardavam inclusive, naquele momento, a chegada do material de divulgação padronizado, que seria enviado pela executiva nacional do partido<sup>218</sup>.

Nesse período, podemos observar que a bandeira de uma campanha de mobilização em torno das Diretas encontrava-se de forma mais concentrada nas mãos do PMDB. Este partido saiu na frente no sentido da organização de um movimento massivo e nacional, utilizando a sua estrutura de diretórios nos estados e municípios.

Observa-se também que, nesse momento, o controle das ações estava centralizado na Executiva Nacional do partido, controlada por Ulysses Guimarães, que procurava oferecer uma certa padronização para a campanha. Além disso, podemos observar que, nessa etapa do movimento, seu comando se restringia aos políticos institucionalizados, isto é, que exerciam cargos no aparelho estatal, seja na Assembleia Legislativa ou na Câmara Municipal.

Chama atenção também o destaque para o nome do governador Tancredo Neves, como principal participante no esperado primeiro ato pelas Diretas na Paraíba. Este, com sua postura ultra-moderada, defendia a campanha pelas Diretas, mas sempre a

---

<sup>218</sup> *Diário da Borborema*, “PMDB cria comitê para defender eleições diretas para presidente”, 14/07/1983, p. 3.

instrumentalizando para a sua tese do “consenso”. Ao fim e ao cabo, o político mineiro não acreditava que a emenda pudesse ser aprovada, mas calculava que a mobilização social gerada pela campanha - desde que controlada e *passivizada* pelo domínio político da oposição burguesa - e seus dividendos políticos poderiam ser utilizados para uma vitória, pactuada, no Colégio Eleitoral. Essa estratégia sairia vencedora do processo.

No mesmo período da formação do Comitê Estadual do PMDB para a campanha pelo restabelecimento do voto direto para presidente, um dos políticos que mais discursava sobre o tema, o líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena, lançou sua candidatura ao governo do estado da Paraíba, que seria realizada em 1986. Em conversa com o empresário industrial e presidente do diretório municipal do PMDB na cidade de Patos-PB, Adão Eulâmpio, Lucena afirmou: “apesar de reconhecer legítima a aspiração do prefeito de Campina Grande, Ronaldo Cunha Lima, entendo que esta será a minha vez. Sou candidato ao governo do estado nas eleições de 1986”. Lucena confirmou também que teria o apoio do governador de São Paulo, Franco Montoro, “no aspecto financeiro”<sup>219</sup>. Começava-se a desenhar, assim, a disputa entre o PMDB de Campina Grande, liderado por Ronaldo Cunha Lima, e o de João Pessoa, cuja figura maior era justamente o senador Lucena, pelo poder estadual. Estes personagens participavam ativamente dentro do movimento por Diretas no estado e, no caso de Humberto Lucena, também em nível nacional.

Em meados de julho de 1983, o tema da moratória da dívida externa também ganhou força e passou a ser defendida por alguns políticos paraibanos da oposição. Destacaram-se, nesse sentido, o deputado Raymundo Asfora, que constantemente discursava na Câmara Federal realizando duras críticas ao governo militar e sua política econômica, chegando a afirmar que Figueiredo administrava um governo dominado pelos banqueiros internacionais. Asfora defendia o decreto de uma moratória da dívida. Também defendia a moratória o senador Humberto Lucena, afirmando: “porque, se não posso pagar, não tenho condições de pagar com esses juros, temos que tentar uma moratória negociada, mas se não for possível é decretar mesmo uma moratória unilateral”. O senador defendeu também que se taxasse o lucro das multinacionais em 2 por cento para o Imposto de Emergência. E continuava a reivindicar o fim da Lei de Segurança Nacional, da Lei de Greve e da Lei de Imprensa, para que o “estado de

---

<sup>219</sup> “Humberto Lucena anuncia candidatura ao governo estadual”, *Gazeta do Sertão*, 17/07/1983.

direito” fosse restaurado.<sup>220</sup> O economista paraibano Celso Furtado também se posicionou publicamente pela moratória da dívida externa brasileira, afirmando:

a retomada do desenvolvimento, é hoje, o único conselho verdadeiramente nacional. É uma aspiração da classe operária, da classe média, do empresariado, dos militares. Mas isso só poderá ser executado depois de um entendimento com os credores externos para a decretação da moratória brasileira<sup>221</sup>.

Celso Furtado defendia que o governo parasse de “empurrar com a barriga” a dívida externa. Para ele, era preciso a moratória, pois seria com esse dinheiro do pagamento da dívida a ser adiada que o desenvolvimento econômico seria retomado. O tema foi muito discutido também em nível nacional, pois o deputado Ulysses Guimarães apresentou documento propondo que o PMDB adotasse a reivindicação do decreto de uma moratória unilateral. Já Tancredo Neves se posicionou contra esta medida, alegando que “o país não suportaria os efeitos de uma moratória que não seja negociada e passaria a viver num quadro de condições insustentáveis”. Disse ainda que “toda moratória deve ser negociada”<sup>222</sup>.

O tema das eleições diretas também repercutiu na Paraíba ao longo do mês de agosto de 1983. Todavia, alguns temas tiveram mais visibilidade naquela conjuntura. As forças políticas paraibanas participaram do debate de temas em voga naquele mês, como o da dívida externa e a proposta de decretação de moratória. O mês marcou também o envolvimento dos grupos de esquerda e entidades trabalhistas no repúdio ao assassinato da líder sindical Margarida Maria Alves, na cidade de Alagoa Grande, morta pelo braço armado do latifúndio paraibano. O principal responsabilizado pelo assassinato da presidente do Sindicato Rural de Alagoa Grande foi o ex-deputado e industrial Agnaldo Velloso Borges, que acabou recebendo apoio de membros da bancada pedessista na Assembleia Legislativa paraibana<sup>223</sup>. Enquanto que os políticos do bloco “malufista” paraibano receberam o deputado em visita ao estado, com festa e discursos de apoio.

Não encontramos registros da realização da concentração pública citada na matéria, do dia 13 de julho, que tratou da formação do Comitê Estadual pelo

<sup>220</sup> “Humberto defende moratória”, *Gazeta do Sertão*, 19/07/1983.

<sup>221</sup> “Furtado volta a defender moratória”, *Gazeta do Sertão*, 14/08/1983.

<sup>222</sup> “Tancredo é contra a tese da moratória”, *Gazeta do Sertão*, 26/08/1983.

<sup>223</sup> O deputado estadual Aercio Pereira, genro de Agnaldo Velloso Borges foi um ativo defensor do principal suspeito do assassinato de Margarida Maria Alves, realizando discursos e registrando notas oficiais em defesa do mesmo.

restabelecimento do voto direto para presidente, que deveria acontecer em agosto. Na verdade, segundo Mello, o primeiro comício pelas Diretas-Já na Paraíba aconteceu em dezembro de 1983, “sob a liderança da ala moderada do PT, chefiada pelo deputado paraibano-paulista Eduardo Jorge”<sup>224</sup>. O autor não cita mais detalhes sobre esse ato. Provavelmente, este não teve grandes proporções e acabou não gerando repercussões na grande imprensa paraibana.

### **2.3. Disputas políticas e avanço do movimento Diretas-Já na Paraíba nos últimos meses de 1983**

Ao longo do mês de setembro de 1983, podemos observar que o tema de uma campanha com mobilização social reivindicando a eleição direta para o sucessor de Figueiredo começa a se difundir mais fortemente em diferentes setores sociais, bem como passa a ser um tema quase obrigatório para que os políticos e lideranças se posicionassem.

Como vimos, o tema das Diretas caminhava lado a lado com o processo da disputa pela sucessão de Figueiredo, polarizada, muito fortemente, por Mario Andreazza e Paulo Salim Maluf. Nesse sentido, os atores políticos paraibanos tinham que se posicionar diante desse cenário: o caminho das Diretas, defendido pela oposição e alguns dissidentes pedessistas, ou o alinhamento e a aposta em um desses dois pretensos presidenciáveis, que já estavam em plena campanha visando o embate dentro da Convenção do PDS, que definiria quem seria o candidato governista ao Planalto. Todavia, dentro do caminho das Diretas, como já discutimos, havia ainda duas visões que se contrastavam: a campanha pelas eleições diretas visando a “tese do consenso” e a *transição pactuada pelo alto*; e a campanha pelas Diretas visando uma *transição de ruptura* com o regime ditatorial militar e a tendencial superação do Estado *autocrático-burguês* brasileiro.

Paralelamente a isto, a situação social e econômica da Paraíba se agravava visivelmente, acompanhando a tendência nacional. No mês de setembro de 1983, ocorreram vários saques e invasões de mercados e feiras por parte de pessoas pobres no estado. No dia 10 desse mês, os chamados “flagelados das secas” adentraram o mercado público da cidade de Cubati em busca de comida. No mesmo dia, em ação semelhante,

---

<sup>224</sup> MELLO, José., 2010, op. Cit., p. 170. José Emerson Macedo, em sua dissertação de mestrado, afirma que “as primeiras manifestações públicas só vieram a acontecer no ano de 1984”, na Paraíba. (MACEDO, 2012, p. 119).

homens e mulheres pobres foram até a cidade de Bonito de Santa Fé em busca desesperada por alimentos. Nos dois casos, as pessoas cansaram de esperar o dinheiro e a feira da emergência que não haviam chegado<sup>225</sup>. No Sertão paraibano, a situação era calamitosa. Nas cidades de Cajazeiras, Cachoeira dos Índios e São José de Piranhas, centenas de mulheres famintas começaram a praticar saques e invasões em depósitos de alimentos das cidades. Os prefeitos dessas localidades se comunicaram com o governador Wilson Braga, reclamando providências urgentes, alegando também que os saques se repetiam em outras cidades<sup>226</sup>. Já na cidade de Patos, uma das maiores do Sertão paraibano, no dia 21 de setembro, o comércio foi fechado e o III Batalhão de Polícia Militar passou o dia de prontidão, pois um grupo de “flagelados”, a maioria de mulheres postou-se pronto a iniciar os saques contra supermercados e centros de distribuição na localidade. Segundo a matéria jornalística, o fechamento do comércio enfureceu mais ainda a “turba faminta”, o que movimentou intensamente o centro da cidade<sup>227</sup>. Nesse mês, foram registrados saques ainda nas cidades de Santa Luzia, Catolé do Rocha e Brejo dos Santos<sup>228</sup>. Em todos os casos, as decisões dos prefeitos e autoridades locais se assemelhavam: a intensificação do policiamento para reprimir violentamente os grupos de homens e mulheres pobres e a distribuição de feiras e mantimentos para tentar aplacar a revolta e o desespero das multidões de famintos.

Na Paraíba, as tensões políticas e sociais também se acirravam. As práticas de violência e tentativas de intimidação eram frequentes no estado, contra políticos oposicionistas, líderes sindicais e trabalhadores. Diante disso, o bispo de Campina Grande, Dom Luís Gonzaga Fernandes, denunciou a CNBB que mesmo após o assassinato da líder sindical Margarida Maria Alves, no mês de agosto, na cidade de Alagoa Grande, trabalhadores, sindicalistas e entidades continuavam sofrendo ameaças de morte por parte de proprietários de terras na região. O bispo denunciou também que a sede do Serviço de Educação Popular de Guarabira (SEDUP) fora arrombada e invadida por desconhecidos por mais de duas vezes, ficando claro que não se tratava de ladrões comuns. No dia 18 de agosto, afirmou Dom Luíz Gonzaga, o bispo diocesano de Guarabira, Dom Marcelo Pinto Cavalheira, recebera telefonema anônimo no qual se ameaçava de morte a Cícero Leonardo Dantas, coordenador do Centro de Orientação

---

<sup>225</sup> “Flagelados invadem Cubati e Bonito de Santa Fé”, *Gazeta do Sertão*, 13/09/1983.

<sup>226</sup> “Sertão teme invasão de mulheres famintas”, *Gazeta do Sertão*, 17/09/1983.

<sup>227</sup> “Flagelados fecham o comércio em Patos”, *Gazeta do Sertão*, 22/09/1983.

<sup>228</sup> “Invasões de flagelados no interior”, *Gazeta do Sertão*, 29/09/1983.

dos Direitos Humanos da Diocese. Alguns dias depois, foram disparados tiros diante da janela do Centro, onde se encontrava Cícero. No dia seguinte, informava, foi colocada uma bomba diante da residência da advogada Tereza Braga da Comissão de Justiça e Paz de Campina Grande. Segundo o bispo, estavam sendo ameaçados de morte o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serraria, José Martins, dos Sindicatos de Pirpirituba e Bananeiras, e de outros sindicatos das regiões. De acordo com o documento enviado por Dom Luís Gonzaga aos bispos da CNBB, registravam-se violências desse tipo nos municípios de Alagoa Grande, Areia, Pilões de Dentro, Serraria, Bananeiras, Borborema, Pilõezinhos, Belém, Pirpirituba, Alagoinhas, Cuitégi, Guarabira, Mari e Alagoa Nova, abrangendo as áreas atendidas pelas dioceses de Campina Grande, João Pessoa e Guarabira<sup>229</sup>.

Outro indício que nos mostra que o estado vivia um período de intenso acirramento dos conflitos sociais e de classe, que se manifestavam das formas mais violentas e brutas possíveis, é que, no dia 09 de setembro, na tribuna da Câmara Federal, o deputado Raymundo Asfora (PMDB-PB) denunciou ao então ministro da Justiça Abi-Ackel a ação de grupo terrorista na Paraíba, autodenominado, “Falange Patriótica”. Segundo o parlamentar, este grupo assumira a autoria do atentado à vereadora Tereza Braga (PMDB-CG), que teve sua casa alvejada com explosão de uma bomba e tiros de espingardas de calibre 12<sup>230</sup>.

Nesse sentido, podemos observar que a tão propalada “abertura” democrática, apesar das reformas no campo institucional, no terreno concreto dos conflitos sociais paraibanos era um período marcado pela violência de classe tanto quanto nos períodos anteriores do mesmo regime ditatorial, que se tornava apoiador e cúmplice desses atos corriqueiros.

Nesse contexto, as classes trabalhadoras da Paraíba e suas entidades organizativas se inseriram na luta contra o Decreto-Lei 2.024 do Governo Federal que buscava, na prática, solucionar o crescimento da inflação via intensificação do arrocho salarial para as camadas mais baixas e médias dos assalariados e manutenção da acumulação e concentração de capital. O Decreto-Lei acabou sendo rejeitado na Câmara Federal, na votação do dia 21 de setembro, o que significou uma vitória oposicionista, demonstrando que os partidos da oposição tinham poder para encaminhar derrotas para

---

<sup>229</sup> “Dom Luís denuncia à CNBB violência na Paraíba”, *Gazeta do Sertão*, 04/09/1983.

<sup>230</sup> “Asfora denuncia a Abi-Ackel ação da Falange Patriótica”, *Gazeta do Sertão*, 10/09/1983.

o governo militar dentro do Congresso. O presidente em exercício do PMDB de João Pessoa, o advogado Janson Guedes, à época, percebeu que esta vitória iria influir bastante no processo sucessório, pois, segundo ele, “ficou visto que o Governo não tem mais condições de impor um candidato exclusivo da preferência pessoal do chefe do Executivo nacional”<sup>231</sup>. Janson Guedes aproveitou para elogiar o ex-governador e então deputado federal paraibano do PDS Tarcísio Burity que fora um dos dissidentes governistas que votaram contra o Decreto. O vereador campinense Márcio Rocha (PMDB) declarou, sobre a rejeição do DL 2.024, que isso significara uma “vitória para os assalariados brasileiros”. Após criticar a política “recessionista” do governo federal e a “submissão aos interesses nacionais às imposições do capital estrangeiro e, em particular, do Fundo Monetário Internacional”, o vereador oposicionista apresentou requerimento para que a Câmara Municipal aprovasse um voto de aplausos aos deputados que votaram pela derrota do Decreto Lei nº 2.024<sup>232</sup>.

O passo seguinte para as oposições e entidades de trabalhadores seria a luta contra o próximo decreto governamental a ser votado e que visava a realizar mudanças na política salarial, o Decreto-Lei 2.045. No dia 21 de setembro, o PMDB nacional se reuniu para fechar questão contra este decreto. Nesse mesmo contexto, os vereadores oposicionistas da capital paraibana se somaram a esta luta. O vereador Roderico Borges (PMDB-JP), na tribuna da Câmara Municipal, condenou o sistema econômico do ministro Delfim Netto e o decreto 2.045 que, segundo ele, tinha como objetivo prejudicar os operários. De acordo com a matéria do jornal *Gazeta do Sertão*, a maioria dos vereadores pessoenses presentes foram a favor do pronunciamento de Roderico Borges. Este chegou mesmo a se exaltar no plenário e taxar Delfim Netto de “dr. Satan”<sup>233</sup>. A Federação das Associações de Servidores Públicos do Estado da Paraíba (FASPEP) também se inseriu nessa luta, convocando todas as suas entidades filiadas para uma mobilização geral da categoria para o dia 30 de setembro, como forma de protesto contra o DL-2.045.

Diante dessa conjuntura de acirramento das lutas de classe no Brasil e na Paraíba, os políticos paraibanos foram se posicionando quanto ao tema das eleições diretas. O deputado federal Raymundo Asfora, do PMDB, investiu contra a “tese do

---

<sup>231</sup> “PMDB paraibano já esperava rejeição do decreto na Câmara”, *Gazeta do Sertão*, 23/09/1983.

<sup>232</sup> “Márcio vê queda do decreto 2.024 como vitória do povo”, *Gazeta do Sertão*, 24/09/1983.

<sup>233</sup> “Vereadores da Capital contra o decreto 2;045”, *Gazeta do Sertão*, 27/09/1983.

consenso” e intensificou um discurso pró-eleições diretas. Diante do aceno vindo do presidente Figueiredo de que estaria disposto a ouvir as oposições quanto ao processo sucessório, Asfora declarou que não acreditava no mesmo, pois, o compromisso do presidente era com “o sistema financeiro internacional”. Asfora afirmava que o governo de Figueiredo era um “governo de traição nacional”, e defendia a “resistência do povo” contra este governo. Para o deputado paraibano, havia uma trilogia fundamental para o país: a mudança do modelo econômico, que ele resumia na declaração da moratória da dívida externa e o privilegiamento do mercado interno para a geração de empregos; a convocação da eleição direta para presidente da República; e a Assembleia Nacional Constituinte. Defendeu ainda que só depois de esgotadas todas as perspectivas da eleição direta é que se poderia discutir outras questões a respeito da sucessão, reafirmando o compromisso com a eleição direta<sup>234</sup>.

O ex-deputado paraibano Antonio Mariz, que havia sido concorrente de Wilson Braga ao governo estadual, afirmou a existência no país, e em todas as camadas sociais, de uma “clara manifestação a favor das eleições diretas para presidente da República”. Para Mariz, a eleição direta seria a alternativa que se abria ao governo federal, que, na sua concepção, perdia a “oportunidade do consenso”.<sup>235</sup>

Os posicionamentos favoráveis às eleições presidenciais pelo voto direto cada vez mais encontrava um clima no qual este tipo de posição se tornava bem visto por boa parte da população. Podemos ter uma ideia da formação desse clima ao observamos a pesquisa realizada, em Campina Grande, pelo jornal *Gazeta do Sertão*, no dia 16 de setembro de 1983<sup>236</sup>. Ao entrevistar 103 campinenses, o jornal apurou que 93,63% se declarava favorável ao retorno das eleições diretas para presidente da República. Enquanto apenas pouco mais de 6% declarava preferência pela escolha indireta. Ao mesmo tempo, a pesquisa apontou para a presença de uma maioria favorável ao ex-governador de Pernambuco, Marco Maciel, e em segundo lugar para o ministro Mario Andreazza como possíveis sucessores de Figueiredo. Dentro do grupo de 110 entrevistados, 20 declararam preferência por Maciel e 16 por Andreazza. A principal justificativa para a preferência pelos nomes dos dois seria a ligação com possíveis soluções para os graves problemas atravessados pela região nordestina naquele

---

<sup>234</sup> “Asfora só quer eleição direta”, *Gazeta do Sertão*, 21/09/1983. “Asfora quer a resistência do povo contra o ‘governo de traição nacional’, 02/09/1983.

<sup>235</sup> “Mariz vê eleições diretas como única saída do Governo”, *Gazeta do Sertão*, 11/09/1983.

<sup>236</sup> “Eleições presidenciais: Maciel e Andreazza vencem em Campina”, *Gazeta do Sertão*, 17/09/1983.

contexto. A exemplo da fala do advogado José Raimundo Duarte, um dos entrevistados, que afirmou: “Andreazza tem dado provas de amor pelo Nordeste e é um nome capaz para ocupar a Presidência, quando acredito, fará muito mais pela região”. Franco Montoro foi mencionado 15 vezes; mesmo número alcançado por Paulo Maluf. O vice-presidente Aureliano Chaves foi citado apenas 3 vezes. Tancredo Neves obteve apenas 8 menções dentre os entrevistados; Brizola obteve 12 e Luís Inácio Lula da Silva, apenas 2. Alguns poucos chegaram a citar nomes “exóticos”, como o humorista Chico Anísio, o ex-prefeito de Campina Grande Enivaldo Ribeiro, o governador Wilson Braga e o político e líder indígena Mário Juruna.

Segundo o órgão de imprensa, a pesquisa foi realizada “junto as mais diversas categorias da comunidade campinense”. O resultado da pesquisa nos indica que ser favorável às eleições direta, a julgar pela opinião desses campinenses entrevistados, não significava necessariamente apoiar políticos da oposição, pois, apesar da ampla maioria se dizer pró-Diretas, dois políticos pedessistas, Maciel e Andreazza, lideraram a preferência dos consultados. Por outro lado, vê-se que a oposição burguesa, representada por Franco Montoro e Tancredo Neves obtiveram uma maior expressão no seio das oposições, enquanto que representantes de uma oposição mais à esquerda, Brizola e Lula, foram pouco escolhidos. Este quadro nos indica que a bandeira das eleições diretas se apresentava como uma bandeira “branca”, como queriam os membros da bancada peemedebista que construíram a primeira proposta de uma campanha nacional, massiva e pluriclassista. Podemos observar a formação de um clima pró-Diretas, a palavra se difundia positivamente pela população, mesmo para aqueles que não possuíam nenhum vínculo com as oposições.

A ideia de uma sucessão pró-Nordeste também começou a se intensificar no seio dos políticos governistas. Um forte grupo de apoiadores do ministro Mario Andreazza, apelidado por Enivaldo Ribeiro, por exemplo, de “ministro do Nordeste”, se formou nas terras paraibanas. A começar pelo governador Wilson Braga, que declarava que a Paraíba tinha muito a agradecer ao ministro Andreazza. Em setembro, Andreazza fez uma longa visita ao estado da Paraíba, assinando contratos com o governo estadual na ordem de cerca de 4 bilhões de cruzeiros, o que acendeu mais ainda os interesses dos políticos locais e representantes das classes dominantes, ansiosos por mais e mais verbas federais e investimentos que possibilitassem a incrementação do acúmulo de capital. A Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, convidou o ministro do

Interior para participar da inauguração de sua sede estadual, localizada na cidade de Campina Grande. O presidente do órgão dos industriais paraibanos, Agostinho Velloso da Silveira, em conversa com Andreazza sugeriu até mesmo um nome para ser o vice-presidente deste, que havia prometido escolher um vice nordestino. Desta feita, o presidente da FIEP indicou o senador sergipano Albano Franco<sup>237</sup>. Em outubro de 1983, Albano Franco seria empossado como presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), ocasião em que Wilson Braga e o vice-governador José Carlos Júnior foram prestigiar a solenidade de posse em Brasília; Agostinho Velloso, presidente da FIEP, que o sugeriu como vice para Andreazza, passou a integrar a nova diretoria da CNI. Em almoço oferecido a Mario Andreazza na sua vinda à Paraíba, alguns políticos fizeram questão de comparecer e declarar apoio ao presidenciável, dentre eles: os senadores Marcondes Gadelha e Milton Cabral, o deputado federal Álvaro Gaudêncio e os deputados estaduais Manoel Gaudêncio, Efraim Moraes e João Ribeiro. No final da visita, Andreazza partiu da Paraíba satisfeito, constatando que “sua posição no estado é tranquila em relação à sucessão presidencial”.

Diante desse quadro de crescimento do apoio de políticos e grupos dominantes paraibanos e nordestinos ao ministro do Interior, o deputado federal Aluísio Campos (PMDB-PB) investiu uma crítica direta. Em discurso na Câmara dos deputados, Campos se lastimou e disse não conceber que “lideranças legitimadas pelo voto direto continuem apoiando os algozes do Nordeste”. Em seguida, conclamou os governantes e demais políticos da região para se unirem em torno das eleições diretas para a Presidência da República. Para o deputado, os governantes nordestinos deviam se posicionar contra a “monstruosidade da espoliação regional”. Ainda afirmou o político paraibano: “a hora não é de pressionar, simplesmente, mas de reagir, porque sob o atual regime não haverá perspectiva de solução”<sup>238</sup>.

O deputado Aluísio Campos passou a ser uma voz ativa na crítica ao modelo econômico do regime ditatorial, passando a defender que só com eleição direta para a sucessão de Figueiredo é que os elementos responsáveis por essa política econômica poderiam ser definitivamente retirados do poder. Em longa entrevista, reproduzida no *Gazeta do Sertão*, Campos afirmou, acerca da saída para a crise brasileira:

---

<sup>237</sup> “Andreazza faz balanço de sua visita na PB”, *Gazeta do Sertão*, 27/09/1983.

<sup>238</sup> “Solução para o Nordeste só com eleição direta”, *Gazeta do Sertão*, 27/09/1983.

A saída definitiva é a mudança do Governo por eleição direta. O Governo só pode mudar, mudando os “curingas” do sistema. Se você leva com eleição indireta para o próprio pessoal do Governo, próprio sistema, eleger o substituto, quem vai continuar governando este país, trocando de posto, são os mesmos elementos. Só o povo é que pode mudar, o povo é que pode fazer através de uma eleição direta uma mudança institucional, e que faz um governo com novos elementos capazes de conduzir a economia nacional<sup>239</sup>.

No final de setembro de 1983, encontramos também indícios de como estavam atuando politicamente setores das classes trabalhadoras organizadas na Paraíba. Estas passavam a articular a reivindicação pelo restabelecimento da eleição direta para o sucessor na Presidência da República com pautas de interesse dos trabalhadores urbanos e rurais, configurando uma luta de perspectiva *antiautocrática*.

Em 30 de setembro de 1983, os trabalhadores da capital João Pessoa foram chamados às ruas para protestar contra o Decreto-Lei 2045, do Governo Federal, que buscava, na prática, intensificar o arrocho salarial em meio à política econômica recessiva. O ato faria parte do “Dia Nacional de Luta contra o Decreto-Lei 2.045” e seria realizado na Lagoa. Chama atenção a consciência de classe que se encontra expressa no conteúdo do panfleto, desnudando a lógica da política econômica da ditadura, e nas reivindicações listadas, dentre elas, as eleições diretas para Presidente.

À Todos os trabalhadores

Mais uma vez o arbítrio aliado ao capital estrangeiro atenta contra os interesses da classe trabalhadora brasileira e da nação espoliada. Obedecendo à orientação do famigerado Fundo Monetário Nacional (FMI) o governo – alegando razões de segurança nacional – editou o Decreto-Lei 2045, que pelo direito da força e não pela força do direito, retira do salário dos trabalhadores 30% do INPC, das faixas até 3 salários e 20% para as faixas acima. Isto significa que os trabalhadores perderão 10,7 Trilhões de cruzeiros num ano de salário, o equivalente a 79 dias de salário, ou seja, o 13º salário, o 12º salário e 19 dias do 11º salário de cada trabalhador. O Decreto-Lei penaliza todos os trabalhadores e, principalmente, os de renda mais baixas, como se eles fossem culpados dos desmandos cometidos pelos tecnocratas do Governo. (...) Por isso vamos às ruas para protestar contra o Decreto-Lei 2045 e pressionar para que o governo retire-o do Congresso Nacional ou que mais uma vez os parlamentares se unam para soberanamente rejeita-lo.

E a pauta de reivindicação trazida pelo panfleto é a seguinte:

- Abaixo o Decreto-Lei 2045!
- Não à recessão, à carestia e o Desemprego!
- Pela Mudança da Política Econômica!

---

<sup>239</sup> “Campos: a saída para a crise está na eleição direta”, *Gazeta do Sertão*, 02/10/1983.

- Suspensão do pagamento da dívida externa!
- Fora o FMI!
- Pela Soberania Nacional! Abaixo o aumento de 30% do BNH!
- Abaixo o Pacote das Estatais!
- Eleições Livres e Diretas para Presidente!<sup>240</sup>

O Panfleto foi assinado pela INTERSINDICAL – PB e “Entidades de Bairros”. O seu conteúdo traz uma interpretação da situação política e econômica nacional sob a perspectiva da classe trabalhadora, em tom de denúncia e de chamamento para a luta contra a política econômica da ditadura. A pauta de reivindicações nos indica como esses setores sociais passaram a articular a bandeira das eleições diretas, que se tornava nacional, com palavras de ordem que apontam para um projeto de superação do regime autocrático-burguês.

A crise econômica cada vez se intensificava e o governo militar buscava a sobrevivência do capitalismo dependente brasileiro através dos empréstimos tomados junto ao capital internacional, com o objetivo de ir amortizando os juros da enorme dívida externa. Na política econômica, o governo seguia na sua estratégia do “arrocho salarial”, alegando que com isto a inflação - que atingia 11,2% apenas no mês de setembro e 111,8% no acumulado do ano até o nono mês - e o desemprego pudessem diminuir. Nesse sentido, as oposições lutaram, ao longo de outubro de 1983, contra o Decreto 2.045. Este decreto, imposto pelo governo militar, definia o ajuste salarial em apenas 80% do INPC. O PMDB de Campina Grande, no dia 03 de outubro de 1983, divulgou nota de repúdio ao Decreto-Lei 2.045, na qual declarou irrestrito apoio ao Dia Nacional de Mobilização contra o decreto e contra a “política recessiva do regime autoritário”<sup>241</sup>. Já o deputado federal paraibano Raymundo Asfora discursou na tribuna da Câmara Federal contra o 2.045, no dia 19 daquele mês, dizendo: “temos que decidir entre os operários brasileiros e os usurários estrangeiros. Entre as juras do povo e os juros ao FMI”<sup>242</sup>.

Nesse mesmo dia, o Congresso derrotou o Decreto 2.045, o que significou outra grande vitória para os partidos da oposição e o enfraquecimento do governo militar. Ao

---

<sup>240</sup> Documento acessado pelo autor na coleção de Panfletos Políticos no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP).

<sup>241</sup> “PMDB de Campina repudia em nota decreto-lei 2.045”, *Gazeta do Sertão*, 04/10/1983.

<sup>242</sup> “Asfora: “preferimos ficar com os operários”, *Gazeta do Sertão*, 19/10/1983.

mesmo tempo em que se derrotava o 2.045, o general-ditador Figueiredo baixou as Medidas de Emergência em Brasília, alegando que a capital federal era “alvo da ação de agitadores recrutados em várias regiões do país”. Em seguida, o governo encaminhou um novo Decreto-Lei, o 2.064, que preservava os 100% no INPC para a faixa salarial até três salários mínimos e estabelecia reajustes menores para quem ganhava de três até vinte salários, o que penalizava diretamente a classe média.

As Medidas de Emergência, decretadas por Figueiredo, que era um mecanismo autoritário criado para substituir o AI-5 em situações em que os conflitos sociais se acirrassem, tiveram repercussão entre os paraibanos. O deputado estadual Ramalho Leite (PMDB) afirmou que as medidas eram um pretexto do governo para intimidar o Congresso e criticou o fato de Brasília viver a partir de então sob o clima da força e do arbítrio, “com os congressistas e o povo daquela cidade subordinados às ordens do general Newton Cruz, comandante militar da Capital Federal”<sup>243</sup>. Já o deputado pedessista Doca Gadelha alegou que por causa de sua “formação democrática” não elogiaria tais medidas, mas pediu que a questão fosse analisada dentro da “racionalidade”, buscando, assim, não se posicionar explicitamente contra o governo militar. Na Câmara Municipal de Campina Grande, os vereadores peemedebistas Félix Araújo Filho e João Dantas protestaram contra as Medidas de Emergência, afirmando que eram “repressivas” e “desnecessárias”. Araújo afirmou que a medida do governo militar se dera em razão de uma situação convulsionada em “decorrência dos trabalhadores não aceitarem decisões governamentais de repressão aos seus salários”, e defendeu ainda que as chamadas “salvaguardas constitucionais” que substituíram o AI-5 serviam como “instrumento visivelmente repressivo e discordante do processo de abertura política decretado pelo sistema dominante”<sup>244</sup>.

O deputado Raymundo Asfora também criticou a atitude do governo Figueiredo e investiu críticas, classificando-o como “desgoverno de traição nacional” e conclamando os trabalhadores: “nós estaremos aqui, trabalhadores do Brasil, num pacto inviolável, para dizer não ao Governo e sua política ditatorial de baixar salários através de decretos”. Disse ainda o deputado: “nós derrotaremos os decretos do Governo e iremos até às ruas derrotar o próprio Governo”<sup>245</sup>. O senador Humberto Lucena também

---

<sup>243</sup> “Ramalho critica medidas de emergência em Brasília”, *Gazeta do Sertão*, 21/10/1983.

<sup>244</sup> “Vereadores criticam estado de emergência em Brasília”, *Gazeta do Sertão*, 21/10/1983.

<sup>245</sup> “Asfora: “desgoverno de traição nacional”, *Gazeta do Sertão*, 22/10/1983.

se posicionou afirmando que se tratava de um ato de ameaça e intimidação ao Poder Legislativo e às entidades de classe e voltou a afirmar que o fundamental era a solução do problema político-institucional que, para ele, só seria solucionado por meio da realização de eleições diretas para presidente da República<sup>246</sup>. Por outro lado, o senador paraibano Marcondes Gadelha, do PDS, buscou justificar as medidas de emergência, segundo ele, adotadas “com uma cautela para impedir que seja preciso usar realmente a força”. Gadelha falou sobre o “clima de tensão existente no Congresso nos últimos dias” e concluiu que o governo atendeu solicitações de “parcelas representativas da sociedade, além do próprio presidente do Congresso” na questão do decreto das medidas de emergência.

Por outro lado, no mês de outubro, de maneira geral, a campanha Diretas-Já caminhava mais intensamente para o domínio político da oposição burguesa. O marco histórico que fez com que a campanha começasse a passar a uma outra fase do seu desenvolvimento foi a reunião de oito governadores do PMDB em Foz do Iguaçu, nos dias 15 e 16 daquele mês. Nesta reunião, todos os governadores se comprometeram oficialmente em apoiar a campanha, fazendo com que esta, a partir de então, fosse transformada, quantitativa e qualitativamente.

O apoio dos governadores ampliava enormemente a estrutura da mobilização popular. Sem este apoio, a campanha não contaria, obviamente, com os recursos materiais para estimular e respaldar o grande movimento de massas. Por maior que fosse a adesão da sociedade à tese, dificilmente se montariam os enormes palanques dos comícios para mais de um milhão de pessoas, não seriam impressas tantas camisas, bôtons, balões, enfim, toda a parafernália que se somou ao que vinha sendo feito, quase artesanalmente, pelos sindicatos, partidos, prefeitos, deputados e vereadores do PMDB, do PT e do PDT em todo o Brasil<sup>247</sup>.

Ou seja, com a entrada oficial dos governadores na campanha Diretas-Já, os recursos materiais investidos nela seriam multiplicados, visto que a máquina estatal dos estados governados pelas oposições estaria disponibilizada para tanto. Ao mesmo tempo, a campanha ficaria ainda mais sob controle da oposição burguesa, fazendo com que as tendências *antiautocráticas* no seio do movimento fossem cada vez mais sufocadas e marginalizadas. O sentido da campanha seria consolidado pelo domínio político da oposição burguesa, isto é, uma campanha de mobilização popular, mas sem

---

<sup>246</sup> “Humberto pede a suspensão de emergência em Brasília”, *ibid.*

<sup>247</sup> LEONELLI e OLIVEIRA, *op. Cit.*, p. 266 e segs.

“radicalizações” e sempre com a finalidade última de gerar recursos políticos para que a oposição moderada/burguesa pudesse conciliar e negociar a transição com o regime.

No final do ano de 1983, o tema das eleições diretas alcançou o seu auge de importância no cenário político nacional até então. Cada vez mais opositores ao regime ditatorial militar, seja da oposição burguesa ou dos setores representativos dos interesses dos grupos subalternos e das camadas de trabalhadores, investiam na força desta palavra de ordem. Isso porque o processo de sucessão cada vez mais ficava complexo, com pressões vindas de todos os lados. A percepção dominante era de que Paulo Maluf seria o candidato com maiores chances de vitória na Convenção do PDS, apesar de Figueiredo não aprovar o seu nome. Vencendo na Convenção, Maluf certamente venceria no Colégio Eleitoral, cuja maioria era pedessista, a não ser que a estratégia trancredista de apresentar uma candidatura de consenso que rompesse a unidade do partido governista se viabilizasse. De todo modo, se confortar com a sucessão via colégio eleitoral, além da vitória do projeto do governo militar de “abertura” autocrática, significava aceitar a provável ascensão de Maluf à presidência.

Nesse sentido, as correntes políticas passaram a se conflitarem em torno da questão do Colégio Eleitoral, se este seria uma instituição legítima ou não. Tema fundamental para o movimento Diretas-Já, pois se a narrativa da ilegitimidade do Colégio vencesse o debate, a ideia de um movimento de mobilização para derrotá-lo sairia fortalecida. Por outro lado, os defensores da manutenção do voto indireto, buscavam se apegar na defesa da legitimidade do Colégio Eleitoral e, assim, deslegitimar o movimento por Diretas, que seria visto então como uma tentativa de “golpe” das oposições para mudar as “regras do jogo” já estabelecidas.

O debate repercutiu na Paraíba, sobretudo ao longo do mês de dezembro de 1983. O deputado estadual Padre Américo Maia (PMDB-PB), lançando mão de recortes de jornais, buscou mostrar a incoerência dos defensores das eleições indiretas e repudiou a “insinceridade dos tecnocratas-militares”. Maia, lembrando entrevista de Tancredo Neves, disse na tribuna da Assembleia Legislativa:

Em nenhum momento a validade e a legitimidade do Colégio Eleitoral foram, em qualquer tempo, na última eleição, colocados à decisão dos eleitores. Estes foram convocados para escolher governadores, senadores e seus representantes na Câmara dos deputados e nas Assembleias Legislativas. O artificialismo do Colégio Eleitoral é tão contundente, que não há artifício,

não há mistificação, não há engodo que consiga impor a sua credibilidade junto ao povo<sup>248</sup>.

Em semelhante linha, o deputado federal pelo PDS e ex-governador da Paraíba, Tarcísio Burity se posicionou contrário à ideia defendida pelos governistas da legitimidade do Colégio Eleitoral. Após afirmar que o grupo pró-Diretas do PDS, do qual fazia parte, faria o “jogo duro”, isto é, faria até mesmo a composição com as oposições conquistando a maioria no Colégio Eleitoral, Burity afirmou o seguinte sobre esta instituição:

Aquele argumento, batido e rebatido, de alguns companheiros do PDS de dizer que nós adquirimos o direito nas últimas eleições, de que o povo nos elegeu já sabendo que éramos eleitores no Colégio, não é correto, pois acontece que está dando maioria no Colégio Eleitoral são os biônicos, os senadores que foram eleitos há muito tempo, indiretamente. A maioria do PDS no Colégio é muito pequena e se você retirar os biônicos, ficam em minoria. Em resumo: eu não vejo legitimidade no Colégio Eleitoral.<sup>249</sup>

Apesar de membro do PDS, Burity, naquele momento, compunha a dissidência do partido, sendo um dos mais ativos membros do grupo pró-Diretas dentro da agremiação. Na verdade, há algum tempo, o ex-governador havia adotado a estratégia política de se descolar do PDS paraibano, pois as suas pretensões pessoais de poder não encontravam espaço dentro do partido, dominado pela ala ligada ao deputado Ernani Sátiro e pelo então governador Wilson Braga. Nesse cenário, Burity buscou aumentar sua popularidade e poder se colocando mais alinhado à oposição burguesa, defendendo, portanto, as eleições diretas. Este foi o caminho estratégico que ele entendia que poderia viabilizar o retorno ao governo estadual, cargo que exercera sem voto direto.

Não faltaram críticas vindas dos pedessistas paraibanos à atitude assumida por Burity. O deputado Joacil Pereira, que também tinha pretensões de chegar ao cargo de governador da Paraíba nas eleições de 1986, o atacou, dizendo que havia se surpreendido com o fato de ele fazer parte do grupo pró-Diretas; após dizer que o ex-governador “ou mudou demais, ou é um incoerente”, Joacil Pereira, que era um apoiador declarado de Paulo Maluf, afirmou:

---

<sup>248</sup> “Padre Américo Maia: ‘Eleição indireta deve ser repudiada por todo o país’”, *Gazeta do Sertão*, 01/12/1983.

<sup>249</sup> “Burity admite compor com a oposição para garantir eleição do Presidente”, *Gazeta do Sertão*, 03/12/1983.

Ele deveria ter rejeitado sua indicação para se candidatar a uma eleição indireta para o Governo do Estado. Não deveria ter aceito. Mas, não, aceitou e governou indiretamente. Nunca ele pensou que aquilo fosse ilegítimo. Então, só agora ele passa a defender com tanta ênfase a eleição indireta, a ponto de considerar as indiretas um atentado às aspirações populares.<sup>250</sup>

Joacil Pereira, após atacar Burity, usou de uma estratégia retórica para tentar legitimar o Colégio Eleitoral, afirmando: “e eu perguntaria a ele, que é um homem de formação católica, ex-seminarista, qual é a maior eleição da cristandade, mais importante: É a do Papa, pelo processo indireto”. Citou também a eleição para presidência da OAB, que era indireta e, segundo ele, “ninguém jamais ousará dizer o presidente da OAB tem um mandato ilegítimo”. E finalizou utilizando o argumento de que “se está na lei, não é ilegítimo”. Na mesma linha, o deputado estadual Judivan Cabral (PDS), afirmou que o Colégio Eleitoral “não só é legítimo, como legal e democrático”.<sup>251</sup>

Os defensores das eleições indiretas esperavam se beneficiar com a eleição via Colégio Eleitoral do candidato pedessista a quem prestavam apoio, fosse este Paulo Maluf ou Mario Andreazza. E por essa razão apegavam-se à defesa de que o Colégio era legítimo, justificando que os seus membros haviam sido eleitos pelo voto popular. No entanto, sempre omitiam o fato de que esta maioria do Colégio havia sido conquistada através dos casuísmos criados pela ditadura, como a criação da figura exótica do “senador biônico”. É importante destacar que no ano de 1983, o movimento pelas Diretas não havia ainda se massificado, coisa que iria acontecer a partir de janeiro de 1984. Porém, já havia uma tendencial difusão em massa da reivindicação, que se misturava com a insatisfação dos mais pobres e das classes médias com a política econômica do governo. Nesse cenário, os *indiretistas* entendiam que não poderiam simplesmente se autodeclararem contrário às eleições diretas e passaram a utilizar da retórica para irem contra a reivindicação.

Nesse período, o governo Figueiredo buscou também encorajar os parlamentares a defender as indiretas. O porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila, afirmou que a posição adotada pelos pedessistas em favor da manutenção das eleições indiretas para presidente era “natural e correta”. No dia 02 de dezembro, um duro golpe contra as pretensões da possibilidade das eleições diretas foi disparado pelas forças governistas.

<sup>250</sup> “Joacil acha que Burity ou mudou ou é um incoerente”, *Gazeta do Sertão*, 11/12/1983.

<sup>251</sup> “Judivan: “não há clima para diretas”, *Gazeta do Sertão*, 03/12/1983.

O senador “biônico” Dinarte Mariz (PDS-RN) entregou nas mãos do presidente do PDS, José Sarney, um documento assinado por 26 senadores pedessistas opondo-se a mudança das regras do jogo eleitoral e a restauração da eleição direta. Dinarte, que era malufista, afirmava que mais três senadores iriam assinar também o seu documento. Desta forma, naquele momento, através daquele documento se indicava a inviabilidade da Emenda ser aprovada no Senado Federal, mesmo se passasse pela Câmara dos deputados.

Sobre esse documento, o líder da bancada do PDS na Assembleia Legislativa da Paraíba, deputado Evaldo Gonçalves, afirmou que a movimentação sobre o pleito direto estava “superada já que mais de 1/3 dos congressistas já assinaram documento a favor das indiretas, o que inviabiliza qualquer reação favorável às diretas”<sup>252</sup>.

O deputado Ernani Sátyro, que seria o relator da Emenda das Diretas, declarado apoiador de Paulo Maluf, também buscou decretar o fim da luta pelas diretas, antes mesmo de ela começar a se intensificar de fato. Após alegar que as “regras do jogo” já estavam definidas, o ex-governador afirmou: “nós não vamos fazer eleição direta. Não há passeata de rua, não há movimento em frente ao Planalto, não há nada que nos faça, a nós do Congresso Nacional, modificar o que está feito”<sup>253</sup>.

Outros, como o deputado Doca Gadelha, vice-líder do PDS na Assembleia Legislativa paraibana e apoiador de Mario Andreazza, procuraram se posicionar contra as Diretas de maneira mais sutil. Este afirmou que, apesar de advogar a tese da eleição direta, não tinha mais “grandes esperanças que ela deva acontecer já para o ano que vem”. Defendeu, então, que o PDS deveria encaminhar a solução para encontrar um nome que lhe assegurasse a vitória no Colégio Eleitoral<sup>254</sup>. Tratava-se do “apoio retórico” às diretas, ou seja, “sou a favor, mas não é possível agora”.

A Assembleia Legislativa da Paraíba foi espaço para o debate dos parlamentares em torno da questão das Diretas. No dia 17 de dezembro, vários deputados discutiram sobre a conveniência ou não da execução das eleições diretas já para a sucessão de Figueiredo. O deputado José Ademir (PMDB) defendeu as Diretas, dizendo considerar lamentável o posicionamento de alguns parlamentares pedessistas que, segundo ele, estariam demonstrando que o povo não deve participar das decisões do país quando eles

---

<sup>252</sup> “Madruza: ‘grupo pró-diretas é um movimento quixotesco’, *Gazeta do Sertão*, 08/12/1983.

<sup>253</sup> “Sátyro adverte para a rebeldia nos PDS”, *Gazeta do Sertão*, 27/12/1983.

<sup>254</sup> “Doca é a favor de eleições diretas”, *Gazeta do Sertão*, 31/12/1983.

próprios haviam sido trazidos para o Congresso Nacional e para a Casa de Eptácio Pessoa através do “voto livre e soberano deste próprio povo”. Por outro lado, o deputado Judivan Cabral (PDS) afirmou, na tribuna da ALPB, evocando o documento apresentado pelo senador “biônico” Dinarte Mariz, que a maioria dos congressistas já havia se afirmado favoráveis às eleições indiretas e quem estivesse postulando o contrário seria para “fazer demagogia”. Diante da fala do deputado Judivan Cabral, o vice-líder do PMDB na ALPB, deputado José Luiz, retrucou:

É comum nesta Casa o deputado Judivan Cabral sair-se sempre com aquela retórica muito bonita, aliás, eu admiro o seu vocabulário, e dizer que é democrático o Colégio Eleitoral. Imaginem os senhores o Colégio Eleitoral com bionicidade. Tirem os biônicos para saber se existe mais o Colégio Eleitoral, digam que os biônicos não podem mais votar, será que eles foram escolhidos pelo povo? Acontece que o povo não escolheu os biônicos. E a nação se empobrecendo, a miséria campeando, a infelicidade e o infortúnio nos lares de todos os brasileiros. V. Exa, deputado José Aldemir ao trazer o assunto das diretas o faz no momento de muita lucidez.<sup>255</sup>

Podemos observar na fala do deputado peemedebista José Luiz o argumento da ilegitimidade do Colégio Eleitoral, no qual a maioria do PDS, de fato, dependia da existência da figura dos senadores “biônicos”. Este argumento se contrapunha à estratégia dos políticos alinhados à ditadura militar de alegar que as “regras do jogo” já estavam definidas e que a maioria do PDS havia sido uma conquista por meio da eleição de 1982.

Nesse contexto de disputas políticas, a Comissão Executiva do PMDB nacional elaborou o calendário da Campanha pelas Diretas para o ano de 1984, que só deveria começar de fato depois do dia 10 de janeiro, sob a alegação de que o mês de dezembro não se prestaria a despertar interesse da opinião pública. A primeira concentração deveria ser realizada em Santa Catarina<sup>256</sup>. Na ocasião, o recém eleito secretário-geral do partido, o senador Afonso Camargo (PR), que era alinhado com o grupo moderado de Tancredo Neves, afirmou que lutaria pelo restabelecimento do pleito direto até onde fosse possível, e se não fosse possível o partido estudaria o que poderia ser feito. Na verdade, o que poderia ser feito o grupo de Tancredo Neves já sabia muito bem, a chamada “tese do consenso” era costurada nos bastidores da política, encaminhando a viabilidade da *transição pactuada e pelo alto*.

<sup>255</sup> “Eleição direta provoca debates na Assembleia”, *Gazeta do Sertão*, 18/12/1983.

<sup>256</sup> “Executiva do PMDB elabora calendário”, *Gazeta do Sertão*, 07/12/1983.

No entanto, havia vozes que se levantavam contra esta tendência. Como a do peemedebista Ivaldo Lucena, presidente do Diretório Municipal do partido na cidade de Bananeiras-PB. Em artigo, publicado na *Gazeta do Sertão*, no dia 23 de dezembro de 1983, intitulado “Não há consenso!”, Lucena disparou contra o que ele chamou de “consensualismo” de Tancredo Neves, que, segundo ele, estaria levando o PMDB a um sério risco e desmoralizando o partido. Defendendo que os peemedebistas não deveriam ser “consensualistas”, definiu o que para ele significava a tese de Tancredo:

Essa história de candidato de consenso esvaziará a oposição na sua luta pela transformação do Brasil num país sério de verdade. O consenso de Tancredo é para governar com o PDS. É uma tese boa para os que andam obcecados pelo poder na busca do empreguismo. Se no consenso o PDS fosse entregar o poder ao PMDB, eles do PDS seriam burros. Melhor seria disputar o poder numa eleição direta. Está evidente, numa clareza meridiana, que o “consenso” é a repartição do poder, metade pra lá e metade pra cá. Isso porque o PDS enfraquecido como está pelo avanço da oposição, para não perder de vez o poder vai dividir com o sr. Tancredo Neves para manter-se por mais tempo<sup>257</sup>.

Ivaldo Lucena acabou descrevendo o que viria a acontecer com a vitória de Tancredo Neves via Colégio Eleitoral, em 1985, ou seja, a *transição pactuada*. Numa linha oposta a esta tendência, defendeu no artigo que o PMDB deveria chegar ao poder respaldado pelo “povo” e não pelo consentimento de “grupos espoliadores”. Só assim, segundo ele, a oposição chegaria ao poder com força para “romper com a dependência e desenvolver um Brasil brasileiro”. Concluiu afirmando que o consenso era “mais uma traição ao povo brasileiro”.

O jornalista Fernando Melo também fez críticas à tendência “consensualista”. Na sua coluna política, publicada no jornal *Gazeta do Sertão*, no dia 18 de dezembro, Melo afirmou que não havia mais motivos para acreditar que as diretas viriam na sucessão de Figueiredo. Ele afirmou isto dentro do contexto marcado por dois fatos citados por ele no texto: o primeiro foi a declaração de Humberto Lucena de que a partir de abril de 1984, após a votação da Emenda das Diretas, o PMDB deixaria de reivindicar as diretas e passaria a negociar mais amplamente com as “regras do jogo”. O segundo dizia respeito a ideia de que o Figueiredo planejava enviar ao Congresso Nacional um projeto de emenda constitucional restabelecendo eleições diretas para Presidência da República somente em 1991. Diante disso, Melo concluiu:

---

<sup>257</sup> Ivaldo Lucena. “Não há consenso!”, *Gazeta do Sertão*, 23/12/1983.

Portanto, vamos terminar o ano de 1983 com uma definição curta e grossa: as eleições para presidente da República em janeiro de 1985 serão pelo processo indireto, através do Colégio Eleitoral. Nada mais será acrescentado a não ser as negociações junto com as oposições no sentido de se buscar um candidato de consenso, tarefa por demais difícil, mas que servirá para enganar o povo por mais 12 meses<sup>258</sup>.

Fernando Melo demonstrava ter uma visão crítica da campanha pelas eleições diretas difundida pelos políticos da oposição burguesa. Em outra edição da sua coluna política chegou a afirmar: “confiar o destino do povo a determinados políticos profissionais é jogar no abismo as esperanças. O PMDB não deve fazer carnaval em favor das diretas, mas sim falar sério para que esse país deixe de ser dependente do capital estrangeiro”<sup>259</sup>.

De todo modo, o ano de 1984 começava a apontar e o movimento pelas eleições diretas passava cada vez mais a se constituir numa campanha organizada, supra-partidária e pluriclassista, dentro da qual diversos interesses atuaram. No dia 28 de dezembro, já se anunciava a vinda de Ulysses Guimarães para a Paraíba, para participar de manifestações em favor das eleições diretas que ocorreriam só depois de um mês, no dia 26 de janeiro. Dirigentes oposicionistas informaram também que, além de Ulysses Guimarães, viriam à Paraíba em campanha pelas diretas, em datas diferentes, o governador Leonel Brizola, o deputado Miguel Arraes, o presidente nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente nacional da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho. A Associação Paraibana de Imprensa, que teve uma importante atuação no movimento pró-Diretas no estado, para retirar qualquer tonalidade partidária de encontros desse gênero, ofereceu o seu auditório para sediar as futuras reuniões do movimento que já estava sendo denominado de “Frente de Mobilização pelas Eleições Diretas”<sup>260</sup>.

No final de 1983, o movimento pelas eleições diretas-já demonstrava também que tomava um caráter mobilizador de diferentes grupos e entidades sociais. No dia 30 de dezembro, o presidente da Comissão Organizadora do PDT na Paraíba, Antonio Jose Dantas, anunciou mobilização popular com vistas a campanha que seria realizada conjuntamente com o PMDB. Dantas afirmou que os partidos de oposição na Paraíba realizariam, no dia 02 de janeiro, uma nova reunião para planejamento da campanha,

---

<sup>258</sup> Fernando Melo. “Adeus às diretas”, *Gazeta do Sertão*, 18/12/1983.

<sup>259</sup> Fernando Melo. “84 – um abismo?”, *Gazeta do Sertão*, 31/12/1983.

<sup>260</sup> “Ulysses em João Pessoa dia 27”, *Gazeta do Sertão*, 28/12/1983.

que contaria com a presença de sindicatos, associações profissionais, associações de bairros, movimentos sociais, políticos, empresários, trabalhadores e o povo em geral<sup>261</sup>.

Relatou ainda, o líder do PDT paraibano:

Nesse encontro vamos eleger um Comitê, que será responsável pelo sucesso da campanha e que deverá contar com representantes de todos os segmentos da sociedade, porque o objetivo principal é o de mobilização das mais amplas camadas da população para a luta pela conquista das eleições diretas. [...] Sem uma luta firme e decidida contra a miséria e a opressão, não há perspectiva para o povo brasileiro.

Pode se observar no discurso de Dantas a articulação da luta pelas eleições diretas com a luta contra a “miséria e a opressão”, no sentido de um movimento de mobilização popular na resistência ao modelo econômico imposto pela ditadura. Por outro lado, enfatiza-se a ideia de um movimento pluriclassista, indicado na perspectiva de participação de empresários na campanha. Por fim, o pedetista demonstrou defender a linha da luta pelas diretas como caminho para uma *transição de ruptura*, não aceitando a sua instrumentalização para a tese do consenso. Nesse sentido, afirmou: “o Diretório Regional do PDT está conclamando os paraibanos para, em 1984, lutarem intransigentemente pela conquista das eleições diretas em todos os níveis e de todos os nossos mais elementares direitos”.

---

<sup>261</sup> “PDT lança campanha por eleições diretas na PB”, *Gazeta do Sertão*, 30/12/1983.

### CAPÍTULO III – O MOVIMENTO DIRETAS-JÁ NO ANO DE 1984: DO APOGEU À DERROTA

No ano de 1984, tivemos uma intensificação das lutas sociais em torno do movimento Diretas-Já na Paraíba. Nesse período, em nível nacional, a campanha passou a se massificar mais fortemente e o chamado *marketing* político associado ao poder financeiro dos governos controlados pela oposição burguesa viabilizaram a construção de enormes comícios, a ponto de um jornalista e publicitário da agência Exclam de publicidade declarar: “Vamos vender um produto que já tem mercado garantido”<sup>262</sup>.

Intensificava-se o processo de *passivização* do movimento pelas diretas-já. A campanha adentrou o ano de 1984 com esse processo em andamento. Não obstante, as tendências *anti-autocráticas* no seio do movimento não foram de todo eliminadas, pois os insanáveis conflitos e tensões provindos da luta de classes, acirrada naquele contexto histórico, se expressavam também no desenrolar do movimento pelas eleições diretas. Sobre essa *passivização* do movimento, Silva Junior fez a seguinte análise:

Se em 1983 a campanha representava uma oposição mais incisiva ao regime ditatorial, bastava fazer dela um movimento mais dócil frente ao governo, transformar uma mobilização estritamente política oposicionista em uma grande festa, meio que foi encontrado pela oposição burguesa para que a campanha não saísse fora de seu controle e que não se radicalizasse. O próprio carnaval, a produção em massa de confetes, slogans “animados”, a participação de vários artistas, atores e atrizes de renome nacional contribuíram para que o clima de festa fosse instaurado nas Diretas Já.<sup>263</sup>

A “mistificação” do movimento diretas-já ocorreu, como aponta Silva Junior, muito por meio das imagens que enfatizam a “festa cívica”. Essa imagem está ligada a esse processo de *passivização* do movimento que, ao fim e ao cabo, serviria para canalizar a insatisfação popular, gerada pela política econômica do regime, para um terreno controlado pela oposição burguesa, cujo projeto político-ideológico era a *institucionalização da autocracia burguesa*, ou seja, o desmonte do *cesarismo militar* sem alterações estruturais na ordem autocrática-burguesa brasileira. A resistência a esse processo viria das forças sociais ligadas aos grupos subalternos, cujo projeto político-ideológico se expressava no movimento por meio de reivindicações e práticas

<sup>262</sup> Palavras do publicitário Antonio de Freitas. Citado em LEONELLI e OLIVEIRA, op. Cit., p. 343.

<sup>263</sup> SILVA JUNIOR, Samuel, 2018, p. 198.

tendencialmente anti-autocráticas, ou seja, no sentido de encaminhar a construção de uma ordem realmente democrática no país.

### **3.1 Janeiro de 1984: atos públicos pró-Diretas na Paraíba**

O primeiro mês do ano de 1984 foi marcado pela intensificação dos conflitos sociais, econômicos e políticos em nível nacional e o estado da Paraíba se inseriu nesse contexto. O tema da sucessão presidencial se acirrava cada vez mais, tendo a disputa dentro do PDS se polarizado entre Paulo Maluf e Mario Andreazza, com algumas tentativas, sem muita força, de se construir uma terceira via através do vice-presidente Aureliano Chaves. Chegávamos ao ponto em que o general-ditador Figueiredo renunciava ao seu poder de coordenar a sucessão, jogando esta incumbência para o PDS. Nesse mês, Paulo Maluf e Andreazza encontraram-se em realização de intensa campanha ao longo do país, sendo que o primeiro investia em conchavos de bastidores e busca de alianças e apoios em troca de promessas de benefícios futuros e o segundo buscava utilizar os recursos econômicos que controlava no Ministério do Interior para angariar apoio dos grupos dominantes locais. Dentre os *indiretistas* paraibanos, as possibilidades de sucessão giravam em torno desses dois candidatos.

Por outro lado, a campanha pelas eleições diretas passava a se tornar algo muito maior do que havia sido em 1983, pois, a partir de 1984, os partidos da oposição realmente se lançam na realização de uma campanha massiva e nacional. O PMDB, sobretudo através do poder advindo dos governadores, passa a encaminhar a organização de enormes comícios, que seriam grandes marcos do movimento.

Em Campina Grande, o PMDB local se reuniu para anunciar a sua campanha por eleições diretas no dia 05 de janeiro. A Executiva Municipal do partido reuniu-se neste dia no plenário da Câmara Municipal, para tratar do problema da intensificação da campanha na cidade, em conjunto com outros partidos de oposição e vários segmentos da sociedade campinense. Nesta reunião, se acordou a iniciativa de tratativas para formação de um comitê para organizar a campanha. Por sugestão do diretoriano Hermano Nepomuceno, deveriam ser convidados a participar do comitê inclusive representantes do PDS que defendessem as eleições diretas, sendo que foi citado como exemplo o nome do deputado federal Tarcísio Burity, que, como vimos, utilizava a defesa das diretas como estratégia política pessoal. O vereador Márcio Rocha, que foi um dos mais ativos participantes dentro do comitê justificou assim a participação de

Campina Grande no movimento nacional: “Campina Grande é talvez a grande cidade do interior do Nordeste onde há um governo municipal de oposição, mais precisamente do PMDB. E por isso deve levar em consideração e dedicar maior atenção ao eleitorado oposicionista”<sup>264</sup>.

A reunião da qual saiu a decisão do PMDB campinense de iniciar a campanha local foi presidida pelo vereador Mario Araújo, presidente do Diretório Municipal do PMDB. Estiveram presentes o secretário-geral Jaime Clementino, o secretário Lindacy Medeiros, o vice-presidente Argemiro de Figueiredo Filho, o tesoureiro Hermano Nepomuceno, o vereador Márcio Rocha, além de outras pessoas ligadas ao partido. Ao final da reunião, ficou decidido que o PMDB campinense deveria iniciar uma intensa campanha, “ao lado de todos os segmentos da sociedade, em defesa das eleições diretas”. A intenção era contar com a participação do PT, setores jovens, movimentos femininos, intelectuais, jornalistas e entidades comunitárias. Seriam enviados convites a estes setores para que participasse da reunião de 17 de janeiro, na qual seria formada o Comitê pró-Eleições Diretas de Campina Grande.

O PT de Campina Grande recebeu o convite para se inserir no Comitê pró-Diretas formulado, como vimos, pela Executiva Municipal peemedebista. No dia 12 de janeiro, o PT local realizou a sua Convenção Municipal, ocasião em que foi eleito o novo Diretório. Durante a Convenção, cerca de 150 filiados presentes debateram o documento político do partido. Vejamos o conteúdo deste documento:

Reconhecendo que o país atravessa uma das mais graves crises econômicas da sua história e que, no plano político, o regime deixa à mostra suas debilidades e contradições, o PT conclama toda a classe trabalhadora de Campina Grande e do campo, além do povo em geral, para debaterem as propostas políticas do partido para a saída da crise e tendo como consequência as eleições diretas para a Presidência da República de 1985.<sup>265</sup>

Chama atenção, na conclamação realizada pelo PT campinense, que as eleições diretas para presidente da República, que é fixada explicitamente para 1985, e não para depois, é posta como uma consequência do debate e da luta realizada pela “classe trabalhadora”. Nesse sentido, observamos que, diferentemente do PMDB, partido hegemonizado pela oposição burguesa, o PT evitava utilizar termos abstratos como

---

<sup>264</sup> “PMDB de Campina Grande anuncia sua campanha por eleições diretas”, *Gazeta do Sertão*, 06/01/1984.

<sup>265</sup> “PT realiza convenção e elege seu novo Diretório”, *Gazeta do Sertão*, 13/01/1984.

“Nação” e buscava imprimir na luta pelas diretas um sentido no qual a classe trabalhadora fosse protagonista. Vejamos, agora, as propostas políticas aprovadas pela Convenção e divulgadas no documento:

- 1 – A luta contra o arrocho salarial, por aumento do salário real, contra o desemprego e pelo tabelamento de preços;
- 2 – A luta contra a Lei de Segurança Nacional, contra a Lei Anti-Greve e contra as leis repressivas;
- 3- A luta pela Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores;
- 4- A luta pela moratória unilateral da dívida, contra o FMI e pela nacionalização dos Bancos e dos monopólios;
- 5- A luta pela conquista imediata de eleições diretas para presidente da República, que exige do partido o início dos debates para a apresentação de uma candidatura própria<sup>266</sup>.

Vemos, portanto, que a luta pelas eleições diretas não aparece como um fim em si mesmo ou como algo a ser instrumentalizado como “força de barganha” para a “negociação” com setores governistas, como era a tese tancredista. Aqui, as eleições diretas fazem parte de um programa de reivindicações que constituem um projeto específico de “democratização” do país, no qual os grupos subalternos são tomados como agentes políticos protagonistas. Este projeto de democratização teria o poder de romper, processualmente, com a histórica forma de dominação *autocrática* da burguesia brasileira, que sob a ditadura militar alcançou seu mais alto grau de autoritarismo exercido contra as classes e grupos subalternos. Foi com este programa político que o Partido dos Trabalhadores de Campina Grande se inseriu na campanha pelas Diretas e ingressou no Comitê pró-Diretas articulado pelo PMDB. O presidente deste partido, Mario Araújo, esteve presente na Convenção petista, ocasião em que reconheceu o trabalho de conscientização política da classe trabalhadora e entregou o convite para que o PT fizesse se representar no Comitê.

Mário Araújo, que se tornaria o presidente do Comitê pró-Diretas campinense, defendia a articulação de amplos setores sociais e políticos na campanha que seria intensificada no início de 1984, até o mês de abril, quando a Emenda Dante de Oliveira seria votada. Em suas palavras, considerou:

a necessidade de que a reunião da próxima terça-feira, dia 17 de janeiro, com os demais organismos da sociedade, que também estão empenhados na democratização do país, seja a mais representativa possível,

---

<sup>266</sup> Idem.

pois a luta pelas eleições diretas, não é bandeira de um único partido, mas, sobretudo, de toda a comunidade, através dos seus sindicatos, de suas sociedades de amigos de bairros, suas diversas instituições<sup>267</sup>.

No início de 1984, começaram a ser formados comitês locais em diversas cidades do país, com o objetivo de integrar as instituições e os agentes políticos e organizar as ações da campanha pelas eleições diretas. Em Campina Grande, o PMDB local se reuniu em 17 de janeiro daquele ano para fundar o comitê pró-diretas da cidade. Este foi denominado “Comitê Teotônio Vilela”.<sup>268</sup> O órgão político que organizaria a campanha Diretas-Já na cidade era marcado por um caráter pluriclassista, como podemos observar no trecho de matéria jornalística que falou sobre uma das reuniões do recém-formado comitê, que ocorreu, como ficou de costume, no plenário da Câmara Municipal de Campina Grande.

A Coordenação do Comitê “Teotônio Vilela” pró-eleições diretas reúne-se hoje, à noite, no Plenário da Câmara Municipal, a partir das 20 horas, para discutir a elaboração de um Plano de Trabalho com vistas à Campanha pelas eleições diretas em Campina Grande. O comitê foi criado na última terça-feira, em reunião no Plenário da Câmara Municipal que contou com a presença de mais de trinta entidades da comunidade campinense, entre os partidos políticos da oposição (PMDB e PT), associações de servidores públicos, sindicatos de trabalhadores, sociedades de amigos de bairros e diretórios estudantis. A Coordenação do Comitê ficou a cargo das entidades gerais, que na oportunidade, estavam assim representadas: PMDB – vereador Mário Araújo; PT – Idalmo da Silva; INTERSINDICAL – Ivan Freire; FASPEP – Felix Araújo Sobrinho; UCES – União Campinense de Equipes Sociais – Rômulo José Gouveia; UNIÃO DOS VEREADORES DA PARAÍBA – Lindaci Medeiros; DCEs da UFPB e URNE, representados por Ricardo Padilho e Francisco Leite, respectivamente, ainda pela Coordenação do Clube de Mães – Gladys Cabral da Cruz.<sup>269</sup>

A composição social da coordenação do *Comitê Teotônio Vilela* em Campina Grande indica o duplo caráter do movimento por eleições diretas, isto é, um movimento que foi progressivamente controlado pela oposição burguesa autocrática/anticesarista, mas no qual, ao mesmo tempo, atuaram entidades e representantes dos segmentos sociais subalternos. Além dessas entidades citadas, nas reuniões do Comitê, assinaram

<sup>267</sup> “Diretório do PMDB vai se reunir hoje”, *Gazeta do Sertão*, 13/01/1984.

<sup>268</sup> O nome do Comitê foi escolhido em homenagem ao poeta, jornalista, empresário e político alagoano Teotônio Brandão Vilela Filho, que falecera no dia 27 de novembro de 1983. Ele ficou conhecido como o Senador das Diretas, por ter sido um dos primeiros políticos a falar na ideia de um movimento em favor deste modelo de eleição. Na verdade, Teotônio Vilela tinha pouco tempo como opositor, pois deixou a ARENA, partido do regime, apenas em 1979, para ingressar no MDB e, posteriormente, filiar-se ao PMDB. Foi um proprietário de terras e usineiro. Esse nome também figurou em vários outros comitês pró-diretas pelo país.

<sup>269</sup> *Diário da Borborema*, 20 de janeiro de 1984, “Comitê elabora hoje calendário de mobilização popular em CG”, p. 2.

disposição de lutar pelo restabelecimento do pleito direto em todos os níveis: Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba, campus II; Associação dos Funcionários da UFPB; União dos Servidores em Assembleia Legislativa da Paraíba; Federação das Associações de Servidores Públicos do Estado da Paraíba; Movimento Feminino do PMDB; Setor Jovem do PMDB; Sindicato das Indústrias Urbanas da Paraíba; Sindicato dos Comerciários; SABs de Santa Rosa, São José, Quarenta, Catolé, Jardim Tavares, Sandra Cavalcante; Confederação de Moradores do Brasil; Centro Acadêmico Sobral Pinto; Centro Universitário de Estudos em Geociências; Diretório Acadêmico de Medicina; Diretório Acadêmico XI de Agosto; Diretório Acadêmico 13 de Maio<sup>270</sup>.

Com a presença de mais de 100 pessoas, debates e apresentação de propostas o Comitê campinense pró-Diretas foi formado nesse encontro. Chama atenção a presença e participação do prefeito da cidade, Ronaldo Cunha Lima, e do vice-prefeito Antônio Carvalho Souza, o que nos mostra que a prefeitura de Campina Grande, além da Câmara Municipal, que haviam sido conquistadas pelo PMDB nas eleições de 1982, foram instituições importantes para a intensificação da campanha em nível local. Este fato corresponde, em nível menor, ao que aconteceu com relação ao papel exercido pelos governadores das oposições em seus estados, onde o poder do governo estadual foi primordial para a realização material e política dos comícios pelas diretas.

Durante a reunião de formação do Comitê, foi aprovada a constituição de três comissões de trabalho: Finanças, Divulgação e Imprensa e de Mobilização. Já nesse encontro foi aprovada também pelo Comitê uma Moção de Protesto contra a Intervenção do Ministério do Trabalho no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santarém (PA) e contra a impugnação da Chapa 2 do Sindicato de Metalúrgicos de São Caetano do Sul<sup>271</sup>.

Além disso, os membros da executiva local do PMDB de Campina Grande ficaram incumbidos, segundo documento apresentado pelo vereador Márcio Rocha, do seguinte:

- a) Mobilizar todos os seus filiados e políticos de outros partidos para se integrarem efetivamente na campanha pelas diretas e sugerindo atividades, dentre as quais podem se destacar reuniões nos locais de moradias; b)

<sup>270</sup> *Diário da Borborema*, 19 de janeiro de 1984. “Comitê Teotonio Vilela vai traçar atividades pró-diretas”.

<sup>271</sup> “Criado o Comitê Pró-Eleições Diretas”, *Gazeta do Sertão*, 19/01/1984.

comprometer filiados e parlamentares do partido com contribuições financeiras para a Campanha; c) autorizar a executiva local a formar as comissões necessárias<sup>272</sup>.

Foram criados comitês pró-diretas em outras cidades da Paraíba, tanto no Sertão do estado quanto na capital João Pessoa; estes foram os principais órgãos responsáveis pelas realizações de atos políticos pelas eleições diretas-já no estado.

Por outro lado, ao passo que a campanha por eleições diretas para eleger o sucessor de Figueiredo tomava grandes proporções no Brasil e também na Paraíba, os grupos *indiretistas* buscavam meios de tentar barrar o avanço deste. Um dos meios mais utilizados era a tentativa de construir uma imagem negativa sobre o movimento e, ao mesmo tempo, reafirmar que as “regras do jogo” já estavam definidas e que o Colégio Eleitoral era a instituição legítima por onde deveria ser eleito o próximo presidente. Nessa linha se expressou o deputado federal paraibano e relator da Emenda Dante de Oliveira, Ernani Sátiro, no início de janeiro de 1983, dizendo: “o Colégio Eleitoral já está definido e o povo já votou em novembro sabendo que estava votando em deputados e senadores que seriam delegados a esse colégio. Já que nós temos a maioria nesse colégio não devemos correr o risco de uma eleição direta”. Em seguida, Sátiro assumiu que o PDS provavelmente perderia, caso a eleição ocorresse pelo voto direto, argumentando dessa maneira: “perderíamos porque aí aconteceria uma decisão plebiscitária, onde o presidente da República seria responsabilizado pela crise. As oposições se reuniriam e explorariam as dificuldades que o país atravessa. Seria uma tarefa realmente revanchista”.<sup>273</sup>

O deputado estadual pedessista Múcio Sátiro, pecuarista, pertencente ao grupo familiar-oligárquico comandado por Ernani Sátiro, seguia essa linha de discurso. Aproveitando para citar o manifesto subscrito por parte dos congressistas favorável à permanência do pleito indireto, o deputado investiu contra o movimento pelas diretas, reproduzindo as palavras que Figueiredo utilizara para deslegitima-lo.

Não vejo porque manifestar-se contrário às indiretas, quando o próprio Chefe da Nação, em pronunciamento de fim deste ano e já reafirmando, disse que o processo em torno das diretas estava tomando caráter perturbador. Esse pensamento deve prevalecer entre todos os partidários pedessistas e só dessa

---

<sup>272</sup> “PMDB define campanha pelas eleições diretas”, *Jornal da Paraíba*, 18/01/1984.

<sup>273</sup> “Evaldo: '84 será um bom ano político”, *Gazeta do Sertão*, 03/01/1984.

forma se poderá evitar divergências. Partiremos unidos para fazer o sucessor o presidente João Figueiredo<sup>274</sup>.

Já o governador Wilson Braga buscava ser mais diplomático do que o deputado federal Ernani Sátyro e o deputado estadual Múcio Sátyro. Eleito governador pelo voto direto, Braga percebia que seria extremamente impopular um discurso seu de apoio às eleições indiretas. Por outro lado, não estava disposto a se posicionar contrário aos ditames do governo militar, nem tampouco abrir mão de seu alinhamento político com o ministro do Interior Mário Andreazza, a quem apoiava como presidenciável. Diante desse cenário, Braga investiu em um apoio retórico às eleições diretas. Isto é, o governador se declarava favorável às diretas, todavia, defendia que o processo de “abertura” deveria ser controlado e dirigido pelo presidente Figueiredo, portanto, as eleições diretas só poderiam vir caso o governo assim desejasse. Nesse sentido, um movimento popular que reivindicasse as diretas, na concepção de Braga, não era algo positivo.

Ao longo do mês de janeiro, os adeptos da luta por eleições diretas buscaram publicizar suas visões e propostas acerca do processo em andamento. Nesse sentido, o deputado estadual José Luiz, vice-líder do PMDB na ALPB, declarou:

A eleição direta não é apenas uma bandeira do PMDB, mas uma reivindicação de todas as forças trabalhadoras deste país, voltadas que estão para o interesse da plena redemocratização nacional. A Nação exige esse passo histórico, porque acredita que somente assim o país possa sair desta crise, não a curto prazo, mas a um caminho reto e definitivo. O que não se pode é continuar mantendo esta instabilidade. O povo não suporta tanta injustiça, e o custo de vida, a inflação representam mais um passo para que este povo venha às ruas defender a legítima passagem da democracia pelos canais competentes, através o processo direto e escolha do seu representante maior<sup>275</sup>.

O deputado estadual Edme Tavares (PDS) também defendeu o restabelecimento do pleito direto para presidente da República, afirmando que “o direito de votar é sagrado e faz parte o exercício da cidadania”. O deputado, percebendo a popularidade que o tema da eleição direta alcançava, buscou também promover a sua imagem se associando ao voto popular:

---

<sup>274</sup> “Aécio admite Aureliano como candidato de consenso”, *Gazeta do Sertão*, 07/01/1984.

<sup>275</sup> “José Luiz: ‘queremos eleições diretas’, *Gazeta do Sertão*, 08/01/1984.

sou povo e ao povo devo servir. Se a aspiração popular é o voto direto, negar esse direito é contrapor-se à vontade soberana e livre de manifestação coletiva. A urna mete medo a quem não tem intimidade com ela. Sou homem de quatro mandatos eletivos e, com orgulho, eleito pelo povo<sup>276</sup>.

Todavia, não passava do uso do apoio retórico às eleições diretas com o objetivo de se beneficiar da popularidade do tema. O mesmo Edme Tavares, na votação da emenda Dante de Oliveira, se ausentou do Plenário do Congresso Nacional, junto com a maioria dos pedessistas, como estratégia para derrotar a proposta de restabelecimento do voto direto.

Já o senador Humberto Lucena (PMDB) continuava a ser um dos opositoristas mais recorrentes na defesa das diretas. Em janeiro de 1984, o parlamentar intensificou o seu discurso contrário às tendências dentro do PMDB que enfatizavam a negociação e o consenso com os governistas naquele momento. Para Lucena, o partido deveria focar apenas na luta pelas eleições diretas e só avaliar a participação em um pleito via Colégio Eleitoral em último caso. Afirmou o parlamentar paraibano:

Nós todos do PMDB estamos diante de um compromisso formal, inclusive com o partido. Foi uma decisão numa reunião do Diretório Nacional, e por unanimidade, lançando a campanha das diretas. Então, eu acho que qualquer palavra, qualquer gesto neste instante, que acene com a possibilidade de uma participação nossa no pleito indireto, enfraquece realmente a mobilização popular pelas diretas, em que estamos empenhados. [...] No momento, não devemos tecer nenhuma consideração a respeito do Colégio Eleitoral, nem de eleição indireta. Todo o nosso empenho tem que ser pela eleição direta. Na medida em que nós defendemos com unhas e dentes o pleito direto para presidente, não devemos admitir uma avaliação sobre qualquer outra hipótese, porque do contrário nós não estaremos acreditando no pleito direto. Se nós acreditamos numa campanha, temos que acreditar nos seus resultados<sup>277</sup>.

Apesar da investida contra a tendência “ultra-moderada” dentro do PMDB que defendia a negociação com o governo como estratégia, Humberto Lucena não negava uma possível disputa do partido via eleição indireta. Mas, o líder da bancada peemedebista no Senado Federal, entendia que essas divergências internas do partido poderiam enfraquecer a mobilização em torno das diretas. Caso o movimento se enfraquecesse, os governistas sairiam fortalecidos e a ascensão do PMDB ao Executivo Federal ficaria mais distante. Humberto Lucena, aliás, buscava aumentar sua popularidade não só localmente, considerando que já havia se lançado candidato ao

<sup>276</sup> “Edme: ‘o povo quer eleições diretas para decidir seus destinos’”, *Gazeta do Sertão*, 08/01/1984.

<sup>277</sup> “Lucena não admite candidatura de consenso para Presidência”, *Gazeta do Sertão*, 10/01/1984.

governo estadual nas próximas eleições, mas também nacionalmente. Nesse sentido, o PMDB da cidade de Cajazeiras-PB chegou até mesmo a lançar o nome de Humberto Lucena para vice-presidente nas eleições diretas. O lançamento aconteceria no dia 21 de janeiro, quando da manifestação pró eleições diretas naquela cidade. O deputado estadual José Aldemir afirmou que apoiava o nome de Lucena para a vice-Presidência em uma possível disputa presidencial pelo voto direto, afirmando que o senador tinha condições de fazer parte da chapa presidencial “pelo seu dinamismo trabalho eficaz no Senado da República, como líder duas vezes consecutivas, o que prova suas qualidades hoje reconhecidas por toda a Nação brasileira”. Aldemir se afirmou otimista com a candidatura e esperava que a Paraíba inteira se incorporasse a esse movimento, levando o propósito ao conhecimento da Executiva Nacional do PMDB<sup>278</sup>.

Outro parlamentar paraibano que se destacava na campanha pelas eleições diretas, pertencente também ao campo da oposição burguesa, era o deputado federal Aluísio Campos. No comício pró-diretas, realizado em Curitiba-PR, no dia 12 janeiro, Campos foi escolhido para participar, representando o PMDB paraibano. Na verdade, Humberto Lucena é que estaria cotado para participar do comício, porém, como não pôde se fazer presente, foi substituído por Aluísio Afonso Campos. Todavia, a principal missão do deputado paraibano em Curitiba seria fortalecer os contatos com o deputado Ulysses Guimarães, os governadores Franco Montoro e Tancredo Neves, além de outros oposicionistas, convidando-os para participarem do comício que estava sendo planejado para ser realizado no dia 27 daquele mês na capital paraibana. Campos, nesse sentido, afirmou: “nós queremos que a Paraíba também dê o seu grito de alerta ao país, demonstrando que o seu povo está a favor das eleições diretas para a Presidência da República”. Sobre o comício de Curitiba, o político paraibano concluiu: “a campanha por eleições diretas, lançada pelo PMDB, em Curitiba, já é uma realidade no país. Ela vai de encontro às aspirações do povo brasileiro, que está ansioso para escolher o seu presidente da República”. Classificou ainda o comício de Curitiba como “uma apoteose jamais vista na história da política brasileira, com todos os partidos de oposição e povo nas ruas clamando por eleições diretas”<sup>279</sup>.

Por outro lado, o deputado Ernani Sátyro realizou críticas ao comício organizado pela oposição em São Paulo, no dia 25 de janeiro. Afirmou que não seriam reuniões

---

<sup>278</sup> “PMDB lançará Humberto para vice”, *Gazeta do Sertão*, 11/01/1984.

<sup>279</sup> “Aluísio vê sucesso na campanha pelas diretas”, *Gazeta do Sertão*, 15/01/1984.

públicas que conduziriam à modificação da Constituição. Buscou também resumir a campanha das Diretas a um “movimento demagógico”, que só estava sendo realizado porque, segundo afirmou, a oposição possuía nas mãos governos estaduais, prefeituras e artistas dos mais destacados. E concluiu atacando o governador de São Paulo, dizendo: “Franco Montoro fez as mais injustas acusações a Maluf e, no entanto, o Governo de São Paulo está à frente do movimento pelas eleições diretas, certamente abrindo as burras do Estado para financiar esse movimento demagógico”<sup>280</sup>.

### 3.1.1 O “comício-gigante” de 26 de janeiro em João Pessoa

O primeiro grande comício pró-Diretas na Paraíba ocorreu no dia 26 de janeiro de 1984, na cidade de João Pessoa, capital do estado. Naquela conjuntura, a campanha das Diretas estava alcançando seu auge, sobretudo com a realização do “comício-gigante” em São Paulo, no dia anterior, no qual cerca de 400 mil pessoas participaram. A oposição burguesa havia assumido definitivamente a direção do movimento, que teve seu sentido cada vez mais enfatizado na questão da “festa cívica” enquanto que as tendências voltadas a um projeto de democratização mais radical e dirigido pela classe trabalhadora e setores subalternos da sociedade foram sendo subordinados ao esquema de “negociação” e “transição pactuada” que teria como corolário a *institucionalização da autocracia burguesa*.

O comício de João Pessoa foi realizado na noite do dia 26 de janeiro, e esperava-se a participação de cerca de 20 mil pessoas. Todavia, segundo a declaração do ex-governador Pedro Gondim e um dos oradores no comício, poderia comparecer um número maior ainda. Para Gondim, o que atrapalhava a realização de um evento com mais pessoas ainda era a falta de recursos financeiros. “Temos a melhor motivação democrática que é o ato em si, mas, infelizmente, faltam recursos para uma mobilização de maior alcance”, alegou.

Dentre as “personalidades” opositoristas mais conhecidas nacionalmente, destacaram-se a presença do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, do deputado Freitas Nobre e do senador Humberto Lucena do mesmo partido; Doutel de Andrade, presidente do PDT; Luís Inácio Lula da Silva, presidente do PT; a economista Maria Conceição Tavares e a atriz Bruna Lombardi, entre outras<sup>281</sup>. Os artistas, nesse

<sup>280</sup> “Ernani Satyro vê o movimento pró-diretas um ato demagógico”, *Gazeta do Sertão*, 27/01/1984.

<sup>281</sup> “Comício pró-eleição direta será hoje em João Pessoa”, *Diário da Borborema*, 26/01/1984.

momento da campanha, tinham sempre destaque nas divulgações dos comícios. Para este ato, foram divulgados, além de Bruna Lombardi, a participação de Carlos Alberto Ricelli, Ruth Escobar, Martinho da Vila e Beth Mendes<sup>282</sup>. Eram aguardados também os cantores Chico Buarque e Fafá de Belém. Apesar dos convites para se fazerem presentes ao comício, o governador Wilson Braga e o deputado Tarcísio Burity alegaram que não compareceriam por razões partidárias. Ulysses Guimarães, em entrevista coletiva cedida antes do comício, encontrava-se ainda tomado pela emoção do comício da Praça da Sé, em São Paulo, realizado no dia anterior. Nesse sentido, afirmou: “foi a tomada da Bastilha, do cárcere e dos carcereiros, dos que teimam em insistir pela eleição indireta e cassar a vontade do povo”.

Ao comício, realizado na Lagoa do Parque Solon de Lucena, segundo cálculo dos repórteres e dos organizadores, compareceram cerca de 20 mil pessoas. Recebeu destaque na imprensa o fato de que as esperadas atrações constituídas pelos “astros da música popular brasileira e da televisão” terminaram não aparecendo. Não conseguimos encontrar indícios do motivo do não comparecimentos dos artistas mencionados na divulgação. O deputado estadual do PDS paraibano Múcio Sátyro, um dos mais apegados à defesa das eleições indiretas aproveitou para atacar o movimento, dizendo que o PMDB estava “ludibriando o povo, dizendo que vai trazer artistas de renome nacional para abrilhantar os comícios, quando na verdade não aparece ninguém”<sup>283</sup>. De todo modo, podemos perceber que a presença dos artistas nos comícios das Diretas-Já era um elemento fundamental para se considerar o sucesso ou não dos atos públicos. Esta era uma das principais características do formato do “comício-monstro”, que marcou a campanha nacionalmente, no qual enfatizava-se padrões como “festa cívica”, “manifestação ordeira” etc. Lembramos que este padrão de movimento foi estabelecido pela direção exercida pela oposição burguesa, que, como discutimos, projetava uma campanha controlada, “pacificada”, “moderada”, pois, não era do seu interesse que a insatisfação dos setores subalternos da sociedade radicalizasse a campanha no sentido de fortalecer o caminho da *transição de ruptura* com o regime ditatorial-militar e o possível encaminhamento de um processo de superação do Estado autocrático-burguês.

Como os artistas de “renome nacional” não compareceram, a parte do “show” ficou por conta de violeiros, que improvisaram versos contra o aumento da gasolina, a

---

<sup>282</sup> “Mais de mil campinense vão participar de comício em JP”, *Diário da Borborema*, 26/01/1984

<sup>283</sup> “Para Múcio, o PMDB está enganando o povo”, *Gazeta do Sertão*, 29/01/1984.

inflação e a dívida externa brasileira. A matéria do jornal *Diário da Borborema* deu destaque a presença de faixas no comício que pediam a legalização do Partido Comunista do Brasil. Fato que nos confirma que, apesar do controle da oposição burguesa, as oposições de esquerda estavam presentes nos comícios da campanha<sup>284</sup>. A matéria destacou ainda que, dentre os mais de 30 oradores, a maioria eram representantes de entidades sindicais e comunidades de bairro. Os discursos foram transmitidos por emissoras da capital, além de uma rádio do alto sertão paraibano. Entre os oradores destacados estiveram Ulysses Guimarães, Freitas Nobre, Francisco Julião, Doutel de Andrade, Miguel Arraes, Eduardo Jorge. Segundo o jornal, um dos discursos mais aplaudidos da noite foi o do líder do PT, Lula.

O comício de João Pessoa do dia 26 de janeiro de 1984 teve diferentes repercussões. O líder do PMDB na Assembleia Legislativa da Paraíba, José Fernandes de Lima, mostrou-se satisfeito com o ato público realizado. Segundo ele, excedeu as expectativas, pois “estiveram presentes entre 15 a 20 mil pessoas”. Fernandes disse ainda que a “campanha é necessária para conscientizar o povo brasileiro da importância de uma eleição direta para presidente”. Respondeu ainda às críticas dos *indiretistas* acerca da ausência dos artistas divulgados: “o fato do PMDB ter anunciado a presença de artista, e de última hora saber que esses artistas não puderam comparecer, não tirou o mérito do ato público”; e argumentou que “a grande massa continuou, mesmo sem as presenças dos artistas, até o final do último pronunciamento”. Fernandes concluiu defendendo que somente com eleições diretas o Brasil teria instrumentos, respaldados pela “Nação”, de mudar a política econômica em favor de “uma melhoria para todos”<sup>285</sup>.

Já o deputado Nilo Feitosa, vice-presidente da ALPB, ao defender as eleições indiretas afirmou que “as oposições não acreditam na concretização das eleições diretas nesta sucessão do presidente Figueiredo, uma vez que o Planalto e o próprio PDS já tomaram posição a favor das indiretas, o que impede qualquer reação no Congresso Nacional”. Em seguida, o deputado afirmou que não acreditava que as oposições pudessem alcançar o objetivo do restabelecimento do voto direto para presidente com esse movimento público e defendeu a legitimidade do Colégio Eleitoral<sup>286</sup>.

---

<sup>284</sup> “Milhares de pessoas participam do comício pró-eleições diretas”, *Diário da Borborema*, 27/01/1984.

<sup>285</sup> “José Fernandes: ‘conscientizamos o povo’”, *Gazeta do Sertão*, 29/01/1984.

<sup>286</sup> “Nilo: ‘as oposições agem corretamente’”, *Gazeta do Sertão*, 29/01/1984.

O vereador Derivaldo Mendonça (PMDB-CG), mesmo sendo oposicionista, criticou a organização do comício. O motivo é que ele acreditava que os organizadores deixaram de prestigiar políticos locais, dando preferência a “figuras menores do resto do país”. Mendonça demonstrou revolta sobretudo pelo fato de que, segundo ele, o deputado Raymundo Asfora e o prefeito Ronaldo Cunha Lima tiveram pouco tempo para falar. Para o vereador, deveriam falar o deputado Ulysses Guimarães, o petista Lula, o deputado Freitas Nobre, sendo que os demais teriam quer ser “prata da casa”. Concluindo, Derivaldo Mendonça alegou:

quando liderei a bancada do meu partido na Câmara Municipal, enfrentei momentos difíceis, gritando e protestando contra o regime de força que estava implantado. Hoje, o que vimos é o espaço ser cedido a outros que mesmo agora, com o processo de abertura política, nada dizem, porque têm medo de falar, enquanto que nós somos desprezados. Por tudo isso, não podemos ficar satisfeitos<sup>287</sup>.

O Comitê pró-Diretas de Campina Grande esteve presente no ato de João Pessoa, segundo relato do jornal *Gazeta do Sertão*:

Campina Grande se fez presente ao grande comício de ontem à noite, em João Pessoa, promovido pelas oposições, em defesa das eleições diretas no país. O prefeito Ronaldo Cunha Lima falou em nome dos campinenses e, também foi lido um manifesto do Comitê Teotônio Vilela pró-Eleições Diretas. Às 16:30 horas, dois ônibus da empresa Viação Cabral, fretados pelo comitê, deixaram Campina Grande, saindo de frente de Câmara Municipal, levando cerca de 90 pessoas, integrantes do movimento. Inúmeros veículos particulares também deixaram esta cidade em destino à capital. Alguns vereadores do PMDB também se fizeram presentes ao comício.<sup>288</sup>

De acordo com outra matéria que se referiu à participação da caravana organizada pelo Comitê pró-Diretas de Campina Grande no comício de João Pessoa, este grupo seria composto por mais de mil pessoas que foram à capital em ônibus fretados e em carros particulares. Foi preparado um manifesto pelo comitê para ser lido no palco do comício, pelo prefeito Ronaldo Cunha Lima ou pelo vereador Mário Araújo, presidente do órgão. Vejamos o conteúdo desse manifesto em sua íntegra.

Ao povo campinense

Toma conta de todo o país a campanha nacional pelas eleições diretas para presidente da República e em todos os níveis. Em todo o Brasil, realizam-se atos públicos, passeatas, eleições simuladas, mobilizando milhares e milhares de brasileiros. Foi assim em Curitiba, Salvador e São Paulo e em dezenas de

<sup>287</sup> “Oposicionista faz crítica ao comício”, *Gazeta do Sertão*, 29/01/1984.

<sup>288</sup> “Campina presente ao comício Pró-Diretas”, *Gazeta do Sertão*, 27/01/1984.

idades brasileiras. Isto demonstra que as eleições diretas são a grande aspiração democrática da Nação, que há mais de 20 anos não elege o seu presidente.

Em 09 de abril deste ano, estará sendo discutida e votada a emenda do deputado Dante de Oliveira que reestabelece as eleições diretas para presidente da República. A nação deve estar atenta e mobilizada para assegurar que o Congresso Nacional aprove com dois terços esta emenda.

E por que eleições diretas?

O povo brasileiro tem a consciência que foram os sucessivos governos militares ilegítimos que levaram o país à mais grave crise de sua história. O resultado aí está: fome, desemprego, carestia, deterioração das condições de vida e de trabalho do povo (sem saúde, sem escolas, sem habitação, sem transportes) e o agravamento da nossa dependência externa, com a perda da soberania nacional, por força do Fundo Monetário Internacional em nossa economia.

Enquanto isso, tenta-se impor à Nação de 120 milhões de brasileiros e 50 milhões de eleitores, um “presidente” escolhido por um Colégio Eleitoral espúrio, composto apenas por 736 pessoas, o qual não representa a sociedade brasileira como um todo.

Sabemos que as soluções definitivas pra os problemas que afligem a grande maioria do nosso povo, não virão apenas com a realização de eleições. Entretanto, a eleição direta do presidente da República se constituirá em um passo adiante fundamental para a conquista da Democracia e para a abertura de caminhos rumo à construção de uma sociedade justa e de um país livre, democrático e soberano.

CAMPINA GRANDE está presente na luta pelas eleições diretas através do Comitê “Teotônio Vilela”. Dele participam partidos políticos, entidades sindicais, estudantis e populares, associações de servidores públicos, etc. **JUNTOS HAVEREMOS DE CONQUISTAR AS ELEIÇÕES DIRETAS, PROSSEGUINDO ATÉ A CONCRETIZAÇÃO DAS MUDANÇAS QUE VENHAM AO ENCONTRO DAS ASPIRAÇÕES NACIONAIS**<sup>289</sup>.

Podemos observar no manifesto do comitê pró-Diretas de Campina Grande a concepção do movimento enquanto um “anseio” da “Nação”, do “povo” brasileiro, o que corresponde à tendência mais forte de encaminhar uma diluição das pautas das classes trabalhadoras que se inseriam no movimento. Ou seja, as eleições diretas são apresentadas como uma bandeira da “Nação” e não do “povo trabalhador” ou dos “grupos subalternos”, daqueles que eram prejudicados pela política econômica da ditadura do grande capital. Nesse sentido, o sujeito protagonista do movimento e da luta pelas diretas é tomado como uma abstração: a “Nação”. Mas esta “Nação”, na concretude da realidade social, corresponde aos interesses materiais e políticos das frações de classe dominante brasileiras representados pela oposição burguesa. Os interesses desses setores sociais específicos eram apresentados, ideologicamente, como

<sup>289</sup> “Mais de mil campinenses vão participar do comício em JP”, *Diário da Borborema*, 26/01/1984.

interesses gerais da “Nação”. Por outro lado, não podemos dizer que as classes trabalhadoras estavam passivas diante desse processo, pois a crítica ao modelo econômico da ditadura e suas consequências (fome, desemprego, carestia, deterioração das condições de vida e de trabalho), que constituíam a realidade concreta desses setores sociais, foram colocados em pauta ao lado da luta pelas Diretas.

### 3.1.2 Os “Comícios-relâmpago” em Campina Grande

Ainda no mês de janeiro, o Comitê “Teotônio Vilela” de Campina Grande realizou o seu primeiro “comício relâmpago pró-eleição direta”. O ato aconteceu no calçadão da rua Cardoso Vieira, estando presentes os representantes dos partidos políticos de oposição, PMDB e PT, assim como, os dirigentes das associações comunitárias, sindicais e estudantis que foram ao Comitê. Félix Araújo Sobrinho, que era um membro do órgão e secretário da FASPEP (Federação das Associações dos Servidores Públicos do Estado da Paraíba), fez a seguinte leitura naquele momento: “o movimento nacional pelas eleições diretas vem tomando corpo em todo o país, basta avaliar as grandes manifestações de Curitiba, Salvador, João Pessoa e a de São Paulo”. Em seguida, apontou que através das eleições diretas para presidente da República “os caminhos serão abertos para a saída da profunda crise econômica que se abate sobre a nação, notadamente, sobre aqueles que produzem as riquezas do nosso país”<sup>290</sup>.

Nesse contexto, o Comitê campinense começou a indicar que seria realizado um grande comício na cidade na primeira quinzena de fevereiro, com a busca pela participação dos chamados “grandes líderes políticos nacionais e outras personalidades”. O vereador Mário Araújo (PMDB-CG) argumentava que a cidade merecia atenção dos opositoristas em nível nacional, em razão de ter demonstrado o seu apoio às ideias opositoristas. Mário Araújo embasou seu argumento na “eleição simulada” realizada pelo jornal *Gazeta do Sertão*, no dia 28 de janeiro, no Calçadão de Campina Grande, na qual 750 campinenses votaram para presidente da República. Destes, 194 votos foram para Ulysses Guimarães, que ficou em primeiro lugar<sup>291</sup>.

O Comitê pró-Diretas de Campina adotava a estratégia dos “comícios-relâmpagos” no sentido de aglutinar mobilização para o “grande comício” que seria

<sup>290</sup> “Comício relâmpago pró-eleição direta hoje em Campina Grande”, *Gazeta do Sertão*, 28/01/1984.

<sup>291</sup> Em seguida, vieram Maluf (92 votos), Andreazza (91), Brizola (72), Tancredo Neves (67), Aureliano Chaves (43), Franco Montoro (35), Marco Maciel (34), Lula (19), Hélio Beltrão (13), Miguel Arraes (11), Mário Juruna (08), Luiz Carlos Prestes (08), Antonio Ermirio de Moraes (06), Marcos Freire (06), Ronaldo Cunha Lima (03), Iris Rezende (02).

realizado. Nesse sentido, ao longo da semana seriam realizados esses comícios nos bairros da cidade e na Feira Central. Mais de 50 mil cópias do manifesto elaborado em defesa as eleições diretas seriam distribuídas pela cidade. A Comissão de Finanças, diante dessas tarefas, encontrava-se em plena atividade angariando recursos para o desenvolvimento dos trabalhos. Segundo a reportagem, seriam criados “pedágios” nas ruas da cidade, a fim de conseguir dinheiro necessário ao financiamento de todas as atividades do Comitê<sup>292</sup>.

**Figura 01.** Atividade do Comitê pró-Diretas “Teotônio Vilela”, em Campina Grande-PB.



Fonte: *Gazeta do Sertão*, 31/01/1984.

Na foto acima, reproduzida na reportagem do jornal *Gazeta do Sertão*, temos uma representação das atividades públicas realizadas pelo Comitê pró-Diretas de Campina Grande, no final de janeiro de 1984. Nesse mês, começaram a ser realizados os chamados “comícios-relâmpago”. Provavelmente, na foto estava sendo realizado esse tipo de ato político, no qual os militantes, em geral membros dos partidos políticos de oposição e/ou ligados às entidades classistas e estudantis, buscavam difundir a reivindicação pelas eleições diretas, através de diferentes meios: faixas, cartazes, panfletos, slogans, músicas, palavras de ordem gritadas coletivamente, discursos etc. Na faixa exibida no centro da imagem há a inscrição em destaque: “Diretas Urgente! O povo nas ruas exige”. O termo “urgente” faz referência a reivindicação das eleições

<sup>292</sup> “Comitê pró-diretas fará grande comício em Campina”, *Gazeta do Sertão*, 31/01/1984.

diretas para o sucessor de Figueiredo, pois, como vimos, muitos políticos se diziam favoráveis às diretas, mas as colocava como algo para o futuro. A utilização da frase “O povo nas ruas exige” demarca a ideia amplamente difundida da campanha pelas Diretas como uma mobilização popular e eminentemente urbana, na qual os atos mais importantes se davam nas ruas das cidades. Não há a informação sobre em que local da cidade a foto foi registrada, porém, podemos inferir, pelo formato da rua e pelas características das construções, que a manifestação ocorreu nas ruas do centro de Campina Grande, local onde aconteciam os principais atos políticos, mais precisamente no cruzamento entre a avenida Floriano Peixoto e a rua Maciel Pinheiro.

### **3.2 Fevereiro de 1984: Avanço da campanha Diretas-Já**

Ao longo do mês de fevereiro de 1984, o movimento por eleições diretas foi bastante intensificado na Paraíba. O cenário econômico era marcado pela incapacidade de superação da crise por parte do governo militar. Os índices da inflação cresciam cada vez mais. Por parte das classes empresariais paraibanas, o cenário e a política econômica recessiva do governo eram percebidos também com negatividade, como podemos observar no discurso do empresário e vice-governador José Carlos. Na ocasião em que discursou para empresários paraibanos, na festa de entrega de certificados aos 100 maiores contribuintes da Paraíba em 1983, realizada no dia 25 de fevereiro, o vice-governador apontou:

Todos nós, empresários e executivos, ficamos crescentemente perplexos com os graves instantes da vida nacional nas áreas econômica, financeira e social. A dívida interna nacional já beira dos trinta trilhões de cruzeiros, parece-nos mais atordoante e ameaçadora do que o endividamento externo dos cem bilhões de dólares. E por que não aduzir ao triênio de recessão econômica com a queda do Produto Interno Bruto de 6 por cento no ano passado? Pertuba-nos igualmente o repique inflacionário superior aos 210 por cento, no último ano, ao lado do achatamento salarial de todas as classes, dos altos juros bancários, das limitações creditícias, da corrida tributária pela nova carga fiscal e dos abruptos freios nos meios de pagamento, com reflexos negativos na liquidez geral do país.

José Carlos da Silva Júnior expressava os interesses e a ideologia da burguesia industrial paraibana, que se via prejudicada pela política econômica adotada pelo governo Figueiredo, apesar de ela ter sido favorecida ao longo dos anos de ditadura do grande capital. Isso nos mostra o quanto, naquela conjuntura, o governo militar estava ficando isolado e que as classes dominantes percebiam que era preciso realizar

alterações na política do país, sem que a estrutura autocrático-burguesa fosse superada, o que significaria romper com o Estado de *autoprivilegiamento* das classes capitalistas.

Todavia, essas alterações necessárias, segundo a ótica das classes dominantes, deveriam ser controladas e moderadas, pois a radicalização do processo, com a entrada em cena das multidões nas ruas poderia pôr em risco a dominação política do capital. Nesse cenário, a campanha pelas eleições diretas avançava, sob o domínio da oposição burguesa, sobretudo na figura dos “moderados” do PMDB, mas tendo em seu seio a atuação de grupos que procuravam justamente ir mais a fundo nas mudanças sociais, políticas e econômicas.

Uma distinção importante a ser visualizada no campo pró-Diretas era a forma como os sujeitos desse campo se relacionavam com a chamada “tese do consenso”. Esta que era a expressão estratégica de uma *transição pactuada e pelo alto*, defendida pelos moderados dentro do PMDB, na linha do governador mineiro Tancredo Neves, dos governadores e do secretário-geral do partido Afonso Camargo, por exemplo.

Na Paraíba, o deputado Aluísio Campos, ao ser perguntado sobre se o PMDB poderia fazer uma composição com o PDS em torno de um candidato de consenso, este respondeu que “em política tudo é possível”. E citou o nome do vice-presidente Aureliano Chaves como um possível candidato de consenso, apesar de alegar que naquele momento preferia falar em eleições diretas para o sucessor de Figueiredo<sup>293</sup>. O deputado estadual Edivaldo Motta (PMDB) também declarava viável o apoio do seu partido a candidatura de Aureliano Chaves, como um nome de consenso, considerando que, segundo ele, as regras do jogo levariam à vitória do deputado Paulo Maluf. No mesmo período, o vice-líder do PMDB na ALPB, deputado Ramalho Leite, afirmou que o seu partido teria candidato à Presidência da República para as eleições indiretas, através de um consenso. Ramalho Leite utilizou uma estratégia retórica característica dos defensores do “consenso”, afirmando que o PMDB só deveria discutir a participação das eleições indiretas após “esgotadas todas as tentativas possíveis e legais em defesa das diretas”<sup>294</sup>.

Em outro sentido, havia uma corrente que enfatizava a luta pelas eleições diretas como um elemento de ruptura com o regime militar e não de pactuação. O peemedebista

---

<sup>293</sup> “Aluísio Campos: ‘PDS ou aprova diretas ou ficará desmoralizado’”, *Gazeta do Sertão*, 03/02/1984.

<sup>294</sup> “Edivaldo Motta admite o apoio do PMDB a Aureliano Chaves”, *Gazeta do Sertão*, 05/02/1984.

paraibano Ivaldo Lucena, que, como vimos anteriormente, negava a tese do consenso, defendia a intensificação da mobilização popular pelas Diretas. Para ele, o movimento precisava evoluir para “ações mais concretas” e tomar forma de uma “corrente gerando ações em cadeia que conduzam a imposição da soberania popular”<sup>295</sup>. O deputado estadual João Fernandes (PMDB) também manifestava a opinião de que as eleições indiretas seriam inaceitáveis. O parlamentar dizia acreditar que a Emenda Dante de Oliveira seria aprovada por causa da pressão popular. Além disso, pontuou que os diversos segmentos da sociedade brasileira não mais aceitariam a manutenção do Colégio Eleitoral e nem da atual política econômica. Nesse sentido, concluiu apontando que “os saques generalizados haverão de acontecer no Brasil inteiro e o governo não terá condições de conter a insatisfação nacional”<sup>296</sup>.

Em artigo publicado no jornal *Gazeta do Sertão*, intitulado “Direto para as Diretas”, Henrique Lucena também defendeu que a mobilização popular intensificada e organizada teria o poder para pressionar os parlamentares visando à aprovação da Emenda. Nesse sentido, afirmou:

A aprovação da eleição direta dependerá da vontade e organização do povo. O sistema pré-falimentar não terá condições políticas para impor mais um testa de ferro na cadeira do presidente. O exemplo da Argentina não deve servir para amedrontar os militares da revolução, o exemplo argentino deve servir como lição de organização do povo e imposição de sua vontade, ou precisaremos de nossas Malvinas?<sup>297</sup>

Diante desse cenário, podemos observar os ecos de uma distinção interna ao campo pró-Diretas, como discutimos anteriormente. Uma corrente mais ligada à ideologia da oposição burguesa moderada e a outra que se aproximava mais dos interesses dos grupos e classes subalternas no sentido da radicalização do processo de “democratização” por meio da mobilização popular.

Quanto ao campo dos *indiretistas*, podemos observar também distinções internas. Considerando que a reivindicação do voto para presidente já havia alcançado um alto nível de difusão na sociedade e o cenário de crise econômica e insatisfação de amplos setores sociais contribuiu para que a grande maioria da população brasileira fosse favorável às eleições diretas, os políticos institucionais não podiam deixar de

---

<sup>295</sup> Lucena, Ivaldo. “Brasil Campeão”, *Gazeta do Sertão*, 03/02/1984.

<sup>296</sup> “João: ‘cresce campanha pró-diretas’”, *Gazeta do Sertão*, 05/02/1984.

<sup>297</sup> LUCENA, Henrique. “Direto para as Diretas”, *Gazeta do Sertão*, 25/02/1984.

pensar no seguimento de suas carreiras. Assim, uma corrente pró-eleições indiretas buscava evitar o impacto político de um posicionamento claramente contrário ao voto direto. Alguns políticos do PDS paraibano, como o deputado estadual Francisco Evangelista, chegavam até mesmo a se dizer favorável às Diretas. O parlamentar declarou que: “o importante seria eleições diretas, porque isso já está demonstrando que é a grande aspiração da população brasileira”. Mas, logo em seguida, Evangelista afirmou que, em caso de não realização de diretas, o ideal seria a escolha do futuro sucessor presidencial na Convenção do PDS. Ou seja, era um argumento retórico semelhante ao utilizado pelo governador Wilson Braga, o de que as diretas eram desejadas por toda a “população brasileira”, logo, ele também assim desejava, porém, elas não eram viáveis, portanto, restaria obedecer às “regras do jogo”.

Nessa linha se posicionou também o deputado estadual Aécio Pereira (PDS). Afirmando não ser contra a realização de eleições diretas para todos os níveis, “por ser uma reivindicação justa da sociedade brasileira”, o parlamentar, por outro lado, defendeu o integral cumprimento das normas constitucionais que pregam a eleição do presidente da República através do Colégio Eleitoral. Aécio Pereira atacou, ao mesmo tempo, a ideia veiculada por parte das oposições, naquela conjuntura, de se realizar uma marcha sobre Brasília visando a aprovação da emenda Dante de Oliveira. Ele alegou que o ato poderia causar “tumulto e anarquia, sendo assim, necessário medidas de emergência ao restabelecimento da ordem pública e segurança dos deputados e senadores”<sup>298</sup>. O deputado estadual Múcio Sátyro, aliado de Paulo Maluf, também ameaçou a necessidade das medidas de emergência caso as oposições realizassem a marcha sobre a capital federal.

Uma segunda corrente dentro do campo dos *indiretistas* utilizavam um discurso mais direto, claro e ferrenhamente anti-diretas. Nesse sentido, destacavam-se alguns políticos paraibanos. Um deles era o deputado Ernani Sátyro, um defensor convicto da ditadura militar até os seus últimos momentos. Sátyro, que seria o relator da Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de examinar e emitir parecer sobre a proposta de emenda à Constituição que restabelecia o pleito direto, já declarava amplamente o seu posicionamento contrário às diretas.

---

<sup>298</sup> “Aécio também quer eleições diretas”, *Gazeta do Sertão*, 19/02/1984.

O deputado estadual Joacil Pereira, aliado de Paulo Maluf, era também um recorrente defensor das eleições indiretas. Ele buscou também difundir uma visão negativa sobre a campanha Diretas-Já, conforme podemos observar no trecho abaixo:

Segundo Joacil, o PMDB não falava em eleição direta, e só no fim do último trimestre do ano passado para cá, é que se articulou com os demais partidos da oposição e as forças da esquerda para alterar as regras do jogo, reformar a Constituição, querendo impor a eleição direta para o próximo pleito. Nego autoridade moral a um movimento dessa qualidade que é fruto do mais cínico casuísmo, e nego, muito mais ainda aos esquerdistas que não podem falar em eleição direta, que ousam tomar como modelo os países socialistas, sobretudo os de cortina de ferro ou os da cortina de bambú (numa referência aos regimes da URSS e da China)<sup>299</sup>.

Numa linha também intransigente contra as eleições diretas se manifestou o deputado estadual Luiz de Barros (PDS), coronel reformado da Polícia Militar e defensor contumaz da ditadura militar. Segundo ele, que era apoiador de Mario Andreazza, as eleições diretas só iriam beneficiar a “um grupo oposicionista que deseja implantar o revanchismo no país”. Disse ainda que as indiretas eram tão legítimas quanto as diretas e que “o povo não está querendo eleições diretas, quem está querendo são os radicais da oposição que comandam toda a zoada no país”. Luiz de Barros, demonstrando que a ideologia anticomunista estava muito presente naquela conjuntura atacou o movimento pró-diretas, alegando que os participantes dos partidos de oposição caminhavam lado a lado com os militantes do Partido Comunista. Nesse sentido, afirmou: “e são essas pessoas que ficam gritando na praça pública, badernando em defesa das eleições diretas”<sup>300</sup>.

Ao longo do mês de fevereiro, a campanha das Diretas avançou no estado da Paraíba, acompanhando a tendência nacional de massificação dos atos em torno da reivindicação. Em Campina Grande, o Comitê pró-Diretas organizou comícios, tanto no centro da cidade, quanto em bairros periféricos, com o objetivo de difundir a pauta do movimento e mobilizar o máximo de pessoas para o “comício-gigante”. Este ato público era considerado pelos militantes pró-Diretas da cidade como a primeira grande e massiva manifestação do movimento na cidade. Nesse sentido, os esforços ao longo de fevereiro se voltariam para a construção deste comício. Na noite de 01 de fevereiro, a coordenação do Comitê, com a participação das demais entidades que compunham o movimento, se reuniu no Plenário da CMCG e decidiu marcar este ato para o dia 29 de

<sup>299</sup> “Joacil considera lamentável apoio dos Pereira a Andreazza”, *Gazeta do Sertão*, 21/02/1984.

<sup>300</sup> “Luiz de Barros é contra as eleições diretas no Brasil”, *Gazeta do Sertão*, 26/02/1984.

fevereiro. O dia foi escolhido estrategicamente, pois seria também o dia em que seria inaugurada a reforma, realizada pela prefeitura, da Praça da Bandeira, um dos principais pontos do Centro da cidade e palco de muitos atos políticos da história campinense.

O Comitê construiu um plano de ações para ser realizado até o dia do “comício-gigante”. Esse plano consistia na distribuição do manifesto do Comitê e de panfletos no centro da cidade, nos locais de ônibus, nas feiras, nos bairros. Ficou acertado a realização de comícios nos bairros da Liberdade, José Pinheiro, Palmeira e Bodocongó, com a presença das entidades que compunham o Comitê. Paralelamente, integrantes da Comissão de Finanças do órgão coletivo estariam realizando “pedágios” nas ruas da cidade, visando a conseguir dinheiro para o financiamento da campanha. No mês de fevereiro, o Comitê ainda recebia novas adesões. O Centro Acadêmico “Geraldo Vandré” do curso de Farmácia da URNE, através de seu presidente, Pádua Pombo, aderiu ao movimento com a participação da maioria dos estudantes de Farmácia.

Foi realizado um comício no dia 03 de fevereiro, no Calçadão de Campina Grande. Durante este ato, falaram vários oradores, entre eles o presidente do PT, Idalmo da Silva, o presidente do PMDB, Mário Araújo, os vereadores João Dantas, Márcio Rocha, José Alves e Lindacy Medeiros, além de representantes do DCE da URNE e da UFPB, da UCES, do PMDB Jovem, dos trabalhadores sindicais e outras entidades. O ato foi marcado por críticas ao governo militar e sua política econômica e social. Idalmo da Silva, presidente do PT local, declarou: “faltam escolas, empregos e boa alimentação para a maioria da população. Mas enquanto isso, os ministros da área econômica permanecem conseguindo gordas quantias em empréstimos no exterior”. Por sua vez, o vereador José Alves criticou a questão dos preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade e defendeu a participação efetiva do povo na coordenação do Comitê “Teotônio Vilela”. O vereador Márcio Rocha direcionou críticas aos políticos do PDS que defendiam as eleições indiretas: “temos que desmascarar esses pedessistas que não desejam uma pátria livre e soberana com o povo participando do poder”.

Segundo a reportagem do jornal *Diário da Borborema*, “com muitas faixas pedindo as diretas, o comício foi realizado de maneira tranquila e sem qualquer atropelo”. Ainda de acordo com a reportagem, a ‘palavra de ordem’ do Comitê

“Teotônio Vilela” é “agilizar o povo pacificamente em busca do pleno restabelecimento da democracia”<sup>301</sup>.

**Figura 02.** “Comício-relâmpago” realizado em Campina Grande, no dia 03/02/1984.



Fonte: *Diário da Borborema*, 04/02/1984.

A imagem acima traz uma representação do “comício-relâmpago” realizado no Calçadão, em Campina Grande, no dia 03 de fevereiro de 1984. Podemos observar que esse tipo de ato não possuía uma estrutura muito avantajada de som e de palco, diferentemente dos “comícios-monstro” da campanha. Os oradores ficavam mais próximos das pessoas que assistiam às falas. Há a presença de uma faixa reivindicando o “Fora Figueiredo”. E também uma faixa, posicionada por trás do local onde ficavam os oradores, com a logomarca da campanha Diretas-Já.

Nesse ato político organizado pelo Comitê, foi realizada também uma “Eleição Simulada”, solicitando que a população campinense votasse entre a eleição direta ou indireta para eleger o sucessor de Figueiredo. Nesta, de acordo com o *Diário da Borborema*, 1.506 pessoas votaram a favor das eleições diretas, enquanto que apenas 55 afirmaram preferência pelas eleições indiretas.

---

<sup>301</sup> “Campina se mobiliza em favor de eleições diretas em 85”, *Diário da Borborema*, 04/02/1984.

Ao longo do mês, o Comitê pró-Diretas de Campina Grande prosseguiu com a sua estratégia de levar a campanha para bairros e distritos periféricos e, assim, ir divulgando a grande manifestação pública que seria o comício do dia 29. No dia 10 de fevereiro, os representantes das entidades que formavam o Comitê estiveram no bairro da Liberdade, junto com carro de som que percorreu as ruas do bairro divulgando a bandeira das eleições diretas e convocando seus moradores a participarem do comício. Nesse dia, os coordenadores da campanha, tiveram a ideia de percorrer, ao lado da população, as principais ruas do bairro, com um caixão preto simbolizando o “enterro do Colégio Eleitoral” que seria feito durante a concentração pública<sup>302</sup>.

No dia 17 daquele mês, os membros do Comitê “Teotônio Vilela” passariam o dia percorrendo as ruas do bairro de José Pinheiro, assim como dos bairros próximos, Monte Castelo e Santo Antonio, divulgando a realização de comício à noite, distribuindo o manifesto da campanha, o mesmo que citamos anteriormente, e convocando a população para se fazer presente ao ato. Para a parte do “show”, que ficou sendo característica marcante dos comícios da campanha Diretas-Já, foi convidada uma dupla de violeiros assim como o poeta popular José Laurentino<sup>303</sup>.

### **3.2.1 O comício pró-Diretas do dia 29 de fevereiro em Campina Grande**

Com o objetivo de organizar o comício do dia 29 de fevereiro, o Comitê pró-Diretas se reuniu na manhã do dia 23 daquele mês, com a participação do prefeito Ronaldo Cunha Lima. Como se esperava uma grande multidão para participar da manifestação, o prefeito entrou em acordo com os membros do pró-Diretas para que esta não ocorresse na Praça da Bandeira, pois temia-se que o espaço acabasse sendo danificado no dia mesmo da inauguração da reforma. Assim, a concentração da campanha Diretas-Já ocorreria nas ruas localizadas nas imediações da praça. Após a inauguração da praça reformada, o prefeito e lideranças políticas presentes se dirigiram para o palanque das Diretas. No dia 25, a coordenação do Comitê se reuniu novamente, com a participação de um representante do prefeito Ronaldo Cunha Lima, para acertar os últimos pontos do comício, a escala de oradores, apresentações artísticas e a confirmação das presenças de líderes nacionais. A intenção dos organizadores era inserir Campina Grande na rota das grandes manifestações pelas diretas, conforme afirmou o representante da FASPEP (Federação das Associações de Servidores Públicos

---

<sup>302</sup> “Mais um comício pelas ‘diretas’, *Gazeta do Sertão*, 10/02/1984.

<sup>303</sup> “Comício pelas diretas no bairro de J. Pinheiro”, *Gazeta do Sertão*, 16/02/1984.

no Estado da Paraíba: “o comício do dia 29 significa a arrancada inicial em nossa cidade da campanha pelas diretas, que depois da grande concentração outras atividades serão desenvolvidas, a exemplo do que vem sendo feito em todas as regiões do país”<sup>304</sup>.

Uma das estratégias mais utilizadas para a divulgação do ato, além das mensagens veiculadas pelas ruas da cidade através de carros de som, era a distribuição de panfletos. A esse respeito, vejamos o conteúdo do panfleto produzido pelo Comitê pró-Diretas “Teotônio Vilela” para divulgar o comício.

**Figura 03.** Panfleto do Comitê pró-Diretas de Campina Grande.



**Fonte:** Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP)

O panfleto, cuja distribuição foi de cerca de 50 mil exemplares, intitula-se “Campina na Luta: Diretas Já!”, expressando em destaque o objetivo central do Comitê, que era inserir a cidade de Campina Grande, de forma acentuada, no movimento nacional das oposições. Como vimos na fala de alguns membros do órgão, o fato de a oposição peemedebista ter conseguido chegar ao poder no Executivo e no Legislativo da cidade, através das eleições de 1982, contribuiu decididamente para isto. Temos outro elemento em destaque no panfleto, que é a ilustração que caracterizava a campanha Diretas-Já, o desenho do mapa do Brasil com referência a uma urna de votação. Esta ilustração remete à ideia da campanha em sua dimensão nacional.

<sup>304</sup> “Reunião pró-Diretas”, *Gazeta do Sertão*, 24/02/1984.

Mas, talvez o mais importante no panfleto seja a pauta de reivindicações que é estampada acima da reivindicação central do movimento: a aprovação da Emenda Dante de Oliveira. Boa parte da pauta faz parte diretamente do cenário de luta de classes existente na época, marcado pela ascensão dos movimentos de trabalhadores e o surgimento do chamado “novo sindicalismo”, nesse sentido, estão presentes as reivindicações de “liberdade e autonomia sindical” e “livre exercício de greve”. Há, no mesmo sentido, palavras de ordem condizentes com os interesses econômicos das classes trabalhadoras em geral naquele momento: “fim da recessão e do desemprego”, “estabilidade no emprego”, “salário mínimos real e unificado”, “fim do arrocho salarial e da alta do custo de vida”, “aperfeiçoamento da Previdência”, “reforma agrária ampla, massiva e imediata”. Na pauta, podemos observar, portanto, reivindicações que apontam não somente para a ruptura com o Estado ditatorial-militar, como também para um projeto de superação da realidade de dominação autocrática das classes burguesas no Brasil. Assim, podemos afirmar que a luta dos grupos envolvidos não era apenas pelo direito a votar para presidente da República. A oposição burguesa moderada se interessava que o movimento se resumisse à “festa cívica” com pretensões meramente eleitoreiras; quando se falava em pautas econômicas e sociais era muito mais em sentido superficial e retórico, como destacou David Maciel (1999). Por outro lado, a oposição antiautocrática procurava conjugar a pauta política das eleições diretas com a econômica e social, num sentido amplo de luta pelos interesses dos grupos subalternos no país.

Na divulgação do comício na imprensa local, alguns membros do Comitê faziam questão de enfatizar a luta pelas diretas “vinculada à luta pelo fim da recessão e do desemprego, estabilidade no emprego, pelo salário-mínimo real e unificado, pelo fim do arrocho salarial, pelo rompimento com o FMI, pela reforma agrária, além de diversas reivindicações do povo brasileiro”<sup>305</sup>. Na fala de um dos líderes do Comitê, o representante da FASPEP, Félix Araújo Sobrinho, podemos observar o sentido de classe atribuído ao movimento por Diretas:

O nosso entendimento é o de que a campanha deve ter um caráter cada vez mais amplo, articulando em torno desta bandeira os mais diversificados setores da sociedade brasileira e campinense. Somente um governo eleito pelo voto direto e secreto, com legitimidade popular, será capaz de adotar medidas necessárias para fazer com que o país enfrente a crise em que se

---

<sup>305</sup> “Comício pró-diretas no ‘Calçadão’, *Gazeta do Sertão*, 29/02/1984.

encontra sacrificando o povo brasileiro, para beneficiar o capital estrangeiro e as grandes oligarquias nacionais<sup>306</sup>.

Em linha semelhante a defendida por Félix Sobrinho, o deputado estadual paraibano João Fernandes (PMDB) também atribuía um sentido de classe ao movimento pelas diretas, que para ele era um movimento também contra a política econômica do governo, notadamente o arrocho salarial. “Hoje, no Brasil, a classe trabalhadora e o povo de um modo geral estão convocando grandes manifestações de protestos não só em defesa das eleições diretas, mas também, contra a política econômica do governo<sup>307</sup>”.

Além do prefeito Ronaldo Cunha Lima e deputados estaduais e federais e vereadores de Campina, na relação de oradores constava representantes do Comitê Teotônio Vilela de João Pessoa, que compareceriam ao comício campinense, com ônibus fretados e caravanas assim como se realizou na manifestação pessoense do dia 26 de janeiro. O comício pró-Diretas, segundo os organizadores, deveria começar impreterivelmente às 18 horas, para que o povo campinense pudesse assistir ao jogo de futebol entre Treze e Atlético Mineiro naquela mesma noite. Entre a escada de oradores, procurou-se destacar os representantes das entidades que compunham o Comitê, dentre elas: INTERSINDICAL, FASPEP, UCES, Coordenação do Clube de Mães, DCE's da UFPB e URNE, União dos Vereadores da Paraíba, PMDB e PT.

Na edição do dia 01 de março de 1984, o jornal *Gazeta do Sertão* trouxe como grande destaque de sua capa um relato sobre o comício do dia anterior. A manchete central da capa era “Cidade para e pede Diretas”, abaixo da qual vinha uma foto da manifestação pública.

---

<sup>306</sup> Idem.

<sup>307</sup> “João Fernandes critica arrocho salarial”, *Gazeta do Sertão*, 01/03/1984.

**Figura 04.** Capa do jornal *Gazeta do Sertão* destacando o comício do dia 29/02/1984



Fonte: *Gazeta do Sertão*, 01/03/1984

A foto e a manchete escolhida pelo órgão de imprensa enfatizaram a multidão que se fez presente à manifestação organizada pelo Comitê pró-Diretas. Segundo o jornal, o público presente no comício passou das seis mil pessoas. O *Diário da Borborema* afirmou que teria sido cinco mil pessoas presentes no ato. Este número representava um sucesso para organizadores, ainda mais por se tratar do primeiro grande ato da campanha na cidade. Segundo o relato da *Gazeta*, faixas e cartazes pedindo o pleito direto para a Presidência da República povoaram a concentração, “em meio a uma massa compacta formada por líderes políticos, estudantes, professores e trabalhadores que formaram um só coro: ‘um, dois, três, quatro, cinco, mil – queremos eleger o presidente do Brasil’”.

A *Gazeta* qualificou o comício pró-Diretas utilizando um termo da moda à época para se referir às manifestações públicas da campanha: “uma festa cívica”. Com um atraso de meia hora, por falta de sistema de som, o comício foi composto pela fala de cerca de 18 oradores, com um tempo de 3 minutos cada. Dentre eles, foram destacados pela reportagem: o prefeito Ronaldo Cunha Lima, o ex-governador Pedro Gondim, o deputado federal Raymundo Asfora, o deputado estadual Orlando Almeida, o vereador Mário de Souza Araújo e o professor Idalmo da Silva, presidente do diretório local do PT. Tanto o jornal *Gazeta do Sertão* quanto o *Diário da Borborema* destacaram a

presença em maior número das faixas e cartazes pertencentes aos militantes do PCdoB e do Partido dos Trabalhadores, havendo, inclusive, uma faixa do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro).

A primeira oradora do comício foi Maria do Socorro, representante dos Clubes de Mães, que fez severas críticas ao governo e exigiu urgência na aprovação da emenda das diretas<sup>308</sup>. A seguir, falou o representante do DCE da UFPB, Ricardo Padilha. O estudante Paulo Marinho falou em nome do “Comitê Evangélico pró-Eleições Diretas”, citando textos bíblicos e condenando a perpetuação do poder central “por parte do atual regime que domina o país”. Ele leu um manifesto do seu Comitê, no qual se pedia o fim do regime militar, o fim da miséria e da fome, além da aprovação da Emenda Dante de Oliveira. Um representante do Partido Comunista do Brasil também leu um manifesto no qual se afirmava: o PCdoB “apoia decididamente esta campanha e junto com todos os democratas, independentemente da fé religiosa ou do partido a que pertençam, procurará encontrar as formas comuns de atuação para leva-la até à vitória”<sup>309</sup>.

Quanto aos políticos com mandatos institucionais, que eram, via de regra, os mais destacados nos comícios pelas diretas, devido ao poder e à fama ligados aos seus nomes, falaram na segunda metade da manifestação. O deputado federal Raymundo Asfora começou o seu discurso afirmando: “eleição direta só quem não quer é a direita”. O ex-governador Pedro Gondim exclamou: “hoje toda a nação brasileira clama por eleições diretas para presidente da República” e que esta seria “a única saída para o país se afastar da crise em que se encontra”. No mesmo sentido foi o discurso do prefeito Ronaldo Cunha Lima, último orador da concentração pública: “só a eleição direta poderá salvar este país da grave crise em que se encontra”. Reafirmando o sentido pluriclassista da campanha, Cunha Lima afirmou:

Eleições diretas já é uma reivindicação maior do povo brasileiro e da comunidade campinense, dos trabalhadores da cidade e do campo, das donas de casa, dos empresários, dos profissionais liberais, dos comerciantes. Os servidores públicos sentem-se perfeitamente identificados com esta luta e entendem que somente com manifestações públicas, nas ruas e nas praças, a bandeira das diretas será conquistada<sup>310</sup>.

---

<sup>308</sup> “Comício pró-Diretas reúne cinco mil pessoas”, *Diário da Borborema*, 01/03/1984.

<sup>309</sup> “Comício pró-Diretas reuniu cinco mil pessoas em Campina”, *Gazeta do Sertão*, 01/03/1984.

<sup>310</sup> *Idem*.

### 3.3 Março de 1984: Tensões internas ao movimento e atos pró-Diretas-Já

Ao longo do mês de março, a campanha pró-Diretas avançou pela Paraíba. Neste mês, em nível nacional, as tensões internas à campanha se acirravam. De acordo com Leonelli e Oliveira (2004), março foi marcado por dificuldades no seio das oposições, em relação aos rumos que a campanha deveria tomar. Segundo os autores:

Ulysses, Lula, os sindicatos, as entidades civis e a maioria dos parlamentares oposicionistas se posicionaram a favor da intensificação da campanha até a data da votação fixada em 25 de abril, depois de muita negociação entre os líderes dos partidos no Congresso. As negociações incluíam a decisão sobre qual emenda iria à votação. A Dante de Oliveira foi escolhida por sua simplicidade – era só Diretas – e pelo fato de já estar na boca do povo. Ainda pelo lado da oposição, os governadores – principalmente, Franco Montoro, Leonel Brizola e Tancredo Neves –, embora sustentassem de público a absoluta prioridade para a Emenda Dante de Oliveira, passaram a adotar uma postura mais cautelosa, tentando segurar um pouco o ímpeto das mobilizações. Se, por um lado, temiam um endurecimento do regime, por outro, estavam de olho na possibilidade de lançar suas candidaturas para presidente em eleições diretas em 1986, se a proposta de um mandato de transição para o sucessor de Figueiredo vingasse<sup>311</sup>.

Ou seja, a oposição burguesa “moderada”, representada sobretudo pelos governadores peemedebistas, buscava atuar, cada vez mais, no sentido do controle do movimento pró-Diretas, para que este fosse “moderado”, “pacífico”, “dentro da ordem”. As forças políticas mais radicais e ligadas aos interesses dos grupos e classes subalternas deveriam, assim, ser controladas e/ou marginalizadas. A transição negociada e pelo alto dependia disso.

Nesse sentido, o senador paraibano Humberto Lucena, passou a apoiar a ideia de um “mandato-tampão” para suceder a Figueiredo, sendo que as eleições diretas viriam só em 1986. Em pronunciamento, Lucena disse que, se impossível restabelecer o pleito presidencial direto em 1984, que se promovesse uma “reforma constitucional de consenso”. Esta reforma, segundo o líder peemedebista, incluiria três pontos: mandato de dois anos para o sucessor de Figueiredo, a ser escolhido pelo colégio eleitoral, em 1984, com a tarefa de “abreviar o processo de redemocratização do país, recaindo a escolha num nome suprapartidário”; eleição, em 15 de novembro de 1986, de uma Assembleia Nacional Constituinte, composta dos senadores e deputados a serem eleitos

---

<sup>311</sup> Op. Cit., p. 433.

para o Congresso Nacional; eleição direta do presidente da República a 15 de novembro de 1986<sup>312</sup>.

Todavia, ao mesmo tempo em que ocorriam as conversas de bastidores entre as lideranças dos maiores partidos da oposição em torno dos seus respectivos interesses, o movimento pró-Diretas era levando adiante, sobretudo por meio da atuação de diversos grupos, associações e entidades, que agiam cotidianamente para fortalecer a luta pelas eleições diretas e pela superação da ditadura do grande capital. Na Paraíba, o movimento avançava por este meio. No início de março, foi realizada mais uma concentração pública pelas Diretas na cidade de Patos, no sertão do estado. O Comitê Teotônio Vilela de Campina Grande esteve representado nesse comício. Os vereadores campinenses João Dantas e Márcio Rocha estiveram no ato, defendendo que “o povo tem que batalhar para que tenhamos eleições diretas para presidente, ainda este ano”. O vereador Márcio Rocha aproveitou para fazer críticas, em seu pronunciamento no comício, ao deputado Ernani Sátyro (PDS), cuja base do seu poder político se constituiu naquela cidade, como “um dos principais articuladores contra o restabelecimento do pleito direto”. Além dos vereadores, o prefeito Ronaldo Cunha Lima, enquanto “convidado especial”, compôs a comitiva campinense no comício realizado pelo Comitê “Teotônio Vilela” de Patos<sup>313</sup>. Segundo reportagem do *Diário da Borborema*, cerca de cinco mil pessoas participaram do comício da cidade sertaneja<sup>314</sup>.

O Comitê patoense realizou também uma espécie de “plebiscito” sobre eleições diretas para a Presidência da República. Dos 12.647 eleitores que votaram na cidade, 93% optaram pelo restabelecimento imediato do pleito direto, enquanto que apenas 5,3% preferiam que o sucessor de Figueiredo fosse escolhido pelo Colégio Eleitoral. O plebiscito teve uma ampla organização por parte do Comitê, que contou com ajuda de cerca de 50 militantes políticos empenhados na campanha. Foram espalhadas cerca de 30 urnas em colégios, mercados, bairros e centro da cidade. O Comitê patoense pró-Eleições Diretas era composto por 28 entidades de classe, incluindo os partidos de oposição. Naquele momento, o órgão suprapartidário pretendia “mobilizar toda a

---

<sup>312</sup> “Humberto Lucena já admite um presidente com mandato-tampão”, *Gazeta do Sertão*, 09/03/1984.

<sup>313</sup> “Ronaldo defendeu as diretas em Patos”, *Gazeta do Sertão*, 09/03/1984.

<sup>314</sup> “Povo de Patos agita-se e pede eleições diretas”, *Diário da Borborema*, 09/03/1984.

população do sertão e seus representantes políticos para que estejam, no dia 25 de abril, em Brasília, data da votação da emenda Dante de Oliveira”<sup>315</sup>.

Em Campina Grande, o Comitê pró-Diretas passou a expor, na Praça da Bandeira, um grande painel, com a relação de todos os parlamentares paraibanos que estavam contrários à proposta de eleições diretas para a Presidência da República. A relação incluía nomes de políticos os mais diversos do estado, inclusive deputados, prefeitos e vereadores.

A Câmara Municipal de Campina Grande, como já vimos, era um espaço importante de atuação para os militantes da campanha pró-Diretas. A Paraíba não contava com um governo oposicionista, portanto, não podia contar com o apoio da máquina estadual para viabilizar materialmente e politicamente a campanha. Em Campina, esta ausência foi em parte compensada pela Câmara dos vereadores e prefeitura peemedebistas. Nesse sentido, em março, a CMCG dava mais um passo em direção à luta pelas diretas. Um requerimento de autoria do vereador Márcio Rocha foi aprovado por unanimidade dos presentes à sessão, este formulava apelo aos deputados federais e senadores que compunham a bancada paraibana no Congresso Nacional para que os mesmos votassem favoráveis à emenda do deputado Dante de Oliveira. Ao mesmo tempo, em outro requerimento, o vereador peemedebista pediu que a Câmara Municipal passasse a ser representada no Comitê “Teotônio Vilela”, participando de suas reuniões, atos e outras programações que fossem promovidas. Assim, argumentou Márcio Rocha: “Esta Casa não pode ficar à margem dos movimentos unitários e, portanto, deve emprestar seu efetivo apoio à causa da luta democrática”<sup>316</sup>.

Em semelhante linha, a Câmara Municipal da cidade de Sousa, no sertão do estado, aprovou requerimento dos vereadores Francisco Antônio Sarmiento e de João Marcelino Mariz, ambos do PMDB, apelando à bancada paraibana no Congresso Nacional no sentido do apoio à aprovação da emenda das Diretas. No mesmo requerimento, os vereadores apelaram para que os deputados estaduais e vereadores paraibanos se empenhasse para que o Congresso Nacional estivesse fortalecido no dia

---

<sup>315</sup> “Povo de Patos faz plebiscito e pede eleições logo em 1984”, *Diário da Borborema*, 15/03/1984.

<sup>316</sup> “Vereadores pedem a bancada da PB apoio às diretas”, *Gazeta do Sertão*, 11/03/1984.

25 de abril. A propositura foi encaminhada à bancada paraibana no Congresso, à Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais de todo o estado<sup>317</sup>.

### 3.3.1 O “comício-gigante” do dia 25 de março em Campina Grande

No dia 13 de março, o Comitê se reunia em Campina Grande com a perspectiva de realização do “comício gigante”. A matéria do *Diário da Borborema* deste dia realizou um relato sobre esta reunião.

A reunião desta noite terá como objetivo, além de avaliar a Campanha pelas Diretas em nossa cidade bem como o quadro nacional, estabelecer as diretrizes gerais para continuidade da Campanha, intensificando os debates nos bairros e no seio dos diversos setores participantes da luta, como estudantes, servidores público e trabalhadores em geral. Possivelmente, no final de março, um novo comício estará sendo realizado, desta feita, com a participação de lideranças nacionais que vêm percorrendo todo o país na CARAVANA DAS DIRETAS<sup>318</sup>.

O comício do dia 25 de março começava a ser gestado na reunião do Comitê no dia 13, que buscava criar as condições necessárias para que o evento se fizesse grande. Neste sentido, a participação das lideranças nacionais era entendida como fundamental. Na verdade, estas lideranças, como Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva vinham percorrendo várias cidades do país, realizando comícios pelas Diretas, comícios estes organizados pelos comitês locais, assim como ocorreu em Campina Grande. Era a chamada “Caravana das Diretas”. A fala de políticos, nacionalmente reconhecidos, era extremamente importante nos comícios, funcionavam como “vozes de autoridade” pela campanha das Diretas. A multidão apareceria para dar números ao comício, mas a voz da campanha partiria mesmo do palanque.

A reunião do dia 19 de março teve importante papel na definição dos contornos do comício, que se realizaria dali a seis dias. No *Diário da Borborema* do mesmo dia, a reunião foi assim descrita:

O Comitê Teotônio Vilela Pró-Eleições Diretas, composto por cerca de 30 (trinta) entidades, entre partidos políticos de oposição, sindicatos e associações comunitárias, esteve reunido, ontem à noite, no Plenário da Câmara Municipal, com o objetivo de distribuir as atividades relativas ao grande comício do próximo domingo, dia 25 de março. No entendimento da Coordenação da Campanha, em nossa cidade, “todos os esforços estão sendo desenvolvidos no sentido de realizar uma grande manifestação pró-eleições

<sup>317</sup> “Sousa pede aprovação de emenda”, *Diário da Borborema*, 18/03/1984.

<sup>318</sup> *Diário da Borborema*, 13/03/1984.

diretas, desta vez, com a presença de Lideranças nacionais, como Montoro, Fernando Henrique Cardoso e alguns outros líderes, de grande projeção, que ficaram de confirmar a presença no decorrer desta semana<sup>319</sup>.

O comício do dia 25, portanto, começava a ser planejado dentro do Comitê. Todos os esforços, segundo a Coordenação da Campanha, se davam no sentido de fazer com que ele fosse grande, o que significava, como inexorável necessidade, contar com a participação massiva da população, que daria números ao evento. Mais uma vez, a importância dada à presença das lideranças nacionais se evidencia aqui. Para dar contornos de grandeza ao comício, os organizadores sabiam que era preciso contar com “grandes” nomes da política em cima do palanque. A campanha de mobilização, de conclamação da população campinense seria realizada durante os próximos dias, na imprensa escrita e falada, e a divulgação da presença das lideranças nacionais sempre estaria presente.

Com semelhante tom o jornal *Correio da Paraíba* noticiou a organização do comício, no dia 16 de março daquele ano, enfatizando no título da matéria a vinda do governador de São Paulo, Franco Montoro (PMDB). No corpo da matéria, a maior parte é ocupada pela divulgação das lideranças políticas nacionais, as mesmas divulgadas nas páginas do *Diário da Borborema*.

Essa ênfase da divulgação do comício dada à participação das “personalidades políticas nacionais” indica para o fortalecimento da perspectiva institucional da campanha, afinada com a perspectiva autocrática da oposição burguesa que conquistava a direção política do processo de transição. Evidentemente, essa perspectiva ganha maior notoriedade nas páginas dos jornais da grande imprensa campinense, que estamos analisando aqui.

No mesmo sentido, vejamos como o Comitê pró-Diretas campinense divulgou a realização do comício por meio de uma propaganda sonora que foi posta em circulação pela cidade por meio de carros de som. No áudio da propaganda do evento<sup>320</sup>, podemos ouvir uma voz conclamando a participação da população.

---

<sup>319</sup> *Diário da Borborema*, 19/03/1984.

<sup>320</sup> O referido áudio foi encontrado no site Retalhos Históricos de Campina Grande: < <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2009/09/memoria-fotografica-registro-do.html#.V1shybsrLIU> >. Acesso em 07/07/2021.

Dentre as frases ecoadas no alto-falante: “O povo quer votar para presidente”; “O povo novamente na praça pública ao lado dos grandes líderes nacionais”. E assim vai-se citando um a um: “Franco Montoro, governador de São Paulo, Ronaldo Cunha Lima, prefeito de Campina Grande, Ministro Celso Furtado, Senadores Fernando Henrique Cardoso, Humberto Lucena e Cid Sampaio, Deputados Aloísio Campos, Miguel Arraes e Raymundo Asfóra”. E para não fechar a lista das lideranças, a voz conclui: “Presenças ainda de outras lideranças, que ao lado do povo, desejam também as eleições diretas para presidência da República”. O áudio tem uma duração de um minuto e cinquenta e seis de propaganda, dos quais cerca de 50 segundos são de música, “*Apesar de Você*”, do compositor e cantor Chico Buarque, música de contestação ao regime militar. Algumas frases de efeito como: “Traga sua família e o seu entusiasmo”, “A luta é nossa”, “Diretas Já, Diretas agora”. Mais a divulgação do local: Parque do Açude Novo e o horário: 19 horas. O restante do tempo da duração do áudio é reservado para a divulgação dos nomes das lideranças que estariam presentes.

Ao fim e ao cabo, a importância do comício se dava atestada pelo enunciado destes nomes, a presença do povo em grande quantidade daria os contornos de grandeza ao ato. Daí a importância da propaganda reforçar o clima de comunhão entre as lideranças políticas, a maioria de oposição burguesa neste caso, e o povo, que possuem, consoante o discurso dos organizadores da manifestação, o mesmo objetivo: a volta das eleições diretas para presidente da República.

Neste sentido, além da presença de personalidades da política nacional, a organização também entendia a importância de uma estratégia para atrair o maior número de pessoas para o ato. Por esta razão, em todos os grandes comícios da campanha *Diretas Já* pelo país, há a presença de artistas, principalmente músicos e atores, nos palanques. No áudio da propaganda que citamos anteriormente, é divulgado: “Teremos ainda um grande show com artistas paraibanos e violeiros”. Na reportagem citada do *Diário da Borborema* do dia 20 de março, é assinalada a perspectiva da Coordenação da Campanha de tentar viabilizar a presença de escolas de samba da cidade. A manifestação pode lembrar então algo de “festa”, em que o entusiasmo dos presentes quase sempre é exaltado pelos gritos da multidão, pelas falas das lideranças e pelas apresentações culturais. Além disso, a organização falava da provável participação do cantor carioca Paulinho da Viola, juntamente com “outros nomes famosos da música

popular brasileira’’. No entanto, nas reportagens sobre o comício já realizado não encontramos referências a esses artistas famosos.

Os políticos paraibanos que participariam do comício, segundo a divulgação da coordenação, seriam o ex-governador Pedro Gondim, o senador Humberto Lucena, os deputados federais Raymundo Asfora e Aluízio Campos; o prefeito Ronaldo Cunha Lima; os deputados estaduais João Fernandes, Orlando Almeida e Edvaldo Motta. Além do economista Celso Furtado.

O Comitê de organização do comício esperava a presença de dez mil pessoas no Parque do Açude Novo. Para isso, foram distribuídos panfletos, convocando a população campinense a comparecer ao ato. Vejamos o conteúdo do panfleto:

O povo brasileiro quer as eleições diretas. Quer votar para presidente. Mas não adianta apenas querer. Tem que se mexer, falar. Transformar essa vontade nacional em realidade o mais rápido possível, agora, já. A vitória sobre a dívida externa, o custo de vida, o desemprego, a corrupção e a violência passam pelas eleições diretas. Só um presidente eleito pelo povo, com a força do voto popular, poderá encaminhar as mudanças que o Brasil inteiro exige<sup>321</sup>.

No conteúdo do panfleto de convocação para o comício do dia 25 de março, pode-se observar novamente a relação da reivindicação pelas *eleições diretas já* com temas e problemas que afetavam a vida da maioria da população, a “dívida externa, o custo de vida, o desemprego, a corrupção e a violência”. Por outro lado, se apresenta aqui a tendência de se colocar a possibilidade de transformação dessa realidade socioeconômica subordinada à eleição de um presidente eleito pelo voto popular. Essa noção presente no panfleto do Comitê pró-Diretas da cidade representa bem o processo de canalização dos conflitos sociais para a arena da disputa política institucional. Nesse sentido, o chamamento à mobilização popular acontece no sentido de pressionar os parlamentares para que estes aprovem a emenda das Diretas.

A concepção de que a mudança no país só viria a partir da eleição de um presidente pelo voto direto é bastante comum nesse período entre os setores de oposição moderada ao governo militar. Neste sentido, no *Diário da Borborema* do dia 22 de março, escreveu Carlos Rocha na coluna *Sucessão: um quadro confuso*:

---

<sup>321</sup> (Diário da Borborema, 25/03/1984.

O resultado é que, pelo visto a confusão política institucional que ora se registra vai continuar até as vésperas da eleição do sucessor de Figueiredo sem que se saiba qual será o seu verdadeiro desfecho. O pior é que o País continua como um barco a derivar num oceano de crises, de todos os tipos, sem que ninguém saiba ao certo quem será o comandante que poderá levá-lo a um porto seguro.

O colunista do *Diário da Borborema* utilizou-se da imagem de um barco desgovernado para ilustrar a noção de que o país estaria à deriva. De fato, esse era um clima percebido por muitos, dado a intensificação da *crise conjuntural*, a crise do modelo de acumulação capitalista que havia possibilitado os anos de crescimento econômico e a crise política do *cesarismo militar* acompanhada da ascensão da oposição burguesa.

Voltemos ao comício. O “comício gigante” começou com atraso, devido a problemas com o som. A primeira oradora foi a representante dos Clubes das Mães, Maria do Socorro. Somente por volta das 21 horas começaram os pronunciamentos de senadores, deputados, vereadores e do prefeito Ronaldo Cunha Lima. “O chefe do Executivo campinense abriu o horário dos grandes oradores pedindo diretas já para que sejam encontradas soluções aos problemas nacionais”.

Na multidão, palavras de ordem características da campanha Diretas-Já. Uma das mais famosas era o refrão “1, 2, 3, 4, 5, mil, queremos eleger o presidente do Brasil”. Junto com a multidão, que tomava quase todo o parque do Açude Novo, no palanque, havia faixas e bandeiras do Partido Comunista Brasileiro e do PT. Segundo os relatos dos jornais, o clima era de festa e entusiasmo, apesar do cansaço e da espera para o início das participações dos “grandes oradores”, que ficaram por último. Havia para muitos um clima de esperança, consoante com aquele que se formava em diversas partes do Brasil, de que a emenda seria aprovada e que no ano seguinte os brasileiros votariam para presidente da República.

**Figura 05.** Fotografia do comício da campanha *Diretas Já*, realizado em Campina Grande – PB, no dia 25 de março de 1984.



Fonte: *Diário da Borborema*, 26/03/1984.

**Figura 06.** Fotografia do comício da campanha *Diretas Já*, realizado em Campina Grande – PB, no dia 25 de março de 1984.



Fonte: *Diário da Borborema*, 26 mar. 1984

Pode-se observar nas imagens a multidão tomando o parque do Açude Novo de Campina Grande. Conseguimos visualizar, na primeira imagem, uma bandeira do Partido dos Trabalhadores, partido que conseguia aumentar sua inserção nos setores populares da cidade, não obstante o fraco resultado eleitoral apresentado em 1982. Na segunda imagem, pode-se observar uma faixa do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Paraíba (DCE), entidade que também compunha a Coordenação do Comitê Teotônio Vilela e que, como vimos anteriormente, mantinha uma atuação política dentro do campus, principalmente na questão do Restaurante Universitário, mas também atuava nas questões mais gerais do país, representando os estudantes na campanha pelo restabelecimento das eleições diretas para presidente da República.

O jornal *Folha de São Paulo* do dia 27 de março de 1984, dando repercussão nacional ao comício, enfatizou a participação do governador Franco Montoro no ato, do qual teriam participado cerca de dez mil pessoas.

Paraíba reúne 10 mil pessoas pelas diretas

A menos de um mês da votação da emenda Dante de Oliveira, a campanha pelas diretas ganha novo impulso no Nordeste. Em Campina Grande, no interior da Paraíba, cerca de 10 mil pessoas permaneceram na praça do Açude Velho, até os primeiros minutos de ontem, para aplaudir o governador Franco Montoro – principal orador da segunda manifestação que a cidade realizou pelas diretas, em menos de um mês.

Ao lado de dona Luci Montoro – que comemorou seu aniversário no palanque, convocando as mulheres a lutar pelas diretas – o governador entusiasmou a multidão ao afirmar: o “nego” do povo brasileiro ao Colégio Eleitoral. “Nenhum presidente indireto terá legitimidade depois de 2 milhões de brasileiros, ordeiramente, ocuparem as ruas para exigir seu direito de votar”, enfatizou Montoro. Também falaram o líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena, da Paraíba, o deputado federal de Pernambuco Miguel Arraes e o ex-ministro do Planejamento Celso Furtado, juntamente com o prefeito de Campina Grande, Ronaldo Cunha Lima, do PMDB.

O comício foi organizado pelo Comitê Teotônio Vilela da cidade – a segunda maior da Paraíba, com 300 mil habitantes<sup>322</sup>.

Além do destaque para a atuação do governador de São Paulo, Franco Montoro, uma liderança no campo da oposição burguesa, o relato feito pela *Folha de São Paulo* apresenta os oradores do comício, citando apenas os nomes dos políticos institucionais,

---

<sup>322</sup> Matéria encontrada no acervo do blog Retalhos Históricos de Campina Grande. Disponível em < <http://cgretalhos.blogspot.com/2011/04/reportagem-da-folha-de-sao-paulo-sobre.html#.YT93SJ1KjIU> > Acesso em 10/09/2021. Há um erro na reportagem, pois o local do comício foi a praça do Açude Novo e não do “Açude Velho”.

senadores, deputados e o prefeito de Campina Grande. Interessante notar a releitura que o governador Franco Montoro fez do “nego”, para enfatizar uma concepção de “bravura” e “rebeldia” atribuída ao “povo paraibano”, conforme a imagem construída por uma certa leitura histórica em torno do político paraibano João Pessoa<sup>323</sup>.

Nas palavras da *Folha de São Paulo*, o povo teria esperado até a madrugada do dia 26 para aplaudir o governador de São Paulo. No *Diário da Borborema* a matéria que tratou do comício fala de 6 mil pessoas presentes e também se refere à boa receptividade ao governador Montoro: “O governador Franco Montoro foi um dos últimos a falar, recebendo muitos aplausos do povo campinense”<sup>324</sup>.

Esta descrição do comício destoa bastante daquela que o *Jornal da Paraíba*<sup>325</sup> trouxe em sua matéria de capa. O jornal do dia 26 de março estampou com grande destaque: “Povão começou retirada antes da fala de Montoro: Número de pessoas abaixo do esperado, apesar de dezenas de caravanas vinda do interior”. A ênfase dada em torno dos “grandes” nomes da política nacional é semelhante a que realizaram os outros jornais; a matéria retrata a fala de Franco Montoro como sendo o ponto central do comício. Entretanto, nas páginas do JP o “povo” não compareceu como esperavam os organizadores. Além do “povo” ter ido embora mais cedo, antes do término do comício, a matéria do JP ainda afirmava que houveram vários casos de violência, devido à falta de policiamento. Na descrição veiculada pelo JP, não participou do comício do dia 25 apenas o povo pedindo diretas, mas também “malandros que procuravam fazer do local uma gratuita exibição de luta livre”.

### 3.4 Abril de 1984: Reta final da campanha e a derrota das Diretas-Já

A emenda das Diretas seria votada, na Câmara dos deputados, no dia 25 de abril. De acordo com os autores do livro *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*, nesse mês a mobilização pró-Diretas se intensificou bastante em nível nacional:

Em abril, a mobilização pelas Diretas Já incendiou o país com manifestações grandiosas que superaram todas as expectativas. Os comícios emocionavam

<sup>323</sup> A este respeito, veja o livro de José Luciano de Queiroz Aires: **A fabricação do mito João Pessoa: batalha de memórias na Paraíba (1930-1945)**; EDUFPG, 2013.

<sup>324</sup> (*Diário da Borborema*, 26 mar. 1984).

<sup>325</sup> O *Jornal da Paraíba* foi fundado em Campina Grande em 5 de setembro de 1971. Este jornal já nasceu dentro de um padrão de imprensa moderna, capitalista. O historiador Luciano Mendonça de Lima, ao analisar os 40 anos de atuação do JP, defendeu a tese de que suas páginas estampavam os interesses do grupo empresarial local que representava e o projeto econômico-social empreendido pelo Regime Militar. Ver: [http://www.ufcg.edu.br/prt\\_ufcg/assessoria\\_imprensa/mostra\\_noticia.php?codigo=12875](http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=12875) . Acesso em 24/08/2017.

até os políticos mais experientes. Se durante toda a campanha o público aumentava. Se durante toda a campanha o público aumentava a cada manifestação, em abril, os números bateram todos os recordes. Oitenta mil pessoas em Recife. Cem mil em Natal. Duzentas mil em Porto Alegre. Trezentas mil em Goiânia. Um milhão no comício do Rio. Um milhão e meio na grande passeata de encerramento da campanha, dia 16, em São Paulo<sup>326</sup>.

A lógica que se tornou dominante no movimento Diretas-Já foi exatamente a de buscar realizar as maiores concentrações públicas possíveis, o que fica expresso no discurso dos autores citados acima. Nesse sentido, cada vez mais a estrutura material e política para realizar estes “comícios-monstros” viriam dos políticos da oposição burguesa. E a campanha como um todo era dirigida por esse setor “moderado” da oposição, que tinha como projeto político a *transição pactuada e pelo alto*.

Ao mesmo tempo, em um estado como a Paraíba, onde o governo era do PDS, a campanha pelas Diretas-Já dependia muito mais da organização e das ações de militantes das entidades de classe, associações e partidos oposicionistas. Estes se congregavam nos Comitês pró-Eleições Diretas, como vimos. Além destes, as ações de vereadores e prefeitos oposicionistas também eram fundamentais para a intensificação do movimento em nível local. Nesse sentido, no mês da votação da emenda, estes grupos buscaram realizar uma série de atos no estado, culminando nas concentrações realizadas no dia 25 de abril.

No dia 07 de abril, cerca de duas mil pessoas participaram de um comício pró-Diretas na cidade de Alagoa Grande, com a presença de líderes políticos paraibanos, entre eles, o prefeito Ronaldo Cunha Lima, os deputados José Maranhão, José Luiz Júnior, Ramalho Leite e Edivaldo Motta e o presidente estadual do PT, Francisco Derly Pereira. Após um show com artistas locais, além dos políticos citados, realizaram discursos defendendo as eleições diretas: José Horácio de Souza, presidente do Sindicato Rural; Bosco Carneiro, ex-prefeito de Alagoa Grande; Hildon Régis, então prefeito do município e o advogado Geraldo Beltrão. Participaram do comício de Alagoa Grande delegações de várias cidades do Brejo paraibano, entre elas, Guarabira, Bananeira, Solânea, Santa Rita, Mamanguape, Rio Tinto, além de Campina Grande.

Um fato que se destacou no comício de Alagoa Grande foi a ausência de representantes do Partido Comunista no palco, bem como de faixas que fizessem referência ao partido, coisa comum em quase todos os comícios pró-Diretas. O motivo

---

<sup>326</sup> DOMINGOS e LEONELLI, op. Cit., p.269.

para esta ausência foi que o prefeito Bosco Carneiro, segundo ele mesmo alegou, entrara em entendimento com os representantes do PC e os convencera a não apresentar faixas durante o comício. O prefeito explicou a sua atitude da seguinte maneira: “em se tratando de uma cidade do interior paraibano, de tradição católica, talvez, depois, a própria Igreja local condenasse junto aos católicos a realização do comício, alegando se tratar de uma festa de comunistas”<sup>327</sup>.

No dia 12 de abril, foi a vez de cerca de 600 estudantes da UFPB, URNe e de Colégios da rede estadual de ensino realizarem um ato público pelas eleições diretas em Campina Grande. Com faixas, cartazes e o refrão “fora Figueiredo”, os estudantes fizeram uma passeata pelas principais ruas e avenidas da cidade. A manifestação estudantil saiu do campus II da UFPB, passando em frente à Prefeitura e à Câmara Municipal, findando na Praça da Bandeira. Nos discursos de estudante e também de alguns professores, foi destacado que tanto a FURNe quanto a UFPB precisavam de mais verbas para melhorar o ensino em Campina Grande. Segundo a reportagem do *Diário da Borborema*, além de pedirem eleições diretas para presidente da República ainda naquele ano, os estudantes exigiram “ensino público e gratuito”. Além disso, os estudantes direcionaram críticas ao governo militar. Em panfleto distribuído durante a manifestação, afirmava-se: “a grave crise que assola nosso país tem levado ao desemprego milhões de brasileiros. A bola de neve da dívida externa cresceu assustadoramente a cada dia, e a intervenção do FMI tem exigido insuportáveis sacrifícios do povo”<sup>328</sup>.

Os estudantes paraibanos, a propósito, foi um dos grupos sociais que abraçaram intensamente a bandeira das eleições Diretas-Já; e fizeram isto articulando esta bandeira com as suas reivindicações específicas, que pautavam a luta coletiva estudantil naquela conjuntura. As forças repressivas e de vigilância da ditadura militar estavam atentas aos movimentos estudantis na Paraíba. A Informação nº 38 do Serviço Nacional de Informação, Agência de Recife, nos oferece um relato sobre esses movimentos. O documento é datado de 05 de junho de 1984 e versa sobre o assunto “Situação na Área Educacional”, abrangendo relatos policiais sobre a política estudantil em alguns estados do Nordeste. Na Paraíba, são relatados alguns atos dos estudantes, principalmente a luta contra o aumento do preço das refeições nos restaurantes universitários.

---

<sup>327</sup> “Grande comício pelas diretas em A. Grande”, *Gazeta do Sertão*, 10/04/1984.

<sup>328</sup> “Estudantes pedem diretas”, *Diário da Borborema*, 13/04/1984.

No dia 21 de março de 1984, diz o documento, na cidade de João Pessoa, cerca de mil estudantes da UFPB, do IPE e da Escola Técnica Federal, postaram-se diante da Delegacia Estadual do MEC (Ministério da Educação/DEMEC/PB), enquanto outros estudantes teriam “invadido” as dependências daquele órgão. E assim, segue o relato sobre a manifestação:

Alguns funcionários ficaram solidários ao movimento, sendo que a servidora Maria Violeta de Brito Lira Salviano entregou aos líderes uma Bandeira Nacional. À tarde, em frente ao DEMEC/PB, foi realizado um Ato Público, quando usaram da palavra: Deputado Federal PMDB/PB Edivaldo Fernandes Mota; Gutemberg José da Costa Marques Cabral (DCR/UFPB); Ronaldo Barbosa (professor secundarista); Antonio Augusto Arroxelas Macedo (vereador de João Pessoa pelo PMDB); Marcos Santos (Presidente do DCE/IPE); Walter de Oliveira Dantas (ex-presidente do DCE/UFPB e atual presidente da ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO MANGABEIRA -João Pessoa); suplente de Deputado Estadual PMDB Simão Almeida Neto (militante do PC do B); e Vlademir Ricardo Alves Dantas (ex-líder estudantil e candidato derrotado a vereador pelo PMDB, nas últimas eleições”. Os discursos versavam desde os problemas dos estudantes carentes até agressões morais às autoridades, passando pela campanha pelas eleições diretas para presidente da República.<sup>329</sup>

Já no dia 28 de março, de acordo com o relato do SNI, ocorreu um ato político dos estudantes na cidade de Patos-PB. Em frente à sede da empresa Telecomunicações da Paraíba (TELPA), foi realizado um ato público de protesto pela morte do estudante Edson Luís, morto pelas armas da ditadura militar, em 28 de março de 1968 no Rio de Janeiro. Assim foi relatado o ato:

Vários estudantes secundaristas usaram da palavra, fazendo veementes críticas ao atual regime brasileiro, além de reivindicarem ensino gratuito em todos os níveis e melhoria de qualidade do ensino superior no país. Houve, porém, predominância de assuntos políticos nos discursos. Falou-se em tomar o poder pela força. O número aproximado de participantes foi de 200 (duzentas) pessoas, muitas das quais portavam faixas que continham, entre outros, os seguintes dizeres: “FORA A DITADURA MILITAR!”, “DIRETAS: OU VEM OU RACHA”.<sup>330</sup>

No mesmo dia 28 de março, na capital João Pessoa, os estudantes se manifestaram, no Ponto de Cem Réis, reivindicando o fim dos cortes das verbas para o ensino superior pelo Governo Federal e prestaram homenagens ao estudante Edson Luís. Na ocasião, o diretor do DCE da UFPB Campus de João Pessoa, Gutemberg José da Costa Marques, anunciou que 90% dos estudantes daquela instituição de ensino, que

<sup>329</sup> Informação nº 38/19/ARE/84. Serviço Nacional de Informações – Agência Recife. 05 de junho de 1984. Documento acessado pelo autor através do site do Arquivo Nacional. Grifos nossos.

<sup>330</sup> Idem. Grifos nossos.

foram consultados quanto à aprovação da emenda das Diretas-Já, mostraram-se favoráveis<sup>331</sup>.

Os estudantes voltariam a articular o tema das eleições diretas às suas lutas políticas, mesmo após a derrota da emenda Dante de Oliveira. No dia 08 de maio, os estudantes da UFPB ocuparam o restaurante universitário, em João Pessoa, fazendo manter o preço então cobrado pelo almoço. Em seguida, diz documento do SNI:

Portando talheres e bandejas vazias, os estudantes deixaram a cidade universitária por volta das 17:30h, percorrendo as avenidas Dom Pedro II e João Machado e a rua Rodrigues de Aquino até a Praça João Pessoa, onde, diante do Palácio da Redenção, ocorreram uns poucos discursos, bem como lembraram os nomes dos deputados paraibanos que não votaram pela aprovação da emenda DANTE DE OLIVEIRA, chamando-os “traidores do povo”<sup>332</sup>.

Voltando ao mês de abril, podemos observar que os grupos paraibanos pró-Diretas se organizaram para acompanhar e participar dos últimos momentos antes da votação decisiva da emenda. O Comitê “Teotônio Vilela” de Campina Grande, nesse sentido, elaborou uma extensa programação para a semana que antecedia o dia 25 de abril. Os dias 17,18 e 19 daquele mês foram destinados pelos membros do comitê e militantes pelas eleições diretas para a mobilização e envio de aerogramas pedindo aos parlamentares paraibanos que apoiassem a aprovação da emenda. Seria também elaborado um manifesto, com o apoio de várias entidades e instituições, para ser enviado no dia 25 ao Congresso Nacional. Neste dia, esperava-se a realização de uma “alvorada festiva”, com fogos e toques da Banda Municipal, seguido de hasteamento do Pavilhão Nacional na Praça da Bandeira, com um grande comício.<sup>333</sup>

No dia 18 de abril, o governo do general-ditador Figueiredo, utilizando-se do mecanismo constitucional, decretou a adoção das medidas de emergência, que passaram a vigorar em Brasília e mais dez municípios de Goiás pelo prazo de 60 dias. Foi um duro ataque ao movimento pró-Diretas, pois impediria que fosse realizado atos políticos com mobilização popular nos entornos do Congresso Nacional, assegurando, assim, a “tranquilidade” para que os deputados pudessem votar contra a emenda que era defendida por ampla maioria da população. Segundo Nery:

---

<sup>331</sup> Idem.

<sup>332</sup> Idem. Grifos nossos.

<sup>333</sup> “Comitê faz mobilização”, *Gazeta do Sertão*, 18/04/1984.

O General Newton Cruz foi designado como executor das medidas, que proibiram reuniões públicas, suspenderam a liberdade de reunião e associação, permitiram intervenção em sindicatos e entidades de classe e a busca e apreensão em domicílio, e autorizaram a censura prévia às emissoras de rádio e televisão, proibindo a transmissão ao vivo das votações no Congresso Nacional, entre outras<sup>334</sup>.

Na Paraíba, oposicionistas criticaram essa medida tomada pelo governo militar. O vereador João Dantas (PMDB-CG) classificou as medidas de antipopulares, antidemocráticas e antijurídicas e que era uma forma “arbitrária de castrar os direitos dos cidadãos brasileiros”. Outros vereadores campinenses repudiaram também as medidas de emergência, como Mário Araújo, Lindacy Medeiros, Félix Araújo e Márcio Rocha, afirmando, em geral, que eram “contrárias as aspirações do povo brasileiro que desejam a realização de eleições livres e diretas para eleger o futuro presidente da República”. O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) disse que se tratava de “violência inominável” e que as medidas visavam a “intimidar a classe política e toda a opinião pública, às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira”. Para o deputado federal Raymundo Asfora (PMDB-PB) tratava-se de mais uma manobra de cúpula do governo militar para se perpetuar no poder. O parlamentar reafirmou o compromisso com as Diretas, concluindo que o objetivo seria libertar o Brasil “das garras do imperialismo norte-americano e de todas as formas de degradação da vida nacional”<sup>335</sup>.

Por outro lado, o deputado federal Ernani Sátyro (PDS-PB), relator da emenda Dante de Oliveira na Câmara Federal, elogiou a medida do governo militar. Sátyro afirmou que os congressistas só poderiam votar com garantias de segurança. Citando a manifestação das mulheres no Senado, que ocorrera alguns dias antes, ele tentou argumentar que o Congresso estava sendo pressionado para a votação da emenda. “Que democracia é essa que a oposição prega? Só de comícios? Porque com pressões sobre o Congresso Nacional, como é que os parlamentares poderiam votar?”, indagou o político patoense. Sátyro apelou ainda para a ideologia anticomunista, afirmando que essa “pressão sobre o Congresso Nacional” era “coisa de comunistas do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8)”. Afirmou ainda: “da forma que a situação estava não podia continuar. Eu iria proferir o parecer sobre a matéria correndo risco de vida”.

---

<sup>334</sup> NERY, 2012, p. 145-146.

<sup>335</sup> “Oposição diz que medidas de emergência é ato de força”, *Gazeta do Sertão*, 20/04/1984.

E concluiu defendendo o governo militar, dizendo que este decretara as medidas de emergência porque se preparava uma “iminente coação sobre o Congresso Nacional”<sup>336</sup>.

#### **3.4.1 O “Show das Diretas” em João Pessoa, no dia 24 de abril**

Na Paraíba, na noite de 24 de abril, foi realizada a última concentração pública pró-Diretas antes da votação da emenda Dante de Oliveira, que ocorreria a partir das 9 horas da manhã do dia seguinte. Tratou-se de um comício promovido pela API (Associação Paraibana de Imprensa), na capital João Pessoa. O evento foi chamado de “Show das Diretas” e contou com o apoio de várias entidades, entre elas: Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Paraíba; Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ-PB); Associação Campinense de Imprensa (ACI); Associação de Cronistas Esportivos da Paraíba; Musi-Clube da Paraíba; Associação dos Radialistas da Paraíba e Federação Paraibana de Teatro-Amador. O presidente da API, Carlos Aranha, fez questão de enfatizar na divulgação do evento: “será um show e não um comício”. Segundo Aranha, a organização do “show” teria conseguido a confirmação da cantora e compositora Joana para se apresentar. A cantora teria feito questão de não receber qualquer cachê pela sua apresentação e declarado, de acordo com o presidente da API, que: “é uma atitude política e não profissional”, teria dito também que “considera uma manifestação desse tipo, na Paraíba, tão importante quanto as que desenvolveram no RJ e SP como instrumento para pressionar o governo pela aprovação da emenda”<sup>337</sup>.

Todavia, a cantora Joana acabou não podendo comparecer, pois as entidades promotoras do evento não conseguiram as passagens aéreas para o deslocamento da artista. Por outro lado, eram confirmadas as apresentações de diversos artistas, com o intuito de atrair o maior número possível de pessoas. O “Show das Diretas” seria encerrado pela cantora Terezinha de Jesus e sua banda, que viriam da cidade de Natal. Tanto Terezinha de Jesus quanto os artistas locais tocaram gratuitamente no evento. Dentre estes, estavam: Dida Fialho, Livardo Alves, Quinteto Itacoatiara, Bráulio Tavares, Grupo Pongará, Banda Shock; além de violeiros, entre eles, Oliveira de Pannels, e os integrantes do MusiClube da Paraíba, ao qual eram filiados, entre outros, os compositores Pedros Osmar e Chico César.

---

<sup>336</sup> “Sátyro: só podemos votar emendas com garantias”, *Diário da Borborema*, 20/04/1984.

<sup>337</sup> “ACI em show pelas diretas na capital”, *Gazeta do Sertão*, 20/04/1984.

De acordo com o relato do *Diário da Borborema*, alunos de Comunicação Visual do curso de Educação Artística da UFPB prepararam o ambiente com cartazes colados nas árvores da Praça João Pessoa e no prédio da antiga Faculdade de Direito. “Contra censura, inflação, corrupção e a emergência, tome diretas já, o remédio para o Brasil”, receitava um dos cartazes. No prédio da antiga Faculdade de Direito, um enorme cartaz prescrevia: “contra medidas de emergência, tome diretas já”<sup>338</sup>.

Ainda de acordo com a reportagem do DB, um grupo de crianças da comunidade também participou da preparação do ambiente. Utilizando tintas e giz coloridos, coordenados pela professora Lais Alberne, da Associação Nordestina dos Educadores de Arte, as crianças desenharam e pintaram, sendo os temas preferidos “mapas do Brasil e passarinhos segurando faixas com dizeres referentes às diretas”.

Para este ato, o governo do estado, segundo o jornal, colaborou com a realização do “show”, fornecendo a sonorização da Praça João Pessoa e a hospedagem dos artistas. Esta foi a única ocasião, que tomamos conhecimento, em que o governo estadual ofereceu algum tipo de contribuição para o movimento. O “show” terminara por volta da meia-noite, depois de seis discursos de jornalistas e representantes dos partidos políticos.

#### **3.4.2 O dia 25 de abril: “Vigílias Cívicas” e Derrota das Diretas**

A campanha nacional pelas eleições diretas para o sucessor de Figueiredo havia passado por diferentes fases, desde o seu surgimento em 1983 e intensificação nos primeiros meses de 1984. Nesse ínterim, a campanha Diretas-Já teria momentos de euforia, nos quais muitos acreditariam no êxito da campanha, ou seja, na aprovação da emenda na Câmara Federal. O ponto alto das avaliações positivas sobre o resultado da votação da emenda ocorreu entre o dia 10 e 16 de abril. De acordo com Alberto Tosi Rodrigues,<sup>339</sup> neste período, “verificou-se o ponto máximo de acúmulo de recursos Pró-Diretas, direcionando as avaliações no sentido de um possível sucesso do movimento”.

No entanto, após este momento de euforia, o governo militar passou a tomar atitudes mais enfáticas para derrotar a emenda. No dia 18 de abril, o presidente Figueiredo baixou, pela segunda vez em sete meses, as Medidas de Emergência para a

---

<sup>338</sup> “Manifestação pelas ‘Diretas Já’ na capital reúne centenas de pessoas”, *Diário da Borborema*, 24/04/1984.

<sup>339</sup> RODRIGUES, 2003, p.73-74.

Salvaguarda das Instituições sobre o Distrito Federal e mais dez cidades de Goiás, o que impediu a mobilização da oposição para realizar-se as pretendidas marchas sobre Brasília e o acompanhamento da votação no entorno do Congresso Nacional.

Ao mesmo tempo, os setores “moderados” da campanha, ligados à perspectiva da oposição burguesa, enfatizavam cada vez mais a estratégia do que chamavam de conciliação, negociação e diálogo para evitar o que entendiam como radicalizações. Neste sentido, propostas de ações políticas mais enfáticas dentro da campanha pelas eleições diretas em 1984 foram impedidas. A proposta de greve-geral, por exemplo, encampada pelos setores ligados ao PT, a CUT e algumas organizações de esquerda, não conseguiu se realizar.

A tendência *autocrática* da Diretas-Já, assim, consegue se sobrepor à perspectiva *antiautocrática* que estava contida na campanha. Mesmo assim, a aprovação da emenda das Diretas representaria uma derrota política para o governo militar, ainda que dentro do espaço institucional do próprio regime. Por esta razão, o governo atuou junto aos *indiretistas* para que os deputados pedessistas não se debelassem para o lado dos *diretistas* de maneira que a emenda fosse aprovada.

Para o dia da votação da emenda, os grupos pró-Diretas paraibanos organizaram “Vigílias Cívicas”, com o objetivo de acompanhar toda a sessão que apreciaria a matéria. O Comitê Teotônio Vilela de João Pessoa convocou todas as entidades sindicais, estudantis e de moradores, partidos políticos e associações de classe do estado para participarem da vigília cívica no calçadão do Ponto Cem Réis. Um serviço de alto-falante foi montado para informar o público, a cada momento, sobre o andamento da votação, transmitindo notícias colhidas através de contatos telefônicos com deputados paraibanos em Brasília. Esta estratégia foi utilizada em virtude das restrições impostas pelas medidas de emergência, que proibiram a transmissão da votação por rádio ou por TV.

Assim como a vigília cívica realizada em Campina Grande, para acompanhar a votação, o ato de João Pessoa se iniciou com o cântico do Hino Nacional, que simbolizava a ideia das eleições diretas como uma “aspiração nacional”, tão difundida através de toda a campanha. Houve também pronunciamentos dos representantes do Comitê pró-Diretas.

Quanto à vigília cívica de Campina Grande, a reportagem da *Gazeta do Sertão* destacou os discursos realizados pelos militantes pró-Diretas, de acordo com o seguinte relato:

Discursaram pela manhã os vereadores Mário de Souza Araújo Márcio Rocha, José Alves e João Dantas, o suplente de deputado estadual Simão Almeida, membros do Partido dos Trabalhadores, o presidente do DCE da URNe, Francisco Leite, Jalber Carvalho, representando o DCE da UFPB, Wagner Braga Batista, presidente da ADUFPB-Campus II, representantes dos Das de Medicina, 11 de agosto e CAs da URNE e UFPB, representantes da UCES e de algumas SABs da cidade. Todos os discursos, alguns dele mais inflamados, criticaram a política econômica do Governo Federal, denunciaram que grupos políticos querem se perpetuar no poder e defenderam eleições diretas já para a Presidência da República, como sendo uma aspiração de toda a população brasileira. Foram, também, apresentadas algumas alegorias com alusões as eleições indiretas e críticas à política econômica<sup>340</sup>.

Em Campina Grande, a vigília cívica iniciou por volta das 6 horas da manhã, com uma “alvorada” feita pela Banda de Música da Prefeitura. Em seguida, houve o cântico do Hino Nacional e vários pronunciamentos de políticos, estudantes e líderes comunitários. Foi colocado um amplo painel, em destaque, na Praça da Bandeira, local da vigília, que apontava os nomes dos deputados e seus posicionamentos diante da votação da emenda.

**Figura 07.** Painel da votação da emenda Dante de Oliveira na Vigília Cívica de Campina Grande, no dia 25 de abril de 1984.

---

<sup>340</sup> “Vigília Cívica pelas diretas em Campina”, *Gazeta do Sertão*, 26/04/1984.



Fonte: *Diário da Borborema*, 26/04/1984.

Podemos observar no painel o título: “Veja quem respeita a vontade da Nação e vai votar a favor da emenda Dante de Oliveira”. O título expressa a ideia das eleições diretas como uma “aspiração nacional”, como foi enfatizado durante quase toda a campanha. Nesse sentido, era como se a luta não pertencesse mais somente às oposições e muito menos às classes trabalhadoras e grupos subalternos, mas sim à toda a “Nação”. Como discutimos, essa ideia tratava-se de um argumento ideológico enfatizado pela oposição burguesa, que assumiu a direção da campanha, pois, desta forma, o movimento pelas Diretas-Já era abstraído de seus recortes sociais de classe, tornando-se uma “bandeira branca”, dentro da qual se impusesse, de maneira velada, os interesses e o projeto de transição defendido pela oposição burguesa.

Segundo reportagem do DB, o “ponto alto” da vigília cívica em Campina Grande foi uma “gigantesca passeata que partiu da UFPB, campus II, e findou na Praça da Bandeira”. Estudantes, professores e funcionários da instituição pediam a imediata saída de Figueiredo e a aprovação da emenda Dante de Oliveira. O refrão mais usado pelos campinenses durante toda a manifestação, de acordo com a reportagem, era “Fora Figueiredo, que já chegou a sua hora!”. Tanto as escolas e institutos de ensino superior da rede pública quanto as da rede particular não funcionaram durante aquele dia, para que os estudantes, professores e funcionários participassem da manifestação. O clima na Praça da Bandeira era de tensão, pois as notícias sobre a votação chegavam de maneira

esparso, devido à censura imposta pelas medidas de emergência. Enquanto isso, cantores populares e violeiros se apresentavam entre um discurso e outro.

No dia anterior, o Comitê Teotônio Vilela de Campina Grande enviara manifesto à toda a bancada paraibana no Congresso Nacional pedindo apoio total à emenda das Diretas-Já. O manifesto, assinado por “representantes das organizações da sociedade civil, executivos e parlamentares aos níveis municipal e estadual”, conclamava:

Vimos, com esta carta aberta, retransmitir a Vs. Exs. A expectativa que reina em toda comunidade de que os representantes da Paraíba no Congresso Nacional traduzam o anseio generalizado da Nação por democracia e participação cívica. Esperamos com convicção que no Dia Nacional de Vigília Cívica, no dia 25 de abril próximo, os Srs. Deputados federais e senadores paraibanos compareçam ao Congresso Nacional e, em atitude patriótica, atendam ao grande reclamo cívico nacional votando favorável a emenda Dante de Oliveira por Diretas Já!<sup>341</sup>

O colunista político William Monteiro destacou, nas páginas do *Gazeta do Sertão*, o intenso trabalho dos vereadores João Dantas e Márcio Rocha, ambos do PMDB para viabilizar a mobilização. Segundo ele, os vereadores “atingiram a exaustão física, de tanto trabalhar em favor das eleições diretas já. Na quarta-feira, eles amanheceram na Praça da Bandeira, organizando a vigília que só terminou na madrugada de ontem”. Monteiro ainda afirmou que a vigília fora o “movimento político mais prolongado registrado na história política desta cidade”<sup>342</sup>.

### 3.4.3 As participações dos deputados paraibanos na votação da emenda

A sessão do Congresso Nacional que apreciou a emenda do deputado Dante de Oliveira foi aberta às 09:10 horas da manhã do dia 25 de abril. A sessão iniciou com o deputado paraibano Ernani Sátyro, relator da emenda, pedindo a rejeição da mesma. Sátyro, de forma rígida, afirmou, em seu relatório, que já “estão lançadas todas as normas para as próximas eleições, a começar pela constituição do Colégio Eleitoral. Desse modo, não há como subverter essa ordenação pra instituir pleito direto”.

Segundo reportagem do DB, durante e a leitura do relatório pelo parlamentar paraibano, a movimentação era mais intensa no salão verde da Câmara, onde

<sup>341</sup> “Votação das diretas: Campina viveu ontem um dos dias mais agitados nos últimos anos”, *Diário da Borborema*, 26/04/1984.

<sup>342</sup> MONTEIRO, William. “Visão: Notas sobre as diretas”, *Gazeta do Sertão*, 27/04/1984.

aglomeravam-se deputados, prefeitos e os vereadores da frente municipalista, além dos artistas integrantes da campanha Diretas-Já<sup>343</sup>.

O jornal *Gazeta do Sertão* deu destaque, na sua capa do dia 26 de abril, para a derrota das diretas com a manchete “Câmara derrota as diretas”. No relato, foi destacado o pronunciamento do oposicionista paraibano João Agripino:

A primeira sessão do Congresso Nacional foi aberta às 9:10 horas e encerrada às 13 horas, num clima de tranquilidade, apesar de marcada por protestos da oposição contra o “emudecimento” dos telefones nos gabinetes dos parlamentares, e teve seu ponto alto num discurso do deputado João Agripino (PMDB-PB), advertindo as Forças Armadas para o risco que estão correndo e pedindo que tomem a iniciativa de devolver ao povo o direito de escolher seu presidente<sup>344</sup>.

A emenda acabou sendo derrotada. Faltaram 22 votos. O resultado final ficou assim: 298 votos a favor, 65 contra, 113 parlamentares ausentes e três abstenções. Por ser emenda constitucional, a proposta só passaria para o Senado caso dois terços dos deputados votassem a favor, o que significava 320 votos. Apesar de todos os limites da campanha pelas eleições diretas-já, é inegável que a derrota da emenda se constituiu em uma grande frustração para amplos setores progressistas da sociedade brasileira. Além disso, mostrou como o sistema político de “representação política” do regime ditatorial era anti-popular, pois, mesmo um movimento massivo nas ruas exigindo a aprovação da emenda e o apoio expressado pela maior parte da população à esta matéria não foi o suficiente para influir no posicionamento da quantidade necessária de deputados.

Com relação à bancada paraibana na Câmara Federal, os posicionamentos dos deputados foi o seguinte:

Deputados federais paraibanos na votação da Emenda Dante de Oliveira		
A FAVOR	CONTRA (PRESENTE)	CONTRA (AUSENTE)
Aluizio Campos (PMDB)	Joacil Pereira (PDS)	Adauto Pereira (PDS)
Carneiro Arnaud (PMDB)		Álvaro Gaudêncio (PDS)
João Agripino (PMDB)		Antônio Gomes (PDS)
José Maranhão (PMDB)		Edme Tavares (PDS)

<sup>343</sup> “Congresso Nacional abre sessão com Sátyro pedindo rejeição das diretas”, *Diário da Borborema*, 26/04/1984.

<sup>344</sup> “Câmara derrota Diretas”, *Gazeta do Sertão*, 26/04/1984.

Tarcísio Burity (PDS)		Ernani Sátiro (PDS)
Raimundo Asfora (PMDB)		

**Quadro 03.** Posicionamento dos deputados federais paraibanos quanto à emenda que restabelecia as eleições diretas para presidente da República

Como podemos observar no quadro, toda a bancada peemedebista, como de esperado, votou a favor da aprovação da emenda Dante de Oliveira. Do PDS paraibano, apenas o deputado e ex-governador Tarcísio Burity votou favorável. Como vimos, essa foi a estratégia política adotada por Burity, visto que ele não encontrava espaço dentro do partido localmente, tanto que, nos primeiros meses de 1984, o parlamentar declarava publicamente que estava rompido com o governador Wilson Braga e se colocava como postulante ao governo estadual para as próximas eleições, em 1986.

Assim como Tarcísio Burity, todos os deputados paraibanos percebiam a popularidade do tema das eleições diretas, sobretudo num contexto marcado pela insatisfação das camadas mais pobres e de classe média com a política econômica adotada pelo governo militar no contexto da crise. Por esta razão, os demais deputados pedessistas, que possuíam interesses pessoais e políticos no alinhamento com o governo e no apoio a Maluf ou Andreazza nas eleições indiretas, decidiram se ausentar na hora da votação. Tratava-se da tentativa de não ter seus nomes diretamente associados à derrota da emenda. Todavia, todos sabiam que o posicionamento destes parlamentares era desfavorável ao restabelecimento do voto direto para o sucessor de Figueiredo, apesar de, em algumas ocasiões, alguns deles terem declarado, de maneira retórica, o apoio às eleições diretas.

A única exceção dentre os pedessistas paraibanos contrários às Diretas foi o deputado Joacil Pereira, que não se ausentou na hora da votação, mas decidiu declarar seu posicionamento pela manutenção da eleição indireta. Joacil Pereira era líder do grupo “malufista” na Paraíba. Assim como Tarcísio Burity, se colocava como aspirante ao Executivo estadual nas eleições de 1986. Nesse sentido, Pereira trabalhava para que Maluf vencesse o pleito via Colégio Eleitoral e, assim, seu caminho para o Palácio da Redenção fosse viabilizado.

#### **3.4.4 Após a Derrota**

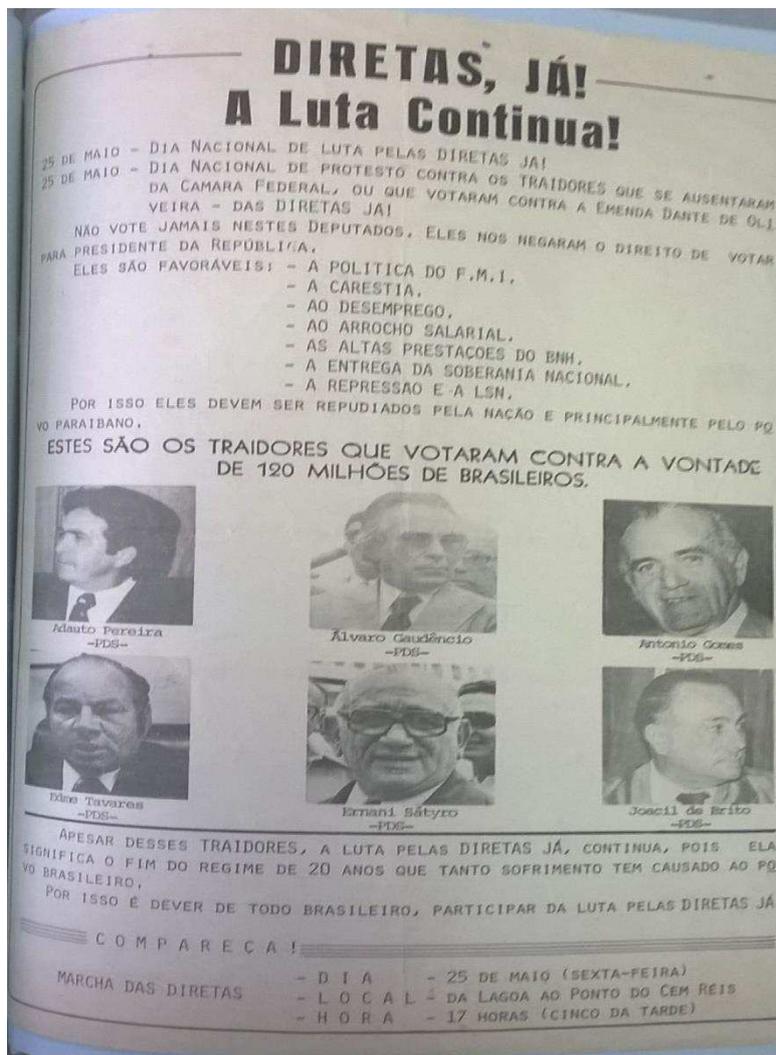
Após a derrota da emenda Dante de Oliveira, no dia 25 de abril, algumas tentativas de retomada das mobilizações em torno da reivindicação por Diretas-Já foram buscadas. Todavia, a oposição burguesa, que era o grupo social que detinha o maior poder material e político para manter uma campanha de mobilização tal como existira nos primeiros meses de 1984, tinha como interesse seguir por outro caminho. Assim, como enfatizou Vanderley Elia Nery, a “oposição burguesa vinha se preparando, nos bastidores, para as negociações com o governo e o PDS com vistas às eleições presidenciais via Colégio Eleitoral”<sup>345</sup>.

Por esta razão, as tentativas de reativação da campanha pelas eleições diretas após a derrota da emenda Dante de Oliveira foram isoladas e não conseguiram a capacidade de mobilização de antes. Vejamos um indício dessas tentativas no seguinte panfleto, que faz parte de uma mobilização para um ato em João Pessoa.

---

<sup>345</sup> Op. Cit., p. 156.

**Figura 08.** Panfleto de divulgação de ato político pelas Diretas-Já em João Pessoa-PB, no dia 25/05/1984.



**Fonte:** Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP)

A data marcada para a realização do ato é 25 de maio. Um mês após a derrota da emenda Dante de Oliveira. Dois aspectos chamam atenção no conteúdo do panfleto. Primeiro, a articulação da reivindicação pelas eleições diretas com uma pauta econômica e social ligada aos interesses das classes trabalhadoras. O segundo demonstra uma ação política que havia se tornado recorrente no campo da oposição, a denúncia dos políticos que não eram favoráveis às eleições diretas para aquele ano. O panfleto traz os nomes e os rostos dos deputados federais paraibanos que votaram contra a emenda, os associando aos principais problemas que marcavam o país na época, e que afetavam sobretudo os setores mais pobres da população.

Mas, como mencionado acima, a campanha Diretas-Já não continuou com a mesma força de mobilização após a derrota da emenda Dante de Oliveira em abril de 1984. Os setores ligados à oposição burguesa, principalmente os governadores e parlamentares do PMDB, passavam a trabalhar na campanha de Tancredo Neves, que seria o candidato opositor pela via indireta.

Em janeiro de 1985, a “tese do consenso” fortalecida pela mobilização da Diretas-Já, mesmo que derrotada, se tornou vitoriosa. Os votos opositoristas no Colégio Eleitoral somados aos votos dos dissidentes do PDS deram a vitória a Tancredo Neves que derrotou o controverso candidato pedessista Paulo Maluf. No campo dos partidos de oposição, apenas o PT continuou denunciando o que chamava de a “farsa do Colégio Eleitoral”, assumindo a posição de não votar em Tancredo.

Vejamos o quadro que indica o voto dos representantes da Paraíba no Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves, via eleição indireta.

Votos dos representantes da Paraíba no Colégio Eleitoral de 1985	
<b>SENADORES</b>	
Humberto Lucena (PMDB)	Tancredo Neves
Marcondes Gadelha (PDS)	Tancredo Neves
Milton Cabral (PDS)	Tancredo Neves
<b>DEPUTADOS FEDERAIS</b>	
Adauto Pereira (PDS)	Maluf
Aluízio Campos (PMDB)	Tancredo Neves
Álvaro Gaudêncio (PDS)	Tancredo Neves
Antonio Gomes (PDS)	Maluf
Carneiro Arnaud (PMDB)	Tancredo Neves
Edme Tavares (PDS)	Tancredo Neves
Ernani Sátyro (PDS)	Maluf
Joacil Pereira (PDS)	Maluf
João Agripino (PMDB)	Tancredo Neves
José Maranhão (PMDB)	Tancredo Neves
Raymundo Asfora (PMDB)	Tancredo Neves
Tarcísio Burity (PDS)	Tancredo Neves
<b>DELEGADOS</b>	

Afrânio Bezerra (PDS)	Maluf
Egydio Madruga (PDS)	Maluf
Nilo Feitosa (PDS)	Maluf
Soares Madruga (PDS)	Maluf
João Ribeiro (PDS)	Abstenção
Vani Braga (PDS)	Maluf

**Quadro 04.** Votos dos representantes da Paraíba no Colégio Eleitoral de 1985

Analisando os votos dos representantes paraibanos, podemos observar que a campanha pelas eleições diretas após o 25 de abril de 1984 foi, em grande medida, convertida em uma campanha pró-Tancredo. Nesse sentido, todos os deputados paraibanos que votaram favoráveis ao restabelecimento do voto direto para o sucessor de Figueiredo apoiaram Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Por outro lado, quase todos os *indiretistas* da Paraíba apoiaram Paulo Maluf dentro do Colégio. Com exceção do deputado Edme Tavares (PDS), que se ausentara no dia da votação da emenda, mas acabou dando o seu voto para Tancredo Neves. Os senadores do PDS Marcondes Gadelha e Milton Cabral, apesar de não terem votado na sessão que apreciou a emenda Dante de Oliveira, pois ela não chegou até o Senado Federal, eram considerados defensores das eleições indiretas. Ambos votaram também no candidato mineiro Tancredo Neves.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A campanha Diretas-Já foi um movimento que tomou dimensão nacional, entre os anos de 1983 e 1984. Tratou-se de um movimento massivo, complexo e pluriclassista, no qual participaram diferentes setores, grupos e classes sociais. Apesar de ter sido um movimento nacional, podemos observar que a luta pelo direito de votar para presidente se concretizou mesmo localmente. Nesse sentido, em cada município e estado, podemos dizer que havia particularidades na formação e no encaminhamento dessa luta.

Nosso objetivo com esta pesquisa foi contribuir para o nosso conhecimento de como essa luta se concretizou no estado da Paraíba. Trata-se da campanha Diretas-Já em um estado no qual as oligarquias políticas e as classes dominantes ligadas às atividades agrícolas possuíam muito poder. Um estado cujo poder central, o governo estadual, era dominado pelo PDS, partido de sustentação do governo ditatorial-militar; e, por outro lado, o maior partido da oposição, o PMDB, era hegemônico por oposicionistas bastante “moderados”, sendo que muitos haviam apoiado o regime militar durante bom tempo. Por esta razão, podemos observar que a construção da campanha Diretas-Já na Paraíba, que, podemos dizer, foi um movimento de grande destaque e relevância, dependeu bastante do afincamento e da dedicação de um grande número de militantes de esquerda, trabalhadores rurais ou urbanos, estudantes, funcionários públicos e políticos oposicionistas.

Buscamos encaminhar nossa análise em torno das distinções por trás da aparente unidade dentro do bloco defensor das Diretas-Já na Paraíba. Nesse sentido, vimos que, por exemplo, os estudantes e militantes dos movimentos de trabalhadores se inseriram no movimento articulando a reivindicação pelo voto direto para presidente da República com suas pautas específicas e, muitas vezes, com reivindicações que faziam parte de um projeto de país diferente, visto a partir dos interesses dos grupos subalternos. Assim, ao lado da reivindicação pela eleição direta, estavam a luta pela reforma agrária ampla e sob controle dos trabalhadores, a luta contra o arrocho salarial, pela melhoria das condições de vida dos mais pobres, pelo acesso à educação pública gratuita e de qualidade, contra a legislação autoritária vigente, pela autonomia sindical etc. Reivindicações estas, dentre tantas outras, que ainda não foram conquistadas em um país como o Brasil, onde ainda impera um sistema autocrático-burguês.

O movimento pelas eleições diretas surgiu dentro da bancada do PMDB na Câmara Federal, a partir da iniciativa de deputados pertencentes à chamada “esquerda” do partido. Já nesse contexto, alguns políticos paraibanos passaram a defender a aprovação da emenda que restabelecia o voto direto para eleger o sucessor de Figueiredo. Vimos que, durante a maior parte do ano de 1983, as Diretas recebiam maior destaque por parte de políticos paraibanos peemedebistas pertencentes ao campo da oposição burguesa, destacando-se, nesse sentido, o líder do PMDB no Senado Federal Humberto Lucena, mas também deputados federais como Aluísio Campos e João Agripino. Nossa percepção é de que, na primeira metade do ano de 1983, a oposição burguesa se inseriu no debate sobre a sucessão através da proposta da eleição direta, visto que os candidatos pedessistas iniciaram suas campanhas no início do ano e, naquele momento, não havia perspectiva de uma vitória oposicionista por meio do Colégio Eleitoral, coisa que só foi viabilizada após a massificação da campanha Diretas-Já.

Ao mesmo tempo, vimos que os setores subalternos da sociedade e suas entidades se organizavam para lutar contra as medidas da política econômica do governo militar, que buscava soluções para retomar os índices de acumulação capitalista por meio do arrocho salarial que penalizava os mais pobres. Na segunda metade de 1983, esses setores passaram a incorporar nas suas lutas a palavra de ordem da eleição direta, que nesse caso era vista como um caminho para a ruptura com o regime da ditadura militar e a progressiva construção de uma efetiva democratização da sociedade brasileira.

Por outro lado, os setores mais apegados ao governo militar insistiam na manutenção da eleição indireta. Na Paraíba, formaram-se grupos políticos de apoio aos candidatos que buscavam se legitimar para disputar o Colégio Eleitoral. Esses grupos se dividiam, sobretudo, em torno dos nomes do então deputado Paulo Maluf e do ministro do Interior Mario Andreazza. Nesse jogo sucessório, reinava as velhas práticas da política burguesa brasileira, de conchavos, promessas de cargos e poder, privilégios e verbas para realização de projetos, obras etc.

No ano de 1984, podemos observar a realização dos maiores atos políticos pró-Diretas no estado da Paraíba. Nesse ano, definitivamente, o movimento passou a ser realizado nas ruas das cidades, com grandes mobilizações e concentrações públicas. As ações dos comitês pró-Diretas foram fundamentais para viabilizar estes atos. Mesmo

com muitas dificuldades quanto à estrutura dos comícios, dificuldades financeiras, estes órgãos coletivos, integrados por diversos setores organizados da sociedade paraibana, conseguiram realizar grandes atos, como o comício do dia 26 de janeiro em João Pessoa, os comícios de fevereiro e de março em Campina Grande, além dos comícios realizados em cidades como Patos e Alagoa Grande.

Em nossa visão, a campanha pelas Diretas-Já na Paraíba demonstrou como diferentes setores da sociedade, entidades, sindicatos, associações, diretórios estudantis, partidos políticos etc. quando reunidos em nome de um objetivo político têm o poder de construir coletivamente importantes ações. A mobilização pelas eleições diretas acabou sendo derrotada, em 25 de abril de 1984, devido a intransigência do governo militar e seus apoiadores. Mas, podemos dizer que a oposição burguesa, que conseguiu controlar o movimento, tenha contribuído para isso, pois, no essencial, esse setor não tinha como interesse levar a luta por Diretas às últimas consequências, o que levaria à uma *transição de ruptura* com o regime ditatorial. Na verdade, o projeto vencedor foi o da *transição negociada pelo alto*, significando a vitória da autocracia burguesa no Brasil, que transitou de sua forma abertamente ditatorial para a forma legal-institucionalizada. Assim nasceu a dita “Nova República” brasileira.

Por fim, esperamos que esta pesquisa tenha contribuído para o conhecimento de um tema pouco estudado na historiografia paraibana. Mesmo considerando que este trabalho deixa, inevitavelmente, muitas lacunas. Por exemplo, as tentativas de retomada da mobilização pró-Diretas após a derrota da emenda Dante de Oliveira daria uma pesquisa à parte e poderia nos mostrar como os grupos e políticos de esquerda continuaram lutando contra o caminho da transição negociada. Não pudemos dar conta de todos os importantes aspectos que giram em torno do tema abordado, sobretudo, considerando as dificuldades impostas pela situação em que este trabalho foi escrito, na qual a pandemia do novo Coronavírus nos impôs uma dura realidade de isolamento social, impedindo, principalmente, o acesso aos arquivos e documentos que desejávamos ter em mãos.

Todavia, nos traz felicidade a certeza de que a pesquisa histórica e a historiografia paraibana prosseguirão, apesar dos pesares, e que este tema poderá ser revisitado por este autor ou por outros pesquisadores que assim desejem.

## **FONTES DA PESQUISA**

### **- Jornais**

*A Gazeta do Sertão* – Anos de 1983 e 1984 e mês de janeiro de 1985

*Jornal da Paraíba* – Ano de 1983 e mês de março de 1984

*Diário da Borborema* – Anos de 1983 e 1984

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. (orgs.). **Revolução e democracia** (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (As esquerdas no Brasil; v.3), p. 323-353.

Moreira Alves, Maria Helena. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Tradução de Clóvis Marques. ed. Petrópolis, Vozes, 1964.

BAZAGA, Rochelle Gutierrez. **Pela travessia**: as “Diretas Já”, o processo de abertura política e o jornal Estado de Minas. Anais do XIX Encontro Regional de História: profissão historiador: formação e mercado de trabalho-ANPUH-MG, Juiz de Fora – 28 a 31 de julho de 2014.

COELHO, EURELINO. Uma história no futuro do pretérito? Armas e sutilezas da nova historiografia do Golpe de 64. In: **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Consequência, 2017, p. 113-139.

BERTONCELLO, Edison. **A campanha das Diretas e a Democratização**. São Paulo: Associação editorial humanitas, FAPESP, 2007.

CODATO, Adriano Nervo. **Uma história política da transição brasileira**: da ditadura militar à democracia. Revista Sociologia e Política. Curitiba, p. 83-106, 2005.

COSTA, Edmilson. **A política salarial no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1997.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Diretas-Já: vozes das cidades. In: FERREIRA, Jorge Luís; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia**: 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 411-426. (As esquerdas no Brasil; v.3).

DEO, Anderson. Uma transição à long term: a institucionalização da autocracia burguesa no Brasil. In: Milton Pinheiro. (org.). **Ditadura**: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014, v. 1, p. 303-330.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: A conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, Rafaela. **A euforia na imprensa**: o movimento Diretas Já visto pelos jornais catarinenses. Fronteiras: revista catarinense de História [online], Florianópolis, n.22, p. 29-52, 2013..

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

\_\_\_\_\_. **Que tipo de República?** São Paulo: Editora Globo, 2007.

\_\_\_\_\_. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. Ed; São Paulo: Globo, 2006.

FICO, Carlos. **Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas**. Revista Tempo e Argumento; Florianópolis, vol. 9, n. 20, págs. 05-74, 2017.

FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru, Edusc, 1998.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas: as esquerdas brasileiras – das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 01. Introdução ao estudo da filosofia de Benedetto Croce. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**. Volume 03. Maquiavel – Notas sobre o Estado e a Política. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. **Escritos Políticos**. Seara Nova: Lisboa, 1976

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira: 4ª ed. Rio de Janeiro, 1982.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

JÚNIOR, Paulo M. F. e NÓBREGA, Mainara R., **Imagens ocultas da Ditadura (1964-1985): censura de fotografias de profissionais da imprensa em Campina Grande-PB**. Ariús Revista de Ciências Humanas e Artes. ISSN: 0103-9253, v.15, n.2, jul/dez, p.113-129, 2009.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KOTSCHO, Ricardo. **Explode um novo Brasil: diário da campanha das diretas**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEITE, Jonathan Vilar dos Santos. **A frágil “abertura” de João Figueiredo: a redemocratização campinense em apuros (1979-1985)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LEONELLI, Domingos & OLIVEIRA, Dante de. **Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LIMA, Damião de. **Campina grande sob intervenção: a ditadura de 1964 e o fim do sonho regional/desenvolvimentista**. João Pessoa: EDUFPB, 2012.

LIMA, Luciano Mendonça de. Um golpe de classe! A ditadura militar em Campina Grande. In: AIRES, José Luciano de Queiroz et al (Orgs.) **Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios**. João Pessoa: Editora CCTA, 2016.

MACEDO, José Emerson Tavares de; SOUZA, Maria Lindaci Gomes de. **O movimento das “diretas já”**: representado através das charges. Anais eletrônicos do XIII Encontro Estadual de História – ANPUH – PB, 2009.

MACEDO, José Emerson Tavares de. **A linguagem humorística das charges e as “Diretas Já”**: no traço dos chargistas dos jornais Diário da Borborema e Jornal da Paraíba. Dissertação de mestrado em História. UFCG: Campina Grande, 2012.

MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da ditadura militar à Nova República (1974-1985)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

MARINI, Ruy Mauro. **Brasil: da ditadura à democracia, 1964-1990**. Arquivo de Ruy Mauro Marini com a anotação: “este texto foi preparado, entre fins de 1990 e março de 1991, para uma enciclopédia italiana”. Acesso à versão digital em 06/02/2020. Disponível em < <https://www.marxists.org/portugues/marini/1991/03/brasil.htm> >.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2ª edição. Expressão popular: São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Miséria da Filosofia**: resposta à Filosofia da Miséria, do se. Proudhon. Tradução de José Paulo Netto. Expressão popular: São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. 18. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001. (Livro I, v. I.)

MATTOS, Marcelo Badaró. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian (org.), **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo, Consequência, 2014, 67-99.

MELO, Demian (org.), **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo, Consequência, 2014.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Da Resistência ao poder**: o (P)MDB na Paraíba (1965-1999). Eduepb: Campina Grande, 2010.

\_\_\_\_\_. **História da Paraíba**: lutas e resistências. 5ª edição. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

MENDES, Valber Nunes da Silva. **Um “homem da revolução”**: a atuação política de Ernani Sátyro como governador da Paraíba (1970-1975). Dissertação de mestrado em História. UFCG, 2019.

NERY, Vanderlei Elias. **A campanha Diretas Já e a transição brasileira da ditadura militar para a democracia burguesa**. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)** – São Paulo: Cortez, 2014.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. **O surgimento de uma nova força social**: o sindicalismo cutista. Revista Saeculum, jan/dez, 1999, p. 287-308.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. **Estado versus Sociedade Civil: o processo de transição para a democracia na Paraíba (1975-1979)**. Prima Facie, v.8, 14, Jan-Jun, João Pessoa, 2009.

NUNES, Paulo G. A e SILVA, Janaína Gomes. **“Os anos de chumbo” da ditadura militar na Paraíba (1969-1974)**. Anais Eletrônicos. Encontro nacional de História política: História, rupturas institucionais e revoluções. ISSN: 2525-5193. UECE, 2017.

PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. **O desemprego sob a ótica marxiana: revisitando a lei geral de acumulação capitalista**. Anais Eletrônicos. II Jornada internacional de políticas públicas mundialização e Estados Nacionais: a questão da emancipação e da soberania. UFMA, 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução faltou ao Encontro: Os Comunistas no Brasil**. 1ª edição, SP. Ed. Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2000.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Diretas Já: O grito preso na Garganta**. Sao Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SANTOS, Valdenor Cabral dos. **Do golpe à distensão: o enredo político das diretas já em Goiás**. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2018.

SENA JÚNIOR, C. Z; MELO, D. B.; CALIL, G.G. **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Consequência, 2017.

SILVA JÚNIOR, Samuel Fernando. **Diretas já e autocracia burguesa no Brasil: luta política na transição conservadora**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2018.

SOARES, Maria Tereza Dantas Bezerra. **Lutas democráticas contra a ditadura: a campanha das “diretas já” no estado da Paraíba**. Anais eletrônicos do XVII Encontro Estadual de História – ANPUH – PB, v. 17, n.1, p. 1074 – 1084, 2017.

THOMPSON, Edward Palmier. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Londres: Zahar Editores, 1981.

VILLA, M. A. **Ditadura à brasileira** - 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: Leya, 2014.